

**MUITO ALÉM DOS OLHOS AZUIS
E OUTROS ESCRITOS SOBRE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CONTEMPORÂNEAS**

Editora Brazil Publishing

Conselho Editorial Internacional

Presidente:

Rodrigo Horochovski (UFPR - Brasil)

Membros do Conselho:

Anita Leocadia Prestes (Instituto Luiz Carlos Prestes - Brasil)

Claudia Maria Elisa Romero Vivas (Universidad Del Norte - Colômbia)

José Antonio González Lavaut (Universidad de La Habana - Cuba)

Ingo Wolfgang Sarlet (PUCRS - Brasil)

Milton Luiz Horn Vieira (UFSC - Brasil)

Marilia Murata (UFPR - Brasil)

Hsin-Ying Li (National Taiwan University - China)

Ruben Sílvio Varela Santos Martins (Universidade de Évora - Portugal)

Fabiana Queiroz (UFLA - Brasil)



© Editora Brazil Publishing
Presidente Executiva: Sandra Heck

Rua Padre Germano Mayer, 407
Cristo Rei - Curitiba PR - 80050-270

+55 (41) 3022-6005

www.aeditora.com.br

**MUITO ALÉM DOS OLHOS AZUIS
E OUTROS ESCRITOS SOBRE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CONTEMPORÂNEAS**

Daniel Afonso da Silva



BRAZIL PUBLISHING

Comitê Científico da área Ciências Humanas

Presidente: Professor Doutor Fabrício R. L. Tomio (UFPR – Sociologia)
Professor Doutor Nilo Ribeiro Júnior (FAJE – Filosofia)
Professor Doutor Renee Volpato Viaro (PUC – Psicologia)
Professor Doutor Daniel Delgado Queissada (UniAGES – Serviço Social)
Professor Doutor Jorge Luiz Bezerra Nóvoa (UFBA – Sociologia)
Professora Doutora Marlene Tamanini (UFPR – Sociologia)
Professora Doutora Luciana Ferreira (UFPR – Geografia)
Professora Doutora Marlucy Alves Paraíso (UFMG – Educação)
Professor Doutor Cezar Honorato (UFF – História)
Professor Doutor Clóvis Ecco (PUC-GO – Ciências da Religião)
Professor Doutor Fauston Negreiros (UFPI – Psicologia)
Professor Doutor Luiz Antônio Bogo Chies (UCPel – Sociologia)
Professor Doutor Mario Jorge da Motta Bastos (UFF – História)
Professor Doutor Israel Kujawa (PPGP da IMED – Psicologia)
Professora Doutora Maria Paula Prates Machado (UFCSPA- Antropologia Social)

Editor Chefe: Sandra Heck
Diagramação e Projeto Gráfico: Brenner Silva
Capa: João Neto
Revisão de Texto: O Autor
Revisão Editorial: Editora Brazil Publishing
DOI: 10.31012/978-65-5016-022-7



CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO - EDITORA BRAZIL PUBLISHING

Silva, Daniel Afonso da
S586m Muito além dos olhos azuis e outros escritos sobre relações internacionais contemporâneas /
Daniel Afonso da Silva - 1.ed. – Curitiba: Brazil Publishing, 2019.
293p.: il.; 23cm

ISBN 978-65-5016-021-0

1. Relações internacionais. I. Título.

CDD 327 (22.ed)
CDU 327

Curitiba / Brasil
2019

*Para Sebastiana Maria Abraão,
minha avó, viva em mim.*



*No sabemos lo que
nos pasa, y esto es
precisamente lo que nos
pasa, no saber lo que nos pasa.*

José Ortega y Gasset



APRESENTAÇÃO

COMO EXPLICAR A DESORDEM DO MUNDO?

Daniel Afonso da Silva principia seu belo livro com a mais certa epígrafe que se poderia imaginar nos dias que correm. Vai buscá-la em Ortega y Gasset, que em aparente paradoxo, afirmava: “*No sabemos lo que nos pasa, y esto precisamente es lo que nos pasa, no saber lo que nos pasa*”.

Não vejo como se poderia dizer melhor. O que caracteriza a condição contemporânea do homem no mundo consiste na perplexidade, na incapacidade de perceber o que nos está acontecendo. Ortega escreveu a frase décadas atrás. É possível que no seu tempo a sensação de desamparo diante das mudanças se parecesse à de agora, justificando plenamente a confissão de atordoamento. Hoje, contudo, temos a impressão de que a frase passou a ser mais verdadeira do que jamais havia sido antes. Permitenos com tal precisão dar vazão à incapacidade de compreender o que se abateu sobre o mundo nos últimos anos que deveria ter sido guardada para que a pudéssemos utilizar pela primeira vez.

O título que tomei emprestado para esta *Apresentação* não me pertence. A frase foi escrita por Gustavo Corção, romancista católico injustamente esquecido. Quando fiz o exame de ingresso ao Instituto Rio Branco, em 1958, nosso examinador de Cultura Geral, nada menos que João Guimarães Rosa, nos propôs como um dos dois temas sobre os quais deveríamos discorrer a indagação: “*Como explicar a desordem do mundo?*”. Conteí essa história num ensaio que escrevi em 2006 para celebrar os 60 anos de *Sagarana* e os 50 de *Grande Sertão, Veredas*.

A expressão de perplexidade diante do mundo e da vida unifica as palavras de Ortega com as de Corção. Ambos tentavam entender o que lhes estava a suceder, adivinhando-se na própria formulação que não lograriam resposta satisfatória. Se esses tempos de Ortega e Corção se afiguram para nós incomparavelmente mais simples e compreensíveis que os atuais, isso se deve talvez à pretensão nascida de uma ilusão de ótica à distância de 100 ou 60 anos.

Sem o benefício ou a distorção proporcionada pela perspectiva do distanciamento, os acontecimentos contemporâneos nos atordoam e desorientam. Entender o que nos passa, o que nos acontece, o que faz girar a roda do mundo em torno de nossas cabeças estonteadas é justamente o objeto das reflexões de Daniel. Logo no início, nas suas *Notas de cabotagem*, ele afirma que o fio condutor de suas pesquisas reside na força da autoridade na formação das relações internacionais contemporâneas.

As pessoas que encarnam a autoridade – artistas, diplomatas, altos funcionários, homens de Estado – se confrontam o tempo todo com a gente do comum, *outsiders*, “a massa de eternos contestadores dessa emanção marcada a ferro e fogo pelas autoridades estabelecidas”. Esses homens e mulheres do povo e do comum são os que recomeçaram a História após os atentados do 11 de setembro de 2001. Elas e eles é que encheram as ruas árabes na primavera de 2011 ou as noites brasileiras de junho de 2013.

E, prossegue, essa “ofensiva contra autoridades ajudou a rebaixar o nível da função pública [...] produzindo choques de realidade que permitiram o sucesso eleitoral de gente tipo Donald J. Trump, Emmanuel Macron e Jair Messias Bolsonaro”. A conclusão da introdução deixa escancarada a caixa de Pandora: “Essa porteira do dissenso segue aberta e sem previsão de contenção”.

Se houvesse alguma dúvida sobre o acerto da previsão, basta atentar na confirmação mais contundente da tese, ocorrida depois de terminado o livro. A espontânea sublevação dos “gilets jaunes”, os “coletes amarelos” franceses, no seu obstinado desafio a Macron, ora símbolo do *status quo*, indica que forças profundas estão desestabilizando as certezas das classes dirigentes no mundo todo.

O conjunto dos três primeiros capítulos, *Após Gerônimo, De Benghazi, uma flor e Adeus, Gerônimo* constitui uma unidade coerente e bem entrosada. Representa de forma compacta uma síntese poderosa desse estranho período da política externa norte-americana que vai do começo da década de 1990, com o colapso do comunismo, da União Soviética e da Guerra Fria, até o final da era Obama. Iniciado sob o signo do **instante unipolar**, da aparente conquista do estatuto de única Superpotência, esgota-se na ilusão do discurso de posse do segundo mandato de Obama

(21 de janeiro de 2013), no qual se fazia a afirmação de que “uma década de guerra está chegando ao fim”.

Esses três capítulos fornecem o pano de fundo das relações internacionais contemporâneas. Pelo seu objeto – o exame das idas e vindas, avanços e recuos da Superpotência por excelência, os Estados Unidos da América – proporcionam uma perspectiva global e envolvente do sistema mundial. A lente da análise amplia o foco para examinar de perto os temas nervosos da agenda internacional: terrorismo, Afeganistão, Iraque, Líbia, Síria, Irã, Primavera Árabe, Primeira Guerra do Golfo, relações com a China, com a Rússia, o veto francês à invasão do Iraque.

O método, a linguagem, o estilo, somam-se para imprimir à narrativa rara capacidade de capturar o real em todas suas complexas e contraditórias manifestações. Pondo de lado qualquer veleidade de organizar a realidade de maneira ilusoriamente linear, sequencial, uma coisa depois da outra, o autor se vale de instrumentos quase cinematográficos para transportar o leitor em câmera lenta ou acelerada a vários estágios nos tempos da História. Nada é estático ou fechado em si mesmo. Por meio de sucessivos *flashes backs*, aprende-se que o passado, como ensinava Faulkner, nem é passado pois não acabou de passar.

Ao longo do texto, as citações de impacto ajudam a compreender por intuição o que às vezes seria árduo de captar por meio de conceitos e argumentos de lógica convencional. É o que se deduz de outra maravilhosa epígrafe de Ortega y Gasset na abertura dos três capítulos iniciais. Dizia o filósofo em registro irônico e paradoxal: “*Una política es clara cuando su definición no lo es. Hay que decidirse por una de estas dos tareas incompatibles: o se viene al mundo para hacer política, o se viene para hacer definiciones*”.

Tudo o que vem a seguir confirma a impossibilidade de fazer política com definições claras e coerentes. O próprio tema que costura os capítulos – a suposta conclusão de uma década de guerra – serve para demonstrar como é frustrante tentar fazer a História se ajustar bem-comportada dentro do estreito e conveniente figurino desenhado pelos políticos em função de seus interesses e objetivos. O presidente Barack Obama decretava a exaustão de uma década de guerra em 2013 mais por *wishful thinking* que por convicção fundada nos fatos. Passados seis anos da pro-

clamação, os Estados Unidos se debatem ainda na sempre adiada retirada de seus soldados do arco de crises do Oriente islâmico que se estende por inúmeros países, do Afeganistão ao Corno da África.

Como escrevia em *From colony to superpower* o historiador da política exterior norte-americana George Herring: “*Os americanos se imaginam um povo amante da paz, mas poucas nações têm tido tanta experiência da guerra como os Estados Unidos. De fato, principiando com a Revolução Americana, cada geração teve a sua guerra*”. A diferença é que antes, a cada geração correspondia uma guerra; agora, várias guerras se sucedem numa só geração...

Na verdade, a principal protagonista desta obra tão original e rica de sentidos diversos é a própria História. Ela é que confere unidade irreduzível a temas tão diferentes como a evolução de dez anos da Missão das Nações Unidas para a estabilização do Haiti e a reação brasileira à crise financeira de 2007 a 2009, a movimentada história das interações entre França, de um lado, Brasil e América Latina, do outro, as análises críticas de livros, o estudo das manifestações populares no Brasil, entre outros. A natureza da obra consiste na reflexão penetrante, rica em iluminações surpreendentes, a respeito da mais árdua das modalidades de História, a do presente, a de nossos contemporâneos, a da tentativa de compreender *lo que nos pasa*.

O reconhecimento de que, sob o contraste de roupagens e diversidade de temas, a essência do livro reside na História ressalta das próprias palavras de seu autor. Daniel admite, com efeito, que as preocupações contidas na obra se justificam por uma “curiosidade imoderada” pelos “problemas ligados à história dos homens”. Não se trata apenas de curiosidade imoderada ou não, o que poderia, na melhor das hipóteses, produzir jornalismo de qualidade. O que na realidade se recolhe destas páginas é algo muito mais elaborado e denso: o resultado de “muitos anos de meditação e aprimoramento de saberes circunscritos às Humanidades e Ciências Humanas com o intuito de forjar uma carpintaria com algum quociente de clareza, cientificidade e inteligibilidade”.

Posso pessoalmente atestar o bem fundado desses “muitos anos” porque testemunhei o ponto de partida da biografia intelectual de Daniel

Afonso da Silva. Surpreenderá possivelmente a alguns que esse ponto de largada tenha coincidido com sua investigação da mudança da Capital de Salvador para o Rio de Janeiro no âmbito da História do Brasil Colônia. Já naquela tese de doutoramento se encontrava a originalidade de pensamento, a fulguração de expressão, a força e coerência da análise que perpassam por todos os capítulos a seguir.

Se a História fornece o fio condutor e a trama densa da obra, ela está longe de impor limites à multiplicidade de instrumentos e registros de que se vale o escritor a fim de tentar apreender a fugidia e complexa realidade que examina. Filosofia, ciências do homem, artes, poesia, constituem algumas das ferramentas que imprimem aos ensaios sua inconfundível singularidade. Tome-se, por exemplo, a utilização do exame das estratégias de comunicação, da dissecação da índole do discurso, da relação do agente da política com a palavra. O método permite ao autor realizar uma das mais originais análises que conheço dos governos de Luiz Inácio Lula da Silva e de sua lógica e coerência internas. O que volta a fazer em relação aos governos de Dilma Rousseff, dessa vez, como seria de se esperar, em registro de anticlímax derivado da amarga frustração dessa experiência.

Livro que se assemelha a mina de muitos veios, limitei-me a apontar para alguns poucos, deixando sem menção ou exploração a maior parte deles. Uma *Apresentação* não se destina a emular as resenhas críticas. Deve esforçar-se em ser aquilo que a palavra indica: apresentar o autor e a obra, abrir ao leitor o apetite para por si mesmo experimentar o prazer intransferível da descoberta de um pensamento inovador, de se medir a uma forma inconfundível de encarar o mundo e seus personagens.

Espero que para isso tenha servido essa amostragem da riqueza e diversidade de um livro, que, sendo o primeiro, basta para demonstrar de forma cabal que Daniel Afonso da Silva é já um escritor, um historiador, um analista das relações internacionais contemporâneas amadurecido e criativo, do qual poderemos esperar ajuda e conforto no esforço de entender *lo que nos pasa*.

Rubens Ricupero
São Paulo, 31 de janeiro de 2019.



PREFÁCIO

2019. Comemoram-se, neste ano, os centenários do Tratado de Paz de Versalhes e da criação da Liga das Nações. Proposta pelo idealista Woodrow Wilson, a Liga das Nações propunha uma ação coletiva, com todas nações agindo em conjunto para evitar ou reprimir conflitos, guerras¹. A ênfase estava no multilateral e na implementação de organizações que regulassem as relações mundiais.

2019. Toma posse no Brasil um novo governo, com mandato de quatro anos. A ascensão ao poder deu-se em um ambiente polarizado e de extrema agressividade. E, pela primeira vez, a virada de ano e de governo foi acompanhada por uma drástica mudança negativa na percepção, na imagem e no prestígio do posicionamento internacional do Brasil.

1919. O ambiente Pós-Primeira Guerra apresentou a tendência de alargamento das relações internacionais, até então excessivamente concentradas no plano europeu. Expressão dessa inovação foi o papel que Estados Unidos representou na Conferência e, em especial, na institucionalização da Liga das Nações; a presença do Japão entre as Grandes Potências e o Brasil, enquanto um parceiro menor, mas representante da América do Sul.

A atuação diplomática presidencial de Epiácio Pessoa, no Tratado de Paz e na Liga das Nações, foi fundamental para a melhoria significativa na percepção dos países europeus sobre o Brasil. Ampliou-se seu prestígio como um Estado cooperativo e responsável no relacionamento internacional, com capacidade de intermediação entre os interesses das potências mundiais e os dos países menores.

Consciente de que o Brasil era um ator secundário no cenário internacional, sem capacidade decisória, Epiácio empenhou-se para o Brasil obter um espaço mais operacional para a defesa de seus interesses, como se observou na inclusão do Brasil no Conselho Executivo da Liga das Nações, ainda que de forma não permanente².

1 No entendimento de que “paz é precondição para a prosperidade e uma criativa diplomacia para gerenciar rivais econômicos e relações comerciais no mercado global é, por sua vez, precondição para uma paz duradoura”. KEGLEY, Charles (1998). “Prospects for prosperitywithpeace in the Pacific Rim”. Carta Internacional, NUPRI/USP, 64: 7, junho.

2 LACERDA, Matheus de Medeiros. *Diplomacia Presidencial de Epiácio Pessoa*. Da Conferência

Se 1919 é emblema da tendência e esforços para definição e implementação de organizações internacionais, em especial intergovernamentais, em 2019, ainda que mantendo poder, a hegemonia estadunidense sofre assédio de um novo e forte competidor na disputa pelo poder internacional e apresenta como resposta a tese da *America First*, renegando sua ênfase anterior no multilateralismo e nos processos negociadores internacionais enquanto busca decisões unilaterais. Retorna-se assim à questão do por quê e para quem as Organizações Internacionais foram inventadas?³

A intenção e as ações de Epitácio Pessoa (em consonância com o pensamento de Rio Branco e Rui Barbosa) para transformar o País em um ator importante na política internacional, introduzidas no início do século XX, consolidaram-se na forma de um acervo diplomático permanente: pacifismo, não intervencionismo, defesa da igualdade soberana das nações, respeito ao Direito Internacional⁴.

Na prática, o País buscava prestígio. Prestígio, ainda que aparentemente abstrato e subjetivo, é um conceito extremamente importante nas Relações Internacionais, pois ao se reconhecer capacidade em um País, este não precisa usar poder para satisfazer seus interesses⁵.

A questão de prestígio é uma das que Daniel Afonso da Silva aborda neste livro sobre a construção do mundo contemporâneo. Daniel Afonso concentra-se no período de 1964 aos nossos dias e enfatiza papéis de personalidades brasileiras, francesas e estadunidenses, dotadas de autoridade para implementação de políticas externas e de estratégias para participação na política internacional. Em outros termos, Daniel Afonso objetiva “evidenciar a importância da *rhetorical presidency* para o estudo das relações internacionais”.

Com base em reflexões de Ricupero, na comparação entre a diplomacia do presidente Lula com traços da diplomacia do general De

de Paz à volta ao Brasil: Análise da política externa do presidente eleito. Curitiba: Appris, 2013.

3 SLUGA, Glenda. Remembering 1919: international organizations and the future of international order. *International Affairs*, v. 95, n. 1, p. 25-43, 2019.

4 SILVA, Alexandra de Mello. Ideias e política externa: a atuação brasileira na Liga das Nações e na ONU. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 41, n. 2, p. 139-158, 1998.

5 KHONG, Yuen Foong. Power as prestige in world politics. *International Affairs*, v. 95, n. 1, p. 119-142, 2019.

Gaulle, Daniel Afonso deduz que ambos convergiram no que tange à *rhetorical presidency*: “Ambos administraram pelo império da palavra e da personalidade. Seus países e suas conjunturas demandavam. A França do general e o Brasil do século 21 careciam de uma grande narração nacional e imaginação internacional. Construir essa narração e essa imaginação talvez tenha sido o maior legado dos dois”.

Da mesma forma, Rio Branco, Rui Barbosa e Epitácio Pessoa foram personalidades que igualmente instrumentalizaram a política externa na defesa da tese da Igualdade Soberana das Nações. Rui Barbosa, com a preocupação de transformar em ações concretas suas teses, empenhou-se na implantação de um modelo republicano que “valoriza e prioriza a ideologia do progresso, do desenvolvimento econômico e da participação ativa no cenário internacional”⁶.

O acervo diplomático permanente brasileiro manteve, ao longo de diferentes governos e mesmo regimes políticos, ênfase especial no objetivo de “participação ativa no cenário internacional”, entendida como o esforço em coparticipar dos processos decisórios internacionais. Isto é, se não participar, sobram as migalhas; se participar, ao menos tem a oportunidade de defender e negociar seus interesses.

Essa *práxis* brasileira está extremamente bem retratada nas reflexões de Daniel Afonso sobre as atuações de Juscelino Kubitschek a Jânio Quadros/João Goulart e de Castelo Branco a Lula/Dilma. Para evitar mal-entendidos, entende-se que este “acervo diplomático permanente” representa princípios da política externa que vigem desde o início do século XX, com altos e baixos, independentemente de questionamentos e tentativas de mudanças.

Tem, sem dúvidas, um sentido ideológico decorrente da percepção de como um País sem recursos pode se inserir internacionalmente, mas não decorrente de perspectivas ideológicas voltadas a formas de organização da sociedade. O chanceler Azeredo da Silveira expressava bem esta afirmação ao ponderar que em política externa “não pode haver alinhamentos automáticos, porque o objeto da ação diplomática não

6 CARDIM, Carlos Henrique. *A raiz das coisas. Rui Barbosa: O Brasil no mundo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

são países, mas situações”⁷. E Soares de Lima deduz que “as alianças são instrumentos legítimos para aumentar o poder de um País, mas são contingentes, em função das questões em jogo e de como podem afetar os interesses brasileiros. Em outras palavras, as alianças são formadas em função de interesses concretos e não de princípios idealistas abstratos tais como, a *defesa dos valores do Ocidente* ou a *solidariedade das nações do Terceiro Mundo*”⁸.

Essa percepção das relações internacionais não se subordinarem a credos ideológicos está bem clara no texto de Daniel Afonso. Kubitschek iniciou os contatos com De Gaulle ao cumprimentá-lo quando de sua posse como Primeiro-Ministro, João Goulart o convidou para vir ao Brasil e a visita se realizou no governo de Castelo Branco. Apesar da instabilidade política no Brasil e na América Latina na metade da década de 1960, De Gaulle, em todos os países por onde passou, reiterava que, “*si la France cesse d’être mondiale, elle cesse d’être la France*”.

A ênfase conferida por Daniel Afonso na atuação internacional da França e dos Estados Unidos é deveras pertinente pelo fato destes dois atores reivindicarem um lócus excepcional no mundo na consideração de que seus valores são universais. Enquanto a pretensão francesa foi inibida, limitada pelas disputas de poder na Europa, Estados Unidos buscou desenvolver políticas externas que refletissem este excepcionalismo⁹.

De qualquer forma, a presença de Estados Unidos em qualquer reflexão sobre temas internacionais impõe-se naturalmente pelo seu papel hegemônico a partir do século XX, tanto no espaço do Sistema Interamericano quanto no Internacional.

Cabe ressaltar que quando o mundo político internacional começou a se alargar em 1919, a filosofia política ocidental estava restrita aos espaços europeus e americanos. Ásia e África, na sua maioria ainda sob o jugo colonial, professavam outras filosofias políticas.

7 MELLO, Flavia Campos. Regionalismo e Inserção Internacional: Continuidade e transformação da política externa brasileira nos anos 90. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

8 LIMA, Maria Regina Soares. Interesses e solidariedade: o Brasil e a crise centro-americana. In: Encontro Anual da ANPOCS, XI, 1987. *Trabalho apresentado...* Águas de São Pedro, outubro 1987.

9 NYE, Joseph. The rise and fall of American hegemony: from Wilson to Trump. *International Affairs*, v. 95, n. 1, p. 69-80, 2019.

Em 1919, o projeto das grandes potências foi a manutenção da ordem do século XIX. Ainda que a Liga das Nações tenha sido uma *novidade*, a política internacional continuou sendo conduzida de acordo com os padrões do século XIX¹⁰.

Ainda que com posição ascendente em 1919, foi somente em 1945 no Pós-Segunda Guerra, que Estados Unidos assumiu poder internacional e redefiniu a Ordem Internacional de acordo com sua visão de mundo e seus valores, estabelecendo o que seria rotulado como a Ordem Liberal Internacional¹¹.

Com a derroca da soviética e o início do Pós-Guerra Fria (1991), Estados Unidos estabeleceu como objetivo estratégico a continuidade da Ordem Liberal, com vistas a evitar o surgimento de competidores, em especial na Eurásia, que questionassem sua hegemonia¹². Desconsiderando-se os conflitos na década de 1990 entre a economia ocidental e a asiática, recentemente a ascensão chinesa, com valores diferenciados, gerou forte contestação à primazia estadunidense.

O que se observou claramente nestes últimos 100 anos foi um cenário contínuo de disputas por poder internacional, simultaneamente a esforços para manutenção de paz, seja por idealísticos consensos, por acordos multilaterais, ou mesmo intervenções militares.

O ocaso do Sistema Internacional do Concerto Europeu só ocorreu após duas sanguinolentas guerras, sendo sucedido pelo Sistema Bipolar, caracterizado pelo ambiente de confronto contínuo entre os dois principais polos. O fim do Sistema Bipolar, ao contrário dos exemplos anteriores, ocorreu de forma pacífica e deu início a um processo de redefinição tanto da Ordem quanto do Sistema Internacionais.

Daniel Afonso chama a atenção para a fragilidade ou relatividade de certos argumentos, como por exemplo, ao apontar que “há tempos deixou de fazer sentido comprimir a guerra fria e o mundo bipolar, in-

10 SATO, Eiiti. Prefácio à Nova Edição Brasileira. In: CARR, Edward H. *Vinte Anos de Crise: 1919-1939. Uma Introdução ao Estudo das Relações Internacionais*. Brasília: EDUNB, IPRI, IOESP, 2001. p.: xiii-xxxv.

11 IKENBERRY, John (2001). *After Victory: institutions, strategic restraint, and the rebuilding of order after major wars*. Princeton: Princeton University Press.

12 HUNTINGTON, Samuel. A Mudança nos Interesses Estratégicos Americanos. *Política Externa*, v. I, n. 1, p. 16-30, 1992.

dependendo do que sejam, entre 1945-1947 e 1989-1991. Antes da ascensão de Truman ao poder, certo, o mundo era *déjà* bipolar. Antes do desaparecimento da URSS, certo, o mundo era *déjà* policêntrico”.

Neste sentido, “a noção de bipolaridade, por assim dizer e mesmo que muito rápida e abruptamente, não passa de formalismo. Formalismo que torna a compreensão do mundo mais simples e agradável. Mas que não nos protege das ciladas de sua inabarcável complexidade progressiva”.

Ao apontar, com razão, a fragilidade de conceitos amplamente utilizados, Daniel Afonso, ao mesmo tempo, reconhece seu caráter didático, formal, para uma melhor compreensão da realidade, a qual, por natureza, é complexa por ser objeto de interesses de diferentes atores e constituída por dimensões divergentes ou convergentes. O Sistema Bipolar pode assim, na dimensão econômica, ser interpretado em seus primórdios como Unipolar quando Estados Unidos era o único País a sair intacto da guerra ou Multipolar quando, a partir da década de 1970, Alemanha e Japão já eram países desenvolvidos.

Com maestria, Daniel Afonso aborda as questões da redefinição da Ordem Internacional ou da necessidade de reformulação das atuais instituições internacionais ponderando, de acordo com Bertrand Badie, que “o problema, em si, pode estar no prolongamento incessante do concerto europeu de 1814-1815. Ou seja, na lógica de sistema internacional onde grupo pequeno e fechado de estados e instituições decidem do destino do mundo, dos outros e do ‘resto’”. Essa percepção de Daniel Afonso corrobora a contínua ênfase brasileira de coparticipar nos processos decisórios, visto as decisões serem usualmente definidas *en petit comité*.

Por isso, na sua visão, “o mundo pós-americano e pós-imperial indicado por Zakaria pode ser justamente a demonstração da impossibilidade de manutenção do incessante prolongamento”. Por essa razão deduz que o debate “talvez não seja, portanto, reformar as instituições que saíram do mundo de após-1945 – como propunha o presidente Sarkozy com seu “*nouveau monde, nouvelles idées*”, pois “são prolongamento do século 17 afirmado no século 19 e revivido até o presente”.

Aborda igualmente movimentos em torno da distribuição internacional do poder, isto é, da definição do Sistema Internacional. Seja

no objetivo de De Gaulle de “afirmar o País como espécie de *troisième force* para além do conflito Leste-Oeste”, seja Mitterrand na “defesa inapelável dos países em desenvolvimento através da afirmação de um espaço internacional mais quantitativa e qualitativamente multilateral”, ou de Chirac buscando “fazer face à hiperpotência norte-americana do após 1989-1991”. Da mesma forma, introduz uma temática presente na política externa brasileira desde o governo Itamar Franco, ampliada e operacionalizada nos governos seguintes, “a modernização da ONU de modo a fazer o Brasil, os BRICs e o ‘resto’ participar de modo positivo e galvanizar seu lugar ao sol”.

Apesar da ênfase no papel de personalidades dotadas de autoridade, Daniel Afonso não omite a presença e a força crescente e recente de “atores comuns”, porém contestadores dos papéis exercidos pelas autoridades estabelecidas. “Foram eles que esgarçaram as limitações do *novo tempo do mundo* quando instituições *too big to fail* começaram a claudicar após a crise financeira mundial recente. Foram eles que encheram as ruas árabes em 2011 para evidenciar o choque da descolonização. Foram eles que majoritariamente fizeram as *noites de junho* brasileiras de 2013 e anunciaram o *tsunami* em lugar da “*marolinha*” em todos os países emergentes”.

É patente que o principal interesse de Daniel Afonso, no presente livro, é refletir, repensar, avaliar, rever, projetar a política externa brasileira. Depreende-se que Relações Internacionais é um campo de estudo específico, com instrumental analítico próprio, mas com um sentido político, instrumental ou prático. O objetivo maior ao estudar Relações Internacionais, Política internacional ou, mais especificamente, Política Externa, é buscar um entendimento mais profundo de como o mundo se relaciona e como o Brasil se insere, pode ou deve se inserir no plano internacional para satisfazer, promover os interesses do Estado Brasileiro ou de determinadas setores ou segmentos.

Política Externa aparentemente é uma atividade simples por se tratar de um conjunto de ações ou estratégias de um determinado País para promoção de seus interesses no plano externo. Entretanto, em sua base estão inicialmente duas grandes questões problemáticas que a deixam complexa. Quais são os interesses do País e como são definidos?

Quais são os instrumentos ou as capacidades brasileiras para promover seus interesses?

Na percepção de Daniel Afonso, neste momento internacional, de indefinições na reformulação da Ordem Internacional, de acentuada perda relativa do poder estadunidense e a correspondente ascensão chinesa, de incompatibilidade entre valores ocidentais e confucianos, de crescimento de perspectivas nacionalistas e negação de soluções globais, impõe-se reconhecer a complexidade do mundo e a “necessidade e capacidade de narração”. Narrativas “enquanto construção de mecanismos de imaginação nacional, regional e internacional” e de criatividade diplomática, “*more than empty rhetoric*”.

Suas reflexões contribuem significativamente, não só para entender e refletir sobre o passado, mas igualmente sobre o presente. Em especial pelo fato de que, no atual processo de redefinições internacionais, uma “sucessiva ofensiva contra autoridades ajudou a rebaixar o nível da função pública e de seus atuantes em todas as partes do mundo produzindo choques de realidade que permitiram o sucesso eleitoral de gente tipo Donald J. Trump, Emmanuel Macron e Jair Messias Bolsonaro. Essa porteira do dissenso segue aberta e sem previsão de contenção”.

Personalidades não como exemplos, modelos a serem copiados, mas como atores que compreenderam as circunstâncias e complexidades dos momentos (nacional, regional e internacional) em que atuaram, política e diplomaticamente, e tiveram criatividade e capacidade de definir estratégias para promover os interesses do País. Em outros termos, conseguiram compatibilizar as demandas e necessidades internas com as possibilidades externas.

Daniel Afonso abordou com profundidade uma diversidade de temas e de atores com uma impar profundidade analítica. Tem como marco 1964 aos nossos dias, mas joga com as datas, retrocede e avança, possibilitando uma melhor compreensão das temáticas apresentadas. Mescla inteligentemente erudição com um estilo literário próprio, possibilitando uma leitura agradável.

Pela relevância e pertinência de suas reflexões e pelo atual momento histórico de indefinições, de processos de reformulação institu-

cional e de competições internacionais por espaços, mercados e poder, o presente livro fornece informações, análises e posicionamentos intelectuais que subsidiam o leitor a uma maior compreensão dos movimentos históricos que levaram ao atual contexto internacional e a formular a sua própria percepção sobre as relações internacionais e sobre a política externa brasileira.

Henrique Altemani de Oliveira
São Paulo, 27 de janeiro de 2019.



SUMÁRIO

NOTAS DE CABOTAGEM	27
CAPÍTULO 1 – APÓS GERONIMO	31
<i>Aguarrás do tempo</i>	<i>33</i>
<i>Hard war</i>	<i>36</i>
<i>Futuro passado</i>	<i>43</i>
<i>A dobra dos sinos</i>	<i>48</i>
CAPÍTULO 2 – DE BENGHAZI, UMA FLOR	53
<i>Day Before</i>	<i>54</i>
<i>O Dia D</i>	<i>55</i>
<i>Time for Action</i>	<i>58</i>
<i>Carnage</i>	<i>59</i>
<i>Insano</i>	<i>60</i>
<i>Desalento</i>	<i>61</i>
<i>Fatbi Tirbil</i>	<i>62</i>
<i>Timeline</i>	<i>63</i>
<i>Entre Amigos</i>	<i>65</i>
<i>Demônios</i>	<i>66</i>
CAPÍTULO 3 – ADEUS, GERONIMO	71
<i>“Tiempo nublado”</i>	<i>72</i>
<i>Adeus, Geronimo</i>	<i>74</i>
<i>Dividendos do adeus</i>	<i>78</i>
<i>Após Geronimo</i>	<i>81</i>
<i>Dançando na chuva</i>	<i>84</i>
CAPÍTULO 4 – A PRESENÇA DO GENERAL	89
<i>De volta ao 18 juin</i>	<i>93</i>
<i>Caminhos de Argel</i>	<i>98</i>
<i>Destinos recompostos</i>	<i>99</i>
<i>Je vous ai compris</i>	<i>101</i>
<i>Fazer a América</i>	<i>104</i>
<i>Partir ao Brasil</i>	<i>105</i>
<i>Razões para partir</i>	<i>108</i>
<i>O momento brasileiro</i>	<i>111</i>
<i>A presença do general</i>	<i>113</i>
CAPÍTULO 5 – O MOMENTO TANCREDO-MITTERRAND	115
<i>Intenção</i>	<i>116</i>
<i>Preparação</i>	<i>117</i>
<i>Confirmação</i>	<i>120</i>
<i>Organização</i>	<i>120</i>
<i>Tensão</i>	<i>121</i>

<i>Determinação</i>	124
<i>Homens de Estado</i>	125
<i>Ação</i>	125
<i>O momento</i>	130
CAPÍTULO 6 – A PRIMAVERA DOS TEMPOS	135
<i>Sorvendo lutos</i>	136
<i>Razões do Brasil</i>	140
<i>Segredos internos</i>	143
<i>Entre amigos</i>	149
<i>O fazer dos pactos</i>	153
<i>Paris</i>	157
CAPÍTULO 7 – À SOMBRA DO GENERAL	161
<i>Coisas do Brasil</i>	164
<i>O fazer dos pactos</i>	166
<i>A diplomacia dos pactos</i>	170
<i>A consolidação dos pactos</i>	173
CAPÍTULO 8 – O BRASIL DE RICUPERO	175
CAPÍTULO 9 – OS DIAS QUE MARCARAM A TRANSIÇÃO BRASILEIRA	181
CAPÍTULO 10 – DEIXAR A PÁTRIA LIVRE OU MORRER PELO HAITI.	191
<i>Preliminares: peacekeeping operations</i>	194
<i>Ainda jacobinos negros</i>	198
<i>O peso do número</i>	201
<i>Morrer pelo Haiti</i>	202
<i>Além do secretário</i>	212
CAPÍTULO 11 – MUITO ALÉM DOS OLHOS AZUIS	217
<i>Palavras</i>	221
<i>Neverland</i>	226
<i>O segredo dos olhos</i>	230
CAPÍTULO 12 – NOITES DE JUNHO	237
<i>Ensaio de método</i>	238
<i>Noites de junho</i>	243
<i>Presidente Dilma, la femme d'État</i>	246
<i>Palavras ao vento?</i>	250
<i>Da razão do Estado</i>	251
<i>De Camões a Mariel</i>	254
CAPÍTULO 13 – RÉQUIEM	261
REFERÊNCIAS	273
ÍNDICE REMISSIVO	297
SOBRE O AUTOR	305

NOTAS DE CABOTAGEM

*Mis arreos son las armas,
mi descanso el pelear.*
Miguel de Cervantes

O ponto de partida deste livro está no capítulo 4, *A presença do general*, que reconstitui a expedição do general de Gaulle ao Brasil em outubro de 1964. Na sequência, vai redesenhado, no capítulo 5, *O momento Tancredo-Mitterrand*, o encontro desses gigantes artistas da razão de Estado que foram o presidente Tancredo de Almeida Neves e o presidente François Mitterrand. A interação política e diplomática entre França e Brasil, América do Sul e Europa, após esse *momentum* Tancredo-Mitterrand de janeiro-fevereiro de 1985, segue objeto direito de *A primavera dos tempos e À sombra do general*, respectivos capítulos 6 e 7. *O Brasil de Ricupero*, capítulo 8, aprecia o magnífico *A diplomacia na construção do Brasil – 1750-2016* da lavra do sempre notável embaixador Rubens Ricupero. *18 dias – Quando Lula e FHC se uniram para conquistar o apoio de Bush*, empreendimento de valor de Matias Spektor, vai anotado no capítulo 9, *Os dias que marcaram a transição brasileira. Deixar a pátria livre ou morrer pelo Haiti*, capítulo 10, avalia os fundamentos de dez anos de *Mission des Nations Unis pour la stabilization en Haiti – Minustah*. *Muito além dos olhos azuis*, âncora do livro, aparece como capítulo 11 e retraza aspectos decisivos da reação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à crise financeira de 2007-2009. *Noites de junho*, capítulo 12, promove exercício similar sobre a atuação da presidente Dilma Rousseff na gestão dos protestos de junho de 2013 no Brasil. O pano de fundo de toda essa quadra mundial da viragem de séculos aos dias atuais foi premido por mutações na condução da política externa norte-americana que vai analisada nos primeiros capítulos do livro que são *Após Gerônimo, De Benghazi, uma flor e Adeus, Geronimo*. O último capítulo, o 13, *Réquiem*, ensaia uma impressão geral do Brasil que disto tudo saiu.

O fio condutor dessas tramas todas do general De Gaulle à presidente Dilma Rousseff passando pelas presidências George W. Bush (pai e filho) e Barack H. Obama nos Estados Unidos e Jacques Chirac e Nicolas

Sarkozy na França jaza na perquirição da força da autoridade na formação das relações internacionais contemporâneas. Seu fundamento reconhece e reforça – malgrado o truísmo – a autoridade como o imperativo decisivo desse processo. E, sendo assim, busca recompor a ação de alguns homens e mulheres de autoridade ou objetos dessa autoridade na construção do mundo contemporâneo de 1964 aos nossos dias.

Esses homens e mulheres impressos neste livro foram notórios e notáveis ou ordinários e anônimos. Os primeiros foram artistas, diplomatas, altos funcionários e/ou homens de Estado. Isso porque, por consenso e por verdade, de muito escrutinar gestos e insinuar olhares, o artista, o diplomata, o alto funcionário e o homem de Estado apreendem todas as rugas da alma humana, todos os sentimentos e vibrações de amor e dor da ação dos homens e toda a emanção de imaginações nacionais e epopéias internacionais. Ao passo que a gente do comum – *outsiders* em plenitude – constitui a massa de eternos contestadores dessa emanção marcada a ferro e fogo pelas autoridades estabelecidas. Foram eles – homens do povo e do comum – que germinaram os incidentes do 11 de setembro de 2001 e recomeçaram a História. Foram eles que esgarçaram as limitações do *novo tempo do mundo* quando instituições *too big to fail* começaram a claudicar após a crise financeira mundial recente. Foram eles que encheram as ruas árabes em 2011 para evidenciar o choque da descolonização. Foram eles que majoritariamente fizeram as *noites de junho* brasileiras de 2013 e anunciaram o *tsunami* em lugar da “*marolinha*” em todos os países emergentes.

Essa sucessiva ofensiva contra autoridades ajudou a rebaixar o nível da função pública e de seus atuantes em todas as partes do mundo produzindo choques de realidade que permitiram o sucesso eleitoral de gente tipo Donald J. Trump, Emmanuel Macron e Jair Messias Bolsonaro. Essa porteira do dissenso segue aberta e sem previsão de contenção.

Uma simples admiração discreta tangida por curiosidade imoderada por esses temas e problemas ligados à história dos homens justificaria de saída o todo das preocupações contidas neste livro. Mas o que vai a seguir foi produto de muitos anos de meditação e aprimoramento de saberes circunscritos a Humanidades e Ciências Humanas com o intuito de forjar uma carpintaria com algum quociente de clareza, cientificidade e inteligibilidade.

Logo me dirão se consegui

Nas trilhas dessa cabotagem, acumulei dívidas morais e intelectuais impagáveis. Irene Castells e José Bailo Ramonde foram os primeiros a, de fato, mover a minha atenção acadêmico-universitária e intelectual para temas de relações internacionais contemporâneas. Luiz Felipe de Alencastro, que dirigiu a versão francesa de minha tese de doutorado na Sorbonne, sem saber nem prever, abriu portas de vivências decisivas que dão sustento a este livro. Raul Mateos Castell, Fernando Augusto de Albuquerque Mourão e Antonio Carlos Robert Moraes foram conselheiros decisivos em momentos decisivos. Rubens Ricupero, *le meilleur parmi nous*, segue meu fiel incentivador desde *O enigma da capital*. Henrique Altemani de Oliveira deu os sopros iniciais para a concretização destes meus exercícios de cabotagem. José Carlos de Assis endossou a minha participação no projeto GGN – *O jornal de todos os Brasis* de Lourdes e Luis Nassif – onde tanto aprendi e aprendo –, e segue gentil e afável todo o tempo. Ana Cristina Cordeiro Fonseca, José Késsio Floro Lemos, Matheus Montenegro Carneiro e Paulo Cesar Gomes de Souza Sobrinho foram *brothers* e sabem disso. Márcio Fortunato me ensinou mais que ele imagina sobre a vida. Luis Ochoa Bilbao me acolheu com afeição em seu grupo mexicano de estudos sobre países emergentes. Rafael Antonio Duarte Villa me recebe com desvelo no NUPRI-USP. Christian Lesquesne deu suporte às minhas temporadas na *Sciences Po* em Paris e me conectou a praticamente toda a *intelligentsia* francesa e europeia dedicada às relações internacionais contemporâneas. Sidonie Wetzig e Uwe Optenhögel me abrigaram com solicitude na *Friedrich-Ebert-Stiftung* em Bruxelas. Bert Hoffman, Franco Petroni, Gaby Küppers, Gregory Claeys, Heinz Scherrer, Jean-Paul Joulia, Jesper Tvevad, Luiz Galvão, Peter Simon, Thomas Renard, Wiktor Staniecki, Vitor Melicias, Yorgos Altinzis e Yvan Vassart deram tom realista à minha compreensão do mundo europeu recente. Victor Sukup, morto idiotamente, ainda nos produz saudade. Karl Buck, esse ícone da interação União Europeia-América Latina, recebeu a mim e ao Victor Sukup em Aachen/Aix-la-Chapelle para a conversa-aula dos sonhos para qualquer observador internacional contemporâneo. Achilles Zaluar Neto, Alain Rouquié, Celso Lafer, Eduardo

Violla, Jean-David Levitte, Maurice Vaïsse, Paulo Roberto de Almeida, Sérgio Amaral e Tarcísio Costa foram sensíveis e pacientes às minhas questões, ora num ora noutra lado do Atlântico. Sophie Jouineau sempre me ensina muito sobre muitas coisas. Paola Giacomoni – com Constanza e Stefano – continua me demonstrando o sentido grave que tudo em italiano pode ter. Ruy Fausto me deu aulas de sapiência em várias tardes e noites de Paris. Diversas pessoas anônimas de competência e coração me socorreram em horas de precisão em diversas instituições – arquivos, bibliotecas, repartições – em várias partes do mundo. A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo franquaram a quase totalidade de minha formação e de minhas pesquisas. Os periódicos *Araucaria*, *Estudos Avançados*, *História – Debates e Tendências*, *Insight Inteligência*, *Política Externa*, *Tla-Melua*, *Tempo e Argumento*, *Tempo Social* e *Teoria e Debate* publicaram versões preliminares de muitas das ideias contidas neste livro. Carlos Eduardo Lins e Silva, da publicação *Política Externa*, foi o primeiro editor a valorar, incentivar e publicar as minhas primeiras impressões sobre o mundo contemporâneo. Maria Eloisa Cardoso Rosa – com Nina e Juca – segue uma azaléia que sorri pra mim. Minha avó, dona Sebastiana Maria Abraão, que morreu sem saber muito bem o que eu fazia, continua presente em tudo que faço.

CAPÍTULO 1

APÓS GERONIMO

Una política es clara cuando su definición no lo es. Hay que decidirse por una de estas dos tareas incompatibles: o se viene al mundo para hacer política, o se viene para hacer definiciones.

José Ortega y Gasset

“A decade of war is ending”. Esse diagnóstico – ousado e traiçoeiro – vem ganhando espaço e força nas ações e nos movimentos do presidente Obama desde a confirmação de sua reeleição como mandatário dos Estados Unidos da América. Na madrugada do dia 7 de novembro de 2012, sancionado pelo escrutínio do sufrágio universal, Obama discursa em Chicago aos seus apoiadores, aos seus eleitores, aos seus compatriotas e, inevitavelmente, ao mundo inteiro. Carregado de analogias e imagens e variedades metafóricas, sua manifestação de vitória reafirma a unidade nacional como essência do *leadership* americano. *“We are an American family, and we rise and fall together as one nation and as one people”*¹. Simples em forma e potente em conteúdo, a mensagem – justa e precisa para o momento e densa e reflexiva para os dias seguintes – cumpre sua função de recobrar o moral de toda uma população fragilizada pelo decênio iniciado no hiato entre setembro de 2001 e março de 2003 e em vias de desaparecer desde junho de 2009 no Cairo, maio de 2011 em Abbottabad e novembro de 2012 em Chicago. O 9/11 traumatizou os fundamentos da noção de civilização humana no sentido freudiano do termo. Foi *“l’événement”*.

1 Barack Obama’s victory speech – full text. *Guardian*, Wednesday 7 november 2012.

ment sans nom”, no dizer de Nicole Barcharan². A invasão do Iraque e seus desdobramentos vêm demonstrando a impotência da superpotência, no dizer de Bertrand Badie³. Em seu *On a new beginning*, o famoso discurso do Cairo, Obama declara que “*we cannot impose peace*”⁴. Mas palavras não pagam dívidas, como diriam personagens de Shakespeare. E a dívida americana, interna e externa, ampliada pelas diretivas da *war on terror* e aprofundadas pela crise financeiro-econômica a partir de 2007, esteve à beira de desfigurar o *American dream*. O assassinato de Ousamma Bin Mohammed Bin Awad Bin Laden revigorou a auto-estima americana e pró-ocidental. “*Justice has been done*”. E, ao anunciar o feito, perto do fim da noite do dia 2 de maio de 2011 em Washington, o presidente Obama lembra que “*We (the American people) can do these things not just because of wealth or power, but because of who we are: one nation, under God, indivisible, with liberty and justice for all*”.⁵ A concretização dessa busca por justiça para todos com “Geronimo EKIA” – mensagem de oficial do comando em Abbottabad, informando que o inimigo, Bin Laden, fora morto na ação – contribuiu fortemente para o início do fim do que Bob Woodward chama de *Bush’s war* e *Obama’s war*⁶. Nesse sentido, sim: “*a decade of war is ending*”. Entretanto, o significado e a significação dessa definição ou diagnóstico ou desejo ou intuição são obscuros e imprecisos. Especular sobre alguns possíveis significados e significações dessa proposição que o presidente Obama repetira ato contínuo em suas aparições desde 7 de novembro de 2012 até o fim de sua presidência é o objetivo do que se segue.

2 BARCHARAN, Nicole. L'événement sans nom. *Le monde, Hors-Série, La décennie Ben Laden*, Paris, p. 20-22, 2011.

3 BADIE, Bertrand. *L'impuissance de la puissance – Essai sur les nouvelles relations internationales*. Paris: Fayard, 2004.

4 Remarks by president *On a New Beginning*. Cairo, 4 jun. 2009. (The White House – Office of the press secretary).

5 Remarks by the president on Osama Bin Laden. East Room, White House, 2 maio 2011. (The White House – Office of the press secretary).

6 WOODWARD, Bob. *Obama’s wars*. New York: Simon & Schuster, 2010.

Aguarrás do tempo

Mesmo antes da dobra do último sino daquele dramaticamente espetacular dia 11 de setembro de 2001, entrou em marcha a tentativa coletiva de compreensão do ocorrido. A perplexidade tomou conta. As imagens e os grunhidos da vulnerabilidade do *império*⁷, emitidos *real time, just in time, full time* pelos *media*, aumentaram o fosso do tempo. A experiência e a esperança perderam o sentido. O presentismo atordoou a consciência dos viventes. Em Nova Iorque, nos Estados Unidos e algures. *Passado e futuro* perderam a evidência. O presente – com seu êxtase e dor – virou contínuo e interminável e perpétuo e eterno⁸. A excepcionalidade do evento foi o diagnóstico imediato e implacável. Diversos *headlines* das horas, dias, semanas e meses seguintes informaram algo próximo de “EUA sofrem maior ataque da história”. Ataque de comparação longínqua a Pearl Harbor em 1941 ou ao incêndio da White House em 1812; mesmo que alguns o considerem mais apropriado estender sua similitude às consequências do assassinato de Sarajevo de 1914⁹.

Ao mesmo momento, vai ganhando discussão o seu impacto sobre o sistema internacional ou sobre a ordem mundial ou sobre, pura e simplesmente, o mundo. Chancelarias de países aliados ou não aos Estados Unidos ficam de sobreaviso. Órgãos de imprensa e demais formadores de opinião alimentam o interesse geral com informações, proposições e teorias. Muitos indiferentes à concretude de sua própria presença no mundo passam a perceber a força e a inconveniência da integralidade da civilização material em escala planetária. Ou, ao menos, a grandiosidade da presença dos Estados Unidos nesse mundo¹⁰.

7 Tomo os sentidos atribuídos por Michel Hardt & Antonio Negri em seu *Império* (Trad. Berilo Vargas. Rio de Janeiro: Record, 2001) e David Harvey em seu *The new imperialism* (Londres: Oxford University, 2003).

8 Sobre “experiência do tempo” e “regimes de historicidade” ver HARTOG, François. *Régimes d'historicité. Présentisme et expérience du temps*. Paris: Seuil, 2003. Ver também KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Trad. Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

9 ver SUR, Serge. *L'hégémonie américaine en question*. In: HEISBOURG, François (Org.). *Annuaire stratégique et militaire, 2006-2007*. Paris: Odile Jacob, 2007. p. 3-42.

10 HOBBSAWM, Eric J. Trocando mitos por história. *O Estado de S. Paulo, Aliás!*, 11 set. 2011.

A *New Yorker* do dia 24 de setembro de 2001 sintetizou tudo. Sua capa trouxe o luto. Veio inteira escura. Como o desolamento do País frente a si. Sentimento sem nome. Comoção sem fim. Sofrimento e dor.

Ao menos desde o desaparecimento da realidade do bloco socialista, a sensação de triunfo reacendia a chama do *American dream*. Da excepcionalidade do povo. Da predestinação da nação. Da unicidade da civilização. Da ubiquidade do bem.

Do presidente Bush – o *old* – ao 9/11 se viveu o inquestionável da *puissance*. “*We are the indispensable nation*”, queria a secretária Madeleine Albright. “*The American way of life is not negotiable*”, dizia o próprio presidente Bush.

Depois que o *American Airlines Flight 11* e o *United Airlines Flight 175* singraram sequestrados pelos céus de Nova Iorque e deformaram o cartão-postal do mundo livre e o *American Airlines Flight 77* e o *United Airlines Flight 93* ameaçaram símbolos de segurança e poder do império, a América se viu, a contragosto, bem-vinda ao deserto do real, como previram subliminarmente os irmãos Wachowski em sua *Matrix* (1999).

A resposta imediata ao Afeganistão e ao Iraque, ao terror e aos terroristas, aos inimigos e aos desafetos não inibiu retaliação. Suprimindo Dar Es-Salaam na Tanzânia e Nairobi no Quênia em 1998 e Aden no Yémen em 2000 e Washington e Nova Iorque nos Estados Unidos em 2001, Djerba na Tunísia e Bali na Indonésia e Mombasa no Quênia em 2002, Riyad na Arábia Saudita e Casablanca no Marrocos e Bagdad no Iraque em 2003, Madrid na Espanha em 2004, Londres no Reino Unido e Amman na Jordânia em 2005, Argel na Argélia em 2007 e vários lugares pela Nigéria, Afeganistão e Paquistão em vários momentos foram alvos de ataques cometidos, atribuídos ou inspirados pela al-Qaeda.

O 9/11, mesmo não sendo o *turning point* da história dos homens, como gostariam muitos estadunidenses feridos em sua altivez de *hegemon*, modificou a geografia das percepções. Impôs, retomando as impressões de Dominique Moïsi, o *clash of emotions*¹¹. Chegando ao fim *a decade of war* vai virando imperativo perceber o que permanece e o que segue mudando.

11 MOÏSI, Dominique. The clash of emotions – Fear, humiliation, hope, and the new world order. *Foreign affairs*, n. 86, v. 1, p. 8-12, jan./fev. 2007.

No dia 21 de janeiro de 2013, o presidente Obama pronunciou o discurso de inauguração de seu segundo mandato. A reação de aplausos foi descomunalmente mais intensa quando ele reafirmou que “*a decade of war is now ending*”¹². Não foi diferente quando, semanas depois, em seu *State of the Union address* afirmou, logo nas primeiras frases, que “*after a decade of grinding war, our brave men and women in uniform are coming home*”¹³.

Para as gentes que amargam os piores e rudes momentos vividos desde tempos imemoriais – e muito da razão disto advém das contingências do *making war* –, a notícia do fim desse direcionamento não pode que entusiasmar. “*This generation of Americans has been tested by crises that steeled our resolve and proved our resilience*”, dizia o presidente Obama.¹⁴ Entretanto, com algum recuo, a frase ou a mensagem – *a decade of war is ending* – ganha progressivamente em complexidade e tensão. Sua relação objetiva refere ao impacto nefasto da inclusão do Iraque na resposta ao 9/11. Inclusão que o senador Obama, vale lembrar, foi largamente contrário¹⁵. Ainda de modo objetivo, *a decade of war* pode significar literalmente o fim de dez anos de guerras que podem ainda continuar. Mesmo com a determinação de conduzir os soldados de volta. Mas pouco na vida e na história e nas relações internacionais admite a simplicidade da pretensa objetividade.

A ofensiva contra o Iraque e o desconjuntamento do governo de Bagdá vêm sendo indissociáveis do 9/11. A *war on terror* do presidente Bush fixou essa narrativa. Aceitando-a, *a decade of war* ganha mais alguns anos. Ao menos quase dois. A ofensiva ao Afeganistão começou em 7 de outubro de 2001. A do Iraque, em 20 de março de 2003. Mas as proposições precisam, como sempre, fugir da frugalidade do calendário e da cronologia. Como ensina Fernand Braudel, as variações curtas são “*souvent les plus faciles à détecter*”, mas para tentar apreender *les forces profondes* fica decisivo ter em conta que “*il y a les temporalités de longue ou*

12 Inaugural Address by President Barack Obama. U.S. Capitol, Washington, D. C., 21 de janeiro de 2013. (The White House – Office of the press secretary).

13 Remarks by the president in the State of the Union Address. U.S. Capitol, Washington, D. C., 12 de fevereiro de 2013. (The White House – Office of the press secretary).

14 Id., Ibid.

15 Para entendimento da completude das razões ver REMNICK, David. *A ponte: vida e ascensão de Barack Obama*. Trad. Celso Nogueira e Isa Mara Londo. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. Capítulo 9.

*très longue durée, les conjonctures lentes et moins lentes, les déviations rapides, certaines instantenées*¹⁶.

Intentando avançar nessa senda, o ponto de partida da *decade of war* fica para além de março de 2003 ou outubro de 2001. Essa constatação chega a beirar o truísmo; como rescende banal afirmar que a natureza da ofensiva sobre o Iraque em 2003 não deriva do 9/11.

Hard war

No 9/11, sob a perplexidade da notícia, pelas 9h30 da manhã, o presidente Bush interrompe sua visita à *Emma Booker Elementary School*, em Sarasota, Florida. Comunica que “*unfortunately, will be going back to Washington*”. “*Today we’ve had a national tragedy. Two airplanes have crashed into the World Trade Center in an apparent terrorist attack on our country*”¹⁷. Agentes do serviço secreto em consonância com o vice-presidente Richard Cheney foram contrários ao imediato regresso do presidente à Washington. D.C. era terreno muitíssimo minado. *Barksdale Air Force Base* foi seu primeiro destino. *Offutt Air Force Base*, o próximo. Desde *Offutt*, pelas 15h15, após diversas conversações paralelas, o presidente se reúne, por vídeo conferência, com seus principais *advisers*. Condoleezza Rice, do *National Security Council* (NSC), foi pedagógica. Reconheceu sem orgulho nem excitação a caída do véu. “*We’re at war*”, sentenciou. George Tenet, diretor da *Central Intelligence Agency* (CIA), foi mais específico. Disse ser a guerra contra al-Qaeda. Essa reunião de primeiras impressões e encaminhamentos tomou algumas horas. Final de tarde, início da noite, o presidente Bush, contrariando seu *staff*, decide retornar de vez a Washington. Quer ir à *White House*. Vai. Pelas 20h30, discursa à nação. Profetiza que os americanos “*will never forget this day*”.

Antes que o dia se acabesse, junto após seu discurso, teve lugar a primeira reunião em pessoa com seus *top advisers*. Dessa reunião sairia o

16 BRAUDEL, Fernand. *Civilisation matérielle, économie et capitalisme – XVe–XVIIIe siècle*. 3. *Le temps du monde*. Paris: Armand Colin, 1993. p. 8.

17 Remarks by the President After Two Planes Crash Into World Trade Center. Sarasota, Florida, 11 de setembro de 2001. (The White House – Office of the press secretary).

war council. Vice-presidente Cheney. Secretário de Estado Collin Powell. Secretário de defesa Donald Rumsfeld. Diretor do FBI Robert Mueller. Diretor da Cia George Tenet. Generais Hugh Shelton e Richard Myers. Deputados Stephen Hadley e Joshua Bolten. A primeira ação foi desenhar a coalizão para punir os “*perpetrators of the attacks*” e seus apoiadores. Collin Powell entendeu ser a hora de Paquistão, Afeganistão e estados árabes definirem seu lado. O presidente Bush notou oportunidade de engajar Rússia e China em aliança de apoio. Donald Rumsfeld identificou Iraque, Afeganistão, Líbia, Sudão e Irã como inimigos imediatos. O presidente Bush quis aproveitar o momento para, no mínimo, constranger o regime de Saddam Hussein. O Iraque era a única praça de combate americano – havia 11 anos de animosidades intensas.

Na mesma noite, Donald Rumsfeld solicita a Richard Myers que encontre, ou crie, o mais rapidamente possível, informações para ligar o regime iraquiano aos atentados. O objetivo era bater Bin Laden e Saddam ao mesmo tempo. No mesmo diapasão, na manhã do dia seguinte ao 9/11, o presidente Bush consulta Richard Clarke, especialista em contra-terrorismo do NSC. Queria evidências da participação do Iraque. Seis dias depois, 18 de setembro, o relatório *Survey of intelligence information on any Iraq involvement in the September 11 attacks* vai enviado, como resposta, para Condoleezza Rice encaminhar ao presidente. Sua conclusão indica menos que suposições da relação al-Qaeda-Iraque. Mostra “*only some anecdotal evicendé*”.

Mas antes desse relatório, o presidente, no dia 15 de setembro, havia decidido não invadir o Iraque imediatamente. O governo de Bagdá seria incluído, mas em uma segunda fase. O primeiro esforço deveria ser contra o Afeganistão. Sobre o Iraque, mais cautela seria necessária. Mais evidência. Mais precisão. Provas. Narrativa. Justificação.

Paul Wolfowitz, secretário adjunto de Rumsfeld, foi dos mais obsessivos nessa tarefa. Chegou a formular participação de iraquianos no atentado ao *World Trade Center* em 1993.¹⁸ Mas nada se comprovou. Muito menos a existência de armas de destruição massiva, alegada adiante. Por essas e outras, o Iraque não compôs a *Infinite Justice* – código da

18 *The 9/11 Commission Report*. National Commission on Terrorist Attacks Upon the United States (Public law 107-306, November 27, 2002).

operação militar no Afeganistão alterada para *Enduring Freedom* para inibir sensibilidades muçulmanas –, mas a continuação de uma, até o presente, danação permanente.

*

No dia 1º de maio de 2003, no porta-aviões Abraham Lincoln, na costa de San Diego, na Califórnia, o presidente Bush anuncia o fim da guerra no Iraque. A operação *Iraqi Freedom* fica oficialmente terminada. “*A nation bi banking a dangerous and aggressive regime*” vinha de ser libertada. “*The battle of Iraq is one victory in a war on terror that began on September the 11, 2001*”, adverte o presidente. E lembra: “*We have not forgotten the victims of September the 11th*”¹⁹.

Iraqi Freedom foi ligeira. Começou no 20 de março. Esgotou no 18 de abril. Menos de 30 dias. Pouco além de 720 horas. Tudo em 2003. A operação, em si, aqui, desinteressa. Tanto pela pouca significância como pela muita repugnância. 138 soldados americanos mortos contra 2.320 iraquianos. 466.985 soldados americanos. 233.342 do exército. 54.995 da aeronáutica. 61.296 da marinha. 74.405 *marine corps*. 1.477 aviões. Mas seus antecedentes, por certo, merecem alguma atenção e seus desdobramentos, reflexão.

Francis Fukuyama, de modo comportado, sugere que a intervenção no Iraque demonstra que os Estados Unidos foram e são impotentes unilateralmente para resolver os problemas do Oriente-Médio.²⁰ Yves Boyer, presidente da sociedade francesa de estudos militares, propõe algo mais contundente. Afirma ser “*l’extraordinaire difficulté des dirigeants politiques à maîtriser une situation complexe*”.²¹ Não faz, também, caso avaliar esses juízos. Convém remontar algumas constatações.

*

19 Remarks by the President from the USS Abraham Lincoln At Sea Off the Coast of San Diego, California. 1 de maio de 2003. (The White House – Office of the press secretary).

20 FUKUYAMA, Francis. L’Amérique a perdu de sa superbe”. Entrevista a Olivier Guez. *Le monde magazine*, 10 ans après. p. 18-22, 10/9/2011.

21 BOYER, Yves. Petite et grande histoire autour de la crise iraquienne. In: HEISBOURG, François (Org.). *Annuaire stratégique et militaire*, 2006-2007. Paris: Odile Jacob, 2007. p. 188.

Depois da *desert storm* – operação militar contra o Iraque na guerra do Golfo –, as resoluções 678, 687 e 688 do Conselho de Segurança da ONU conferem aos aliados prerrogativa e autoridade para proteger minorias étnicas no Iraque. Chiitas ao sul. Curdos ao norte. Estados Unidos e Reino Unido ficam responsáveis pela ação. *Provide comfort* foi o código da mobilização. À França coube a supervisão. Zonas de exclusão aérea foram impostas para impedir ataques de forças iraquianas. *Southern watch* e *northern watch* são as operações. 1991-2 são o momento. A resistência de tropas e forças de Saddam se mantém permanente. Sem mesmo anexar muito mais detalhes, fica explicitada a antiga implicação militar anglo-americana na região e o asco ao regime de Bagdá²².

No dia 17 de setembro de 2001, durante outra incessante reunião do NSC, o presidente Bush definiu que o Iraque seria incluso na segunda fase do eixo de respostas ao 9/11. Mas orientou o departamento de defesa a “*to be ready*” em caso da gente de Bagdá intentar atrapalhar a primeira fase da ação. Em acontecendo, o primeiro passo seria a possível ocupação das áreas de petróleo iraquianas²³. Nas semanas e meses que seguiram surgiram outras orientações.

Por novembro-dezembro, diversos conselheiros militares do presidente Bush foram infiltrados no norte do Iraque a fim de conhecer lideranças curdas e opositores do regime de Saddam. O objetivo era construir coalizão anti-Saddam e possíveis alianças para depois dele. Outro grupo de estadunidenses passou a estudar a vulnerabilidade de pontos terrestres curdos. As cidades de Arbil, Suleimania e Dohouk foram mobilizadas e preparadas para receber tropas e material em caso de guerra. A CIA abriu dois postos ao norte do Curdistão para agentes do Pentágono e do serviço secreto britânico. Esses agentes foram sendo multiplicados progressivamente e, inclusive, somados a plurais forças de inteligência de Estados Unidos, Reino Unido, Jordânia e Austrália. Praticamente tudo ao norte de Bagdá estava, rápido, sob observação. Inclusive os campos de petróleo. No caso do Sul, a operação usou mais tempo. Foi efetivada meses entrados de 2002. *Southern focus* visava interromper a comunicação entre Bagdá e

22 Id., p. 189.

23 *The 9/11 Commission Report*, op. cit., p. 335.

forças iraquianas de Saddam em Nassirya e Bassorah e aliados dispersos pelo Kuwait e Arábia Saudita. Além disso, dominar completamente o espaço aéreo iraquiano. Neutralizar os mísseis sol-sol/sol-mar iraquianos. Inutilizar os lugares suspeitos de possuir armas químicas ou biológicas²⁴.

Enquanto se produzia a longa e rude investida diplomática e dos *media* para justificar a invasão do Iraque, avançavam ofensivas contra Saddam. Além do domínio aéreo, se queria degradar as possibilidades de defesa do regime. Nessa função, o bombardeamento partiu em escalada. Em dezembro de 2002, o ministro da defesa de Tony Blair informou que, entre março e novembro, a quantidade de bombardeios aumentara em 300%. Foram utilizadas 126.4 toneladas de bombas. Média de 15 toneladas por mês. Computando crescimento de 60% comparado a 2001²⁵. Enquanto secretários do presidente Bush e de seu homólogo britânico faltavam obsessivamente com a verdade em reuniões e encontros públicos e privados, antes do fim de fevereiro de 2003, 200 mil soldados estadunidenses ganhavam o Golfo Pérsico. 100 mil espalhados pelo Kuwait. Mais de 20 mil britânicos, que seriam dobrados em quantidade, também se punham a postos. Cinco porta-aviões de bandeira dos Estados Unidos derivavam pelo Mediterrâneo. 500 aviões da *US Air Force* flanavam pelo Golfo²⁶. Do dia 20 de março, em diante, faltava muito pouco a fazer.

*

Da coalizão Estados Unidos, Reino Unido e França que, concreta e materialmente, decidiu o destino da primeira grande guerra depois de depois do muro que foi guerra do Golfo, o último aliado, a França, foi enfaticamente contra a ofensiva anti-Saddam no após 9/11. Certo que o *leadership* americano não convenceu seus pares no Conselho de Segurança. Exceto o reino de Tony Blair. Por outro lado, entrou em desentendimento ou rota de colisão com turcos, alemães, poloneses, italianos.

24 BOYER, Yves. *Petite et grande histoire autour de la crise iraquienne*, op. cit., p. 189-191.

25 NORTON-TAYLOR, Richard. Britain and US step up bombing in Iraq. *The guardian*, 4/12/2002.

26 BOYER, Yves. *Petite et grande histoire autour de la crise iraquienne*, op. cit., p. 189-191.

Do intercâmbio *White House-10 Downing Street* no primeiro semestre após 9/11 foi consolidada a convicção da oportunidade de despachar Saddam do Iraque. O instrumento diplomático, oficial, inicialmente utilizado foi o projeto anglo-americano de resolução para ratificação do Conselho de Segurança.

Esse projeto, apresentado em meados de 2002, propunha o emprego de força bruta – bélica e moral – contra o Iraque em caso de o governo de Saddam negacear as demandas da resolução. Discutido no dia 2 de outubro corrente, o projeto foi terminantemente recusado. França, Rússia e China eram contra. Sobretudo por não perceber relação objetiva entre desarmamento e alteração do governo de Bagdá. O projeto Bush-Blair propunha explicitamente derrubar o governo e na sequência procurar armas – plano que acabou se sucedendo.

O impasse surgiu como força de entendimento em torno da resolução 1441, aceita a 8 de novembro, que sustenta e incentiva o trabalho de inspetores na procura de armas de destruição massiva. Cinco dias adiante, 13 de novembro, o embaixador Mohammed Al-Dori, representante do Iraque na ONU, comunica a anuência de seu País das condições da resolução 1441. Mohamed El-Baradei e Hans Blix, Agência Internacional de Energia Atômica e ONU respectivamente, engajaram suas equipes no corta-luz do tempo em visitas de inspeção.²⁷ Poucas semanas depois do 8 de novembro, haviam repassado, sem nada de danoso encontrar, 188 lugares. No início de dezembro, relatório iraquiano de 12.000 páginas chegou ao birô do presidente Bush. Imediatamente reconhecido como não credível, o documento, assinado por Saddam, foi entendido como afronta à resolução 1441. Mais que isso, como fim de possibilidades diplomáticas.

O destronamento de Saddam, com ou sem o apoio da comunidade internacional, virou obsessão inevitável. Caminho sem volta²⁸.

Do Conselho de Segurança, todos foram contra. Rússia, China e França. Simples rivalidade ideológico-estratégica histórica desses países – com todas as suas nuances e complexidades e diferenças – com o guardião

27 Resolution 1441 (2002). Security Council, United Nations, 8/11/2002. Annex text of Blix/El-Baradei letter.

28 GRAHAM, Robert; HARDING, James. War in Iraq: How the Die was Cast Before Transatlantic Diplomacy Failed. *Financial times*, 27/05/2003.

supremo do mundo livre poderia explicar. China e Rússia jamais esqueceram dos tempos de humilhação. De meados do século 19 a 1949, no caso chinês. Todo o século 20, no caso russo. Isto para ficar apenas na memória do mais recente. A França da quinta república, nos auspícios do general De Gaulle, procura *se faire une certaine idée de soi* a fim de permanecer mestre de *son destin*. Mas convergências mais complexas concorreram para a decisão de todos contra Bush-Blair em 2002-2003. Pode bastar o exemplo da França.

*

França, 1990, presidente Mitterrand. Na euforia da recém-abertura do muro de Berlim, todos os olhares se renderam primeiro ao Panamá depois ao Golfo. A invasão daquele e os contenciosos nesse puseram em alerta todos os esforços da coalizão pelo mundo livre. O apoio francês à *desert storm* se pôs moralmente quase inevitável. Na aliança com as tropas do presidente Bush ficou latente o descompasso, a degradação e o atraso logístico e temático dos serviços de segurança militar e civil franceses. Com isso, soldados e governo perderam a inocência. Perceberam a herança de retardo que a *cold war* lhes deixou. Os dividendos da guerra. Agora chegara a hora de reverter o dado. Era tempo para viver e aproveitar os dividendos da paz.

Terminado o grosso da obrigação francesa na operação do deserto, o alto comando francês convence o presidente Mitterrand da urgência na modernização. 1991 segue o ano. Nesse sentido, foi reposto em marcha o programa militar de satélites de reconhecimento. Com parceria minoritária de Itália e Espanha, 14,1% e 7% em respectivo, a França liderou o projeto Hélios. Posto em órbita em 1995, sob o presidente Jacques Chirac, o sistema ampliou a capacidade e a independência de diagnóstico dos franceses. A sofisticação de seu censor infravermelho era de seus grandes diferenciais. Sua precisão permitiu ao governo francês desmascarar de imediato os argumentos dos *war councils* de Bush e de Blair sobre a existência de armas de destruição massiva no Iraque²⁹. Dessa base infor-

29 GUISEL, Jean; KORN-BRZOZA, David. *France: Histoire des services secrets français* –

mativa concreta sai a convicção do presidente Chirac e de seu ministro Dominique de Villepin sobre o assunto. Ambos sabem da inexistência da produção das armas alegadas e insistem para que as equipes de inspeção façam seu trabalho. No contexto de definição e desdobramento da resolução 1441, coincidiu de a França estar na presidência do Conselho de Segurança. Vendo a insanidade do eixo anglo-americano durante dezembro de 2002, o ministro Villepin convocou reunião do Conselho para o dia 20 de janeiro de 2003. França, China e Rússia eram contra Bush e Blair. Foi o momento de clarificar que, ao menos os franceses não fariam guerra ao Iraque sem consenso da comunidade internacional³⁰.

Sempre muito maneiroso na fala e na escrita, o ministro Villepin se superou no discurso ao Conselho de Segurança no 14 de fevereiro de 2003. Densa na forma e plástica em seu conteúdo, a manifestação serve de síntese da complexidade das contradições em andamento. Condena vivamente a posição do *war council* anglo-americano. Reivindica o bom-senso. “*Nous sommes les gardiens d’un idéal, nous sommes les gardiens d’une conscience*”, advoga³¹. Tudo ao léu.

Futuro passado

No dia 20 de março de 2013, aniversário da *Iraqi freedom*, o antigo chanceler do presidente Chirac fez publicar na versão francesa do *Huffington post* artigo reflexivo e sugestivo sobre o hiato 9/11-invasão do Iraque. Mais precisamente sobre o impacto das decisões do 8 de novembro de 2002 ao 20 de março de 2003 diante da geodiplomacia e geoecologia globais.

Guerre en Irak: “Éviter un choc des civilisations”, como que em balaço do decênio, ousa definir: “*Ce ne sont pas seulement dix ans qui séparent l’intervention en Irak de 2003 et aujourd’hui, mais deux mondes*”. O mundo dos Bush e o mundo de Obama. Da arrogância da *puissance* – a

1989-2009. Paris: Programm33, 2010.

30 BOYER, Yves. *Petite et grande histoire autour de la crise iraquienne*, op. cit., p. 195-196.

31 Discours prononcé à l’Onu lors de la crise irakienne. Dominique de Villepin – New York, 14/02/2003.

hiperpuissance, ao gosto de Hubert Védrine – à cooperação como projeto. De instituições internacionais deslegitimadas à intervenção francesa no Mali com apoio do Conselho de Segurança. Do império da al-Qaeda aos levantamentos da rua árabe. Do triunfo absoluto dos Estados Unidos à redefinição do lugar ao sol de Rússia, China e países latino-americanos.

São dois mundos, insiste Villepin. Mas mundos profundamente marcados pelo 9/11 e pelo choque iraquiano. O *não* francês, segue o ministro e poeta, objetivou, essencialmente, “*combattre sans relâche la violence terroriste, sans permettre pour autant la survenue d’un choc des civilisations*”. Logo, continua, que se perca a ilusão. “*Il vous faut gagner en même temps le combat et la paix*”³².

O jogo de temporalidades dessas proposições somado ao carente e limitado relato que venho fazendo da *hard war* vão alçando o diagnóstico sobre o esmaecimento da *decade of war* a diferentes níveis de complexidade enquanto prospecção e retrospecção. Sobre a prospecção, que se deixe o tempo obrar. Sobre a retrospecção, que ajude a refletir.

*

De tudo que se vem dizendo, desnecessário reafirmar que a *decade of war* do presidente Obama, fixado ou não na intervenção no Iraque, extrapola os últimos dez anos e vai para além do 9/11. Estendê-la à *desert storm* pode ser saída agradável, mas não resolve as complicações. Simplesmente lança mão de operação burocrática para localização de um ponto de partida que se traduz frágil, impreciso e questionável. Simplesmente estabelece estratégia de fuga, como diria o inesquecível Milton Santos.

Avançando na trilha de certa sofisticação, *Iraqi freedom* vem sendo extensão da guerra fria. A continuação da primeira guerra depois de depois do muro e da última antes do desaparecimento da URSS. Estando correto o ministro Villepin, o presidente Obama vem, ao fundo, se desligando dessa sintonia. E o desaparecimento do que *Iraqi freedom* repre-

32 VILLEPIN, Dominique de. Guerre en Irak: “Éviter un choc des civilisations”. *Le Huffington post*, 20/03/2013.

sentou e vem representando pode ser o surgimento dos sutis elementos de real novo reordenamento das relações internacionais. Para além, evidentemente, de, enquanto jogo retórico para levantar o moral do cidadão dos Estados Unidos cansado de sofrer³³.

*

O desaparecimento do bloco socialista impôs incansável discussão sobre a nova ordem mundial. *The rise and fall of the great powers* de Paul Kennedy, *The end of history and de last man* de Francis Fukuyama, *The clash of civilizations and the remaking of world order* de Samuel P. Huntington, *Diplomacy* de Henry Kissinger, *The tragedy of great power politics* de John Mearsheimer, *The paradox of American power* de Joseph Nye Jr., para ficar apenas em alguns, responderam a essa demanda de discussão e entendimento³⁴. Localizados todos no eixo anglo-americano, partem do suposto da ruptura 1989-1991. Valorizando a força da suposta concretude do mundo “bipolar” do *statu quo ante*, sugerem a perplexidade do mundo unipolar, sem a URSS. Os *rogue states* – pequenas ditaduras, a partir dos anos 1980s, lutando para prolongar a *cold war* – pouco foram e são levados a sério.³⁵ Essa fixação em entender o mundo – ou, melhor e mais diretamente, entender o lugar e o papel dos Estados Unidos no mundo –, para ter sentido, vai reforçando a importância da existência e do debate sobre a bipolaridade de antanho e, inevitavelmente, da guerra fria e de seu fim com a URSS.

Nesse sentido, essa compreensão impõe ao menos dois cenários. Primeiro: o mundo bipolar. Segundo: o mundo pós-bipolar. Ou então,

33 Não por acaso Obama aproxima o diagnóstico “*a decade of war is ending*” à afirmação “*our economy is recovering*”. Veja passagem em Barack Obama’s victory speech, *op. cit.*

34 KENNEDY, Paul. *The Rise and Fall of the Great Powers: Economic Change and Military Conflict From 1500 to 2000*. New York: Random House, 1987. FUKUYAMA, Francis. *The End of History and the Last Man*. New York: Free press, 1992. HUNTINGTON, Samuel P. *The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order*. New York: Simon & Schuster, 1996. KISSINGER, Henry. *Diplomacy*. New York: Simon & Schuster Paperbacks, 1994. MEARSHEIMER, John J. *The tragedy of great power politics*. New York: W. W. Norton & Company, 2001. NYE JR., Joseph S. *The paradox of American power: Why the world’s only superpower can’t go it alone*. New York: Oxford University Press, 2002.

35 MOUSAVIZADEH, Nader. End of Rouge. *Newsweek*, 8/2/2010.

diferente, mas igual. Primeiro: o mundo da guerra fria. Segundo: o mundo depois da guerra fria.

Com o passar dos anos da sensação de triunfo (1989-1991 a 2001), essas categorias foram perdendo o seu exangue diminuto sentido. O 9/11 parece que baralhou ainda mais o entendimento. A *Iraqi freedom* e seus desdobramentos agregaram ainda mais confusão. Por essas e outras, não se afirma de todo onanismo mental absoluto voltar às palavras. Mesmo sem a pretensão de muito lapidá-las. Justo por repor a dúvida e ressuscitar o debate. “*Les mots sont rois*”, aferiria Fernand Braudel.

*

Há tempos deixou de fazer sentido comprimir a guerra fria e o mundo bipolar, independentemente do que sejam, entre 1945-1947 e 1989-1991. Antes da ascensão de Truman ao poder, certo, o mundo era *déjà* bipolar. Antes do desaparecimento da URSS, certo, o mundo era *déjà* policêntrico.

Parece ter sido Alexis de Tocqueville a prognosticar o inevitável embate entre Estados Unidos e a Rússia. A tormenta que produziu 1914-1918 – entenda-se as contradições da *era dos impérios (1871-1914)*, em menção ao célebre arranjo de Eric J. Hobsbawm – acentuou a profecia. O após estação Filadélfia concretizou. Rússia e Estados Unidos adensam seus universalismos. O ideal comunista e o desejo de mundo livre sobrevivem ao presidente Wilson, a Lênin-Stálin-Trotsky, ao nazismo, ao fascismo, à grande depressão, ao presidente Roosevelt, a Hitler, a Barbarossa, a Pearl Harbor, ao massacre de Berlim, a Hiroshima e Nagasaki. Quando Winston Churchill começa a falar de cortina de ferro e Walter Lippmann de guerra fria e George Kennan de contenção, a configuração da bipolaridade se fazia, desde muito, fato-concreto-verdade. Quando a URSS precisou desaparecer, ao longo dos anos 1980s, essa verdade era quase seu inverso. A morte de Stálin e os choques de realidade de 1973-1975 fragilizaram decisivamente as estruturas desse mundo. Mas de 1953 ao fim de Bretton Woods, a China, a Comunidade Europeia, o “terceiro mundo” vinham ampliando sua força e autonomia para definir seu lugar ao sol³⁶.

36 GADDIS, John Lewis. *The cold war: a new history*. Nova Iorque: Penguin, 2005. FONTAINE,

Ou seja, muito antes do “fim da história” – o esgotamento generalizado de uma consciência hegemônica, no dizer preciso de Fukuyama – a desordem já grassava pelo mundo. Globalização, mundialização, financeirização, descolonização deixam, desde muito, o mundo sem regra.

Nesse sentido, a noção de bipolaridade, por assim dizer e mesmo que muito rápida e abruptamente, não passa de formalismo. Formalismo que torna a compreensão do mundo mais simples e agradável. Mas que não nos protege das ciladas de sua inabarcável complexidade progressiva.

O desaparecimento da URSS apenas aguçou essa complexidade. Foi a quebra definitiva do espelho. O esboroamento das ilusões. O 9/11, como bem intui Robert Frank, pode ter sido, em realidade, o simples *tête-à-tête*, o *face-a-face*, dos Estados Unidos e do mundo livre com a desordem do mundo mundializado³⁷.

A guerra fria, nesse contexto, ora se apequena ora se agiganta.

Em seu aspecto apocalíptico, que não merece desprezo, a discussão remonta ao nuclear. Depois do *inferno* das guerras totais, o artifício nuclear projetava a possibilidade uma guerra definitiva. Na terra arrasada do após-1945, sobrou aos autodenominados vencedores distribuir o butim das catástrofes³⁸. A tensão e a animosidade, quase naturais e com variação de gradação, percorreram essa história desde 1947-1949. Em 1989-1991 a *era de catástrofes* era memória, história. O congoçamento entre Mikail Gorbachev (e Raísa), Margareth Thatcher, Ronald Reagan e François Mitterrand depois de 1985 punha definitivamente a baixo qualquer tensão desse tipo que, efetivamente, desde muito antes da morte de Brézhnev já inexistia³⁹.

Intuída para além da restrição do artifício nuclear, a guerra fria pode ser entendida como a luta permanente de afirmação do mundo livre e do sistema de livre empresa. Isso justamente que vai demonstrando Josep Fontana i Làzaró nas mais de mil páginas de seu belo *Por el bien del imperio*.

André. *La guerre froide, 1917-1991*. Paris: la martinière, 2004.

37 FRANK, Robert. Penser historiquement les relations internationales. *Annuaire français de Relations internationales*. Bruxelas, v. 4, 2003. p. 61-62.

38 HOBBSAWM, Eric J. *The Age of Extremes: A History of the World, 1914-1991*. London: verso, 1995. p. 226 ss.

39 FONTANA I LÁZARO, Josep. *Por el bien del imperio: una historia del mundo desde 1945*. Barcelona: Passado & Presente, 2011. Capítulo 13.

Nesse diapasão, essa guerra vive eterno recomeço. Especialmente sempre que surge outro oponente. Sendo assim, *Iraqi freedom* deixa de ser mera continuação e passa a ser a própria guerra. Ou seja, mais uma batalha da guerra fria. Guerra que teima em jamais ter fim. Mas a discussão avança.

A dobra dos sinos

Em seu controverso *O mundo pós-americano*, Fareed Zakaria recobra o espírito das discussões sobre o reordenamento do mundo no depois da URSS e apresenta diagnóstico quase prospectivo sobre o destino dos Estados Unidos no após 9/11 e *Iraqi freedom*. Afirma, sem convencer, estar ele próprio distante do mantra do declinismo. Não se trata, pondera e convence e incomoda, do declínio dos Estados Unidos, mas, sim, da ascensão do “resto”. Brasil, China, Coréia do Sul, Taiwan, Índia, México, Argentina, Chile, Malásia, África do Sul, Ucrânia, Emirados Árabes, Indonésia, Turquia, Quênia etc. E, mais que isto, esse “resto”, cada vez mais autorreferente, vai progressivamente sendo indiferente ao sublime poderoso poder estadunidense. Na senda de Samuel P. Huntington e do *clash of civilizations*, vai, muito sofisticadamente, explicando e demonstrando as diferenças entre “nós”, os Estados Unidos da América, e os “outros”, o “resto”. Como possível aliada, indica a Índia. Como grande desafiante, a China. O “resto” segue “resto”, mas vai afirmando seu lugar ao sol. Discutir a postura dos Estados Unidos diante dessa postura dos demais parece ser o objetivo último de Zakaria, dos mais fiéis discípulos de Huntington⁴⁰.

Ao analisar o discurso do presidente Obama sobre o Afeganistão, no United States Military Academy, no primeiro de dezembro de 2009, o mesmo Zakaria notou a ausência de expressões grandiloquentes como democracia, proteção de direitos humanos ou assistência à educação de mulheres. Bandeiras umbilicais ao ideário dos Estados Unidos, não participaram da intervenção mais direta do presidente aos resquícios concretos

40 ZAKARIA, Fareed. *O mundo pós-americano*. Trad. Pedro Maia. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

da *war on terror*, Afeganistão e Iraque. Para Zakaria, essa pode ser entendida como a mostra da modificação profunda na relação dos Estados Unidos com os outros e com o “resto”. No seu entender, se passa a viver *the post-imperial presidency* com a gestão Obama.⁴¹ Esse talvez seja o novo mundo ou o outro mundo que Dominique de Villepin sugere. Em que os Estados Unidos procuram constranger menos os outros e a si próprio. Mas esse novo mundo, que o fim da *decade of war* pode estar anunciando, continua refém de outros tempos.

*

Da Síria vem uma boa ilustração disso. Desde janeiro-março de 2011, protestos internos e externos contra o governo de Damasco pululam ato contínuo. A resposta do presidente Al-Assad, para ser direto mesmo que um pouco grosseiro, vem sendo chumbo nos dissidentes. No segundo aniversário do contencioso, janeiro-março de 2013, o saldo sugeria 100 mil mortos e mais de milhões de refugiados. Sendo a população do País de cerca de 20 milhões, quase dez por cento migrou ou morreu ou está em vias de migrar ou morrer. Esses números não convenceram a comunidade internacional. Intervenção internacional como na Costa do Marfim e na Líbia ficaram fora de cogitação.

Aliás, a Síria estende ao limite os protestos iniciados na Costa do Marfim na primavera de 2010 e seguidos na Tunísia, no Egito, na Líbia e, agora, no Mali. Evidente que cada qual com sua peculiaridade, densidade, complexidade. Mas todos com alguma contiguidade. Costa do Marfim, Líbia e Mali receberam iniciativa e intervenção, se não imediata, antes do mar de sangue lavar as ruas, como queria Muammar al-Gaddafi. Sem muito adjetivar nem adentrar muitos detalhes da situação, o impasse na Síria comprova a continuidade impassível do *statu quo ante*.

Dominique de Villepin afirmava, quase em desespero, “*agissons maintenant*” comunidade internacional – entenda-se Conselho de Segurança. Enquanto isso não ocorria, os dissidentes sírios iam recebendo armamento para se proteger de seu algoz mandatário. Questionado sobre

41 ZAKARIA, Fareed. The post-imperial presidency. *Newsweek*, p. 36-40, 14/12/2009.

o envio de armas aos dissidentes, o ministro Laurent Fabius, sob a presidência de François Hollande, afirmara impiedosamente ser essa ajuda aos dissidentes uma questão moral diante impotência da comunidade internacional⁴². Argumento similar poderia ser extraído de William Hague, da Inglaterra, e de Hilary Clinton-John Kerry, dos Estados Unidos.

No após 21 de agosto de 2013, o temperamento da negociação ganhou dispersa motivação. Ficou comprovado que o governo do presidente al-Assad ultrapassara a linha vermelha do trauma e do drama da utilização de armas químicas contra a população. Ao menos 1.500 pessoas – incluindo crianças e indefesos – foram exterminadas. A comoção internacional impulsionou a comunidade internacional. As linhas da diplomacia moveram. As forças das alianças tradicionais, concretas e imemoriais ascenderam. O presidente Obama e o presidente Putin reafirmaram o lugar de suas nações da definição dos destinos do mundo. A força dessa constatação – sobretudo no desenrolar do caso sírio, que ainda vive – merece e precisa ser analisada em reservado e em detalhes em momento ulterior.

*

De volta ao ponto e avançando sobre as tópicas, no arrazoado quase desesperançado do homem do “não” francês ao *Iraqi freedom*, segue a torrente “*nous devons nous extraire de cet impasse entre usage systématique de la force et impuissance [...] nous avons besoin d’initiative, nous avons besoin de légitimité pour notre action commune, et nous avons besoin de reconstruire l’unité de notre communauté internationale*”⁴³.

Em caráter estrito e absurdamente formalizado, a situação se apresenta similar à vivida no após-8 de novembro de 2002. O Conselho de Segurança desaprova. A *volonté* temerária do eixo anglo-americano na ocasião produziu a pasmaceira que segue sendo o Iraque. França nem Reino Unido nem, menos ainda, Estados Unidos querem repetir o feito. Dizendo dessa maneira, meio abrupta e sem jeito, fica a impressão de que

42 Audition de Laurent Fabius par la Commission des Affaires étrangères de l’Assemblée nationale. Paris, 11 de março de 2013. Déclarations officielles de politique étrangère. XXe Conférence des ambassadeurs. Paris, 28-29 de agosto de 2012.

43 VILLEPIN, Dominique de. Guerre en Irak, op. cit.

os desdobramentos da *Iraqi freedom* são pedagógicos e servem de lição do que não se fazer. A impressão talvez não seja de toda imprópria. Mas esconde a *longue durée* da complexidade da dimensão temporal e estrutural do problema.

Bertrand Badie sugere que o problema, em si, pode estar no prolongamento incessante do concerto europeu de 1814-1815. Ou seja, na lógica de sistema internacional onde grupo pequeno e fechado de estados e instituições decidem do destino do mundo, dos outros e do “resto”⁴⁴. O grupo da época – Inglaterra, Rússia, Prússia e Áustria –, inspirado no *balance of power* britânico readaptado pelo chanceler William Pitt, procurou restabelecer a ordem destroçada por Napoleão. O empenho permitiu relativa tranquilidade até as guerras totais. Dos protestos de 1848 à guerra da Criméia (1853-6) à *civil war* americana (1861-5) à unificação da Alemanha (1871) ao assassinato de Sarajevo (1914), o modelo resistiu, se adensou, se ampliou e se esgotou. Ficou suspenso durante um período e foi retomado depois de 1945 sob a égide dos Estados Unidos. Passou a ser, entre outros, o Conselho de Segurança. Estados Unidos, França, Inglaterra, Rússia e China.

O reverso da invasão do Iraque que vem sendo o impasse na Síria vai claramente evidenciando que o esgotamento do modelo chegou novamente. O triunfo da mundialização e da financeirização do mundo no após 1973 levam-no ao seu limite. O impacto do 9/11 e de seus desdobramentos e da crise financeiro-econômica que ainda se vive fragilizou moral e fisicamente os principais partícipes do grupo e garantes do modelo. Entre eles, o principal: os Estados Unidos.

O mundo pós-americano e pós-imperial indicado por Zakaria pode ser justamente a demonstração da impossibilidade de manutenção do incessante prolongamento. O grande debate, nesse diapasão, talvez não seja, portanto, reformar as instituições que saíram do mundo de após-1945 – como propunha o presidente Sarkozy com seu *nouveau monde, nouvelles idées*. Essas instituições, como ensinam os realistas, são prolongamento do século 17 afirmado no século 19 e revivido até o presente – a insatisfação e a crítica de Badie parecem ser aos realistas, na teoria e na prática.

44 BADIE, Bertrand. *La diplomatie de connivence: les dérives oligarchiques du système international*. Paris: Editions la couverte, 2011.

O enigmático e traiçoeiro diagnóstico do presidente Obama – “*a decade of war is ending*” – talvez conduza o tom da grande discussão e da possível mensagem. Começamos a viver o fim de dez anos de erro, de dor e de esgotamento. Chegou o momento de repensar seriamente o destino. O destino após o concerto europeu, após as guerras totais, após o mundo bipolar, após o 9/11, após o choque da financeirização, após o choque da descolonização, após a *decade of war*, após a *cold war*. A procedência disto tudo, o correr dos dias mostrará. Ou não.

CAPÍTULO 2

DE BENGHAZI, UMA FLOR

Forms of government
are forged mainly in the
fire of practice, not in
the vacuum of theory.

They respond to
national character and to
national realities.

George F. Kennan

Sábado, 19 de março de 2011. Brasil. O tempo e a temperatura são bons. Os serviços de meteorologia indicam, no entanto, chuva. Nevoeiro também vai previsto. Nada exótico à estação. Fins de verão. Frente fria sopra do sul. Nubla em muito lugar. Astrônomos, de olhos no dia, fitam o céu. Véspera de equinócio. A Lua pareceria maior. Viria per-tíssimo da Terra. *Cerca* como nunca antes nos últimos dezoito anos. 7h43 da manhã – horário de Brasília. Base aérea da capital brasileira. A pista de pouso seguia semiúmida. Caíra orvalho e algum aguaceiro nas primeiras horas matinais. O vento bafeja fresco, confuso, marginal. Agradável aos sentidos. Convidativo, portanto, aos visitantes. Por certo, muito ilustres. Vindos no *Ar Force 1*, Obama, família e *entourage* chegavam ao Brasil. Primeira vez do homem; primeira vez do presidente. O entusiasmo gras-sava desde longe. A preparação fora grande. Agenda de dois dias muito afazer envolvia. Rever Lula e seus antecessores até José Sarney. Falar com a presidente Dilma e seus ministros. Discursar aos homens de negócios. Jantar no palácio da Alvorada. Ir ao Rio de Janeiro. Ao Cristo Redentor. À Cidade de Deus. Ao recanto dos homens: o Theatro Municipal. Tudo muito planejado. Programado. Assegurado. Esse homem do Haváí jamais pisara solo brasileiro. Conquanto, como muitos, conhecia muito da natu-reza, beleza, esplendor do País. *Orfeu negro* fora sua primeira aproximação.

Sua mãe, antropóloga de instinto e formação, lhe fizera, em tenra idade, assistir. Brasil, Rio de Janeiro, Carnaval. Vinícius de Moraes, Tom Jobim, Luís Bonfá e todos os artistas da mais esmerada cepa da encenação de *Orfeu* foram os pioneiros em lhe apresentar preliminares dos enigmas da *terra brasilis*¹. Aos olhos locais, não existia que festa. Um e outro protesto. O símbolo dos *States* não vai unânime nem aqui nem nenhures. Mas, no conjunto, festa. O aceno, o sorriso e o verbo do presidente americano encantam. Tudo parece sereno. Próspero. Feliz. O protocolo seguia sem falhas. O decoro, impecável. Obama vinha de participar de seu talvez único realmente totalmente absolutamente importante compromisso: *Brazil-U.S. Business Council* – promovido pela Confederação Nacional da Indústria em conjunto com a *American Chamber of Commerce for Brazil*². Passara pouco, muito pouco, das 17h, quando, em relativa discrição, em sala anexa do Hotel Tryp Brasil 21, o mandatário americano afirma, sem meias palavras, que “*Today I authorized the Armed Forces of the United States to begin a limited military action in Libya in support of na international effort to protect Libyan civilians. That action has now begun*”³.

Day Before

O dia anterior fora medonho. Carregado. Sem fim. Sucedia em instantes a adoção da resolução 1973 pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas⁴. Essa resolução ratificara a intervenção militar sobre a Líbia de Gaddafi. Exigia imediato cessar-fogo. Autorizava aos estados-membros utilizar “*all necessary measures*” para a proteção de zonas civis. Sobretudo as mais vulneráveis. O coronel prometera – e estava a cumprir – lavar as ruas com o sangue de insurgentes, rebeldes e dissidentes. Em trinta dias, pouco mais ou menos, mais de cinco mil pessoas foram assas-

1 Remarks by President Obama at Teatro Municipal, Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 20 de março de 2011. (The White House – Office of the press secretary).

2 Remarks by President Obama at CEO Business Summit. Brasília, 19 de março de 2011. (The White House – Office of the press secretary).

3 Remarks by the President on Libya. Brasília, 19 de março de 2011. (The White House – Office of the press secretary).

4 Resolução 1973 (2011). Security Council, 6498 meeting. Nova Iorque, 17 de março de 2011.

sinadas antes ou depois de serem brutalizadas. 300.000 emigraram – ou estavam em vias de – para Tunísia, Argélia, Nigéria, Egito. 600.000, impossibilitadas de fugir, iam silenciosamente sendo massacradas por medo, fome, frio e sede. O chefe suprimira água, luz, gás. Muitos, em delírio, em certo, chegavam, incluso, a questionar onde estaria *Alá*.

Era ainda 17 de março, noite avançada, quando os 28 representantes da Otan confirmaram reunião para discutir a resolução. De Londres, o chanceler William Hage lançou aviso às bases de Marham e Lossiemouth, na Inglaterra e na Irlanda, para por em preparo aviões de combate. Na madrugada do dia 18, o Canadá pôs à disposição dos serviços seis aviões de caça *CF-18*. A seguir, Noruega e Qatar confirmam participar. Itália destituiu sua embaixada em Trípoli fazendo seu corpo diplomático, às pressas, sair. A Bélgica deixou seis aviões *F-16* e uma fragata em sobreaviso. Bases navais da Sicília e da Córsega foram lançadas em preparação para ação. França, Reino Unido e Estados Unidos convocaram reuniões internas de urgência. Em polvorosa, seus parlamentares, do sim e do não, estavam. França convocou reunião geral em Paris⁵.

“Moammar Qaddafi clearly lost the confidence of his own people and the legitimacy to lead”, afirmou Obama ainda em Washington, no 18 de março, antes de partir ao Brasil. Isso porque, seguia Obama, *“Qaddafi chose to ignore the will of his people and the international community. Instead, he launched a military campaign against his own people. And there should be no doubt about his intentions, because he himself has made them clear”*⁶.

O Dia D

O inverno francês custava passar. O sábado, 19, amanhecera típico invernal. Paris; céu cinza, clima frio. Praticamente todas as autoridades diplomáticas do planeta aguardavam a reunião que teria lugar às 13h30, horário local. O presidente Nicolas Sarkozy, o primeiro-ministro David

5 Libye. Forte explosion et tirs DCA à Benghazi. *Le Télégramme.com* – Monde. 18/03/2011.

6 Remarks by the President on the Situation in Libya. Washington, 18 de março de 2011. (The White House – Office of the press secretary).

Cameron e a secretária Hillary Clinton eram os protagonistas. Mas a presença de Ban Ki Moon, Amr Moussa e Catherine Ashton fazia marcar. Eles três representavam a aliança, para além de diversos importantes países da coletividade internacional, das Nações Unidas, da Liga dos Países Árabes e da União Europeia.

As notícias da Líbia indicavam tempo ruim. Gaddafi que dissera, na noite anterior, por fim a todas as suas operações militares, fazia o inverso. Intensificava sua ofensiva contra Benghazi. Eram crescentes as rajadas de tiros e raiva sobre a cidade. Nesse quadro, Gérard Araud, embaixador da França nas Nações Unidas, reconheceu à BBC de Londres que “*après le sommet, dans les heures qui suivront, nous lancerons l’intervention militaire*”⁷. Pragmatismo sem ilusões.

*

Pela manhã daquele sábado, 19, o coronel acusara a resolução de “colonialismo flagrante”. Pelas 12h, pouco mais ou menos, horário de Paris, enviava missiva aos líderes da ação desqualificando a intervenção. Dizia ser inválida. Pela mesma hora em Londres, portanto, 11h, pouco mais ou menos, o primeiro-ministro Cameron, participado da declaração do coronel, convoca reunião às rápidas na *10 Downing Street*. Uma hora e pouco depois, já em Paris, rumo ao *Elysée* segue para o pré-encontro com o presidente Sarkozy e a secretária Clinton. O discurso dos três – EUA, França e UK – carecia de ser uno. Marrocos, Jordânia, Qatar e Emirados Árabes são designados participar do encontro depois do pré-encontro. 13h40, dez minutos em atraso, debuta o *sommet*. Ao mesmo tempo, aviões *Rafale*, de bandeira tricolor, vão França destino Líbia.

O resultado da reunião era previsível. A intervenção militar, inevitável. Inexistia clima à diplomacia, referia o presidente Sarkozy. “*La porte de la diplomatie – dizia – se rouvrira au moment où les agressions cesseron*”⁸.

*

7 Intervention militaire en Libye: le récit du jour J. *Rue 89.com*, 20/03/2011.

8 L'évolution de la situation en Libye: les forces françaises lancent l'intervention militaire internationale. *RFI.fr*, 19/03/2011.

*Despite the demands which the Security Council expressed in UNSCR 1970 on 26 February, despite the condemnations of the Arab League, African Union, Organization of the Islamic Conference's Secretary-General and European Union, as well as very many governments in the world, the Libyan regime has stepped up its violence in order to impose by force its will on that of its people.*⁹

Essa conclusão oficial do encontro dita de modo justo e direto cabe em *"this situation is intolerable"*¹⁰.

"Les participants – do sommet – sont convenus de mettre en oeuvre tous les moyens nécessaires, en particulier militaires, pour faire respecter les décisions du Conseil de sécurité des Nations unies", dizia, ao final, o anfitrião, presidente Sarkozy. Chega o tempo de passar à ação, exprime o primeiro-ministro Cameron. Gaddafi, afirma o representante da rainha da Inglaterra, continua *"to brutalise his own people"* e, assim, a situação segue para *"non-negotiable conditions"*¹¹.

A secretária Clinton foi ainda mais enfática. *"Colonel Qadhafi's campaign of violence against his own people must stop [...] a ceasefire must be implemented immediately"*. Ou seja, *"all attacks against civilians must stop; troops must stop advancing on Benghazi and pull back from Adjabiya, Misrata, and Zawiyah; water, electricity, and gas supplies must be turned on to all areas; humanitarian assistance must be allowed to reach the people of Libya"*¹².

Desde Brasília, o presidente Obama subscrevia as palavras de sua chanceler. *"We must be clear: Actions have consequences, and the writ of the international community must be enforced. That is the cause of this coalition"*¹³.

9 Paris Summit for the Support to the Libyan People: Communique. 19 de março de 2011. (Bureau of European and Eurasian Affairs).

10 Id., ibid.

11 Oral statement to Parliament PM statement to the House on Libya. Londres, 21 de março de 2011. (Cabinet Office and Prime Minister's Office, 10 Downing Street).

12 Remarks by Hillary Rodham Clinton, Secretary of State. Paris, France. Paris, 19 de março de 2011. (Press availability at Chief of Mission Residence).

13 Remarks by the President on Libya. Brasília, 19 de março de 2011. (The White House – Office of the press secretary).

Time for Action

Minutos depois das 15h30, fim do encontro de Paris, aviões franceses, ingleses e canadenses sobrevoam o território líbio. Pelas 16h45, *Rafale* franceses abrem fogo. Destroem veículo e aparelhos militares leais ao coronel. Quatro tanques de guerra e diversos carros blindados estavam incluídos. O presidente Hugo Chaves da Venezuela julga a intervenção de “irresponsável”. O governo cubano também condena. O secretário de defesa americano anuncia viagem à Moscou para seguir o avanço das operações. Autoridades do Pentágono divulgam os movimentos de três submarinos da *US Navy* singrando pelo Mediterrâneo prontos para atuar. Os aliados principais – França, Estados Unidos e Reino Unido – informam que as operações estão tendo coordenação desde Stuttgart, Alemanha. Nominam a ação militar global de *Odyssey Dawn* enquanto a operação principal, de responsabilidade francesa, recebe o batismo de *Harmattan*¹⁴. O ministro da defesa francesa informa que 8 *Rafale*, 2 *Mirage 2000-5*, 2 *Mirage 2000 D*, 6 aviões *C 135* e 1 *E3F Aewacs*, a fragata anti-aérea *Jean Bart* e a fragata de defesa aérea *Forbin* já estão em atuação e que o seu principal grupo aeronaval – o porta-aviões *Charles de Gaulle*, o petroleiro *Meuse* e várias fragatas *Aconit* e *Dupleix* somados a 10 helicópteros *Caracal* e *Puma*, 8 *Rafale* marine 12F, 6 *Super-Etendard* 17F e 2 *E-2C Hawkeye* 4F com mais de 2.600 homens distribuídos em quatro batimentos – aguardava o domingo para iniciar a ação¹⁵. A British e a US Navy, alto da noite, informam o lançamento de mais de 100 mísseis *Tomahawk* e o sucesso da destruição de diversos pontos de defesa do regime do coronel¹⁶. A Espanha confirma quatro aviões caça, um de vigilância, um de ataque, uma fragata *F-100* e um submarino. O Canadá confirma envio de seis aviões caça e dois navios. Noruega e Dinamarca prometem dez aviões caça. Bélgica também oferta aviões. A Itália, pela geografia, confere apoio imprescindível ao liberar as bases *close* à costa da Líbia. O

14 L'évolution de la situation en Libye: les forces françaises lancent l'intervention militaire internationale. *RFI.fr*, 19/03/2011. Intervention militaire en Libye: le récit du jour J. *Rue 89.com*, 20/03/2011.

15 Libye: appareillage du porte-avions Charles de Gaulle. Ministère de la Défense, 2011.

16 News briefing with vice Adm. Gortney from the Pentagon on Libya Operation Odyssey Dawn. US Department of Defense, 20 de março de 2011. (Office of the Assistant Secretary of Defense).

apoio da Grécia segue ainda mais importante: de seu território à Benghazi são minutos de vôo¹⁷.

Carnage

No dia 25 de fevereiro de 2011, o Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas adotara a resolução *S-15/2 Situation of Human Rights in the Libyan Arab Jamahiriya*. Essa resolução forjou, vinte dias depois, no dia 15 de março, o estabelecimento da Comissão Internacional de Inquérito composta por Asma Khader da Jordânia e Philippe Kirsch do Canadá e presidida e chefiada por Cherif Bassiouni do Egito. O objetivo do inquérito era “*investigate all alleged violations of international human rights law in the Libyan Arab Jamahiriya, establish the facts and circumstances of such violations and of the crimes perpetrated*”¹⁸.

No 31 de maio de 2011, a Comissão rendeu o primeiro relatório. Por muito bem feito e aceito, o Conselho de Direitos Humanos decidiu fazer prosseguir o inquérito. Na sessão de setembro, a Comissão dedicou ao Conselho “*an oral update*”. Na sessão de março de 2012 veio a lume o segundo relatório.

Os dois relatórios compõem, por seguro, os principais documentos sobre o dossiê Líbio. Duros, precisos, concisos. Indicam que “*it is not possible to understand the violence which occurred in Libya during the course of 2011 [...] without understanding first how profoundly damaged Libyan society has been over the last 40 years*”¹⁹. Quarenta anos de abusos, nepotismos, corrupção, deterioração das instituições, brutalização de relações, tortura, estupro, desmandos, violações carnisais, espirituais e de direitos somados a impunidade e desumanização.

Muammar Mohammed Abu Minyar Gaddafi – também entendido de Qaddafi, Qadhafi e Kadafi –, nascido em 1942, próximo à vila lí-

17 Oral statement to Parliament PM statement to the House on Libya. Londres, 21 de março de 2011. (Cabinet Office and Prime Minister’s Office, 10 Downing Street).

18 Report of the International Commission of Inquiry of Libya. Human Rights Council, Nineteenth session, 2 de março de 2012. (A/HRC/19/68). p. 5.

19 Id., p. 36.

bia de Sirte, comandante das forças armadas da Libyan Arab Jamahiriya, denominado “líder da revolução” e chefe do Estado se dirige à Líbia como “*the sole decision-maker*”. Impõe-se como “*spiritual guide*”. “*Brother leader*”. Dissidentes são lançados em brutal repressão. Inexiste liberdades fundamentais, incluída de imprensa, desde a 1º de setembro de 1969. O País possui dos melhores sistemas educacionais do norte da África. No entanto, segue em contingência pela pasmaceira ideológica imposta pelo *Green Book* do chefe. A economia nacional, dados de 2010, dispõe dos melhores índices da região. Óleo e gás natural indicam próximo de 11.000 dólares de renda *per capita* aos seus, pouco mais ou menos, 6,5 milhões de habitantes²⁰.

Insano

Trípoli, 28 de junho de 1996. Penitenciária de Abu Salim. 16h40. Pouco mais ou menos. Omar, responsável pela distribuição da refeição dos presos, cai em desgraça. Após tocaia, foi interceptado no pavilhão 4. Nisso, centenas de prisioneiros dos pavilhões 3, 5 e 6 evadem suas celas. Estão furiosos. Reivindicam melhores tratos. Querem mais atenção. Suas condições estão abaixo de inóspitas. Suas famílias têm restrições para lhes visitar. Não lhes resta que protestar.

Em rápidos minutos, cientes da situação, os homens da segurança iniciaram reação. Em instantes escalararam a cobertura do prédio e intentaram, à força e bala, demover os internos. Aos menos um prisioneiro morreu. Diversos saíram feridos.

Duas ou três horas depois, dois oficiais do alto comando do serviço de segurança do coronel aportaram. Um deles atende por Abdullah Sanussi e era amasiado com uma das filhas de uma das mulheres de Gaddafi. Ambos ordenam o fim da hostilidade. Representantes dos prisioneiros são convocados para negociação. Quatro são eleitos. A reunião tem lugar na cozinha. As reivindicações são simples. Muito básicas. Constrangedora, inclusive.

20 Situation in the Libyan Arab Jamahiriya by the International Criminal Court – Public Warrant of Arrest for Muammar Mohammed Abu Minyar Gaddafi. Haia, 27/06/2011. p. 7. Report of the International Commission of Inquiry of Libya. Human Rights Council, Nineteenth session, 2 de março de 2012. (A/HRC/19/68). p. 36-38.

Roupas limpas. As que tinham, pelo visto, eram jamais permitidas trocar. Banho de sol e recreação ao ar livre. Muitos viviam confinados como em solitárias coletivas. Melhores cuidados hospitalares. A bem da verdade, possuíam nenhum ou quase nenhum. Visita dos familiares. Muitos eram banidos desse direito. Acompanhamento jurídico respeitável. Diversos eram presos sem causa. O semi-contraparente do coronel ouviu atento e prometeu cooperar²¹.

Dia seguinte, 29 de junho, 5h da manhã. Seguranças começam a mover prisioneiros, civis e militares, presos políticos e não-políticos, para cantões da cadeia. Detentos de baixa periculosidade são depositados no pavilhão 2. Detentos de altíssima periculosidade vão mantidos em suas solitárias nos pavilhões 7 e 8. Nos cantões são alocados parte majoritária dos ocupantes dos pavilhões 1, 3, 4, 5 e 6. Pelas 11h da manhã, desde os telhados, oficiais gaddafianos iniciaram o lançamento de granadas. Vários tamanhos, vários calibres. Até cerca de 13h35 os pipocos seguiam ato contínuo. Pelas 14h se mandou parar.

Dos 1.600, 1.700 presos, perto de 1.200 morreram e tiveram seus corpos desaparecidos. Muitos deles eram médicos, funcionários públicos, estudantes, escritores, intelectuais presos em alguma manifestação por outra Líbia. Ou seja, dissidentes²².

Desalento

Paris, 3 de fevereiro de 2011. O mundo perde Maria Schneider. A musa de “*Le dernier tango à Paris*”, “*Ultimo tango a Parigi*”, desaparece à *tout jamais*. O sorriso rebelde e jovial da protegida de Brigitte Bardot se apagou. O remorso de Bernardo Bertolucci, que induziu Marlon Brando a violar e fazer verdadeiramente chorar a doce menina em cena em 1972, virou profundo e eterno. Impossível, em vida, perdão. O arrependimento

21 Human Rights Watch – Libya: June 1996 Killings at Abu Salim Prison. Nova Iorque, 2003. AL-ARABI, Zainab. The Abu Salim Prison Massacre and the Libyan Psyche. *Tripoli news*, 23/07/2012.

22 Id., *ibid*.

ganhou vazão²³. Esse desalento geral virou expressão daquele mês – fevereiro de 2011 – que estava apenas a começar.

*

No dia 11 de fevereiro, forçado pela força da mobilização popular, Hosni Moubarak, mandatário egípcio deixa o poder após trinta anos. Renuncia em favor do exército e do povo que inunda o Cairo e a praça Tahrir. Segue o destino de seu colega da Tunísia que partira trinta dias antes. O estopim do desassossego absoluto começara, em verdade, no dia 17 de dezembro último. O jovem vendedor ambulante Mohamed Bouazizi, após ter suas mercadorias confiscadas por agentes do governo de Ben Ali na pequena Sidi Bouzid, centro-oeste da Tunísia, ateia-se fogo. Sua demonstração de insatisfação incendiou o sentimento de insatisfação de seus compatriotas. Manifestações foram se fazendo e multiplicando por todo o País. A palavra de ordem era uníssona – “saia”, “go”, “*dégagé*” – contra o presidente Ben Ali. Após 28 anos de reinado, Ben Ali sai. Foge para a Arábia Saudita. O exemplo ficou. O entusiasmo também. E não demorou a servir de inspiração aos insatisfeitos no Egito²⁴.

Essas mostras, do Egito e da Tunísia, causaram sentimento de *yes, we can* junto aos povos da região submetidos a regimes de perdição.

Fathi Tirbil

Os insatisfeitos líbios acompanhavam com apreensão e esperança e satisfação os incidentes da estação. Primavera. Marcaram, por redes sociais, manifestação para o dia 17 de fevereiro. A data simboliza o “*Day of Rage*”, momento de protesto e lembrança à agressão promovida pelo governo do coronel cinco anos antes diante da embaixada italiana em Trípoli. Nos dias e semana anteriores, diversos organizadores do evento foram presos. Jornalistas e ativistas foram os mais visados. No dia 15, foi o encarceramento de Fathi Tirbil²⁵.

23 DOUIN, Jean-Luc. Maria Schneider, *in memoriam*. *Le monde*, 7/02/2011.

24 GAUTHERET, Jérôme ; WIEDER, Thomas. Il était une fois la révolution. *Le monde*, 20-21/02/2011. CLAUDE, Patrice. Moubarak et la révolte des Egyptiens. *Le monde*, 13-14/02/2011.

25 Report of the International Commission of Inquiry of Libya. Human Rights Council,

Tirbil, 38, advogado. Seu principal crime seguia ser dissidente. Sua mais “repugnante” ação era de ser líder ativista do movimento das famílias dos desaparecidos no massacre de *Abu Salim*. Tudo começara em 2008, dois anos após tardiamente conseguir seu diploma de bacharel em direito. Um colega de profissão lhe transfere o caso de Afiz Garguri, desaparecido na carnificina de 1996. Tirbil descobre que nada consta aos registros. Isso lhe impele a atacar o governo e o regime do coronel. Outros advogados e ativistas seguem seu exemplo. Mais de trinta dossiês de desaparecidos são postos em análise. Tirbil passa a ser, ato contínuo, visado. Diversas prisões lhe tocam cumprir. A de agora, 15 de fevereiro e 2011, era apenas mais uma. O objetivo era forçar esse jovem advogado, ativista e dissidente a demover os insatisfeitos de promover a manifestação do dia 17. Tirbil se declara impotente diante da multidão. Diversas vilas seguiam mobilizadas para o evento. As autoridades do coronel o liberam. Mas prometem voltar a prender²⁶.

Timeline

A repressão aos líderes da movimentação causou reação imediata. Protestos foram antecipados. Benghazi, Al-Bayda, Darnah, Tobruq, Zintan, Trípoli, Fashloun e Souq al-Jum’a. Esses foram os primeiros cenários da intensificação do protesto. Adiante, dias 19 e 20, se chegou a Misrata. A resposta do coronel não tardou. A exemplo de seu colega-amigo-irmãoda Costa do Marfim, Gaddafi passou a atirar diretamente ao seu povo com armas e munição pesadas. Entre 16 e 21, mais de 200 pessoas foram assassinadas somente em Trípoli²⁷. Pelas contas aproximadas globais, por todo país, eram mais de 1.000 e o coronel seguia “*their deadly assault on civilian protesters*”, como informaria o *briefing* da reunião do Conselho de Segurança do dia 25 onde o secretário geral Ban Ki-Moon convocara os membros “*to consider concrete action to stop the violence and end the loss of life*”²⁸.

Nineteenth session, 2 de março de 2012. (A/HRC/19/68). p. 46.

26 BOURCIER, Nicolas – Fathi Tirbil, l’homme qui a fait le printemps. *Le monde*, 22/03/2011.

27 Report of the International Commission of Inquiry of Libya. Human Rights Council, Nineteenth session, 2 de março de 2012. (A/HRC/19/68). p. 46-47.

28 Peace and Security in Africa. Security Council, 6490th meeting. Nova Iorque, 25 de fevereiro

A essa altura, a Liga dos Estados Árabes, o secretário geral da Organização da Conferência Islâmica de 20 de fevereiro de 2011, a União Africana e a União Europeia também comunicavam o seu repúdio. Toda essa comoção resultou na adoção da resolução *S-15/2 Situation of Human Rights in the Libyan Arab Jamahiriya* pelo Conselho de Direitos Humanos no dia 25 de fevereiro e da resolução 1970 (2011) no dia 26²⁹.

A resolução 1970 (2011) determina embargo de armas ficando todos os estados membros proibidos de vender ou transferir armamento ao regime do coronel. Impede, com o *travel ban*, o acesso do coronel e dos seus aos territórios dos países membros. E congela todos os bens do coronel e dos seus dispostos no exterior³⁰.

Susan Rice, enviada americana no Conselho de Segurança, apresenta a posição que seria o mote da coalisão contra o regime do coronel. Assevera que “*when a leader’s only means of staying in power is to use mass violence against its own people, he has lost the legitimacy to rule and needs to do what is right for his country*”. Por essas e outras, continua, “*the Security Council has acted today to support the Libyan people’s universal rights. These rights are not negotiable*”³¹.

Quase ao contrário, a posição do Brasil, expressa na manifestação de Maria Luiza Ribeiro Viotti, líder da representação brasileira e então presidente do Conselho de Segurança, foi de “*strong reservations to the provision in the resolution allowing for exemptions from jurisdiction of nationals from non-States parties, saying those were not helpful to advance the cause of justice and accountability*”³².

*

de 2011. Fundamental issues of peace, security at stake, secretary-general warns as he briefs security council on situation in Libya. Security Council, 6490th meeting. Nova Iorque, 25 de fevereiro de 2011.

29 *S-15/2 Situation of Human Rights in the Libyan Arab Jamahiriya*. Human Rights Council, 25 de fevereiro de 2011.

30 Resolution 1970 (2011). Security Council, 26/02/2011.

31 Peace and Security in Africa. Security Council, 6491th meeting. Nova Iorque, 26 de fevereiro de 2011.

32 In Swift, decisive action, security council imposes tough measures on Libyan regime, adopting resolution 1970 in wake of crackdown on protesters. Security Council, 6491th meeting. Nova Iorque, 26 de fevereiro de 2011.

Em verdade, nada intimida o coronel. Nem os protestos locais. Menos as palavras de ordem internacionais. A brutalidade da violência apenas ascende. Dispersos dissidentes organizam exército paralelo com objetivo de, sobretudo, não fugir nem morrer. Querem uma *Líbia livre*. Diversos civis se juntam a militares desenganados do coronel que, agora, lutam contra ele. O quartel general e o centro de comando miliciano foram estabelecidos em Benghazi. No entanto, havia milicianos em Misrata e nas montanhas de Nafusa. De início, armas e equipamentos vinham dos batalhões do coronel. Especialmente, *Ak-47*. Na sequência, países “amigos”, especialmente a França e o Qatar, começam a enviar armamento, suprimentos, uniformes, aparelhagem de comunicação³³.

Entre Amigos

Benghazi, 3 de março de 2011. Bernard-Henri Levy, intelectual e polemista francês, tem encontro com líderes da insatisfação que, no dia anterior, o 2, haviam estabelecido o Conselho Nacional de Transição. Seu presidente era Mustafa Abdul Jalil, antigo ministro da justiça do regime do coronel. Levy conversa com Jalil. Jalil lhe apresenta a complexidade da situação. Levy, sensibilizado, liga de imediato ao presidente Sarkozy, seu amigo e confidente. Requer ao presidente que receba os membros do Conselho de Transição. E, mais que isto, que os reconheça como a única força política representativa da Líbia.

No dia seguinte, 4, Jalil informa ter agenda em Bruxelas no 11 e sugere encontro com o mandatário francês por esse dia ou um antes ou um depois. Levy recontata o presidente Sarkozy e pede audiência para apresentar, em viva-voz, o que vinha vendo na Líbia. De Benghazi a Paris, Levy será recebido na segunda-feira, 6 de março.

Ao *Elysée*, nesse dia 6, o presidente se faz acompanhar de seu conselheiro diplomático Jean-David Lévitte. Ambos tomam nota e escutam. Levy apresenta sua percepção “*des espoirs et des attentes des combattants de la liberte libyens*”³⁴.

33 Report of the International Commission of Inquiry of Libya. Human Rights Council, Nineteenth session, 2 de março de 2012. (A/HRC/19/68). p. 43-47.

34 BARBIER, Christophe. Libye: comment Sarkozy a gagné la guerre. *L'Express*, 09/11/2011.

Fica decidido que os membros do Conselho de Transição serão recebidos na sexta-feira, 10 de março. Neste dia, também ao *Elysée*, a delegação líbia fora recebida e reconhecida pela França³⁵. A essa altura, o presidente Sarkozy já havia participado o primeiro-ministro Cameron. Assim, tendo a França reconhecido o governo paralelo de Benghazi, o Reino Unido o fez quase em automático e, no mesmo dia 10 de março, o presidente francês e o primeiro-ministro britânico enviam carta conjunta ao presidente da Comissão Europeia solicitando que o Conselho líbio seja aceito na reunião do dia seguinte em Bruxelas. “*We welcome the formation of an Interim Transitional National Council based in Benghazi and we are engaging with the Council and its members to develop a cooperative dialogue*”. O sofrimento dos líbios, diziam, deve ter fim. Gaddafi “*should leave*”³⁶.

*

O *day after* foi terrível e horrível. Sismo de magnitude 9 sobre a escala de Richter tocou o Japão. Ondas de mais de dez metros de levaram tudo de Miyako a Fukushima Daiichi. O drama desolou. Sobretudo pelos vazamentos nas centrais nucleares de Sendai e Fukushima. Foi o acidente mais emblemático após Tchernobyl. O fantasma do uso do nuclear voltou. Os olhos do mundo miraram o Oriente. Só saíam, um pouco, de lá – rumo Los Angeles – doze dias depois, no 23 de março, com o anúncio do desaparecimento de *Liz*; Elizabeth Taylor, a musa suprema da idade de ouro de Hollywood.

Demônios

O engajamento francês sobre o dossiê Líbio levou sua diplomacia a conjugar diversos esforços para convencer a comunidade internacional a agir. A resolução 1970 (2011) fora ineficaz. O coronel seguia

FRANÇA, Maria de. Libye, Kadhafi, Sarkozy, Bernard-Henri Levy. *BHL.com*, s.d.

35 Id., *ibid*.

36 Letter from PM and President Sarkozy to President Van Rompuy. Paris-Londres, 10 de março de 2011. (Prime Minister's Office, 10 Downing Street).

intimidando, bestializando e massacrando a população. Sua obsessão era retomar – quer dizer, arrasar, quebrar, pulverizar – Benghazi, núcleo e símbolo da dissidência. Sem apoio externo, impiedoso banho de sangue seria quase inevitável. O chanceler Alain Juppé – que vinha de suceder Michèle Alliot-Marie, que deixara o Quai d’Orsay no 27 de fevereiro por impropérios políticos³⁷ – saiu ao *tour du monde* para forjar nova reunião para adoção de nova resolução.

Dos ensinamentos do 9/11, o mais pródigo parece ser não intervir só. Por isso, o empenho francês em convencer; e convenceu. Para o dia 17 de março foi convocada sessão no Conselho de Segurança. Juppé marcou presença em Nova Iorque. Sua manifestação foi justa e direta: “*chaque jour, chaque heure qui passe alourdit le poids des la responsabilité qui pese sur nos épaules. Prenons garde d’arriver trop tard. Ce sera l’honneur du Conseil de sécurité d’avoir fait prévaloir en Libye la loi sur la force, la démocratie sur la dictature, la liberté sur l’oppression.*”³⁸.

Dois dias depois, aprovada e endossada a nova resolução, a 1973 (2011), o presidente Sarkozy, à saída do *sommet* de Paris, redisse de modo ainda mais direto e forte o que dissera o ministro Juppé. “*Des peuples arabes ont choisi de se libérer de la servitude dans laquelle ils se sentaient depuis trop longtemps enfermés. Ces révolutions ont fait naître une immense espérance dans le coeur de tous ceux qui partagent les valeurs de la démocratie et des droits de l’homme. Mais elles ne sont pas sans risques*”³⁹.

Todos sabiam dos riscos, a despeito de também saber das responsabilidades. O presidente Obama que no discurso do Cairo dizia “*we cannot impose peace*”, em intervenção recente afirmou “*we know a price must be paid for freedom*”⁴⁰.

*

China e Rússia se abstiveram de votar a nova resolução no dia 17 de março de 2011. No entanto, deixaram de utilizar seu poder para vetar

37 BACQUÉ, Raphaëlle. “MAM”, trois petits mois et puis s’en va. *Le monde*, 27-28/02/2011. GURREY, Béatrice. Juppé, l’éternel retour. *Le monde*, 1º/03/2011.

38 *Apud Libération*, 17/03/2011.

39 La déclaration de Sarkozy. Paris, 19 de março de 2011.

40 Remarks by President *On a New Beginning*. Cairo, 4 de junho de 2009. (The White House – Office of the press secretary). Remarks by President at the National Defense University. Washington, 23 de maio de 2013. (The White House – Office of the press secretary).

o texto. No dia seguinte, o presidente Obama foi límpido ao declarar que o “*American leadership is essential, but does not mean acting alone*”⁴¹. O fantasma das Bush’s wars ainda ronda as casas. E, justamente, por isso, o presidente americano acrescenta que quer “*to be clear about what we will not be doing. The United States is not going to deploy ground troops into Libya*”⁴².

O Reino Unido, fiador da nova resolução como França e Estados Unidos, tinha interesses muito bem definidos. Explica o primeiro-ministro Cameron “*if Gaddafi’s attacks on his own people succeed, Libya will become once again a pariah state, festering on Europe’s border, a source of instability, exporting terror beyond her borders*”⁴³.

*

O Brasil, distante da Líbia, na geografia e na demografia, com Alemanha, China, Índia e Rússia, se abstém de votar a nova resolução. Alega ambigüidades no texto. “*We are not convinced that the use of force as provided for in operative paragraph 4 of the present resolution will lead to the realization of our common objective – the immediate end of violence and the protection of civilians*”, afirma a representante brasileira⁴⁴.

O chanceler brasileiro Antonio Patriota seria mais enfático ao concluir que, em verdade, “no Brasil acreditamos muito na diplomacia, no poder de persuasão, em resolver as questões pela conversa, pela negociação”⁴⁵. Entre os dias 17 e 19 de fevereiro, as tropas do coronel estavam a momentos de Benghazi. Uma não intervenção, reconhecem Gelson Fonseca Jr. e Benoni Belli, colegas do chanceler, “poderia prenunciar um massacre de grandes proporções”⁴⁶. O embaixador Rubens Ricupero, dos

41 Remarks by President on the Situation in Libya. Washington, 18 de março de 2011. (The White House – Office of the press secretary).

42 *Id.*, *ibid.*

43 Oral statement to Parliament PM statement to the House on Libya. Londres, 21 de março de 2011. (Cabinet Office and Prime Minister’s Office, 10 Downing Street).

44 Security Council approves ‘no-fly zone’ over Libya, authorizing ‘all necessary measures’ to protect civilians, by vote of 10 in favour with 5 abstentions. Security Council, 6498th meeting. Nova Iorque, 17 de março de 2011.

45 PATRIOTA, Antonio – O Brasil negocia sua diplomacia junto à Síria. *O Estado de São Paulo*, 17/07/2011.

46 FONSECA JR., Gelson; BELLI, Benoni. Desafios da responsabilidade de proteger. *Política externa*, v. 21, n. 4, abr./mai./jun. 2013.

mais sofisticados representantes da diplomacia brasileira, não se eximiu em denunciar a inconseqüência dessa posição do Brasil⁴⁷.

Um analista muitíssimo experimentado, mas por vez, deveras impiedoso, como o marcante Jorge Castañeda, diplomata e intelectual mexicano, poderia dizer que, ao se abster, o Brasil continua querendo “*jugar en primera division sin mojarse*”⁴⁸. Um intérprete mais violentamente irônico e brutalmente pragmaticamente radical como o eterno George F. Kennan diria simplesmente: “*forms of government are forged mainly in the fire of practice, not in the vacuum of theory. They respond to national character and to national realities*”⁴⁹.

47 RICUPERO, Rubens. Decepção na estréia. *Folha de S. Paulo*, 20/03/2011.

48 CASTEÑEDA, Jorge. Lula: jugar en primera division sin mojarse. *El país*, 25/05/2010.

49 KENNAN, George F. *American Diplomacy: Sixtieth-anniversary expanded edition*. Chicago: University of Chicago Press, 2012. p. 142.



CAPÍTULO 3

ADEUS, GERONIMO

Memento mori.
Adágio latino

“*A price must be paid for freedom*”. Essa constatação – direta e evasiva; discreta e concreta – traduz, em forma e conteúdo, a mensagem do mais importante discurso de Barack Obama nesses primeiros instantes de seu segundo mandato como presidente dos Estados Unidos da América¹. Proferido na *National Defense University* em fins de maio de 2013, o discurso desenha e induz diagnóstico e prospecção da *counterterrorism strategy* americana. “*A decade of war is ending*” – expressão que vem sendo utilizada ostensivamente por Obama desde a sua reeleição em 2012 – surge como desejo concreto e massivo dos americanos². Em sendo realmente assim, nada mais consequente que redefinir o destino. Sem o *World Trade Center*, desde o 9/11. Mas também sem Osama Bin Laden, mentor de tamanha ignomínia. “*Neither, I, nor any President, can promise the total defeat of terror*”, afirma nesse discurso de maio, sem contrição nem alegria, o presidente Obama³. Inexiste preservação de tranqüilidade – recorda a assertiva de James Madison – em projeto de guerra sem fim. O 9/11 mudou a qualidade da guerra. Alguns supõem ter modificado também sua natureza, seu sentido, seu destino. O trauma do “*l'événement sans nom*” ainda deixa avariados os amantes do *American dream*. O mosaico de crises que a reação ao ocorrido forjou causar passa longe de terminar. *Bush's wars* e *Obama's wars* corroeram, em contas americanas oficiais, três trilhões de dólares. Sem contar os dinheiros dos aliados, dos inimigos e dos indiferentes. Nada paga o preço do medo e da apreensão. Mais de sete mil americanos deixaram a vida em operações no Iraque e no Afeganistão. O sacrifício pode ser nobre, mas deixa sua marca indelevelmente profunda na alma da nação. Fica fora todo arremedo de hesitação. *Il faut changer pour rester*, há muito já dizia o general De Gaulle emulando Leopardi.

1 Remarks by the President at the National Defense University. Washington, 23 de maio de 2013. (The White House – Office of the press secretary).

2 Barack Obama's victory speech – full text. *Guardian*, Wednesday 7 november 2012.

3 Remarks by the President at the National Defense University, op. cit.

Ao longo desse decênio de guerras que o presidente Bush fez por onde inaugurar, práticas e atitudes foram modificadas ou amplificadas nos Estados Unidos. A estratégia de proteção e reação foi das que mais se alterou. Os dispositivos de forças especiais vieram ao encontro. A inovação em espionagem ganhou disperso avanço. Tudo pela nação; pelo patriótico. *Drones* causam muita polêmica, muita rejeição. Mas são destino sem volta. *Al Qaeda* foi enquadrada sem piedade. Mais menos dia, mais um e outro caem. “*A decade of war is ending*”. O sucesso da *Neptune Spear* – operação que assassinou Osama Bin Laden – ampliou o conforto da constatação, do diagnóstico e do desejo. Resta avançar em desvelar os mistérios que essa verificação só faz indicar.

“*Tiempo nublado*”

O sábado, 30 de abril de 2011, foi ordinário como os demais sábados 30 de todos abris. Tudo era pueril. Ingênuo. Frugal. Ordinário. Os olhos do mundo seguiam seguindo o casal do século. Catherine Elizabeth Middleton e William Arthur Philip Louis. O príncipe e a plebeia. Ao melhor estilo *british*. Impossível não lembrar lady Di. Seu sorriso; seu olhar; seu afeto; sua *démarche*. Embebidos e embriagados nessa lua-de-mel coletiva, a morte do Dostoievski hispânico passou despercebida. Nesse 30 de abril, em Santos Lugares, província de Buenos Aires, morre, perto dos cem anos, Ernesto Sabato. Cuj’*El túnel* marcou toda uma geração de amantes da imaginação, da criação e do romance. Cujá presidência – em solicitação do presidente Raul Alfonsin – da comissão nacional sobre o desaparecimento de pessoas durante a ditadura argentina produziu *Nunca mas* e marcou toda a nação. “*Écrire est un déchirement, une obscure damnation*”, dizia ele, Sábado, em impecável francês que aprendera nos tempos de estudante de Física em Paris.⁴ Seu desaparecimento deixou um vazio imenso. Mas quase ninguém notou. Aquele silêncio sobre tudo indicava prenúncio de tempo feio, com ventos aziagos.

*

4 BIANCIOTTI, Hector. Ernesto Sabato. *Le monde*, 04/04/2011.

Khartum, capital do Sudão, dezembro de 1993. A Conferência Popular Árabe e Islâmica transcorre no Centro de Congressos da cidade. Lideranças xiitas, sunitas, árabes, não-árabes, do Al Fatah, Hamas, Hezbollah, da Frente Democrática para a Libertação da Palestina, da Frente Islâmica de Salvação da Argélia, o Partido Popular do Paquistão, o Partido Nahda da Tunísia, afegãos de todas as tendências e o representante de Mohamed Aideed da Somália estavam reunidos em busca de moderação. A brutalização das relações no Sudão vinha de deixar marcas terríveis na região. O mundo ocidental seguia com apreensão toda a situação. Os Estados Unidos e o Reino Unido seguiam especialmente interessados. Robert Fisk, dos mais respeitáveis conhecedores do Oriente Médio, cobria a Conferência para *The Independent*. Nos dias finais do evento foi abordado por seu amigo, também jornalista, Jamal Kashoggi. Kashoggi lhe propôs conhecer um ilustre morador local: Osama Bin Laden⁵.

A saga de Bin Laden rumo Sudão tivera início no Afeganistão. Cercado por gigantes, o Afeganistão tinha de vizinhos os soviéticos, o Paquistão, o Irã e a China. O ano era 1979. O cimento nacional era o islã. 99% da população era muçulmana dividida em sunitas, 80%, e xiitas, 20%. Desde tempos imemoriais as contendas regionais eram norma. Os afegãos, por isso, possuem indisfaçada tradição de resistência a investidas do exterior. Mongóis e russos foram os primeiros a intentar invadir. Depois o País virou tutela da Inglaterra pelo século 19. Essa submissão inglesa desapareceu apenas com o fim da primeira grande guerra mundial. Na sequência, aparente independência perdurou. Aparente, pois, em verdade, a vigilância e interesse dos, agora, homens do Kremlin, jamais se apagaram⁶.

Em dezembro de 1979, soviéticos liderados pela KGB, assaltaram Kaboul. A formulação da resposta foi imediata. A família real da Arábia Saudita, mancomunada com os Estados Unidos, reabilitou a figura do honroso guerreiro árabe do Golfo – ao estilo de Lawrence da Arábia, aquele que dá a vida em defesa da comunidade islamita. Essa lenda se materializaria na confecção de uma legião árabe composta de afegãos e li-

5 FISK, Robert. *A grande guerra pela civilização. A conquista do Oriente Médio*. Trad. Sandra Martha Dolinsky. São Paulo: Planeta, 2007. p. 29-31.

6 BOULOUQUE, Sylvain. Le communisme en Afghanistan. In: COURTOIS, Stéphane (Org.). *Le livre noir du communisme. Crimes, terreur, répression*. Paris: Robert Laffont, 1997.

derada por príncipes sauditas. Príncipes sauditas declinaram da indicação. Bin Laden desgostou o gesto. Entendeu como covarde. Percebia imensa a humilhação aos irmãos afegãos. Sendo assim, às suas próprias expensas, foi lhes proteger. Empreendeu, então, uma *Jihad* pessoal contra os russos. Gente do Egito, Arábia Saudita, Yêmen, Kuwait, Argélia, Síria e Palestina foram convencidos a ajudar. Essa união antecipou o sucesso. Entretanto, após expulsar os soviéticos, sunitas e xiitas afegãos iniciaram guerra civil entre si. Desapontado, Osama regressa à sua Arábia. Anos depois, quando Saddam Hussein avança sobre o Kuwait, novamente Osama surge. Oferta seus préstimos à sua família real. Entretanto o rei saudita preferiu auxílio dos Estados Unidos. Isso levou Osama a migrar ao Sudão. No Sudão, fixou morada em Khartum. Em Khartum, vivia com suas quatro mulheres. Seu meio de vida era fornido de suas heranças e de sua atividade profissional por exelência, a construção civil. Seu objetivo, promover a “pureza” islâmica.

Naqueles fins de 1993, concedeu sua primeira entrevista diretamente ao Ocidente. Queria, por certo, portar defesa às acusações vindas, sobretudo, dos Estados Unidos, que afirmavam que ele estava treinando terroristas no deserto do Sudão. O resultado não foi dos melhores. Dois meses após a entrevista, verdugos rondaram sua casa em sua procura em Khartum. Sua Arábia natal, menos de mês depois, cassou sua cidadania saudita e, em conluio com os Estados Unidos, determinou ao Sudão a sua extradição.

Ao invés de Osama, o Sudão entregou, às rápidas, o venezuelano Ilich Ramírez Sánchez, o Carlos, o Chacal. Ao invés de continuar no Sudão, Osama voltou ao Afeganistão⁷. Errou pelas montanhas do Afeganistão até buscar abrigo no Paquistão. No Paquistão, mediante rude operação, na condição de Geronimo, objeto vivo ou morto da *Neptune Spear*, conheceu, um dia depois de Ernesto Sábato, sua desapareição.

Adeus, Geronimo

“Aconteça o que acontecer, o tempo e as horas sempre chegam ao fim, mesmo do dia mais duro dentre todos os dias”⁸. Não foi diferente

7 FISK, Robert. *A grande guerra pela civilização*, op. cit., p. 29-41.

8 SHAKESPEARE, William. *Macbeth*. Trad. Beatriz Viégas-Faria. Porto Alegre: LP&M, 2010. p. 23.

com Osama. Seu tempo e suas horas ganharam termo. Seu desaparecimento chegou e a notícia causou histeria. Após saber, milhares de pessoas inundaram as ruas de Nova Iorque e Washington nos Estados Unidos, Nairobi e Mombasa no Quênia, Dar Es-Salaam na Tanzânia, Aden no Yêmen, Bali na Indonésia, Riyad na Arábia Saudita, Casablanca no Marrocos, Bagdá no Iraque, Argel na Argélia, Madrid e Londres na Europa, para comemorar. “*Justice has been done*”⁹. Já sem tempo. Foi, para muitos, o fim da impunidade, da frustração, do desolamento. Quatro helicópteros, 79 homens, 38 minutos somados a mais dez anos de perseguição e intimidação, sofisticação e espera¹⁰. Enfim, *Closure*, sintetizou o editorial do *Times* de 3 de maio de 2011. Famílias do mundo inteiro acometidas pela *Al Qaeda* tiveram um momento de regozijo. Adeus, Osama; adeus, terror¹¹.

Nada reduz a magnitude desse adeus. Entretanto, ele vinha se fazendo.

*

O presidente Bush prometera, imediatamente após o 9/11, fazer justiça. Levar ou trazer Osama a julgamento. O desconcerto no Afeganistão e no Iraque incluído ao desespero da crise financeira produziu desapontamentos sem fim. Ninguém esqueceu Osama. Mas ele foi sendo paulatinamente ofuscado pelas crises precipitadas pela crise das finanças.

A crise financeira consumiu muita atenção. Instituições *too big to fail* foram fracassando sem pudor. A notícia das tormentas de setembro de 2008 vai demorar esmaecer no imaginário ocidental. Carece desmesurada ventura para gerir o colapso financeiro que chegou perto de fraturar de morte o *American dream*. Osama deixou de ser estrita prioridade diante de milhões de americanos vendo seu passado e futuro sendo carcomido em instantes. Imensa degeneração passou a ser entendida. O cisma da especulação de finanças logo migrou à economia. Veio a recessão. Do mundo material passou ao social. O desemprego chegou a percentuais de assom-

9 Remarks by the President on Osama Bin Laden. Washington, 02 de maio de 2011. (The White House – Office of the press secretary).

10 CYPEL, Sylvain. Les Etats-Unis celebrant la fin de Ben Laden. *Le monde*, 3/5/2011.

11 *The Times*, 3/5/2011.

bro. O difícil retorno da economia desmoralizou autoridades e sua representação. A crise política, de muito anunciada, foi exacerbada. O apelo moral não demorou se firmar. Bilionários mundo afora prometeram ajudar. Ajudaram. Mas o dia mais duro de todos os dias segue sem terminar.

Na impressão de Niall Ferguson, vivemos *the great degeneration*. Para além dos Estados Unidos, o Ocidente vai mal. Risca perder seu lugar ao sol. Suas leis e instituições expressam imensa degradação. Seu sistema político majoritário, a democracia, progride imerso em indisfarçável hipocrisia. Sua estrutura econômica essencial, o sistema capitalista, dá sinais de insanidade. Sua paisagem jurídica, a argamassa do estado de direito, não vai composta que por, em sua maioria, cínicos, cretinos e medíocres. Sua composição social, a sociedade civil, merece mais e mais a classificação de incivil por se portar mais e mais de maneira inconsequente, indiferente e indelicada. Indefeso e insone, todo projeto de civilização ocidental contempla sua autodestruição. Amarga, em assombro e aturdimento, sua inimaginável degradação¹².

Ferguson – como Fareed Zakaria d’*O mundo pós-americano*¹³ – provoca para induzir pensar, refletir e agir. O comezinho imobilismo e a oportuna inação só fazem acelerar a marcha fúnebre rumo à perdição.

Da parte de Martin Jacques, autor do exímio *When China rules the world*, inexistente retorno. Daqui em diante se vive a troca de guarda. Outrora Estados Unidos. Doravante Ásia, China. Seu argumento abrange diversas variantes econômicas. De início o crescimento econômico progressivo dos países em desenvolvimento, o “resto”. Adiante o aumento do preço das commodities e a ampliação do poder de compra e barganha das *commodity-producing nations* no após-9/11. China, Singapura, Coreia do Sul, Qatar, Abu Dhabi, Kuwait foram, avança, os principais beneficiários. Por isso, com o *meltdown* de instituições financeiras européias e americanas, foram também os principais compradores de fundos. Isto passa a colocar a Ásia oriental e o Oriente médio, na proa do mundo, que a China, desde mundo à espreita, passa a liderar¹⁴.

12 FERGUSON, Niall. *A grande degeneração: a decadência do mundo ocidental*. Trad. Janaína Marcoantonio. São Paulo: Planeta, 2013.

13 ZAKARIA, Fareed. *O mundo pós-americano*. Trad. Pedro Maia. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

14 JACQUES, Martin. *When China Rules the World. The end of the Western World and the birth of a*

A máxima de Shakespeare na boca de Macbeth – “o tempo e as horas sempre chegam ao fim” – deve de ter muitíssimo inspirado, consciente ou inconscientemente, a Martin Jacques decretar o fim dos dias dos Estados Unidos no comando do mundo. Mas como diria o zombeteiro Mark Twain, o anúncio desse féretro talvez seja um pouco exagerado¹⁵.

*

No dia 4 de março de 2007, o senador júnior de Illinois iniciou efetivamente sua corrida à *White House*. Foi em Selma, Alabama, na *Brown Chapel*. Pesquisas de opinião reconheciam Hillary Clinton como favorita à indicação do partido democrata. Barack Hussein Obama era amplo desconhecido. Seu repúdio à invasão do Iraque lhe conferiu alguma visibilidade. Mas insuficiente; exangue. Queria-se saber quem era Barack. Quem era esse sujeito nascido no Havá de mãe do Kansas e pai do Quênia. Quem era esse ser de ar cosmopolita criado na Indonésia e saído de Harvard. Um audacioso, um presunçoso – diria ele próprio. Mas mais, muito mais, se precisava saber. Ao meio-dia de 4 de março de 2007 começou o momento de verdade.

Brown Chapel, Selma e Alabama coadunam raízes simbólicas do trauma americano. Mansões antigas preservam ares dos tempos do presidente Lincoln. O massacre de 1865, a batalha de Selma, jamais se esqueceu. Como permanece na retina e na memória da nação os rastros profundos das leis Jim Crow. Foi no Alabama, em Montgomery, que Rosa Parks fora detida por ocupar lugar reservado a não-negros em transporte coletivo. Foi em Selma, na *Brown Chapel*, que Martin Luther King Jr. estabeleceu lócus privilegiado da batalha por direitos civis e pelo direito universal aos afro-americanos participar do sufrágio universal.

Presidenciáveis americanos sabem da importância do apoio das comunidades negras do Alabama. Obama foi ao Alabama e convenceu essas comunidades que poderia ser a concretização do sonho de King e a afirmação do sonho americano. Vinte meses depois, o desconhecido senador júnior de Illinois venceu o medo e o receio alheios e virou

new global order. 2. ed. London: Penguin books, 2012. p. 4-21.

15 A expressão célebre de Mark Twain é “*the reports of my death have been greatly exaggerated*”.

presidente da república com a incumbência de recuperar a capacidade americana de sonhar¹⁶.

*

Desde o plano de ataque e o ataque do presidente Bush ao “eixo do mal” foram sendo criadas estratégias para inibir e impedir novos ataques. Os dois últimos capítulos do *9/11 Commission Report* – 12. *What to do* e 13. *How to do it?* – são o conjunto mais amplo e completo de sugestões nesse sentido. Enquanto a imprensa ia acentuando os dividendos negativos das *Bush’s wars*, o governo seguia implantando medidas internas restritivas e estruturais. Ao chegar ao poder, no vendaval de Wall Street, o presidente Obama só fez aprofundar essas medidas¹⁷.

Dividendos do adeus

Após “fazer justiça”, chegara o momento de explicar. Como, quando e de que maneira “*Justice has been done*” viram obsessão da curiosidade pública nos Estados Unidos e alhures. A declaração do presidente Obama – “*United States has conducted an operation that killed Osama bin Laden*” – foi ficando vazia antes mesmo de ser completada. Junto ao entusiasmo que banhava as ruas do mundo livre surgiam perplexidade e ceticismos. *How they did* e *did they?* povoavam opiniões.

No fim da manhã do dia 2 de maio de 2011, oficiais seniores apresentaram o *briefing* da operação. Desde então foi sendo tornado público que desde agosto, setembro de 2010, serviços de inteligência americanos e aliados avançavam na suspeição de ter encontrado o esconderijo de Osama. O homem mais procurado do mundo estaria no Paquistão, em Abbottabad. A partir de meados de fevereiro de 2011, as investidas para comprovação foram intensificadas. A seguir, a operação de ataque começou a ser preparada. Entre março e abril, o presidente Obama se convence

16 REMNICK, David. *A ponte: vida e ascensão de Barack Obama*. Trad. Celso Nogueira e Isa Mara Londo. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 11-36.

17 WOODWARD, Bob. *Obama’s wars*. New York: Simon & Schuster, 2010. WOODWARD, Bob. *Plano de ataque*. Trad. Cid Knipel. São Paulo: Globo, 2004.

da constatação e permite a definição e concretização da ação. Seus encontros no *National Security Council* ficaram frequentes. Na manhã de 29 de abril, foi tomada a decisão. Teve início a *Neptune Spear*¹⁸.

*

O diagnóstico e a decisão refletem avanço considerável na convicção americana da necessidade de resolver o imbróglio. No dia 6 de novembro de 2008, dois dias após a eleição, o presidente Obama convocou reunião com o almirante Mike McConnell para avaliar o desempenho do presidente Bush na estratégia de levar ou trazer Osama à justiça e impedir novos ataques¹⁹.

Muito esforço ia empregado, mas a rejeição à América era imensa. A imposição da invasão do Iraque, com o absoluto desrespeito e desmoralização das instituições internacionais, virara sinônimo de prepotência e arrogância – chaga que o presidente Bush preserva como legado. O discurso do Cairo, de junho de 2009, foi manobra para inverter essa impressão e, de alguma maneira, ampliar fidelidades contra os inimigos do mundo livre²⁰.

Fidelidades multilaterais antiterrorismo existem, precisamente, desde os anos 1960s. O após ataque nos jogos olímpicos de Munique em 1972 foi o primeiro momento de atuação desse arremedo de coalisão. O após explosão do avião da Pan American Airlines em Lockerbie, na Escócia, em 1988 e o após massacre de turistas em Luxor, no Egito, em 1997 foram outros momentos de interação. No entanto, o após 9/11 demonstrou a mais aguda fragmentação nesse sentido. O diagnóstico do presidente Obama agrega a necessidade de composição²¹. Composição, sobretudo, para aprofundar seus principais instrumentos antiterrorismo: *special operations forces* e *unmanned aerial system*. Um e outro, por ter atuação majoritária no exterior, necessitam cooperação internacional.

*

18 Press briefing by Senior Administration Officials on the killing of Osama bin Laden. Washington. (The White House – Office of the press secretary), 2 de maio e 2011.

19 WOODWARD, Bob. *Obama's wars*, op. cit., p. 1-12.

20 Remarks by president *On a New Beginning*. Cairo, 4 de junho de 2009. (The White House – Office of the press secretary).

21 Report card backgrounder Terrorism. New York: Council on foreign relations, 2013. p. 1-8.

Após a operação *Argo*, de resgate de americanos no Irã – cuja encenação de Ben Affleck com o mesmo título, *Argo*, levou o Oscar de melhor filme em 2013 –, o congresso dos Estados Unidos unificou várias unidades de operações especiais no *U.S. Special Operations Command* – USSOCOM. Uma secretaria exclusiva no Pentágono e outra no Ministério de Defesa foram criadas. Os mais qualificados oficiais das principais frentes das forças armadas americanas foram mobilizados a compor *special operations forces*. Para 2013 foram mobilizados 63 mil e 650 para essas operações.

Contingentes – 2012-3	
U.S Special Operations Command Headquarters	2.606
U.S Army Special Operations Command	28.500
Air force Special Operations Command	18.000
Naval Special Warfare Command	9.000
U.S Marine Corps Forces Special Operations Command	2.600
Joint Special Operations Command HQ	1.519
Theater Special Operations Command HQs	1.425
Total	63.650

Fonte: Council Special Report, n. 66, p. 9.

Após o 9/11 os contingentes e as operações foram amplamente multiplicados. Seu orçamento de 2,3 bilhões de dólares em 2001 passou a 10,4 para o ano fiscal de 2013. Suas principais atividades compõem operações de dissuasão de insurgentes, mobilização antiterrorismo, inibição de proliferação de armas de destruição, segurança e defesa de civis em países ocupados, operações de conhecimento e reconhecimento, sistema de informações. Inglaterra, Austrália, Canadá, Colômbia, Jordão, Arábia Saudita e países do leste europeu foram progressivamente tornados aliados nessas investidas²².

*

22 ROBINSON, Linda. *The future of U.S. Special Operations Forces*. New York: Council on foreign relations, 2013. Council Special Report, n. 66.

Unmanned aerial system, mas conhecido como *drone*, também ganhou em relevância no após 9/11. Além de sua quantidade, a localização e a frequência de sua utilização também aumentaram. Passou de 15 mil unidades em 2001 a 75 mil em 2012. São diversas suas vantagens. *Predator* e *Reaper*, por exemplo, os principais do arsenal americano, podem permanecer no ar por cerca de 14 horas, carregados em munição e prontos a atacar. Versões anteriores, *F-16* e *A-10*, não suportavam que quatro horas. Mais que o tempo no ar, a não exposição de soldados parece o maior trunfo; muito embora, seja imprescindível o acompanhamento por suportes de inteligência em solo.

Drones foram responsáveis por 95% das mortes em batalhas não convencionais do após 9/11. Sendo a maior parte das operações autorizadas pelo presidente Obama. Ao passo que o presidente Bush liberou 50 operações de ataque com *drones* de 2001 a 2008, o presidente Obama autorizou 350 de 2009 em diante²³.

Foram *drones*, imiscuídos a complexas estratégias de inteligência de americanos e aliados incluindo sistemas de tortura, que permitiu localizar Osama no Paquistão. Foram operações especiais que o levaram à morte; ou como se quer, à justiça.

Após Geronimo

No discurso de 23 de maio de 2013, o presidente Obama colocou em revista o conjunto de atitudes que conduziu Osama ou Geronimo à justiça. O problema essencial, que antecede e ultrapassa o 9/11, segue sendo a conciliação entre “*our interests in security and our values of privacy*”²⁴. A proteção tem seu preço. O mais custoso, em aparência e debate, segue a ambigüidade da expansão da necessidade de vigilância. Isto não necessariamente corrói o *American dream*. Mas aflige e agride – para dizer o mínimo – aqueles que não sonham o mesmo sonho.

23 ZENKO, Micah. *Reforming U.S. drone strike policies*. New York: Council on foreign relations, 2013. Council Special Report, n. 65. p. 3-8.

24 Remarks by the President at the National Defense University, op. cit.

O principal das sugestões ao governo americano para administrar o após 9/11 segue a tópica da *global strategy*. Essa tópica vem se transformando em imperativo. *The 9/11 Commission Report* de 2004 apresenta o arrazoado dos mais completos nesse sentido²⁵. Sem cooperação, inexistente salvação. Essa pode ser uma tradução, rápida e, em certa medida, justa, da mensagem do relatório. Mas essa proposição – para não regressar ao *Leviatã* de Hobbes –, por certo animou toda a política de contenção inspirada em George Kennan²⁶. Faz pouco sentido redizê-la. Mas ela foi ou esquecida ou supervalorizada após o desaparecimento da URSS. O entusiasmo do possível triunfo da democracia liberal invadiu os poros da nação americana. Os Estados Unidos, ao menos em diagnóstico, por algum momento, preferiram a retração. “*With the collapse of the Berlin Wall, a new dawn of democracy took hold abroad, and a decade of peace and prosperity arrived here at home*”, dizia o presidente Obama no discurso à *National Defense University*.

Conquanto discutível, o diagnóstico do presidente agrega algo de precisão sem retoque. “[...] *peace and prosperity arrived here at home*”²⁷. Sim; ao centro do poder americano, de certa forma, paz e prosperidade eram reais. No entanto, do lado de fora, o mundo seguia sua sina de tensões e contradições. Ao encaço desse mundo, diria Madeleine Albright, secretária de Estado do presidente Clinton, “*We are the indispensable nation*”. Do outro lado do Atlântico, Hubert Vedrine, ministro do exterior do presidente Chirac, afirmava ser os Estados Unidos uma “*hiperpuissance*”. O 9/11 demonstrou que mesmo indispensáveis, mesmo que hiperpoderosos, podem estar vulneráveis. E no âmbito de sua vulnerabilidade, a reabilitação da cooperação ativa, ao velho e bom estilo da contenção de Kennan, para o bem e para o mal, virou imperativo.

*

25 *The 9/11 Commission Report*. National Commission on Terrorist Attacks Upon the United States (Public law 107-306, November 27, 2002). Washington, 2004.

26 KENNAN, George F. *American Diplomacy: Sixtieth-anniversary expanded edition*. Chicago: University of Chicago Press, 2012.

27 Remarks by the President at the National Defense University, op. cit.

No imediatamente após o 9/11, tropas, recursos e interesses singraram sentido Ásia Central. Casaquistão, Usbequistão, Tajiquistão viraram bases de acesso ao Afeganistão. O investimento americano na região mais que dobrou. Passou de 268 milhões de dólares em 2001 para 585 milhões em 2002, regressando a 426 milhões em 2010²⁸. Isso promoveu, por certo, reações na Rússia, na China, na Turquia que necessitaram repensar sua relação com os Estados Unidos e vice-versa. *Drones e special operations forces* foram amplamente alocados nos territórios aliados. Para além da disponibilidade territorial, a reabilitação da contenção sugere também a discussão do virtual.

A convicção do triunfo levou os Estados Unidos a acreditar no triunfo em todos os planos. Na expansão da democracia liberal sem limites. Fim da história, fim das fronteiras; prenúncio de ilusão.

Desde o início, os americanos estiveram na proa do *cyberspace*. Sua liderança foi, por muito tempo, incontestável. Esse cenário produziu certo desdém pelo “resto”. O 9/11 fez cair o véu da ingenuidade. No bojo de ataques concretos, os *cyberattacks* foram se multiplicando. Nesse contexto, os americanos, enfim, perceberam. Enquanto sonhavam triunfais, América Latina e África desenvolviam suas próprias bases e canais virtuais. Depois do 9/11 a tendência só se acelerou²⁹. Como controlar essa potente ameaça sem cooperação, sem normas, sem *global strategy*?

A resposta parece muito mais específica que afirmativa ou negativa. No conjunto dos possíveis sentidos, o presidente Obama prefere afirmar que “*with a decade of experience now to draw from, this is the moment to ask ourselves hard questions – about the nature of today’s threats and how we should confront them*”. Operações como a que executou Osama “*cannot be the norm*”. Os riscos são imensos. Mesmo sendo imenso o profissionalismo e a competência dos componentes das *special forces*, uma operação como a *Neptune Spear* envolve, também, reconhece o presidente, alguma sorte³⁰.

28 NICHOL, Jim. *Central Asia: regional developments and implications for U.S. Interests*. Congressional Research Service. Washington, 2012. p. 62, tabela 3.

29 NEGROPONTE, John D.; PALMISANO, Samuel J. *Defending an open, global, secure, and resilient internet*. New York: Council on foreign relations, 2013. Council Special Report, n. 70.

30 Remarks by the President at the National Defense University, op. cit.

Dançando na chuva

O exame de consciência, agregando todos esses sentimentos, virou norma após Geronimo. Esse importante discurso diante da *National Defense University* em maio de 2013 não pode ser entendido que como expressão disto. No entanto, ele acaba evadindo a discussão do mero balanço do decênio de guerras ao impor certo tom quase filosófico ao debate: a sustentabilidade da postura americana no mundo.

Remonta ao nascedouro da civilização ocidental a reflexão sobre mecanismos de manutenção do poder. Ao menos desde Homero e suas *Odisséia* e *Iliada* a arte imita a vida e o destino do poder, dos poderosos e de seus mundos. Ao menos desde Tito Lívio, Heródoto, Tucídides, Tácito a “verdade” desses destinos vem sendo obsessão enquanto registro, retrospecto e prospecção. A *Comédia* de Dante agudiza tudo isso. Os *Discursos* de Maquiavel vão muito além. Vai ficando incomensurável a quantidade de obras e autores que passa a refletir sobre o assunto depois do assalto a Constantinopla. A cristalização desse debate e discussão receberia adensamento incontornável – tirando de conta toda a intensa discussão filosófica coeva – com os três volumes do monumental *The history of the decline and fall of the Roman Empire* de Edward Gibbon. O método, a técnica e o modelo ficam e vão sublimemente reabilitados em *The great powers* de Leopold von Ranke. O acesso ao século 20 ganha a contundência do avanço da abrangência da discussão com Arnold Toynbee e Oswald Spengler. *Um estudo da história* e *O declínio do Ocidente*³¹. A despedida do século 20, inspirada nessa tradição que também remonta ao *Gênesis* e ao dilúvio, recebe a condensação mais precisa e atualizada com *The rise and fall of the great powers* de Paul Kennedy.

Surgida no crepúsculo da obsessão da contenção, o estudo de Kennedy propõe e demonstra a eficácia da interação entre economia e estratégia na manutenção do poder. Ou seja, quanto mais poder, mais necessidade de proteção. Quanto mais necessidade de proteção, mais necessidade de riqueza material. Quanto mais riqueza material, mais neces-

31 TOYNBEE, Arnold J. *A study of history*. Oxford: Oxford University, 1934-1961. 12 v. SPENGLER, Oswald. *The Decline of the West*. Trad. Charles F. Atkinson. New York: Oxford UP, 1991.

sidade de força militar. A melhor administração dessa equação resulta, no propósito de Kennedy, na maior longevidade do *great power*.

Do milagre da Europa à 1945, o modelo vai funcionando sem restrição. Depois da inovação advinda da arma nuclear, a potência hegemônica do momento, os Estados Unidos, segue hegemônica, mas em “declínio relativo”. A reconfiguração do mundo durante os trinta anos gloriosos permite a afirmação de Japão e China, contraídos em isolamentos voluntários até meados do século 19, e dos países europeus massacrados em guerras desde 1914. Esses atores, em suas singularidades, seguem a mesma regra e recompõe seus mundos e o mundo. Pelos anos do presidente Reagan, o debate interno verdadeiro propunha saber se os Estados Unidos teriam como seguir mantendo todos os seus engajamentos no exterior.³² Se era procedente. Se tinha sentido.

O após 9/11, sobretudo, o após *Lehman Brothers* recolocou a questão de modo incisivo. Os *What to do* e *How to do it?* do 9/11 *Commission Report* são claramente alimentados por essa discussão. A *global strategy*, entendida como imperativo de cooperação, vai se traduzindo em descentralização de responsabilidades. O como fazer segue mais que enigma, mistério.

Enquanto a *National Commission* ia terminando seu relatório em 2004, os Estados Unidos possuíam 752 instalações militares em 130 países. A maior parte delas, instaladas e mantidas desde 1945. Senão para derrotar, para conter os inimigos. Sob a presidência de Bush Jr., 70 mil homens de farda, bandeira e jaleco americanos estavam estacionados na Alemanha. 40 mil no Japão. 36 mil e quinhentos, na Coreia do Sul. Entre 2001 e 2004, tropas com 100 mil foram estacionadas uma no Iraque e outra no Afeganistão. Espalhados pelas terras do mundo eram 9 mil tanques *M1 Abrams*. Dispersos pelo mar, nove grupos de batalha de imensos porta-aviões. Pelo ar, fora os *drones*, ao menos três modelos de aviões furtivos indetectáveis. Para adocicar um pouco o impacto, por 120 países iam espalhados 30 mil restaurantes McDonald's como mostra de poder “*soft*” dos americanos. Desnecessário redizer da exclusividade e excepcionalidade de tudo isso. Ainda em 2004, o orçamento americano em defesa por volta de 460 bilhões de dólares era próximo 50% do gasto militar de 189 países³³.

32 KENNEDY, Paul. *The Rise and Fall of the Great Powers: Economic Change and Military Conflict From 1500 to 2000*. New York: Random House, 1987.

33 FERGUSON, Niall. *Colosso: ascensão e queda do império americano*. Trad. Marcelo Musa Cavallari. São Paulo: Planeta, 2011. p. 50-53.

A *war on terror* do presidente Bush provocou a explicitação de todos esses dados, números e comparações no bojo da opinião pública americana. Gente do comum passou a discorrer naturalmente sobre esses assuntos. O tema concerne a todos. Mas, após Geronimo, compete ao presidente Obama reconhecer se procede ou não continuar nesse diapasão.

*

De modo concreto, o PIB americano de 2001 a 2013, em trilhões de dólares, foi, respectivamente, de 11.229, 11.390, 11.634, 12.056, 12.429, 12.772, 13.020, 13.159, 12.654, 12.874, 13.420, 13.417 e 13.969. No mesmo cortejo, o orçamento americano em defesa, firmado em bilhões de dólares, foi de 316.2, 345.1, 437.5, 467.6, 478.9, 534.5, 600.9, 665.9, 666.3, 691.0, 687.0, 645.0 e 614.8. Numa correlação rápida, para o período, o gasto com defesa em proporção do PIB representou 3.0% em 2001, 3.3% em 2002, 3.7% em 2003, 3.9% em 2004, 4.0% em 2005, 4.0% em 2006, 4.0% em 2007, 4.3% em 2008, 4.7% em 2009, 4.8% em 2010, 4.7% em 2011, 4.4% em 2012 e 4.1% em 2013³⁴.

Sob qualquer aspecto, numa primeira apreciação, o montante dispensado com defesa compromete parte diminuta do PIB americano. Mas os números, sábio saber, enganam. E o manto púrpuro desse sortilégio está na discussão sobre a dívida pública. Mas aí, efetivamente, seria outra discussão e outra história³⁵. Mas indo direto ao ponto: os Estados Unidos não irão declinar por conta de seu engajamento militar. Por esse aspecto, do contrário. O que vem se afirmado como enigma parece ser a validade desse engajamento. A *decade of war* e o após Geronimo lançaram as claras essa discussão. Dito de outra maneira, a reação americana ao 9/11 galvanizou a perda efetiva da credibilidade americana global. O argumento mais sofisticado sobre essa situação vem em *The risks of ignoring strategic insolvency* de Michal J. Mazarr³⁶.

34 GREEN BOOK. National defense budget estimates for FY 2014. Office of the under secretary of defense. Washington, 2013. p. 264-265; 281.

35 Ver FERGUSON, Niall. *A lógica do dinheiro. Riqueza e poder no mundo moderno – 1700-2000*. Trad. Maria Teresa Machado. Rio de Janeiro: Record, 2007. p. 137-171.

36 MAZARR, Michel J. – The risks of ignoring strategic insolvency. *The Washington Quarterly*, 35:4, p. 7-22, 2012.

O anseio em manter e alimentar pretensões de responsabilidades globais sem necessariamente desenvolver estratégia global de convencimento, argumenta Mazarr, conduziu ao colapso progressivo do Império Britânico. A mesma situação pode estar passando ou se anunciando com o poder americano. No após 1945, no após 1989, no após 2001 os Estados Unidos foram se afirmando como destino manifesto para si e para os outros. Alternativas de poder – que de resto, desde muito dão sinais de existência – ocuparam assentos que as investidas contra o “eixo do mal” abriram. Turquia, Brasil, Índia, China, Rússia, os países que participam das estações árabes começadas como primavera, vão criando polaridades, em forma e conteúdo, que, sejam em discurso sejam em atitudes, negam a abrangência e a potência dos Estados Unidos. Os 30 mil restaurantes McDonald’s levam comestíveis tipo americano, mas não necessariamente a influência americana com eles aumenta. O ressentimento aos Estados Unidos apenas cresce. Essa rejeição somada ao aumento progressivo da capacidade tecnológica, em especial, e econômica, política, militar e diplomática dos outros indica a iminência do quase *post-American world* como sugeria Fareed Zakaria.

“Aconteça o que acontecer, o tempo e as horas sempre chegam ao fim, mesmo do dia mais duro dentre todos os dias”, cantou Shakespeare e por muita vez serviu de presságio. Os dias dos Estados Unidos estariam chegando ao fim? Não se discute – e deseja – outra coisa desde a mais remota existência dos Estados Unidos. A diferença de agora é que além de Inês, Geronimo também não existe mais. Sobra, então, aos Estados Unidos, algum tempo para melhor definir a melhor estratégia para não sucumbir jamais.



CAPÍTULO 4

A PRESENÇA DO GENERAL

*Le Brésil ne pourra être sauvé
qu'après l'extirpation de la vie
politique de la corruption dont les
racines prolongent dans le passé
jusqu'aux origines du «getulisme».*

Nota diplomática do *Quai d'Orsay*
para a preparação da visita do
general de Gaulle ao Brasil em
outubro de 1964. Paris, julho de 1964.

Foram de júbilo aqueles dias 13, 14 e 15 de outubro de 1964 em que o general de Gaulle deu de passar pelo Brasil – Rio de Janeiro, Brasília, São Paulo. Multidões invadiram ruas e praças para avistar seu cortejo. Os mais emotivos não contiveram o chorar. O cais da Guanabara foi onde tudo começou. O homem do *18 juin*, herói da *France libre*, vinha do mar. Tinha saído do Paraguai no domingo, 11 de outubro, a bordo de seu cruzador *Colbert*. Era esperado no Rio de Janeiro pelas 11h da manhã da terça-feira, 13 de outubro. Autoridades marinheiras monitoravam sua chegada por instrumentos de comunicação e radar. Sabiam que ele não tardaria a chegar. O tempo era instável. Chuva forte com vento era prevista. Mas, pelo momento, somente neblina. Embarcações brasileiras, desde cedo, acompanhavam a nau francesa do general. Quando apontaram na Guanabara sabia-se que sua chegada estava por pouco. As forças foram todas postas em formação. Coronéis e generais foram autorizados a ir à praia contemplar. E, com certeza, foi-lhes inesquecível ver o general aportar. O presidente brasileiro, o marechal Castelo Branco, experiente e disciplinado militar, cumpriu sem tensão o protocolo. Aguardou circunspecto em uma tenda preparada especialmente para a ocasião. Foi o general francês quem primeiramente o saudou com a continência. De sua parte, o marechal anuiu. Diferente do general, o marechal trajava civil.

Diferente do marechal, o general portava boné. O ritual de começo previa passar a guarda, fazer discurso, flanar pela antiga capital brasileira, eterna “cidade maravilhosa”, em carro aberto. Assim foi feito. Palavras de afeição emanaram das duas delegações. Do marechal brasileiro vieram moções de boas-vindas. Do general francês, gestos em retribuição. O desfile iniciou na Av. Rio Branco. No carro aberto com o general foram o marechal e o coronel, chefe da Casa Militar, Ernesto Geisel. Foi aí que o homem de Estado francês constatou a força de seu prestígio também em terras brasileiras. Entre aplausos e acenos ele percebia o carinho da gente desse País que seus compatriotas haviam imortalizado ora como “terra de contrastes” ora como “tristes trópicos”¹.

Após deixar flores no monumento aos mortos na segunda guerra, ele partiria para Brasília. E, a essa altura, por certo, já tinha incorporado o “Sinta-se Gen. de Gaulle como se estivesse em sua casa” indicado no editorial da *Folha de S. Paulo* daquele dia².

Diferenças entre o Rio e Brasília eram muito visíveis. Primeiro na arquitetura. Depois no descampado. Mas o entusiasmo do público seguia similar. Multidões exibiam cartazes com dizeres de afeto à França e ao general. Mas o primeiro movimento foi o momento dos batedores que conduziram a comitiva do líder francês ao Congresso Nacional, à Universidade de Brasília, ao Palácio do Planalto. A franca totalidade da classe política brasileira em atividade se fez notar nesse dia histórico carregado de simbologias. No jantar de honra ofertado pela presidência Castelo Branco, ninguém do oficialato majoritário desde o último abril-maio daquele ano de 1964 esteve ausente. O general Artur da Costa e Silva, por exemplo, esteve lá. Orlando Geisel, chefe da primeira região militar, também. Ministros de vulto e importância como Vasco Leitão da Cunha e Luiz Vianna Filho também. Todos acompanhados de suas mulheres ou consortes. E entre essas mulheres o assunto da noite não seria outro senão a imponência e a dignidade de dona Yvonne de Gaulle que iria estampar os jornais e revistas dos dias e meses seguintes³.

1 Ernesto Geisel, Castelo Branco e outros por ocasião da visita de Charles de Gaulle ao Brasil. Arquivo Ernesto Geisel – EG foto 0664. CPDOC/FGV.

2 *Folha de S. Paulo*, 13/10/1964, p. 2.

3 A imprensa brasileira e a visita do general Charles de Gaulle ao Brasil. Archives Nationales de

Na quarta-feira, 14 de outubro, era possível ler chamadas como “De Gaulle chega hoje em SP” em todos os diários paulistas⁴. O governador Adhemar de Barros havia promovido esse momento com empenho e antecedência. A expectativa era altíssima. Vista a comoção no Rio e em Brasília, São Paulo, para ele, não poderia deixar por menos.

Após seu esperado discurso no Congresso Nacional, o general, agora também doutor *honoris causa* pela recém-criada Universidade de Brasília, partiu, então, para São Paulo, onde seria recebido na mais intensa emoção. Batedores e cavalaria seguiam o desfile em carro aberto pelas principais ruas do centro da cidade. Chuva de papel caía dos edifícios. O governador demonstrava e percebia aí também o seu prestígio. Funcionários públicos foram reunidos para ver o cortejo passar. Empresários e notáveis foram convidados ao encontro de honra promovido no Jockey Club⁵. Membros da comunidade francesa no Brasil também foram consultados. O general depois falaria a eles em separado. De volta ao Rio de Janeiro, após 22 horas em São Paulo, o líder francês iria, enfim, confabular, em pessoa, com seus enviados nessas terras tão distantes. Iria à *Maison de France* na Gávea. Mas também falaria aos colegas de caserna na Escola Superior de Guerra antes de retornar ao velho mundo, à França com seus eternos problemas.

Essa passagem do general pelo Brasil foi sua primeira e única. Mas sua presença já se fazia notar havia tempos.

Ao menos desde os anos de 1940, com a resistência liderada por de Gaulle frente à ocupação nazista da França, que o nome do futuro general passava ao conhecimento e à preocupação dos brasileiros.

Primeiro e formalmente, a partir da tentativa de instauração de *Comités de Gaulle* pelo País desde 1941 (vide seção *De volta ao 18 juin*). Depois e paralelamente, quando da gestão da situação dos enviados brasileiros em Vichy, e notadamente mediante a atuação do embaixador Luiz Martins de Souza Dantas (vide seção *Caminhos de Argel*). Em seguida e oficialmente, quando da libertação de Paris em 1944 e da conseguinte

France, AG/5(1)/130.

⁴ *Folha de S. Paulo*, 14/10/1964. p. 1.

⁵ Ernesto Geisel e outros por ocasião do jantar de homenagem a Charles de Gaulle. Arquivo Ernesto Geisel – EG foto 1234. CPDOC/FGV.

correspondência entre de Gaulle e o presidente Getúlio Vargas para o estreitamento da relação entre os dois países (vide seção *Destinos recompostos*). Em seguida e não desimportante, com a carta-saudação do presidente Juscelino Kubitschek ao general de Gaulle em menção ao retorno do francês à vida pública e política de seu País em 1958 (vide seção *Je vous ai compris*). Doravante, o presidente-general francês já dispunha de notoriedade mundial. Era muito reconhecido como o responsável pela libertação da França. Era claramente entendido como o homem do *18 juin*, o herói da *France libre*. Tornara-se, portanto, natural que, na condição de presidente de seu País, fosse enfaticamente convidado por outros chefes de Estado. No caso do Brasil, o convite mais enfático viria do presidente João Goulart (vide seção *Fazer a América*). Uma vez aceito o convite, representações diplomáticas dos dois países iniciariam um minucioso processo de preparação da viagem (vide seções *Partir ao Brasil* e *Razões para partir*) e recepção (vide seções *O momento brasileiro* e *A presença do general*) do general em terras brasileiras.

Essa viagem do general, como amplamente sabido, não dispunha de maiores pretensões além de restabelecer contatos eventualmente rompidos e esmaecidos pelos anos de guerra. O Brasil, na impressão da diplomacia francesa e do próprio general, era um País distante e fora do eixo estratégico dos franceses. Imerso no regime militar, o Brasil, nesse sentido, ficaria ainda mais distante. Especialmente no plano político. Não ao acaso, após essa visita do general em 1964, algum interesse político francês pelo Brasil – uma vez que interesses econômicos e culturais sempre existiram – seria sinalizado apenas a partir fundação da Nova República com a eleição do presidente Tancredo Neves em 1985.

Dessa maneira, os pontos de partida e chegada do que segue são os dias de júbilo da presença do general de Gaulle no Brasil em 13, 14 e 15 de outubro de 1964. Seu esforço essencial consiste em reconstituir – com base em documentação, em grande medida inédita, disposta no *Quai d'Orsay* e no *Élysée* na França e no Itamaraty e no Arquivo de Getúlio Vargas no Brasil – algumas das premissas dessa presença. Seu interesse fundamental, recompôr os fios e os rastros desse momento.

De volta ao 18 juin

No dia 17 de janeiro de 1941, o capitão Felisberto Batista Teixeira reportava ao seu superior, Filinto Müller, chefe da Delegacia Especial de Segurança Política e Social do presidente Getúlio Vargas, que um certo Alberto Guérin, presidente do *Comité de Gaulle* em Buenos Aires e editor do jornal *France libre* na Argentina, estava hospedado no Copacabana Palace havia quatro dias. Dizia ainda que Guérin havia saído da capital argentina com passaporte francês e entrado no Brasil com documentos argentinos. Que tinha preferido a companhia *Panair* às concorrentes. Que fora apontado para ser recebido pelo enviado do primeiro-ministro Winston Churchill no Rio de Janeiro. Que tivera, antes, porém, uma “longa e demorada” conversa com André Corbin, embaixador da França em Londres. E que, no entremeio daquela conversa, esse embaixador francês teria sido notificado a retornar às pressas a Marselha a mando do marechal Pétain em Vichy⁶.

Guérin continuaria no Rio de Janeiro e, em seguida, seria recebido na embaixada do Reino Unido. Nesse encontro, ele teria sido informado da disposição dos diplomatas britânicos em apoiar “moralmente e financeiramente” a organização de um *Comité de Gaulle* no Brasil⁷.

Essa seria, certamente, a primeira menção ao nome de Gaulle, referida a Charles de Gaulle e futuro general de Gaulle, entre os brasileiros. E as razões decorrem de diversos significados.

Diante da capitulação do marechal Pétain em função do avanço das tropas de Hitler nos meses que seguiram a declaração de guerra entre França e Alemanha após a invasão alemã da Polônia, Charles de Gaulle, subsecretário de Estado, recusaria a derrota e no dia 16 de junho de 1940 partiria para Londres, em exílio voluntário, como diversas outras personalidades políticas, militares e civis francesas. Seu contato franco e direto com

6 Relatório de Batista Teixeira a Filinto Müller informando sobre a chegada de Alberto Guérin, presidente do “Comité De Gaulle”, ao Brasil e seus contatos nas embaixadas inglesa e francesa visando criar núcleos desse comitê no Brasil. Informa também sobre as atividades secretas junto aos círculos norte-americanos e sobre as observações feitas em torno dos comentários referentes à defesa do Atlântico Sul e ao “caso Mendoza”. Rio de Janeiro (v. XXXV/8). Arquivo Getúlio Vargas – GV c 1941.01.17. CPDOC/FGV.

7 Id., *ibid.*

o primeiro-ministro britânico lançaria as bases da resistência ao governo de Pétain e ao regime de Hitler⁸. No dia 18 de junho de 1940, Charles de Gaulle, pelas ondas da BBC de Londres, faria seu apelo conclamando os franceses a segui-lo. Seu argumento reforçava que a última palavra sobre a guerra ainda não havia sido dada e que a saída dos franceses era resistir⁹. Dez dias depois, o governo britânico reconheceria Charles de Gaulle como o representante de todos os franceses “livres” e contrários ao regime nazista implantado na França. Doravante, comitês de solidariedade à *France libre* defendida por de Gaulle foram sendo organizados em todas as partes do mundo e também nas Américas¹⁰. Todos os países do México à Patagônia dispunham imediatamente de comitês nesse combate. O início de todos seria ruidoso. Das exceções, o comitê argentino.

Buenos Aires servia, havia anos, de base para Albert Guérin. Albert Guérin era militar, subtenente, cavaleiro da Legião de honra francesa. Após combater na primeira guerra mundial, ele seria alçado à presidência da Câmara de Comércio Franco-Argentina. Nessa condição, ele iniciaria a publicação do importante periódico *La Voix de l'Argentine*.

Desde o início do segundo conflito mundial, Guérin seguia apreensivo em relação às determinações francesas. Após a capitulação do marechal Pétain e a investida resistente de de Gaulle, ele seguiu de Gaulle e no dia 3 de julho de 1940 fundou, na capital argentina, o *Comité de Gaulle pour la libération de la France*.

Doze dias depois, de Londres, de Gaulle reconheceria oficialmente esse *Comité* fundado e presidido por Guérin. A partir de então Guérin passou a ser o primeiro porta-voz oficial do movimento na região. Seu *La Voix de l'Argentine* passaria a publicar o boletim *La France Libre*. Sua tiragem inicial de 30.000 exemplares passaria rapidamente a 70.000 até chegar a 110.000. Seu periódico e seus esforços serviriam decisivamente para a difusão das diretrizes da resistência gaullista nas Américas. Em menos de um ano, seu *Comité* em Buenos Aires coordenava o trabalho de outros 48 espalhados por toda a Argentina e contaria com mais de 30.000 aderentes¹¹.

8 BEEVOR, Antony. *The second world war*. London: Weidenfeld & Nicolson, Phoenix, 2012.

9 Appel du 18 juin 1940. Fondation Charles De Gaulle.

10 CRÉMIEUX-BRILHAC, Jean-Luis. *La France Libre I: de l'appel du 18 juin à la libération*. Paris: Gallimard, 2014.

11 ANFROL, Michel. *Les discours et messages du général de Gaulle, chef de la France Libre*,

No dia 15 de agosto de 1940 – e, portanto, menos de dois meses do apelo do *18 juin* –, de Gaulle faria um discurso, de Londres, endereçado a todos os latino-americanos no qual diria que

*en Amérique latine, tant de gens entendent la langue française, tant de gens sentent ce qui se passe dans l'âme française, tant de gens comprennent l'importance mondiale du destin de la France, qu'il est facile pour le soldat que je suis de leur parler à coeur ouvert. [...] Ceux qui, dans l'Amérique latine, aiment la France et croient que la France est nécessaire à l'ordre du monde, ne peuvent souhaiter pour la France autre chose que la victoire*¹².

Esse discurso inflamado e repleto, aos franceses “dissidentes”, de verdade, por certo, também tocou os franceses e simpatizantes da causa francesa residentes no Brasil. Muitos deles gostariam de apoiar mais diretamente. Sentir-se representado. Fazer-se parte. Participar. Mas a credibilidade de seus movimentos era insuficiente. Essa seria a razão da vinda de Albert Guérin ao Brasil e ao Rio de Janeiro.

Após uma primeira reunião sobre o assunto, ocorrida na embaixada do Reino Unido com a presença de franceses e britânicos – e dos espões brasileiros infiltrados –, foi decidido que Jean Lacombe deveria presidir o *Comité* brasileiro. Jean Lacombe era o diretor da agência *Reuters* no Rio de Janeiro e visto como homem sério e cumpridor. Mas, no avançar da conversa, surgiu a reflexão sobre a posição do governo brasileiro. Naqueles inícios de 1941, a presidência Vargas defendia a sua “neutralidade” diante do conflito mundial. Uma associação de apoio explícito à causa francesa poderia infringir e violar essa posição brasileira. Essa questão sugeriu a suspensão da reunião que seria retomada oportunamente durante a permanência de Guérin no País¹³.

à l'Amérique latine. In: VAÏSSE, Maurice. *De Gaulle et l'Amérique Latine*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2014. p. 38.

12 “[...] na América Latina, muitas pessoas entendem a língua francesa, sentem o que passa em nossa alma e compreendem a importância mundial do destino da França de tal modo que é fácil para um soldado como eu lhes falar de coração aberto [...]. Aqueles que, na América Latina, amam a França e acreditam que a França é necessária para ordem do mundo, não podem desejar para a França que a vitória”. Charles de GAULLE – *Lettres, notes et carnets, juin 1940-juliet 1941*. Paris : Plon, 1981. p. 83-84.

13 Relatório de Batista Teixeira a Filinto Müller informando sobre a chegada de Alberto Guérin, presidente do “Comité De Gaulle”, ao Brasil e seus contatos nas embaixadas inglesa e francesa

No aguardo da próxima reunião, Albert Guérin se encontraria com o advogado francês Henry Torres. Henry Torres seguia uma carreira de relativo sucesso financeiro no Brasil e tinha acesso à imprensa brasileira. Após a eclosão da guerra e da tomada de posição de de Gaulle, ele faria publicar no *Correio Paulistano*, a 7 de julho de 1940, menos de um mês após o apelo do *18 juin*, que

se deve intensificar a propaganda gaullista no Brasil e congregar em torno desse movimento todos os elementos democráticos e antifascistas, pois a causa defendida pelos ingleses e franceses livres é a causa da democracia e esta está ameaçada no mundo inteiro, sendo necessário convocar todas as vontades para salvá-la da investida totalitária¹⁴.

E seu encontro com Albert Guérin ia justamente nesse sentido. Ele propunha engajar todo o seu entusiasmo no combate e se dizia pronto a apoiar formalmente aquela organização da resistência.

Não tardaria, porquanto, para Albert Guérin ser convocado para uma nova reunião no círculo britânico-francês no Rio de Janeiro. Dessa feita, teria ficado claro aos presentes que a posição brasileira poderia dificultar a atuação de Jean Lacombe à frente do *Comité*. Como jornalista, ele era certamente monitorado pelos homens do presidente Getúlio Vargas – como, em verdade, tudo e todos o eram. Mais procedente seria a presidência de alguém mais discreto para promover o movimento de maneira mais forte. Nesse entendimento que se chegou à designação do arquiteto Auguste Rendu para a função¹⁵.

O relato do capitão Felisberto Batista Teixeira não passaria despercebido aos expedientes do tenente Filinto Müller, nem tampouco fi-

visando criar núcleos desse comitê no Brasil. Informa também sobre as atividades secretas junto aos círculos norte-americanos e sobre as observações feitas em torno dos comentários referentes à defesa do Atlântico Sul e ao “caso Mendoza”. Rio de Janeiro (v. 35/8). Arquivo Getúlio Vargas – GV c 1941.01.17. CPDOC/FGV.

14 *Correio Paulistano*, 07/07/1940.

15 Relatório de Batista Teixeira a Filinto Müller informando sobre a chegada de Alberto Guérin, presidente do “Comitê De Gaulle”, ao Brasil e seus contatos nas embaixadas inglesa e francesa visando criar núcleos desse comitê no Brasil. Informa também sobre as atividades secretas junto aos círculos norte-americanos e sobre as observações feitas em torno dos comentários referentes à defesa do Atlântico Sul e ao “caso Mendoza”. Rio de Janeiro (v. 35/8). Arquivo Getúlio Vargas – GV c 1941.01.17. CPDOC/FGV.

caria ocioso em seu departamento policial. O assunto foi comunicado aos seus superiores, que, certamente, fizeram saber ao presidente brasileiro. A ordem expressa de todos foi para se continuar monitorando.

Depois das conversações de janeiro, Albert Guérin teria retornado à Argentina. Auguste Rendu teria assumido o comitê no Rio. E os britânicos seguiram apoiando discretamente a *France Libre* no Brasil.

O movimento fora inicialmente liderado por Jean Guerriot. Mas Guerriot era tido por demasiado discreto. Sob a presidência Rendu, tudo começaria a mudar, e rápido. Afinal ele acabara de ser designado pelos homens de de Gaulle e Churchill na região. Sua primeira ação foi oficializar as atividades do comitê. Nesse empenho, ele instalaria o comitê na Praça 15 de Novembro; mais precisamente no edifício número 10.

Informado da movimentação no dia 26 de junho daquele ano de 1941, Filinto Müller, com evidente aval do presidente Getúlio Vargas, determinou ao capitão Felisberto que destituísse o comitê e prendesse seus membros.

Ao capitão, restou fazer cumprir.

Acompanhado de seus homens, o subordinado da delegacia especial de segurança política e social teria intimado Auguste Rendu e feito busca em todas as salas do comitê. Sua justificativa era simplesmente que aquela atividade estaria “contrariando a legislação brasileira”; sem contar que também demais inquilinos do prédio não estariam de acordo com aquelas atividades.

Ao dar entrada com Auguste Rendu na prisão, o capitão Felisberto teria sido abordado por altos comissários britânicos no Rio de Janeiro. Os enviados do primeiro-ministro Winston Churchill não simplesmente vinham livrar o francês, senão que lembrar aos funcionários do presidente Getúlio Vargas que as dependências do prédio onde funcionava o Comitê de Gaulle pertenciam à monarquia inglesa. Rendu seria solto. Mas as atividades do comitê ficariam suspensas. Ao menos aos olhos dos homens de Filinto Müller¹⁶.

16 Carta de Felisberto Batista Teixeira a Filinto Müller, informando sobre as atividades do “Comitê De Gaulle” no Brasil. Rio de Janeiro. Arquivo Getúlio Vargas – GV confid. 1941.09.01/2. CPDOC/FGV.

Caminhos de Argel

Quando os Estados Unidos do presidente Roosevelt decidem entrar na guerra após os ataques a Pearl Harbor, o destino das posições brasileiras no conflito ficaria menos “neutro”. Nesses idos de 1942-1943, de Gaulle já era de Gaulle. Mesmo que ainda não general.

No dia 3 de junho de 1943 seria criado em Argel, sob a impulsão de de Gaulle, o *Comité français de libération nationale* – CFLN. No dia 26 de agosto do mesmo ano, os três grandes – Estados Unidos, Reino Unido e União Soviética – reconheceriam o comitê. Todos os países aliados fariam o mesmo. O presidente Getúlio Vargas enviaria a Argel o já experiente ministro Vasco Leitão Cunha. Mas essa decisão seria carregada de outros significados.

No dia 29 de dezembro de 1942, o enviado brasileiro em Paris, o embaixador Luiz Martins de Souza Dantas, completaria 20 anos no cargo. Ele deveria ter se aposentado no ano anterior, em 1941, quando completara 65 anos. Mas a situação política impedira. No dia 10 de junho de 1940, por demanda do governo de Pétain, ele saíra da capital no sentido Indre-et-Loire e depois Bordeaux até encontrar Vichy em inícios de julho; e, de Vichy, ele servia o Brasil e servia o presidente Getúlio Vargas que decidira ficar “neutro” e manter relações “legais” com o novo governo francês. O avançar da guerra fez diminuir as condições de segurança mesmo aos franceses colaboradores do regime alemão. O medo que assombrava as casas passou às chancelarias. No dia 12 de novembro de 1942, os soldados de Hitler invadiram o escritório brasileiro em Vichy. Todos os subordinados do embaixador Souza Dantas sofreriam perquisição. O *Führer* acabava, portanto, de bater às portas do Brasil. Olga Benário havia sido extraditada e morta, mas a desconfiança dos alemães em relação aos brasileiros progredia. Após a batida alemã do dia 12 de novembro de 1942, o embaixador Souza Dantas foi convocado a deixar Vichy. Mas as condições eram adversas. A gente do Rio de Janeiro talvez estivesse muito distante física e mentalmente dos perigos da *drôle de guerre*. Conseqüentemente ficava nada constrangida em propor saídas simples e simplórias a assuntos de difícil ou insuperável solução.

O embaixador Souza Dantas e seus subordinados ficaram em Vichy. No antepenúltimo dia do ano, todos os enviados latino-americanos na França comemoraram os 20 anos de atividades diplomáticas do embaixador brasileiros em terras francesas. O próprio marechal Pétain marcou o momento enviando-lhe um presente. Mas no dia 23 de janeiro de 1943 exigiu que ele e sua equipe deixassem Vichy. Indicou que deveriam migrar para Mont-Doré-Les-Bains. 20 dias depois Souza Dantas e os seus seriam conduzidos a Bad Godesberg, na Renânia, por semioficiais alemães, que lhes fariam prisioneiros de guerra até 28 de março de 1944¹⁷. Esse drama, por certo, também influíra na decisão brasileira de reconhecer o *Comité français de libération nationale*.

Destinos recompostos

No dia 26 de agosto de 1944, de Gaulle marcharia por Paris. Os esforços aliados combinados surtiram efeito. Desde o dia *D* – 6 de junho de 1944 –, a operação *Overlord* foi cumprindo sua função. Rua a rua, vila a vila, cidade a cidade, região a região foi sendo liberada do jugo nazista e fascista. Orléans, Bretagne, Sudoeste, Paris, Toulon, Marselha e Montpellier e Lyon seriam liberadas entre agosto e setembro daquele ano¹⁸. Após a libertação, a reconstrução. Especialmente moral.

Em 31 de agosto de 1944 seria instalado em Paris o Governo Provisório da República Francesa com de Gaulle naturalmente à frente. No dia 12 de setembro, no palácio Chaillot, ele faria o discurso-programa para os novos tempos. Dias depois, ele levaria a boa-nova a Lyon, Marselha, Toulouse, Bordeaux.

Em fins de outubro, Moscou, Londres e Washington reconheceriam esse governo provisório. Doravante o esforço seria reconstituir po-

17 COSTA FRANCO, Alvaro da. *Em meio à crise. Souza Dantas e a França ocupada. 1940-1942*. Brasília-Rio de Janeiro: Funag, 2008. p. 7-25; CADERNOS DO CHDD (2004). Brasília, Funag, Ano III, n. 5, p. 457-468. KOIFMAN, Fábio. *Quixote nas trevas: o embaixador Souza Dantas e os refugiados do nazismo*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

18 BEEVOR, Antony. *D-Day: The Battle for Normandy*. London: Penguin Books, 2010. BEEVOR, Antony. *Paris after the Liberation: 1944 -1949*. London: Penguin Books, 2004. CRÉMIEUX-BRILHAC, Jean-Luis. *La France Libre I: de l'appel du 18 juin à la libération*. Paris: Gallimard, 2014.

lítica e institucionalmente o País. Refazer partidos. Liberar a imprensa. Convocar eleições. Recriar o Estado. Rever contratos. Renovar relações. Dentro e fora do País¹⁹.

Nesse empenho e nessa inspiração que o agora general Charles de Gaulle faria seu primeiro contato direto com o presidente Getúlio Vargas. Foi no dia 26 de dezembro de 1944. Quatro meses da libertação de Paris. O general comunicava o envio do militar Astier de La Vigerie como embaixador francês no Brasil fazendo questão de ressaltar que

*Les Français, dans leur malheur, ont ressenti avec émotion la fidélité de l'amitié brésilienne. Sur les champs de bataille, ils ont aussi mesuré la valeur de vos armes. La France n'oublie pas la part prise par le Brésil, hier à ses épreuves, comme aujourd'hui à ses victoires*²⁰.

Uma manifestação justa e precisa que marca o conjunto da correspondência do general.

Da parte do presidente brasileiro, a reação também seria justa e precisa. França e Brasil, malgrado coadjuvantes no contexto geral da guerra, tinham saído mais íntimos do conflito que ainda levaria alguns meses para terminar. Isso produzia, para além do protocolo diplomático, níveis visíveis de afeição da resposta brasileira que seria enviada no dia 14 de março de 1945 de Petrópolis, onde o presidente Vargas diria que

A amizade da França, tão eloquentemente reafirmada por V. Ex. [o general de Gaulle], é um título de orgulho do meu País, que sempre viu na França imortal o grande guia espiritual, glória da latinidade. O Brasil, cujo espírito se nutre da cultura francesa, sabe quanto deve à França na sua formação mental e participa tão profundamente de suas alegrias de agora quanto sofreu com os seus passados revezes²¹.

19 SOUTOU, Georges-Henri. *La guerre foide. 1943-1990*. Paris: Pluriel, 2011. RÉMOND, René. *Histoire de France. Le siècle dernier de 1918 à 2002*. Paris: Fayard, 2003.

20 “Os franceses, em seus momentos mais difíceis, apreenderam com emoção a fidelidade da amizade brasileira. Nos campos de batalha, eles também perceberam o valor de vossas armas. A França não esquece o engajamento do Brasil, ontem nas lutas, hoje nas vitórias”. Lettre du général De Gaulle. 26/12/1944. Arquivo Getúlio Vargas – GV c. 1944.12.26/2. CPDOC/FGV.

21 Carta do presidente Getúlio Vargas. 14 de março de 1945. Arquivo Getúlio Vargas – GV c. 1944.12.26/2. CPDOC/FGV.

A expressão “glória da latinidade” seria retomada pelo general de Gaulle vinte anos depois em sua grande *tournée* pelas Américas iniciada no México no 15-23 de março de 1964 e finalizada na Venezuela, Colômbia, Equador, Peru, Bolívia, Chile, Argentina Paraguai e Brasil em 21 de setembro-15 de outubro também de 1964.²²

Mas antes de pronunciar essa ode aos latino-americanos, muitas águas lavariam as ladeiras de Montmartre em Paris e do Corcovado no Rio de Janeiro. O presidente Getúlio Vargas deixaria de ser presidente em 1945 para voltar a sê-lo pelo clamor das urnas em 1950. O general abdicaria do poder em 1946 e retornaria somente em 1958 para consolidar sua presença na História dos seus.

Je vous ai compris

No dia 28 de agosto de 1958, o presidente Juscelino Kubitschek enviaria uma carta-saudação ao general de Gaulle por seu retorno à vida pública francesa e ingresso na presidência da República. Os franceses acabavam de depositar nele – o general – o seu destino. Após o acirramento da tensão sobre a Argélia, o presidente René Coty reconheceu sua impotência e lançou apelo ao retorno do general.²³ A Quarta República francesa, inaugurada no contrassenso do general de Gaulle em 1946, tivera dezessete crises ministeriais até a de maio de 1958.²⁴ O ambiente político estava demasiado desgastado. A credibilidade dos políticos em função descera aos mais baixos níveis. Havia anos que o nome do general de Gaulle era suscitado como a derradeira solução para o conjunto de contratempos intermináveis sucedido após a superação de Vichy. Mas naquele 1958, os boatos tomaram dimensão de decisão. Nos dias 1º e 2 de junho, após o adeus do presidente, a Assembleia Nacional ratificaria o retorno do general, conferindo-lhe plenos

22 TROUVÉ, Mattieu. *L'ambition et les contraintes. Les discours et messages du général de Gaulle en Amérique latine et leur réception: la voix et les voies de la politique latino-américaine de la France (1964)*. In: VAÏSSE, Maurice. *De Gaulle et l'Amérique Latine*. Rennes : Presses Universitaires de Rennes, 2014. p. 115-127.

23 MALYE, François; STORA, Benjamin. *François Mitterrand et la guerre d'Algérie*. Paris: Calmann-Lévy, 2010.

24 RÉMOND, René. *Histoire de France. Le siècle dernier de 1918 à 2002*. Paris: Fayard, 2003.

poderes para formar seu governo e revisar a Constituição. Soterrados em profunda guerra civil, os argelinos confrontavam sua história e seu destino para decidir pela continuação ou não de sua condição colonial. A autodeterminação dos povos tornara-se desejo em todos os domínios coloniais. Os potentados metropolitanos passaram a anacronismos em iminente superação. Aos franceses, como aos argelinos, a hora havia chegado. Logo após assumir a presidência do País, o general de Gaulle partiu, então, a Argel nos dias 4 e 7 de junho de 1958 e em memorável alocução de chegada diria aos argelinos “*je vous ai compris*”²⁵.

Esse “*je vous ai compris*” marcaria o corta-luz de uma República à outra. Expressaria o interregno entre a agonia da quarta e o esplendor da quinta organização institucional francesa. Seria, como o apelo do *18 juin* de 1940, o momento fundador dos novos tempos, dos novos dias²⁶.

O presidente brasileiro, atento à importância do evento, congarçaria com o general. Sua missiva indicava as novidades brasileiras e da região sul-americana. Advertia da relevância de sua Operação Pan-Americana. Reafirmava a comunhão franco-brasileira dos valores do Ocidente. E, por fim, convidava o general a vir ao Brasil e à América do Sul constatar esse elixir dos novos tempos²⁷. Em observando a mensagem do presidente brasileiro, o general deverá ter assentido consigo mesmo, sim: “*je vous ai compris*”.

Sua resposta direta ao presidente Juscelino viria de imediato. Nela o general agradecia a consideração e acentuava que sua presidência teria como objetivo também auxiliar os países “subdesenvolvidos” onde se encontrava o Brasil e sua região.²⁸ Entretanto sua mensagem estratégica seria o envio de seu assessor e ministro André Malraux para uma longa *tournee* por toda a região e pelo Brasil²⁹.

25 Allocution prononcée à Argel. In: Charles de GAULLE – *Discours et messages. Avec le renouveau 1958-1962*. Paris: Plon, 1970. p. 15-17.

26 RÉMOND, René. *Histoire de France. Le siècle dernier de 1918 à 2002*. Paris: Fayard, 2003.

27 Carta do presidente Juscelino Kubitschek. 28 de agosto de 1958. Correspondence. (1958-1969). Brésil – Septennat du Général de Gaulle. Archives Nationales de France, AG/5(1)/729.

28 Lettre du général de Gaulle. Correspondence. (1958-1969). Brésil – Septennat du Général de Gaulle. Archives Nationales de France, AG/5(1)/729.

29 PELOSI, Hebe Carmen. André Malraux et l'Amérique latine (1959): une voyage de propagande ? In: VAÏSSE, Maurice. *De Gaulle et l'Amérique Latine*. Rennes: Presses Universitaires

Muito além de dar cabo ao contencioso franco-argelino, o general de Gaulle ambicionava, enfim, aplicar a sua *certaine idée de la France* na gestão dos negócios do País³⁰. O encontro intimista com o chanceler Konrad Adenauer, realizado em sua casa de campanha em Colombey-les-deux-Églises, no dia 14 de setembro de 1958 e o envio de correspondências com o presidente Eisenhower e com o primeiro-ministro Harold MacMillan dez dias demandando a revisão de informações para a dotação de uma bomba nuclear à França indicava a clareza da formulação da política externa francesa doravante. Ela sugeria o imperativo de independência sem isolamento e propunha recolocar o País no cenário mundial. Respeito à autodeterminação dos povos, solidariedade e reciprocidade na gestão e participação na Aliança Atlântica e desejo de atuação permanente na intermediação entre o bloco dos países industrializados e em via de desenvolvimento seriam os eixos principais de sua atuação³¹. Como disse Dominique de Villepin, o general procuraria incessantemente “*dépasser l’impasse bipolaire par une diplomatie d’audace, notamment tournée vers l’Asie et l’Amérique latine, désertées par ses prédécesseurs*” [sobrepular o impasse bipolar ou uma diplomacia audaciosa, especialmente direcionada à Ásia e América Latina, abandonadas por seus predecessores]³².

O envio, portanto, de André Malraux ao Brasil em 1959 era o indício forte de que mais dia menos dia seria a vez do próprio general ir ao continente. Suas presenças – de Malraux e depois do general – seriam maneiras de refazer os laços que os mal-entendidos da guerra romperam³³.

de Rennes, 2014. p. 97-113.

30 CHARLES DE GAULLE. *Memoires de guerre – L’Appel, 1940-1942* (1954), *L’Unité, 1942-1944* (1956), *Le Salut, 1944-1946* (1959). Paris: Plon, 1954-1959.

31 VAÏSSE, Maurice. *La puissance ou l’influence? La France dans le monde depuis 1958*. Paris: Fayard, 2009. p. 554.

32 VILLEPIN, Dominique de. *Histoire de la diplomatie française*. Paris: Perrin, 2005. p. 35.

33 PELOSI, Hebe Carmen. André Malraux et l’Amérique latine (1959): une voyage de propagande ? In : VAÏSSE, Maurice. *De Gaulle et l’Amérique Latine*. Rennes : Presses Universitaires de Rennes, 2014. p. 109-110.

Fazer a América

“Je suis heureux d’accepter l’invitation de votre Excellence et qu’il me sera particulièrement agréable de me rendre au Brésil en visite officielle à l’occasion du voyage que j’envisage d’accomplir cette année en Amérique latine” [Fico feliz em aceitar o convite de Vossa Excelência e devo dizer que me será particularmente agradável vir ao Brasil em visita oficial na ocasião da viagem que ensejo realizar na América Latina neste ano] escrevia o general de Gaulle ao presidente João Goulart no dia 17 de janeiro de 1964³⁴.

Agora não haveria mais volta.

Nada nem ninguém demoveria o general da decisão de vir ao Brasil.

A necessidade de sua presença no Brasil remontaria aos tempos da resistência, da *France Libre*, do Comitê de Gaulle no Rio de Janeiro. Mas desde seu retorno à vida pública em 1958, essa visita foi se afirmando como um imperativo de sua diplomacia de influência. Mesmo o Brasil tendo pouco a ofertar. Mesmo a América do Sul sendo um continente “*lointain*”. Mesmo com os Estados Unidos ofuscando a presença de qualquer País europeu na região³⁵.

O objetivo era “*parler à tout le monde*” para continuar contando e pesando no mundo.³⁶ A estratégia era forjar uma “*troisième force*”, uma terceira via, uma possibilidade para além do conflito Leste-Oeste.³⁷ A tática envolvia se fazer presente, capitalizar o prestígio, promover “*la grandeur*”³⁸.

Mesmo nos momentos mais inglórios da dita “guerra das lagostas”³⁹, em que a França chegou a chamar seu embaixador no Brasil de vol-

34 Lettre du général de Gaulle. 17 janvier 1964. Correspondence. (1958-1969). Brésil – Septennat du Général de Gaulle. Archives Nationales de France, AG/5(1)/729.

35 VAÏSSE, Maurice. *La puissance ou l’influence? La France dans le monde depuis 1958*. Paris: Fayard, 2009. p. 439.

36 FONTAINE, Pascal. *Voyage au coeur de l’Europe, 1953-2009*. Bruxelles: Racine, 2009. BADIE, Bertrand. *La diplomatie de connivence: les dérives oligarchiques du système international*. Paris: Editions la découverte, 2011. FOUCHER, Michel. *La bataille des cartes: analyses critiques des visions du monde*. Paris: Bourin éditeur, 2011.

37 VILLEPIN, Dominique de. *Histoire de la diplomatie française*. Paris: Perrin, 2005.

38 VAÏSSE, Maurice. *La grandeur: la politique étrangère du général de Gaulle (1958-1969)*. Paris: Fayard, 1998.

39 COSTA BRAGA, Cláudio da. *A guerra da lagosta*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2004.

ta a Paris, o general jamais cortara em absoluto a possibilidade de diálogo com a presidência brasileira.

No dia 10 de setembro de 1963, por exemplo, quando das fortes inundações no estado do Paraná, o general enviaria um imediato telegrama ao presidente João Goulart colocando o Estado francês à disposição para a superação da rude “*catastrophe qui vient d’éprouver cruellement le peuple brésilien*”⁴⁰. Em outra mensagem ao presidente brasileiro ele reiteraria que “*le Brésil, dès sa naissance, s’est trouvé naturellement aux côtes de la France*”⁴¹.

Essa formulação – que em outros registros daria a impressão de mera gentileza protocolar da retórica diplomática – possuía dimensão genuína quando vinda do general. Um dos fatores decisivos da prática presidencial que o general estava criando era o reconhecimento da força e da legitimidade do máximo mandatário da nação.

O presidente da república, na concepção do general, deveria estar acima dos partidos, dos ministérios e dos interesses partidários. Seria ele a escolher o primeiro-ministro e os demais ministros. Seria ele a comandar a defesa nacional e a política externa do País. Seria ele a encarnar a sorte de seu povo⁴². A excepcionalidade histórica do general lhe permitia – ou lhe permitiu até 1965, quando quase fora batido nas eleições presidenciais contra o candidato François Mitterrand, ou até 1968, quando estudantes e grevistas colocaram em questão o seu legado – agir plenamente nesse sentido. De 1958 a 1965, ele encarnaria a nação e o Estado quase sem competição. Adiante a usura do poder e os segredos internos da sociedade francesa, entre eles a obsessão por rupturas, modificariam a densidade de sua *grandeur*. Mas sua visita ao Brasil e às Américas ocorreria no auge de sua presidência.

Partir ao Brasil

No dia 9 de janeiro de 1964, o presidente João Goulart escreveria ao general de Gaulle afirmando que “o governo brasileiro, atendendo a um

40 Lettre du général de Gaulle. 10 septembre 1963. Correspondence. (1958-1969). Brésil – Septennat du Général de Gaulle. Archives Nationales de France, AG/5(1)/729.

41 Lettre du général de Gaulle. 17 janvier 1964. Correspondence. (1958-1969). Brésil – Septennat du Général de Gaulle. Archives Nationales de France, AG/5(1)/729.

42 RÉMOND, René. *Histoire de France. Le siècle dernier de 1918 à 2002*. Paris: Fayard, 2003.

indeclinável de fidelidade aos vínculos históricos que unem os dois países tem a honra de convidar vossa Excelência para visitar o Brasil por ocasião de sua anunciada viagem à *Amérique latine*.”⁴³. Esse convite do presidente Goulart reforçava os de seus antecessores. O presidente Juscelino Kubitschek havia insistido várias vezes com André Malraux para convencer o general a atravessar o Atlântico no sentido Brasil. Para a inauguração de Brasília, no dia 21 de abril de 1960, o convidado de honra era general que acabou enviando André Malraux⁴⁴. De Brasília a São Paulo ao Rio de Janeiro esse poeta francês tornado ministro estava virando *habitué*. *Maison de France* no Rio de Janeiro e Alianças Francesas em Brasília e São Paulo chegavam a disputar sua presença. Intelectuais e políticos brasileiros como Augusto Frederico Schmith e Horácio Lafer tinham se tornado seus interlocutores privilegiados. Sem contar o próprio presidente Juscelino Kubitschek, que tivera diversos *tête-à-tête* na esperança de um dia ter com o general.⁴⁵ Esse encontro acabaria jamais ocorrendo em sua presidência. No exílio em Paris, após ter os direitos cassados pelo regime instaurado no Brasil em abril de 1964, ele escreveria que “*Mon séjour chez vous a renforcé ma conviction: le Brésil et la France sont engagés dans le même combat pour la liberté et la dignité. Cet idéal commun forme la base de l’amitié fervente qui unit nos deux peuples.*” [Meus dias em seu País reforçaram a minha convicção: o Brasil e a França estão engajados no mesmo combate pela liberdade e pela dignidade. Esse ideal comum forma a base da amizade fervente que une nossos povos]⁴⁶. O presidente Juscelino Kubitschek preferiria, claramente, dizer essas palavras ao general pessoalmente.

Quando da eleição do presidente Jânio Quadros, o general consultaria o seu homem das Américas, André Malraux, para saber da procedência desse novo mandatário do Brasil. Essa consulta não era sem

43 Carta do presidente João Goulart. 9 de janeiro de 1964. Correspondence. (1958-1969). Brésil – Septennat du Général de Gaulle. Archives Nationales de France, AG/5(1)/729.

44 Carta do presidente Juscelino Kubitschek. 21 de abril de 1960. Correspondence. (1958-1969). Brésil – Septennat du Général de Gaulle. Archives Nationales de France, AG/5(1)/729.

45 PELOSI, Hebe Carmen. André Malraux et l’Amérique latine (1959) : une voyage de propagande ? In: VAISSSE, Maurice. *De Gaulle et l’Amérique Latine*. Rennes : Presses Universitaires de Rennes, 2014. p. 110.

46 Carta do presidente Juscelino Kubitschek. 3 de outubro de 1965. Correspondence. (1958-1969). Brésil – Septennat du Général de Gaulle. Archives Nationales de France, AG/5(1)/729.

interesse. Uma das primeiras ações do presidente Jânio Quadros fora justamente enviar a Paris o já notório Roberto Campos para falar com o general em seu nome.

O destino econômico dos dois países era incerto naqueles idos de 1960-1961. E continuaria adiante. Mas desde o início se queria, desde a parte do presidente brasileiro, estreitar relações com o mandatário francês⁴⁷.

Os informes de André Malraux faziam saber ao general que o presidente Jânio Quadros havia afeição pelos regimes de Cuba e Moscou, mesmo tendo recebido apoio eleitoral de certa “direita paulista”. Também indicavam que ele e seu novo governo entendiam o conflito franco-argelino que tanto afligia a presidência do general⁴⁸. A difícil transição da presidência Jânio Quadros para a João Goulart foi correntemente informada ao *Élysée* pelo enviado do general em Brasília, o embaixador Jacques Baeyens. No dia 10 de março de 1963, pelo contencioso das lagostas, o embaixador Baeyens retornara à França⁴⁹ ficando os negócios franceses no Brasil a cargo do cônsul francês no Rio de Janeiro Édouard de la Chauvinière até a chegada, em meados de 1964, do novo embaixador, Pierre Sebilliau⁵⁰.

Quando, em março de 1964, do Comício da Central do presidente João Goulart, da Marcha da Família com Deus pela Liberdade de dona Leonor de Barros, da revolta dos marinheiros e do evento no Clube do Automóvel – 13, 19, 24 e 30 de março respectivamente –, o general de Gaulle cumpria sua viagem oficial ao México, 15-19 de março, e sua visita a Guadalupe, Guiana e Martinica, 20-23 de março. Mas seria de Paris que ele acompanharia a movimentação do Mourão Filho, o discurso de Rubens Paiva em defesa do presidente João Goulart e a manifestação do senador Auro de Moura Andrade declarando “vaga a presidência da república” e “acéfala” a nação. Após a eleição do marechal Castelo Branco à presidência brasileira no dia 10 de abril de 1964, o general de Gaulle enviaria felicitações. Três dias depois do pleito, no dia 13 de abril, ele fa-

47 Entretiens. Note de André Malraux sur le voyage de Janio Quadros. Paris, 4/11/1960. Correspondence. (1958-1969). Brésil – Septennat du Général de Gaulle. Archives Nationales de France, AG/5(1)/729.

48 Id., Ibid.

49 CADIER, Roger. *Souvenirs d'un "carioca" honoraire*. Paris : Nouvelles éditions latines, 1982. p. 105.

50 Liste chronologique des ambassadeurs, envoyés extraordinaires, Ministres plénipotentiaires et chargés d'affaires de France à l'étranger depuis 1945. Paris : Quai d'Orsay, 2015.

ria saber ao novo mandatário do Brasil que a França acompanhava com atenção o que se passava nos trópicos. Dois dias depois, no dia 15 de abril, o marechal Castelo Branco agradeceria ao general e enfatizaria o fato de ter sido eleito com aval do Congresso Nacional⁵¹. Dois meses depois, em fins de junho, o marechal reforçaria o convite para a vinda do general ao Brasil. Mas por esse momento tudo já estava completamente decidido e preparado. O general partiria, sim, ao Brasil⁵².

Razões para partir

No dia 4 de junho de 1964, o general de Gaulle diria ao seu primeiro-ministro, Michel Debré, que gostaria de “*visiter l’Amérique latine tout entière, et je voudrais le faire cette année. Je sens qu’il est bon que je le fasse, et au-delà de cette année, je ne puis plus répondre de moi-même ni d’ailleurs de rien du tout*” [desejo visitar a América Latina inteira neste ano. É importante que eu o faça pois depois deste ano eu não posso nada garantir]⁵³.

De junho a setembro desse ano o *Élysée*, o *Quai d’Orsay* e as embaixadas e consulados franceses espalhados pelos dez países que seriam visitados aportaram imensa quantidade de informação sobre a realidade latino-americana vista pelos franceses e as contradições brasileiras foram exploradas à exaustão. Toda a classe política e intelectual fora descrita com precisão. Todos os ministros passados e presentes. Todos os debates. Todas as questões de sociedade. Todas as dificuldades da relação bilateral. Fazia questão de assinalar que homens do novo regime, os militares em sua maioria, haviam sido formados na França. Que alguns deles estariam

51 Lettre du général De Gaulle. 13 avril 1964. Correspondence. (1958-1969). Brésil – Septennat du Général de Gaulle. Archives Nationales de France, AG/5(1)/729. Carta do marechal Castello Branco. 15 de abril de 1964. Correspondence. (1958-1969). Brésil – Septennat du Général de Gaulle. Archives Nationales de France, AG/5(1)/729. Carta do ministro Vasco Leitão. 15 de abril de 1964. Correspondence. (1958-1969). Brésil – Septennat du Général de Gaulle. Archives Nationales de France, AG/5(1)/729.

52 Carta do marechal Castelo Branco. 30 de junho de 1964. Correspondence. (1958-1969). Brésil – Septennat du Général de Gaulle. Archives Nationales de France, AG/5(1)/729. Lettre du général De Gaulle. 3 de agosto de 1964. Correspondence. (1958-1969). Brésil – Septennat du Général de Gaulle. Archives Nationales de France, AG/5(1)/729.

53 Charles de GAULLE. *Lettres, notes et carnets, janvier 1964-juin 1966*. Paris: Plon, 1987. p. 88.

dispostos a evitar uma relação “*trop fort avec les États-Unis*”⁵⁴. Lembrava que o marechal Castelo Branco havia sido convidado a “*suivre les cours de l'école supérieure de guerre française*” de outubro de 1936 a outubro de 1938. Que havia comendas da Legião de honra e da *Croix de guerre* francesas. Enfatizava que seus principais assessores – Luis Vianna Filho, Vasco Leitão e Roberto Campos – eram perfeitamente francófonos⁵⁵. Indicava que o Brasil dispunha de uma população “*jeune*” composta por 77.521 milhões de pessoas sendo 53% menores de 20 anos e apenas 5% com mais de 60 anos. Que os ativos no País não passavam de 24 milhões. Sendo 60% trabalhando na agricultura, 14% na indústria e 22% em carreiras públicas. Que o peso da escravidão se fazia sentir na qualidade “*melangée*” da população com 33 milhões de brancos, 15 milhões de mestiços e 6.6 milhões de negros. Mas que “*la tendance générale de la population est au 'blanchiment'*” e que “*il n'y a pas au Brésil de problème racial*”⁵⁶. Considerava que o Exército brasileiro só não era maior que o cubano e que havia sido fundamental na constituição da lei, da Constituição e da ordem depois da “*Révolution*” de 1º de abril em que tomaram o lugar de “*políticos amadores e insuficientes*”. E que “*Le Brésil ne pourra être sauvé qu'après l'extirpation de la vie politique de la corruption dont les racines prolongent dans le passé jusqu'aux origines du « getulisme »*” [O Brasil só poderá ser salvo após se extirpar da vida política toda a corrupção cujas raízes remontam ao getulismo]⁵⁷. Enfatizava que o grosso dessa população era rural e ignorava completamente questões políticas com exceção a alguns moradores de grandes cidades. Que apenas “*la classe moyenne et le prolétariat ont pris, depuis 30 ans, conscience de la force qu'il représentaient en face des hiérarchies traditionnelles et leurs voix ont pris*

54 Note diplomatique. Juillet 1964. Direction des affaires politiques Amériques. Notes diplomatiques du Grand Voyage du Général De Gaulle en Amérique latine. Archives Nationales de France, AG/5(1)/126.

55 Listes de membres du gouvernement. Notes diplomatiques du Grand Voyage du Général De Gaulle en Amérique latine. Archives Nationales de France, AG/5(1)/126.

56 Note diplomatique. Juillet 1964. Bloc Brésil 3. Direction des affaires politiques Amériques. Notes diplomatiques du Grand Voyage du Général De Gaulle en Amérique latine. Archives Nationales de France, AG/5(1)/126.

57 Note diplomatique. Juillet 1964. Bloc Brésil 5. Direction des affaires politiques Amériques. Notes diplomatiques du Grand Voyage du Général De Gaulle en Amérique latine. Archives Nationales de France, AG/5(1)/126.

une importance croissante dans la vie de la nation".⁵⁸ Mas que, mesmo assim, os contrastes regionais eram imensos. Que 22 milhões de brasileiros viviam mal nos 1.500.000 km² que agrupava Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia. Que o presidente Juscelino Kubitschek havia chamado a atenção ao problema e o presidente João Goulart tinha avançado muito na questão – ambos com o apoio da competência técnica do *Monsieur Celso Furtado*, “*parfois très engagés politiquement*” – mas os problemas eram perenes⁵⁹. Acentuava que a relação franco-brasileira era muitíssimo antiga, mas que a geração que chegara à fase adulta após 1945 no Brasil dispunha de maior sensibilidade e valorização à “*l’efficacité de la civilisation technique*” e passara a ver a França como “*un pays du passé*”⁶⁰, e também por conta disso a língua francesa, desde 1963, deixará de ser obrigatória nos colégios, ficando a cargo dos diretores a escolha do ensino do francês ou do inglês⁶¹, Notificava que a situação financeira ia muito mal e que a tônica dos encontros deveria recair sobre a cooperação nuclear tendo como discussão acessória a venda dos 40 helicópteros Alouette III ao Estado brasileiro e de 25 locomotivas elétricas e 85 diesel-elétricas ao estado de São Paulo⁶². No plano de cooperação deveria sugerir a mudança da fase técnico-científica – de intercâmbios para formação de especialistas – para a fase técnico-industrial – de venda massiva de material assim como a exploração de novas áreas suscetíveis de se encontrar urânio como Tucano e Jacobina, na Bahia, Buique, em Pernambuco, e Araxá, em Minas Gerais. No plano comercial

58 Note diplomatique. Juillet 1964. Bloc Brésil 13. Direction des affaires politiques Amériques. Notes diplomatiques du Grand Voyage du Général De Gaulle en Amérique latine. Archives Nationales de France, AG/5(1)/126.

59 Note diplomatique. Juillet 1964. Bloc Brésil. Direction des affaires politiques Amériques. Notes diplomatiques du Grand Voyage du Général De Gaulle en Amérique latine. Archives Nationales de France, AG/5(1)/126.

60 Note diplomatique. Juillet 1964. Bloc Brésil. Direction des affaires politiques Amériques. Notes diplomatiques du Grand Voyage du Général De Gaulle en Amérique latine. Archives Nationales de France, AG/5(1)/126.

61 Note diplomatique. Juillet 1964. Bloc Brésil 9. Direction des affaires politiques Amériques. Notes diplomatiques du Grand Voyage du Général De Gaulle en Amérique latine. Archives Nationales de France, AG/5(1)/126.

62 Note au sujet de la situation actuelle des relations franco-brésiliennes. 15 septembre 1964. Direction des affaires politiques Amériques. Notes diplomatiques du Grand Voyage du Général De Gaulle en Amérique latine. Archives Nationales de France, AG/5(1)/126.

era preciso dar mais apoio e guarida às empresas BRACOREP, fabricante dos helicópteros, e da ALSTHOM, fabricante das locomotivas⁶³.

Essas eram as impressões e recomendações gerais ao general. Mas o general e sua *certaine idée* de si mesmo e de sua missão à frente do País diria novamente ao seu primeiro-ministro Michel Debré: “*Je vais en Amérique latine sans programme diplomatique bien précis, mais en quelque sorte instinctivement. Peut-être est-ce important. Peut-être est-ce le moment*” [Irei à América Latina sem programa diplomático preciso. Vou apenas com a intuição. Talvez seja importante. Talvez seja o momento]⁶⁴.

O momento brasileiro

A situação brasileira era simplesmente incerta. Os apoiadores do golpe de março-abril de 1964 começavam a hesitar. A presidência Castelo Branco havia criado o Serviço Nacional de Informação em junho. Logo em seguida romperia as relações do Brasil com a Cuba dos Castro. Aqueles que apoiaram essas manobras esperando eleições em 1965 foram frustrados pela emenda constitucional n. 9, que prolongava o mandato presidencial do marechal até 15 de março de 1967. Malgrado a criação do Banco Central e do Banco Nacional de Habitação, os partidos todos foram extintos. Estavam mantidas as eleições diretas para governador, mas o clima de angústia política era exasperante. O governador Miguel Arraes havia sido preso no Palácio das Princesas. O presidente João Goulart já estava asilado no Uruguai. Todos os políticos ligados a ele, a começar de seu contraparente Leonel Brizola, corriam sérios riscos em permanecendo no Brasil. O governador da Guanabara, Carlos Lacerda, já tinha motivos para desconfiar dos militares. Camadas importantes da sociedade também.⁶⁵ Nada disso retira do general a convicção de visitar o País. Seu en-

63 Note au sujet du développement de la coopération franco-brésilienne dans le domaine nucléaire à l'occasion de la visite du Général de Gaulle. 4 septembre 1964. Direction des affaires politiques Amériques. Notes diplomatiques du Grand Voyage du Général De Gaulle en Amérique latine. Archives Nationales de France, AG/5(1)/126.

64 Apud Vaisse, 2014, p. 8-9.

65 GAROT, Emmanuel. Le Brésil des militaires a travers Le regard français, 1964-1976. *Cahiers du Brésil Contemporain*, n. 23-24, p. 145-163, 1994. GOULART, João. *Mensagem ao Congresso*

viado em Brasília ainda acentuaria que o presidente Castelo e seu ministro Vasco Leitão, malgrado discretos, estavam absolutamente entusiasmados com a possibilidade da presença do líder francês em terras brasileiras⁶⁶. Mas ninguém parecia explicitar maior acendimento que o governador de São Paulo, Adhemar de Barros.

Já no dia 18 de maio de 1964 ele fora ter com o ministro plenipotenciário do consulado francês em São Paulo, Geoffroy de la Tour du Pin, para fazer influir no roteiro da visita do general ao Brasil. Em conversa amistosa ele teria notificado ao enviado francês que gostaria de receber o general em sua própria casa onde se faria “*la plus grande fête*”⁶⁷. Descontente com a ausência de resposta, o governador de São Paulo retornaria ao consulado francês oito dias depois, no dia 26 de maio, exigindo falar diretamente com o general. Queria explicar – e, quiçá, ensinar – ao mandatário francês sobre a hierarquia dos estados brasileiros. Queria ressaltar a importância do estado de São Paulo frente aos demais. Queria mostrar que era diferente, mais importante, mais influente e “melhor”. E, portanto, queria fazer instar o general a passar mais tempo em São Paulo que no Rio ou Brasília. Sua proposta era de o general passar 12 horas na capital federal, 24 horas entre os cariocas e, “pelo menos”, 36 horas na capital paulista. Ele ainda reforçava que o mandatário francês poderia – e deveria – ficar hospedado em sua casa nos Campos Elíseos onde “*le général pourra se croire à Paris*”⁶⁸.

Mesmo considerando absurda a atitude do governador de São Paulo, o ministro Geoffroy de la Tour du Pin reportaria essa conversação ao secretário geral do *Élysée*, Étienne Burin des Roziers. Nesse contato se reforçou que o protocolo e a discricção impediam o general de a) se dirigir a um governador de estado e b) discutir questões internas do País. Ao go-

Nacional. Brasília, 1964. VIANNA FILHO, Luis. *O governo Castelo Branco*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975. GASPARI, Elio. *A ditadura derrotada*. São Paulo: Cia das Letras, 2013. GASPARI, Elio. *A ditadura encurralada*. São Paulo: Cia das Letras, 2004. GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

66 Suggestions à l’occasion du Voyage du général de Gaulle en Amérique. Ambassade de France au Brésil. 3 juin 1964. Archives Nationales de France, AG/5(1)/129.

67 Lettre de Geoffroy de la Tour du Pin. 19 mai 1964. Brésil – Correspondence – notes diverses. Archives Nationales de France, AG/5(1)/129.

68 Lettre de Geoffroy de la Tour du Pin. 26 mai 1964. Brésil – Correspondence – notes diverses. Archives Nationales de France, AG/5(1)/129.

vernador Adhemar de Barros restaria se contentar com o que vinha sendo preparado pelas presidências, Planalto e *Élysée*, e chancelarias, Itamaraty e *Quai d'Orsay*.

A presença do general

Na conferência de imprensa convocada pelo general de Gaulle ao *Élysée* no dia 23 de julho de 1964, um jornalista indagara sobre a premente viagem do mandatário ao Brasil. Por esse momento, a totalidade da opinião pública francesa estava informada do roteiro do general pela América do Sul após sua *tourné* pelo México e departamentos franceses ultramarinos nas Américas. Havia nela algum entusiasmo. A discussão dos problemas do “terceiro-mundo” era latente na sociedade. O general de Gaulle respondeu esperar que o contato direto da França com esses países pudesse promover “*d’heureuses conséquences*” e, mais precisamente ao caso brasileiro, diria estar convencido “*pour ce qui est du grand pays que nous aimons depuis toujours et qui s’appelle le Brésil.*”⁶⁹.

O Brasil ficou por último na lista de países visitados pelo general.

Primeiro foi a Venezuela. De 21 a 22 de setembro. Em seguida a Colômbia. De 22 a 24 de setembro. Depois o Equador. De 24 a 25 de setembro. Adiante o Peru. De 25 a 27 de setembro. Em seguida a Bolívia de 28 a 29 de setembro. Depois o Chile. De 1º a 3 de outubro. Em seguida a Argentina. De 3 a 5 de outubro. Adiante o Paraguai de 6 a 8 de outubro. E, por fim, o Brasil. De 13 a 15 de outubro. Os conselheiros franceses do general indicavam que o Brasil queria “jogar” como líder do sul. Por sua demografia e territorialidade dispunha de um peso incontornável na região. Mas, infelizmente, no entender dos diplomatas franceses, estava fortemente aproximado aos Estados Unidos especialmente após os incidentes de março-abril de 1964. A visita do general ao País levava em conta todas essas variantes, mas não tinha como objetivo subvertê-las de imediato. Sua função inicial era gerar apreço, confiança, interação. Como

69 Conférence de presse tenue au Palais de l'Élysée. Charles de GAULLE. *Discours et messages. Pour l'effort août 1962-décembre 1965*. Paris: Plon, 1970. p. 237.

acentuara em todos os países visitados, era a primeira visita oficial de um chefe de Estado francês desde sempre. Esse tipo de símbolo, na perspectiva do general, contava muito e em sua concepção era a única maneira de fazer a França continuar mundial. Pois, como reiterava, “*si la France cesse d’être mondiale, elle cesse d’être la France*”. E aos brasileiros essa França continuaria por tempos essa França justamente pela presença de seu general nesse gesto de visitar o País nesses dias de outubro de 1964.

CAPÍTULO 5

O MOMENTO TANCREDO- MITTERRAND

Mon séjour chez vous a renforcé ma conviction : le Brésil et la France sont engagés dans le même combat pour la liberté et la dignité. Cet idéal commun forme la base de l'amitié fervente qui uni nos deux peuples.

Presidente Juscelino Kubitschek do exílio em Paris ao general
De Gaulle a 3 de outubro de 1965.

Fazia frio naquele fim de tarde-noite do dia 26 de janeiro de 1985 quando o presidente Tancredo Neves partiu de Roma para Bordéus para se encontrar com o presidente François Mitterrand no sudoeste da França. Uma garoa fina invadia a capital italiana que servia de ponto de partida da *tournée* de apresentação da nova república brasileira inaugurada na eleição de 15 de janeiro daquele ano. O céu francês seguia cinza e sem sol antecipando o anoitecer. Era um sábado de inverno europeu. Um dos mais rigorosos do século. O presidente brasileiro eleito vinha de ter com sua santidade o papa João Paulo II no Vaticano. Tinha estado como o presidente Sandro Pertrini no palácio do Quirinal. Havia conversado com membros da comunidade brasileira na Itália no hall do Hotel Excelsior Roma da via Vittorio Veneto onde também recebera os jogadores Cerezo, Júnior, Dirceu, Batista e Sócrates que atuavam no futebol italiano. Sua próxima parada seria a capital portuguesa onde o entusiasmado primeiro-ministro Mário Soares preparava um acolhimento digno das mais honrosas recepções a chefes de Estado. Mal sabia que também seria recebido com desvelo e lhanza pelo monarca Juan Carlos da Espanha e pelo primeiro-ministro Felipe González antes de partir a Coimbra virar doutor *honoris causa*.

O espírito da viagem era falar a todos para fazer mudar a imagem exterior do Brasil. Ir à França fazia parte desse propósito.

Intenção

No dia 8 de janeiro de 1985, o embaixador francês em Brasília, Bernard Dorin, fez saber ao *Élysée* que o candidato Tancredo Neves, caso eleito presidente pelo Colégio Eleitoral, teria a intenção de promover uma excursão pela Europa¹. O secretário geral da presidência François Mitterrand, Jean-Louis Bianco, considerou uma informação de importância e a fez chegar ao presidente.

Desde o início da gestão socialista, o “futuro do terceiro-mundo” fazia parte das preocupações exteriores francesas². Jamais por piedade e sim por convicção, o presidente Mitterrand afirmaria o binômio “democracia-desenvolvimento” como núcleo de sua ação exterior *vis-à-vis* dos países pobres. Primeiro pela percepção da necessidade de certa igualdade para a interação. Segundo para impedir a extensão da influência soviética. Terceiro diminuir a insurgência terrorista. E, por fim e mais importante, para ampliar a influência francesa no mundo³.

Essa estratégia de solidariedade com os povos para se fazer notar e respeitar para além da tensão Leste-Oeste dava continuidade a estrutura de atuação exterior formulada pelo general De Gaulle desde o “*Je vous ai compris*” de 1958 e replicada por seus sucessores⁴.

Na reunião do G7 de junho de 1981 em Ottawa, o presidente Mitterrand teria a oportunidade de apresentar as linhas gerais dessa solidariedade francesa gaulliste ao encontro dos países “menos desenvolvidos” afirmando ser impossível a manutenção da “democracia sem desenvolvimento”⁵. Mas sua formulação mais exata do problema apareceria em sua manifestação na conferência das Nações Unidas sobre países “menos desenvolvidos” organizada em Paris em agosto de 1981 onde reconheceria que “*aider les tiers-monde, c’est s’aider soi-même*”⁶.

1 Rencontre à Latche, entre le Président de la République et M. Tancredo Neves, Président élu – 26 janvier 1985. Archives Nationales de France, AG/5(4)/CD/206 – dossier 1.

2 FAVIER, Pierre; MARTIN-ROLAND, Michel. *La décennie Mitterrand. 1 – Les ruptures (1981-1984)*. Paris: Éditions du Seuil, 1990. p. 270-272.

3 ATTALI, Jacques. *C’était François Mitterrand*. Paris: Fayard, 2005. p. 275-280.

4 VAÏSSE, Maurice. *La puissance ou l’influence? La France dans le monde depuis 1958*. Paris: Fayard, 2009. VILLEPIN, Dominique de. *Histoire de la diplomatie française*. Paris: Perrin, 2005. p. 35.

5 *Apud* FAVIER, Pierre; MARTIN-ROLAND, Michel. *La décennie Mitterrand. 1 – Les ruptures (1981-1984)*. Paris: Éditions du Seuil, 1990. p. 276.

6 *Apud* ATTALI, Jacques. *C’était François Mitterrand*. Paris: Fayard, 2005. p. 277.

O Brasil, certo, jamais compusera objeto de importância na estratégia exterior francesa contemporânea e a recíproca se confirmava verdadeira⁷. Mas ambos os países nutriam afeição mútua e interação permanente.

Quando do retorno do general De Gaulle ao poder em maio de 1958, o presidente Juscelino Kubitschek (1955-1960) enviara ao novo mandatário francês uma missiva com votos de sucesso acompanhada de um quadro do papel do Brasil na organização das Américas e um enfático convite para que viesse ao País. No argumento do presidente brasileiro, Brasil e França viviam um momento de renovação e esperança que reforçava os vínculos entre as duas nações fundadas em “valores comuns sobre o Ocidente”⁸.

O herói da *France libre* aceitaria de bom grado o convite do presidente Kubitschek e mencionaria que um dos eixos de sua política exterior seria justamente “ajudar os países subdesenvolvidos”, entre os quais, o Brasil⁹. Esse pilar da estratégia francesa em sua relação com o Brasil foi fragmentado e reduzido após 1964. Após a visita do general De Gaulle à América do Sul em setembro-outubro de 1964, o Brasil e toda a região voltaram a ser “lugares distantes”¹⁰. A possível eleição de Tancredo Neves e a retomada da democracia eram vistas, portanto, pelo *Quai d’Orsay* e pelo *Élysée* como a possibilidade de reaproximação. Essa concepção embasou a carta do embaixador francês no Brasil e a motivação do secretário geral do *Élysée* em participá-la diretamente ao presidente Mitterrand.

Preparação

Uma semana antes das eleições brasileiras ainda indiretas do dia 15 de janeiro de 1985, o enviado francês em Brasília creditava como certa

7 VAÏSSE, Maurice. *La puissance ou l’influence? La France dans le monde depuis 1958*. Paris: Fayard, 2009. RÉMOND, René. *Histoire de France. Le siècle dernier de 1918 à 2002*. Paris: Fayard, 2003. p. 846-855. VILLEPIN, Dominique de. *Histoire de la diplomatie française*. Paris: Perrin, 2005. CERVO, Amado Luís; BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

8 Lettre du 28/09/1958. Archives Nationales de France, AG/5(1)/1379 – extrait type 2.

9 Correspondence. (1958-1969). Brésil – Septenat du Général de Gaulle. Archives Nationales de France, AG/5(1)/729.

10 VAÏSSE, Maurice. *La puissance ou l’influence? La France dans le monde depuis 1958*. Paris: Fayard, 2009. p. 439-446.

a vitória de Tancredo Neves e sugeria aos seus superiores em Paris que iniciassem a organização de uma recepção. Pelos imperativos do protocolo do *Élysée* e do *Quai d'Orsay* seria difícil receber oficialmente. Mas isso não deveria inviabilizar uma sinalização amistosa indicando interesse em eventual encontro fosse como fosse e onde fosse. Como projeto de mensagem, ele propunha que o presidente Mitterrand dissesse ao candidato Tancredo “*si le voyage que vous envisagez d'accomplir en Europe conduit à Paris, je serai très heureux de vous rencontrer à cette occasion*”¹¹ e o presidente francês assentiu em assim sinalizar.

*

O último presidente brasileiro eleito recebido pelo mandatário do *Élysée* tinha sido Jânio Quadros em 1961. Naquela ocasião o presidente francês era o general De Gaulle e seu enviado no Brasil, André Malraux.

Das primeiras reações do general De Gaulle ao contato do presidente Juscelino Kubitschek em 1958 foi justamente enviar André Malraux ao Brasil em 1959 para averiguar a consistência da situação¹². Malraux causaria uma boa impressão nos mandatários brasileiros e seria um dos convidados de honra do presidente Kubitschek para a inauguração de Brasília em 1960 e diria ao presidente francês que a nova capital brasileira era “*la capitale de l'espérance*”¹³.

Esse entusiasmo de Malraux exerceria forte influência sobre as percepções francesas – ou ao menos do *establishment* francês – sobre o Brasil.

Quando da eleição de Jânio Quadros para suceder o presidente Juscelino Kubitschek, Malraux seria novamente enviado a Brasília com o objetivo de saber das intenções do novo inquilino do palácio da Alvorada. Em nota do dia 4 de novembro de 1960, ele diria ao general De Gaulle

11 Rencontre à Latche, entre le Président de la République et M. Tancredo Neves, Président élu – 26 janvier 1985. Archives Nationales de France, AG/5(4)/CD/206 – dossier 1.

12 Sobre a importância do tema aos franceses, ver FOUCHER, Michel. *Atlas de l'influence au XXI^e siècle*. Paris: Robert Laffont, 2013. Sobre a importância do tema ao general De Gaulle ver VAÏSSE, Maurice. *La grandeur: la politique étrangère du général de Gaulle (1958-1969)*. Paris: Fayard, 1998.

13 Lettre, 21/4/1960. Correspondence. (1958-1969). Brésil – Septenat du Général de Gaulle. Archives Nationales de France, AG/5(1)/729.

que Jânio Quadros visitaria as principais capitais do Ocidente – como também fizera Juscelino Kubitschek em 1955 – antes de assumir suas funções a 1º de fevereiro de 1961. Indicava que ele tinha afeição pelo regime de Cuba e Moscou malgrado tendo recebido apoio da “direita paulista”, mas que também compreendia e aceitava o contencioso franco-argelino e, por isso, seria importante recebê-lo¹⁴.

Necessitaria vinte e quatro anos para outro presidente brasileiro ser eleito e merecer atenção estratégica dos enviados franceses no Brasil.

O marechal Castello Branco e o marechal Costa e Silva seriam recebidos com honras de chefes de Estado no *Élysée* pelo general De Gaulle, a 22 de junho e 5 de dezembro de 1967 respectivamente, mas não como presidentes eleitos – o marechal Castello Branco inclusive já havia deixado o palácio do Planalto.¹⁵ Tancredo Neves seria efetivamente o primeiro depois de Jânio Quadros.

*

Imbuído desse significado, o enviado francês em Brasília em 1985, certo da derrota do candidato Paulo Maluf, passou insistir para que a France formalizasse um convite ao candidato Tancredo Neves.

No dia 14 de janeiro de 1985, véspera da votação no Colégio Eleitoral, o secretário geral do *Élysée* lembrou ao presidente Mitterrand que o resultado das eleições brasileiras estava para sair e pediu permissão para, enfim, enviar a mensagem-convite ao potencial vencedor Tancredo Neves.

O presidente francês devolveria a nota ao secretário com um alusivo comentário feito à mão e em letra escurrita: “*Oui, je l’ai déjà dis... même vivement dans ce sens*”¹⁶.

14 Entretiens. Note de André Malraux sur le voyage de Janio Quadros. Paris, 4/11/1960. Correspondence. (1958-1969). Brésil – Septenat du Général de Gaulle. Archives Nationales de France, AG/5(1)/729.

15 Dejeuner d’honneur du marechal Castello Branco, ancien président du Brésil. Dossier Brésil. Archives Nationales de France, AG/5(1)/1379.

16 Note au président. Paris, 14/01/1985. Rencontre à Latche, entre le Président de la République et M. Tancredo Neves, Président élu – 26 janvier 1985. Archives Nationales de France, AG/5(4)/CD/206 – dossier 2.

Confirmação

A votação do dia 15 de janeiro de 1985 confirmaria a previsão do enviado francês em Brasília: Tancredo Neves foi eleito presidente na “última eleição indireta do Brasil”¹⁷. A agonia da derrota das *Diretas Já* dava lugar ao ânimo diante do avanço da redemocratização brasileira.

Em muitos aspectos esse 15 de janeiro de 1985 teria para os brasileiros o mesmo efeito que o 10 de maio de 1981 tivera para os franceses. Fora um momento de graça. Um êxtase tomou conta da população. Se milhares de pessoas invadiram a praça da Bastilha quando da eleição do presidente Mitterrand, as principais avenidas das principais capitais brasileiras ficariam abarrotadas de pessoas com símbolos pátrios e cantando o hino nacional após a notícia da eleição de Tancredo Neves presidente do Brasil¹⁸.

Ainda naquele dia 15 de janeiro de 1985, o presidente eleito brasileiro receberia os cumprimentos do presidente francês e teria em mãos a mensagem-convite, desde muito formulada a várias mãos entre a avenida das Nações em Brasília e o quai d’Orsay-rua Faubourg-Saint-Honoré em Paris.

A partir de então tudo ganharia em aceleração.

Organização

Uma viagem diplomático-presidencial se prepara. E a viagem do presidente Tancredo Neves foi preparada em detalhes à exaustão¹⁹. Todos os envolvidos sabiam da importância histórica daquela *tourné*. E o presi-

17 Discurso pronunciado por Tancredo Neves quando de sua eleição à Presidência da República. Brasília, 15 de janeiro de 1985.

18 LYRA, Fernando. *Daquilo que eu sei: Tancredo e a transição democrática*. São Paulo: Iluminatas, 1999. LEONELLI, Domingos; OLIVEIRA, Dante de. *Diretas Já: 15 meses que abalaram a ditadura*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

19 O melhor relato segue sendo o de Rubens Ricupero em seu notável *Diário de bordo – A viagem presidencial de Tancredo* (São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010). E o melhor balanço da *tourné* segue sendo Celso Lafer em seu O Legado Diplomático da Viagem Presidencial de Tancredo Neves (*Contexto Internacional*, v. 1, n. 2, 1985).

dente brasileiro era, por certo, de todos o maior interessado. E não demorou a fazer saber ao responsável francês em Brasília da sua intenção em, sim, aceitar o “convite” do presidente François Mitterrand.

Em menos de 72 horas das eleições brasileiras, o conselheiro diplomático do *Quai d’Orsay*, Jean Musitelli, e o secretário geral do *Élysée*, Jean-Louis Bianco, estavam mobilizados na preparação da recepção do presidente brasileiro. Seu contato em Brasília, o embaixador Bernard Dorin, tinha acesso aos conselheiros diplomáticos do presidente Tancredo Neves e estava a par da formatação de todo o roteiro da *tournée*. Sabia que tudo teria início na Santa Sé e que Lisboa era a próxima parada confirmada na passagem pela Europa. Difícil saber de quem veio a ideia de fazer o encontro Tancredo-Mitterrand no dia 26 de janeiro, um sábado. Certo que a proposta veio do lado brasileiro. Do embaixador Paulo de Tarso Flexa de Lima ou do embaixador Rubens Ricupero. Do assessor e jornalista Mauro Salles ou do próprio presidente Tancredo Neves. Seja como for, no dia 19 de janeiro de 1985, o presidente Mitterrand estava ciente da visita do presidente brasileiro no sábado, 26. O horário e o local estavam em aberto. Foi quanto então o presidente francês propôs ofertar um jantar ao presidente brasileiro. Sendo assim o brasileiro poderia chegar no fim de tarde início da noite. E como local se propôs sua casa de campo em Latche²⁰.

Tensão

Na terça-feira, 22 de janeiro de 1985, o enviado francês em Brasília informava ao *Quai d’Orsay* que “*M. Tancredo Neves est très sensible à votre invitation qu’il accepte*”²¹.

Difícil saber se a essa altura o presidente brasileiro estava totalmente envolvido nos preparativos da viagem. Ele parecia, em verdade,

20 Note au président. Paris, 19/01/1985. Rencontre à Latche, entre le Président de la République et M. Tancredo Neves, Président élu – 26 janvier 1985. Archives Nationales de France, AG/5(4)/CD/206 – dossier 3.

21 Note au chargé de mission. Paris, 22/01/1985. Rencontre à Latche, entre le Président de la République et M. Tancredo Neves, Président élu – 26 janvier 1985. Archives Nationales de France, AG/5(4)/CD/206 – dossier 3.

ainda imerso no ambiente político interno brasileiro do 15 de janeiro. Seu tempo parecia contemplar somente reuniões e entrevistas com seus correligionários e jornalistas. E teria sido certamente o embaixador Paulo de Tarso Flexa de Lima ou jornalista Mauro Salles a confirmar à embaixada da França em Brasília que o presidente “*sera donc à Latche le samedi 26 pour dîner et y passera la nuit*”²².

Mas da terça à quarta-feira, 22 e 23 de janeiro de 1985, a situação evoluiria.

Todos os envolvidos na *tourné*e do presidente brasileiro sabiam da importância, ao menos simbólica e talvez nada mais, do encontro com o presidente francês. Confirmada a visita a Latche, eles, por certo, perceberam que essa passagem pela França poderia ser mais bem explorada. Foi quando alguém da equipe propôs ao enviado francês em Brasília que solicitasse ao *Quai d’Orsay* e ao *Élysée* maior divulgação do encontro ressaltando que o convite viera do mandatário francês. Muito diplomaticamente foi inclusive sugerido um texto para emitir a informação aos jornalistas. O texto deveria dizer que “*À l’invitation de M. François Mitterrand, Président de la République, M. Tancredo Neves, Président élu de la République du Brésil, fera en France une visite de caractère privé le samedi 26 janvier 1985*”²³ e serviria para reforçar o sentido da viagem que era reforçar a nova república nascente no Brasil.

Coube novamente ao secretário geral do *Élysée*, Jean-Louis Bianco, apresentar a nova situação ao presidente francês.

A notícia do secretário Bianco ao presidente Mitterrand fora sucinta como as demais, mas continha a forte motivação da embaixada em Brasília e do *Quai d’Orsay* para se forjar uma resposta positiva da parte do *Élysée*. Mas ela não ocorreu. O presidente Mitterrand afirmaria de modo justo e direto: “*Je n’ai rien souhaité*”²⁴.

*

22 Id., *ibid.*

23 Note au président. Paris, 23/01/1985. Rencontre à Latche, entre le Président de la République et M. Tancredo Neves, Président élu – 26 janvier 1985. Archives Nationales de France, AG/5(4)/CD/206 – dossier 4.

24 Id., *ibid.*

O encontro fora efetivamente projetado por seus homens exteriores. Desde o 8 de janeiro de 1985 que o *Élysée* vinha cogitando a hipótese, mas com o evidente impulso do embaixador Bernard Dorin desde Brasília e do diretor das Américas no *Quai d'Orsay*, Robert Richard. Uma nota pública indicando a intenção do presidente no encontro talvez fosse, para o presidente francês, ceder demais aos seus colaboradores. Mas mais que isso, seria dar demasiado valor a alguém que ele ainda desconhecia vindo de um país que ele conhecia pouco ou quase nada. Sendo assim, com base no realismo frio de seus assessores mais próximos para assuntos internacionais – Roland Dumas, Jacques Attali, Hubert Védrine e Régis Debray –, o presidente Mitterrand talvez tenha declinado por cautela²⁵.

A resposta do mineiro tão matreiro como o presidente francês viria no mesmo dia 23 de janeiro de 1985. Após saber da negativa francesa, ele faria saber ao *Quai d'Orsay* que apenas jantaria na Latche retornando a Roma no mesmo dia 26²⁶.

O lado francês simplesmente aceitaria a decisão tomando nota.

A delegação brasileira, então, enviou o roteiro.

Sairia de Roma às 16h30 sentido Latche com previsão de chegar 18h25-18h35 em Biarritz e 19h em Latche saindo às 21h30 e apanhando o trem de volta para Roma às 22h²⁷. O presidente brasileiro fixara 2h30 para seu encontro com o presidente francês.

Daí em diante não havia mais o que fazer. A delegação brasileira estava fechando as malas para partir e os homens do *Quai d'Orsay* haviam esgotado a conversação com seus colegas do *Élysée*. A última concessão seria a oferta de um jato *mystère 50* para conduzir a delegação brasileira no sábado.

25 Sobre a personalidade de François Mitterrand, ver especialmente WINOCK, Michel. *François Mitterrand*. Paris: Gallimard, 2015. COTTA, Michèle. *Le monde selon Mitterrand*. Paris : Tallandier, 2015. ROUSSEL, É. *François Mitterrand. De l'intime au politique*. Paris : Robert Laffont, 2015. SHORT, Phillip. *François Mitterrand. Portrait d'un ambigu*. Paris: Nouveau Monde, 2015. GIESBERT, Franz-Olivier. *François Mitterrand, une vie*. Paris : Seuil, 1996. FAVIER, Pierre; MARTIN-ROLAND, Michel. *La décennie Mitterrand. 1 – Les ruptures (1981-1984). 2 – Les épreuves (1984-1988). 3. Les défis. 4. Les déchirements*. Paris : Éditions du Seuil, 1990-1999. VÉDRINE, Hubert. *Les mondes de François Mitterrand. À l'Élysée (1981-1995)*. Paris: Fayard, 1996. ATTALI, Jacques. *Verbatim (I): 1981-1986*. Paris: Fayard, 1993.

26 Rencontre à Latche, entre le Président de la République et M. Tancredo Neves, Président élu – 26 janvier 1985. Archives Nationales de France, AG/5(4)/CD/206 – dossier 8.

27 Rencontre à Latche, entre le Président de la République et M. Tancredo Neves, Président élu – 26 janvier 1985. Archives Nationales de France, AG/5(4)/CD/206 – dossier 9.

Determinação

Uma vez em Roma, a delegação brasileira notificou ao *Quai d'Orsay* que comunicou ao *Élysée* que o presidente brasileiro seria acompanhado do embaixador Paulo de Tarso Flexa de Lima, do embaixador Rubens Ricupero e do jornalista Mauro Salles²⁸. Era desnecessário informar da presença dona Risoleta Neves que faria par com dona Danielle Mitterrand. O embaixador Antonio Correa do Lago e o senador Fernando Henrique Cardoso prometiam vir a Biarritz encontrar a delegação brasileira. Mas não era certo que iriam também ao jantar em Latche. O embaixador Antonio Correa do Lago era o enviado brasileiro em Paris. O senador Fernando Henrique Cardoso era muito próximo dos socialistas no poder. Esses atributos permitiriam aos dois uma fácil inserção na visita²⁹. Mas o mais procedente era deixar livres os presidentes para sua troca de impressões que começaria na sexta-feira, 25 de janeiro, véspera do encontro.

Data do dia 25 de janeiro de 1985 a mensagem de agradecimento do presidente Tancredo Neves aos votos de sucesso lançados pelo presidente francês quando da eleição no Colégio Eleitoral. Nessa mensagem o presidente brasileiro sopesaria todas as palavras de modo a valorizar o encontro iminente dos dois.

Eu desejo contribuir para o aperfeiçoamento constante dos laços que nos unem. Nessa tarefa, o diálogo pessoal, que espero possamos ter em breve, há, por certo, de constituir-se em elemento importante para o maior entendimento entre nossos povos e para o crescente dinamismo da cooperação entre nossos países³⁰.

28 Lettre au Quai d'Orsay. 25/01/1985. Rencontre à Latche, entre le Président de la République et M. Tancredo Neves, Président élu – 26 janvier 1985. Archives Nationales de France, AG/5(4)/CD/206 – dossier 9. Na última hora foram alterados os membros da comitiva. O embaixador Rubens Ricupero cederia seu lugar ao neto e secretário político de Tancredo Neves, o ainda jovem Aécio Neves. (Agradeço ao embaixador Rubens Ricupero a informação).

29 Lettre au Quai d'Orsay. 25/01/1985. Rencontre à Latche, entre le Président de la République et M. Tancredo Neves, Président élu – 26 janvier 1985. Archives Nationales de France, AG/5(4)/CD/206 – dossier 9.

30 Carta ao presidente François Mitterrand a 25 de janeiro de 1985. Arquivo do Itamaraty – Embaixada em Paris. Troca de notas – Embaixada do Brasil e Ministério das Relações Exteriores da França. Janeiro a junho de 1985.

Homens de Estado

Quando esses dois homens de Estado trocaram os primeiros olhares naquela tarde fria do dia 26 de janeiro de 1985 na rústica, mas aconchegante e confortável casa de campo da família Mitterrand que fazia lembrar do ambiente modesto mas moderno da São João Del Rei dos Neves, ambos sabiam exatamente quem eram, o que queriam e o sentido histórico daquele momento.

Eles eram mais ou menos da mesma idade e da mesma geração e dispunham de experiência e trajetória política similar em seus países. Cada qual ao seu modo entendia a política como um *métier*, um palco de gladiadores que não admite amadores. Eram profissionais. E, por isso, houve respeito instantâneo um pelo outro. Do aperto de mão, aos silêncios às falsas hesitações.

Mais importante que a conversa foi, claro, a presença.

Os problemas brasileiros e sul-americanos eram conhecidos. Mesmo assim o presidente francês insistiu em saber das impressões do brasileiro sobre as ditaduras na região. Sobre a Argentina; sobre o Chile. As limitações francesas eram também sabidas. Mesmo assim o presidente brasileiro realçou as dificuldades econômico-financeiras do Brasil.

Ação

Após o jantar, os presidentes se separariam. O brasileiro seguiria sua *tournee* que tinha os Estados Unidos da América como escala principal. O francês passaria a repensar a posição francesa na América do Sul.

A França estava relativamente ausente da região desde o fim dos anos de 1960. Os projetos estruturais de longo prazo estavam, por certo, mantidos, mas a influência e a presença francesa entraram assistiam farto declínio – especialmente político – havia tempos. E a solidariedade do presidente francês aos ingleses quando do incidente nas Malvinas em 1982 contribuiria ainda mais para a rejeição sul-americana aos desígnios da França³¹.

31 ATTALI, Jacques. *C'était François Mitterrand*. Paris: Fayard, 2005. p. 77.

Desde o início da presidência socialista, a relação francesa com o dito “terceiro-mundo” dispunha de três entradas. México para as Américas. Argel para a África. Deli para a Ásia³². Essa cartografia diplomática fora arquitetada pelo chanceler Claude Cheysson, responsável pelo *Quai d’Orsay* de 1981 a 1984. Quando da troca de Cheysson por Roland Dumas em dezembro de 1984, o lado americano dessa projeção fora definitivamente retirado. Os franceses haviam, enfim, percebido a força da influência dos Estados Unidos sobre o México³³.

Mesmo com a forte implicação francesa para o fim dos conflitos na Nicarágua e em El Salvador assim como seu empenho como líder do Clube de Paris na rediscussão do endividamento exterior dos países da América Central e do Sul, seus interesses “terceiro-mundistas” estavam distantes dessas regiões³⁴.

Entretanto, parece plausível reconhecer que aquele encontro em Latche do dia 26 de janeiro de 1985 mudaria esse quadro. Nos dias que sucederam esse encontro o *Quai d’Orsay* e o *Élysée* mobilizariam esforços para ir à posse do presidente Tancredo Neves no dia 15 de março de 1985 e organizar uma visita de Estado ainda naquele ano.

No dia 1º de fevereiro de 1985, o *Quai d’Orsay* fez saber à embaixada brasileira em Paris e ao Itamaraty em Brasília que o chanceler Roland Dumas conduziria em pessoa a delegação francesa para a posse do presidente Tancredo Neves no dia 15 de março de 1985³⁵.

Evidente que a posse do presidente Tancredo Neves causou interesse das mais variadas chancelarias do mundo. O vice-presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, por exemplo, tinha sido designado pelo presidente Ronald Reagan a representá-lo na cerimônia em Brasília de 15 de março de 1985. Mas no dia 11 de março de 1985, de passagem por Genebra, foi comunicado da morte e dos funerais do presidente Konstantin Chernenko da URSS e de imediato consultou Washington

32 FAVIER, Pierre; MARTIN-ROLAND, Michel. *La décennie Mitterrand. 1 – Les ruptures (1981-1984)*. Paris: Éditions du Seuil, 1990. p. 385.

33 BELY, Lucien; THEIS, Laurent; SOUTOU, Georges-Henri; VAÏSSE, Maurice. *Dictionnaire des ministres des affaires étrangères*. Paris: Fayard, 2005. p. 599-601.

34 VAÏSSE, Maurice. *La puissance ou l’influence? La France dans le monde depuis 1958*. Paris: Fayard, 2009. p. 453-454.

35 Correspondence 01972 – 1985. Ambassade de France au Brésil. Arquivo do Itamaraty em Brasília.

para saber o que fazer. Ao secretário de Estado George P. Shultz caberia decidir e como resposta reproduziria o diálogo que mantivera com o embaixador norte-americano em Brasília, Antony Motley, que asseverara: “*a Russian dictator dies every year, but Brazil has redemocratized only once in twenty-one years – keep that in mind. Three months from now, no one will remember who went to Moscow. Three years from now, the Brazilians will remember who went to their inauguration*”³⁶.

Mesmo sendo a posse do presidente brasileiro do interesse, portanto, de todos, após aquele encontro em Latche, o elo político franco-brasileiro parece ter mudado de qualidade³⁷.

*

A agonia e morte do presidente Tancredo Neves causaria forte impressão no presidente francês.

Do dia 14 de março ao dia 21 de abril de 1985, o presidente Mitterrand acompanharia toda a evolução do quadro de saúde de seu colega brasileiro. Semanas antes da morte de Tancredo Neves, o presidente José Sarney diria ao líder francês que “em nome do presidente Tancredo Neves, recebi e muito agradeço os amáveis votos de pronto restabelecimento que v. excelência a ele dirigiu”³⁸. E continuaria afirmando que “o apoio de v. excelência, em momento tão singular, constitui prova eloquente do sentimento de amizade que une nossos povos e servirá de estímulo e inspiração para o constante fortalecimento das relações entre nossos países”³⁹.

Quando da morte do presidente brasileiro, a primeira manifestação de condolências viria de Jacques Chirac. Em mensagem endereçada

36 SHULTZ, George P. *Turmoil and triumph: my years as secretary of state*. New York: Macmillan, 1993. p. 527.

37 Nota do presidente Tancredo Neves em agradecimento ao apoio francês. Brasília, de 28 de fevereiro de 1985. Arquivo do Itamaraty – Embaixada em Paris. Troca de notas – Embaixada do Brasil e Ministério das Relações Exteriores da França. Janeiro a junho de 1985.

38 Correspondência. Presidente José Sarney ao Presidente François Mitterrand. 16 de abril de 1985. Arquivo do Itamaraty – Embaixada em Paris. Troca de notas – Embaixada do Brasil e Ministério das Relações Exteriores da França. Janeiro a junho de 1985.

39 Correspondência. Presidente José Sarney ao Presidente François Mitterrand. 16 de abril de 1985. Arquivo do Itamaraty – Embaixada em Paris. Troca de notas – Embaixada do Brasil e Ministério das Relações Exteriores da França. Janeiro a junho de 1985.

ao responsável brasileiro na França, o maire de Paris afirmaria que “*c’est avec une réelle émotion que j’apprends le décès du Président Tancredo Neves*”. E consideraria que “*pour les hommes et les peuples attaches aux principes de la démocratie et de la liberté, l’élection du Président Neves a constitué un symbole et un espoir*”. E ainda advertiria “*je ne doute cependant pas que la nation brésilienne saura conserver les acquis de cette présidence trop éphémère*.”⁴⁰

Essa noção de “presidência efêmera” traduzia o sentimento do conjunto da classe política francesa que assimilou rapidamente o significado do presidente Tancredo Neves.

Mas o momento era de luto e o presidente Mitterrand enviou, no dia 22 de abril de 1985, um longo telegrama à dona Risoleta Neves onde afirmava

*j’avais eu le privilège de connaître et d’apprécier votre mari, qui avait bien voulu me rendre visite à Latche peu après son élection à la République du Brésil. Sa disparition en ce moment crucial de l’histoire du Brésil est une perte immense pour votre pays et pour son peuple qui tout entier faisait confiance à Tancredo et a ses exceptionnelles qualités humaines et professionnelles. Du fond du cœur, je comprends, madame, a votre douleur*⁴¹.

O encontro em Latche realmente marcou. Tanto que a resposta de dona Risoleta Neves ao presidente Mitterrand fora também ambientada em Latche. “Meu marido guardava a melhor lembrança do encontro que manteve com vossa excelência em Latche e esperava poder revê-lo em breve no Brasil. Infelizmente, a vontade de deus assim não o quis”⁴².

Para os funerais do colega brasileiro, o presidente francês faria questão de se fazer representar pela primeira-dama Danielle Mitterrand. Na embaixada brasileira em Paris seria aberto um livro de condolências que teria a assinatura de mais de 250 personalidades francesas e mundiais de passagem como o chanceler Dante Caputo da Argentina. No

40 Correspondence. Jacques Chirac, Maire de Paris. Arquivo do Itamaraty – Embaixada em Paris. Inventário documental I – caixa 4370-81, maço 4373.

41 Telegrama do Presidente François Mitterrand. Arquivo do Itamaraty – Embaixada em Paris. Inventário documental I – caixa 4370-81, maço 4373.

42 Correspondência. Dona Risoleta Tolentino Neves ao Presidente François Mitterrand. 13 de maio de 1985. Arquivo do Itamaraty – Embaixada em Paris. Troca de notas – Embaixada do Brasil e Ministério das Relações Exteriores da França. Janeiro a junho de 1985.

dia 29 de abril de 1985, uma missa de sétimo dia seria rezada na Igreja Saint Germain l'Auxerrois pelo monsenhor Daniel Pezeril e pelos padres brasileiros Astor Salgado e Napoleão dos Anjos Fernandes. 450 pessoas se fizeram presentes. Entre eles, o escritor Jorge Amado e a condessa de Paris Isabel de Orléans e Bragança⁴³.

Essas circunstâncias não demoveram o *Quai d'Orsay* e o *Élysée* da visita do presidente Mitterrand ao Brasil que teria início no dia 14 de outubro de 1985. A delegação francesa foi composta pelos principais colaboradores do presidente. Roland Dumas – ministro do exterior. Edith Cresson – ministra da indústria e comércio. Jack Lang – ministro da cultura. Jean-Louis Bianco – secretário geral do *Élysée*. Jacques Attali – conselheiro especial da presidência. Outras personalidades de importância como o célebre Claude Lévi-Strauss seriam incluídas⁴⁴.

O roteiro envolveu cinco dias de compromissos em Brasília, no Rio de Janeiro, em São Paulo, em São João del Rey e em Recife-Olinda⁴⁵.

Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo como lugares recorrentes. São João del Rey como deferência à memória do presidente Tancredo Neves. Recife-Olinda como objeto de curiosidade cultural e intelectual.⁴⁶

Essa visita do presidente francês ao Brasil foi o primeiro sinal de um País do “norte” à “Nova República” saída do 15 de janeiro de 1985. Mesmo que impotente aos problemas econômicos e financeiros que assolavam o País, esse gesto permitiria a retomada da presença francesa no País e na região. Desde outubro de 1985 a relação franco-brasileira voltaria a fluir. Os franceses voltariam a considerar o Brasil um País “frequentável”.⁴⁷ Mas pouco disso seria possível sem aquele encontro do dia 26 de janeiro de 1985 onde se sagrou o momento Tancredo-Mitterrand.

43 Falecimento do Presidente Tancredo Neves. Secretaria de estado. 15 de maio de 1985. Arquivo do Itamaraty – Embaixada em Paris. Inventário documental I – caixa 4370-81, maço 4373.

44 Sobre Lévi-Strauss e o Brasil ver LOYER, Emmanuelle. *Lévi-Strauss*. Paris: Flammarion, 2015.

45 Correspondence 18527 – 1985. Ambassade de France au Brésil. Arquivo do Itamaraty em Brasília.

46 *Folha de São Paulo*, 14/10/1985, p. 5.

47 VAÏSSE, Maurice. *La puissance ou l'influence? La France dans le monde depuis 1958*. Paris: Fayard, 2009. p. 454-455. BARRETO, Fernando de Mello. *A política externa após a redemocratização*. Brasília: Funag, 2012. Tomo I.

O momento

O momento Tancredo-Mitterrand envolveu, portanto, o encontro de 26 de janeiro de 1985 em Latche, o envio do chanceler Roland Dumas à cerimônia de posse do dia 15 de março, a presença da primeira-dama francesa nos funerais de Tancredo Neves e a visita de Estado do presidente Mitterrand ao Brasil em outubro do mesmo ano. Esse período teve como marca hesitações. As circunstâncias brasileiras e francesas impediam engajamentos profundos. Os movimentos de aproximação entre os dois países nesse momento continuaram discretos e protocolares.

As sinalizações de retorno à democracia no Brasil a boa impressão causada pela visita em Latche conduziram o presidente francês a simplesmente retomar os princípios estruturais da política externa francesa com relação ao Brasil e à América do Sul. Instaurados pelo general De Gaulle, esses princípios determinavam à atuação exterior francesa o imperativo de independência sem isolamento e propunham o permanente recolocar da França no cenário mundial para além da tensão Leste-Oeste⁴⁸. Isso envolvia definitivamente o respeito à autodeterminação dos povos, solidariedade e reciprocidade na gestão e participação na Aliança Atlântica e desejo de atuação permanente na intermediação entre o bloco dos países industrializados e em via de desenvolvimento. Durante a Quinta República francesa, os sucessores do general procuraram incessantemente “*dépasser l’impasse bipolaire par une diplomatie d’audace, notamment tournée vers l’Asie et l’Amérique latine, désertées par ses prédécesseurs*”⁴⁹. O presidente François Mitterrand, a partir do *Élysée* e do *Quai d’Orsay*, entendeu ser o momento de sondar possibilidades de reaproximações.

Desde janeiro de 1985, portanto, cenários da realidade brasileira eram mais intensamente auscultados no *Élysée* e no *Quai d’Orsay*. O retorno à democracia com a superação do fardo dos militares era observado e calculado desde Paris. Conselheiros como Régis Debray e enviados nas Américas como Alain Rouquié e o próprio Bernard Dorin eram absolu-

48 VAÏSSE, Maurice. *La puissance ou l’influence? La France dans le monde depuis 1958*. Paris: Fayard, 2009. p. 554.

49 VILLEPIN, Dominique de. *Histoire de la diplomatie française*. Paris: Perrin, 2005. p. 35.

tamente experimentados do fato latino-americano. Mas o imponderável da doença do presidente Tancredo Neves certamente os fez refazer suas fichas. O retorno dos militares era absolutamente plausível em seus cálculos e temores. Mesmo que a força das *Diretas Já* e sua significação democrática ainda se fizesse sentir.

Com o adeus do presidente Tancredo Neves, o desconhecido vice-presidente José Sarney sairia de relativa sombra para assumir plenamente os rumos do País. Ele havia participado da situação no regime anterior. Por isso era rejeitado pela opinião pública. Tinha pouco acesso a grupos econômicos apoiadores da candidatura Tancredo Neves. Desconhecia a maior parte dos ministros escolhidos e a razão de suas indicações pelo presidente eleito a 15 de janeiro de 1985. Sabia pouco do programa de governo. Ele havia, verdadeiramente, ingressado na chapa para ser um vice-presidente fraco diante de um presidente forte. Mas os destinos da providência modificaram os planos e a sua legitimação no poder custaria esforços diários. O trunfo de maior importância era não ser deposto por militares ou populares. Os demais sucessos viriam como decorrência⁵⁰.

A ação exterior brasileira desse momento da transição ficou a cargo do Itamaraty e do chanceler Olavo Egydio Setúbal. Empresário e banqueiro com passagem política pela prefeitura de São Paulo, o chanceler Setúbal, como os demais ministros, fora indicação do presidente Tancredo Neves e tinha por incumbência continuar a renovação da feição exterior brasileira iniciada pelo próprio presidente Tancredo Neves em sua *tourné* de janeiro-fevereiro de 1985⁵¹. No referente à França, ele manteria intenso contato com o chanceler Dumas. Sua extensa troca de correspondências seria intensificada após a morte do presidente Tancredo Neves. Pois do 15 de março ao 21 de abril de 1985, as relações exteriores brasileiras passaram por um momento de relativa suspensão. Os interesses nacionais seguiram irmanados no Hospital de Base de Brasília e depois no Hospital das Clínicas em São Paulo.

50 LYRA, Fernando. *Daquilo que eu sei: Tancredo e a transição democrática*. São Paulo: Iluminatas, 1999. LEONELLI, Domingos; OLIVEIRA, Dante de. *Diretas Já: 15 meses que abalaram a ditadura*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

51 Discurso pronunciado por sua excelência o senhor doutor Olavo Setúbal por ocasião da cerimônia de transmissão do cargo de ministro de Estado das relações exteriores. Brasília, 15 de março de 1985.

No dia 20 de maio de 1985, o chanceler brasileiro agradecerá ao chanceler francês pelas palavras de pêsames pela morte do presidente Tancredo Neves e reafirmará o empenho do presidente José Sarney no estreitamento da relação entre os países, Brasil e França⁵². Daí em diante seu diálogo seria conduzido pela preparação da visita de Estado do presidente Mitterrand ao Brasil que ocorreria em outubro daquele ano de 1985.

Malgrado as incertezas brasileiras, o presidente Mitterrand manteria sua visita de Estado acordada com o presidente Tancredo Neves em Latche. Mas o encontro estratégico dos mais importantes e esperados ocorreria entre os chanceleres Setúbal e Dumas.

Havia semanas que esse encontro era preparado pelo *Quai d'Orsay* e pelo Itamaraty. No dia 8 de outubro imediatamente anterior se confirmou o local e horário do encontro deles. Seria no gabinete do chanceler brasileiro, às 17h40⁵³. O núcleo da discussão seria o projeto Brasil-França de autoria brasileira. Esse projeto havia sido despachado mês antes às autoridades francesas desde o gabinete do chanceler Setúbal. O projeto Brasil-França envolvia dois eixos de ação. O primeiro consistia na consolidação dos programas de intercâmbio franco-brasileiros existentes. O outro sugeria a promoção de um conjunto de eventos para realçar a reciprocidade e o reconhecimento mútuo dos dois países. Esses eventos incorporariam atividades e discussões no âmbito de cultura, educação, esporte, cooperação científica e industrial em níveis nacionais, estaduais e municipais tendo por meta *a)* fazer convergir os elementos de união franco-brasileira, *b)* renovar o conhecimento das potencialidades atuais dos países e *c)* refletir em conjunto sobre os grandes problemas do mundo⁵⁴.

Os franceses se mostraram muitíssimo reticentes sobre essas atividades. No encontro do dia 14 de outubro elas foram tratadas marginalmente. Em sua manifestação, o chanceler francês as considerou interessantes enquanto iniciativa, mas apresentou a necessidade de maior

52 Carta ao ministro Roland Dumas. 20 de maio de 1985. Arquivo do Itamaraty – Embaixada em Paris. Troca de notas – Embaixada do Brasil e Ministério das Relações Exteriores da França. Janeiro a junho de 1985.

53 Correspondence. 8 octobre 1985. Ambassade de France au Brésil. Arquivo do Itamaraty em Brasília.

54 Brasil-França. Troca de cartas a respeito do projeto Brasil-França. Ostensivo – despachos – 1985. Arquivo do Itamaraty em Brasília.

atenção por trocas bilaterais no plano da biomedicina e da biotecnologia. Segundo ele, o interesse francês rumo ao Brasil naquele momento estava mais inclinado à cooperação na formação de pessoas e produção de produtos em áreas imunobiológicas⁵⁵. Entretanto, sob motivação do presidente Mitterrand, o projeto Brasil-França seria transformado em amplo programa de trocas culturais executado entre 1986 e 1989. E assim se daria o tímido recomeço das relações entre os dois países.

55 Lettre de Roland Dumas. 14 octobre 1985. Brasil-França. Troca de cartas a respeito do projeto Brasil-França. Ostensivo – despachos – 1985. Arquivo do Itamaraty em Brasília.



CAPÍTULO 6

A PRIMAVERA DOS TEMPOS

Venho a Paris com um objetivo muito claro:
o de dar novo vigor ao relacionamento entre o Brasil e a França.

Presidente Fernando Henrique Cardo em jantar oferecido pelo presidente Jacques Chirac no palácio do *Élysée* a 28 de maio de 1996.

Foram muito agradáveis aqueles dias 28 e 29 de maio de 1996 quando o presidente Fernando Henrique Cardoso promoveu sua primeira visita de Estado à França do presidente Jacques Chirac. Os jardins em Paris estavam todos floridos. Fruto da primavera. Mês dos recomeços. Que serviria de inspiração ao reatar da relação desses dois países, Brasil e França, que jamais estiveram totalmente indiferentes um ao outro, mas que desde muito figuravam ausentes em seus compromissos estratégicos comuns.

O último grande gesto de interação havia sido indicado pelo general De Gaulle em sua fulgurante visita aos brasileiros em outubro de 1964. O marechal Castello Branco retribuiria a viagem do general francês indo à Paris em junho de 1967. O general Costa e Silva faria o mesmo em dezembro do mesmo ano. Mas ambos brasileiros seriam recebidos sem pomba nem glamour e a relação franco-brasileira avançava para o ostracismo. Os tempos eram difíceis dos dois lados do Atlântico e o conflito Leste-Oeste monopolizava todas as atenções e preocupações.

O presidente Georges Pompidou manteria uma relação cordata com o general Emílio Garrastazu Médici. Mas jamais viria ao Brasil e a Brasília vê-lo. Na ocasião da importante exposição da Indústria Francesa em São Paulo, em 1971, por exemplo, enviaria em seu lugar o ministro de economia e finanças Valéry Giscard d'Estaing. Quando da eleição do general Ernesto Geisel para a presidência brasileira, o presidente Pompidou lhe dirigiria, em março de 1974, uma solene saudação indicando uma possível visita ao país. Mas sua morte no mês seguinte o pri-

varia desse propósito. Sob os auspícios do chanceler brasileiro Azeredo da Silveira, o general Geisel faria uma importante visita de Estado aos franceses em 1976 e receberia, dois anos depois, em 1978, o agora presidente Valéry Giscard d'Estaing. Mas tudo em discrição e sem maiores efeitos. Esse momento Geisel-Giscard seria suplantado somente pelo momento Tancredo-Mitterrand.

Após sua eleição no Colégio Eleitoral de 15 de janeiro de 1985, o presidente eleito Tancredo de Almeida Neves faria sua grande *tourné* mundial de apresentação da Nova República e seria recebido pelo presidente François Mitterrand no dia 26 de janeiro daquele 1985¹. O encontro transcorreria na casa de campo do mandatário francês em Latche e causara forte impressão em ambas as delegações. Essa sensação de confiança impulsionaria a organização da visita de Estado do presidente Mitterrand ao Brasil em outubro de 1985.

Mesmo assim, a incongruência de prioridades dos dois países manteria a relação franco-brasileira ainda deveras discreta embora renovada. A confirmação da democracia brasileira sob as presidências de José Sarney (1985-1990) e Fernando Collor (1990-1992) e a forte indicação de estabilização financeira e econômica acenada durante a presidência Itamar Franco (1992-1994) confeririam ao presidente Fernando Henrique Cardoso todos os elementos para ensejar “dar novo vigor ao relacionamento entre o Brasil e a França” durante sua presidência (1995-2002).

Sorvendo lutos

No início foi o choque.

Desde 1º de fevereiro de 1985, após o momento Tancredo-Mitterrand de 26 de janeiro anterior, o chanceler francês Roland Dumas fazia saber às autoridades brasileiras de sua vinda ao Brasil por ocasião da posse do presidente Tancredo Neves representando a França em nome de

1 RICUPERO, Rubens. *Diário de bordo – A viagem presidencial de Tancredo*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010. LAFER, Celso. O Legado Diplomático da Viagem Presidencial de Tancredo Neves. *Contexto Internacional*, v. 1, n. 2, 1985.

seu presidente François Mitterrand. Ele atravessaria o Atlântico com destacados servidores do *Quai d'Orsay* e do *Élysée* – Bernard Dorin, embaixador da França em Brasília; Alain Boubilil, conselheiro técnico do *Élysée*; Robert Richard, diretor das Américas do *Quai d'Orsay*; Alain Dejammet, chefe do serviço de imprensa do *Quai d'Orsay*; e Pierre-Jean Vandorne, conselheiro do ministro – com objetivo de iniciar a renovação das relações franco-brasileiras². No 14-15 de março seguinte tudo ficou turvo. A internação do presidente eleito impôs perplexidades em todas as partes e também de Brasília a Paris.

Desde o momento Tancredo-Mitterrand em janeiro, cenários da realidade brasileira eram auscultados no *Élysée* e no *Quai d'Orsay*. O retorno à democracia com a superação do fardo dos militares era observado e calculado desde Paris. Conselheiros como Régis Debray e enviados nas Américas como Alain Rouquié e o próprio Bernard Dorin eram absolutamente experimentados do fato latino-americano. Mas o imponderável da doença do presidente Tancredo Neves certamente os fez refazer suas fichas. O retorno dos militares era absolutamente plausível em seus cálculos e temores. Mesmo que a força das *Diretas Já* e sua significação democrática ainda se fizesse sentir.

A agonia do presidente Tancredo Neves seria, portanto, acompanhada com apuro pelas autoridades francesas. Quando da morte do presidente brasileiro no dia 21 de abril de 1985, o presidente Mitterrand, o Maire de Paris, Jacques Chirac, e diversas lideranças políticas não tardaram em enviar os pêsames e as congratulações à família Neves e aos brasileiros nas figuras de suas autoridades³.

Depois do choque, o luto.

Com o adeus do presidente Tancredo Neves, o desconhecido vice-presidente José Sarney sairia de relativa sombra para assumir ple-

2 Correspondence 01972 – 1985. Ambassade de France au Brésil. Arquivo do Itamaraty em Brasília.

3 Correspondence. Jacques Chirac, Maire de Paris. Arquivo do Itamaraty – Embaixada em Paris. Inventário documental I – caixa 4370-81, maço 4373. Telegrama do Presidente François Mitterrand. Arquivo do Itamaraty – Embaixada em Paris. Inventário documental I – caixa 4370-81, maço 4373. Correspondência. Dona Risoleta Tolentino Neves ao Presidente François Mitterrand. 13 de maio de 1985. Arquivo do Itamaraty – Embaixada em Paris. Troca de notas – Embaixada do Brasil e Ministério das Relações Exteriores da França. Janeiro a junho de 1985. Falecimento do Presidente Tancredo Neves. Secretaria de Estado. 15 de maio de 1985. Arquivo do Itamaraty – Embaixada em Paris. Inventário documental I – caixa 4370-81, maço 4373.

namente os rumos do País. Ele havia participado da situação no regime anterior. Por isso era rejeitado pela opinião pública. Advinha de um estado pequeno, o Amapá. Tinha pouco acesso a grupos econômicos apoiadores da candidatura Tancredo Neves. Desconhecia a maior parte dos ministros escolhidos e a razão de suas indicações pelo presidente eleito a 15 de janeiro de 1985. Sabia pouco do programa de governo. Ele havia, verdadeiramente, ingressado na chapa para ser um vice-presidente fraco diante de um presidente forte. Mas os destinos da providência modificaram os planos e a sua legitimação no poder custaria esforços diários. O trunfo de maior importância era não ser deposto por militares ou populares. Os demais sucessos viriam como decorrência⁴.

A legalização de partidos clandestinos como o PCB e o PCdoB e a convocação de eleições municipais diretas para aquele ano de 1985 foi o início de sua contribuição à transição. A proposição de uma Assembleia Constituinte seria outro passo de importância. Ela lançaria o Congresso Nacional no centro da discussão política do País deixando a presidência em discrição. O deputado Ulysses Guimarães teria distintas funções nesse processo. A despolitização da atuação militar representaria outra virada de valor. Desde a presidência do general Ernesto Geisel (1974-1979) vinha se propondo a abertura *lenta, gradual e segura*⁵. Mas a saída do general João Figueiredo em 1985 sem passar a faixa ao seu sucessor civil indicava a permanência de ressentimentos e remorsos. Esses sentimentos demorariam a ser extirpados⁶.

A atuação do ministro de guerra Leônidas Pires Gonçalves seria de muita importância na acomodação das tensões iniciais entre autoridades civis e militares. Os esforços para a contenção da insolvência financeira e econômica, mesmo que malogrados, também contribuiriam para a

4 MOISÉS, José Alvaro. Dilemas da consolidação democrática no Brasil. *Lua Nova*, n. 16, p. 15-86, 1989. LEONELLI, Domingos; OLIVEIRA, Dante de. *Diretas Já: 15 meses que abalaram a ditadura*. Rio de Janeiro: Record, 2004. LYRA, Fernando. *Daquilo que eu sei: Tancredo e a transição democrática*. São Paulo: Iluminatas, 1999. HISTÓRIAS CONTADAS – *Memórias de José Sarney*. Brasília: TVSenado, 2013.

5 CHAUI, Marilena; NOGUEIRA, Marco Aurélio. O pensamento político e a redemocratização do Brasil. *Lua nova*, n. 71, p. 173-228, 2007. PINHEIRO, Leticia. *Foreign Policy Decision-Making under the Geisel Government: the president, the military and the foreign ministry*. Brasília: Funag, 2013.

6 LYRA, Fernando. *Daquilo que eu sei: Tancredo e a transição democrática*. São Paulo: Iluminatas, 1999.

sustentação do agora presidente José Sarney. A dissolução da indiferença praticada à Argentina com a indicação de renovação da relação político-diplomática também participaria desse primeiro momento. O gesto do presidente Sarney ao encontro do presidente Raúl Alfonsín teria repercussões decisivas para toda a América do Sul a seguir⁷. Nessa seara exterior, o esforço de redefinição das relações brasileiras para além da região ficou a cargo do chanceler Olavo Egydio Setúbal.

Empresário e banqueiro com passagem política pela prefeitura de São Paulo, o chanceler Setúbal, como os demais ministros, fora indicação do presidente Tancredo Neves e tinha por incumbência continuar a renovação da feição exterior brasileira iniciada pelo próprio presidente Tancredo Neves em sua *tournée* de janeiro-fevereiro de 1985⁸.

No referente à França, ele manteria intenso contato com o chanceler Roland Dumas. Sua extensa troca de correspondências seria intensificada após a morte do presidente Tancredo Neves. Pois do 15 de março ao 21 de abril de 1985, as relações exteriores brasileiras passaram por um momento de relativa suspensão. Os interesses nacionais seguiram irmanados no Hospital de Base de Brasília e depois no Hospital das Clínicas em São Paulo.

No dia 20 de maio de 1985, o chanceler brasileiro agradecerá ao chanceler francês pelas palavras de pêsames pela morte do presidente Tancredo Neves e reafirmará o empenho do presidente José Sarney no estreitamento da relação entre os países, Brasil e França⁹. Daí em diante seu diálogo seria conduzido pela preparação da visita de Estado do presidente Mitterrand ao Brasil que ocorreria em outubro daquele ano de 1985.

7 FONSECA JUNIOR, Gelson. *Gelson Fonseca Junior (depoimento, 2008)*. Rio de Janeiro, CPDOC, 2011. BARRETO, Fernando de Mello. *A política externa após a redemocratização*. Brasília: Funag, 2012. (Tomo I).

8 Discurso pronunciado por sua excelência o senhor doutor Olavo Setúbal por ocasião da cerimônia de transmissão do cargo de ministro de Estado das relações exteriores. Brasília, 15 de março de 1985.

9 Carta ao ministro Roland Dumas. 20 de maio de 1985. Arquivo do Itamaraty – Embaixada em Paris. Troca de notas – Embaixada do Brasil e Ministério das Relações Exteriores da França. Janeiro a junho de 1985.

Razões do Brasil

Malgrado as incertezas brasileiras, o presidente Mitterrand man-tivera sua visita de Estado acordada com o presidente Tancredo Neves no encontro em Latche e no dia 14 de outubro de 1985 iniciaria sua *tourné*e pelo Brasil¹⁰. Mas o encontro estratégico dos mais importantes e esperados ocorreria entre os chanceleres Setúbal e Dumas.

Havia semanas que esse encontro era preparado pelo *Quai d'Orsay* e pelo Itamaraty. No dia 8 de outubro imediatamente anterior se confirmou o local e horário do encontro deles. Seria no gabinete do chanceler brasileiro, às 17h40¹¹. O núcleo da discussão seria o projeto Brasil-França de autoria brasileira. Esse projeto havia sido despachado mês antes às autoridades francesas desde o gabinete do chanceler Setúbal.

O projeto Brasil-França envolvia dos eixos de ação. O primeiro consistia na consolidação dos programas de intercâmbio franco-brasileiros existentes. O outro sugeria a promoção de um conjunto de eventos para realçar a reciprocidade e o reconhecimento mútuo dos dois países. Esses eventos incorporariam atividades e discussões no âmbito de cultura, educação, esporte, cooperação científica e industrial em níveis nacionais, estaduais e municipais tendo por meta *a)* fazer convergir os elementos de união franco-brasileira, *b)* renovar o conhecimento das potencialidades atuais dos países e *c)* refletir em conjunto sobre os grandes problemas do mundo¹².

Os franceses se mostraram muitíssimo hesitantes sobre essas atividades. No encontro do dia 14 de outubro elas foram tratadas marginalmente. Em sua manifestação, o chanceler francês as considerou interessantes enquanto iniciativa, mas apresentou a necessidade de maior atenção por trocas bilaterais no plano da biomedicina e da biotecnologia. Segundo ele, o interesse francês rumo ao Brasil naquele momento estava mais inclinado à cooperação na formação de pessoas e produção de pro-

10 Correspondence 18527 – 1985. Ambassade de France au Brésil. Arquivo do Itamaraty em Brasília.

11 Correspondence. 8 octobre 1985. Ambassade de France au Brésil. Arquivo do Itamaraty em Brasília.

12 Brasil-França. Troca de cartas a respeito do projeto Brasil-França. Ostensivo – despachos – 1985. Arquivo do Itamaraty em Brasília.

duto em áreas imunobiológicas¹³. Entretanto, sob motivação do presidente Mitterrand, o projeto Brasil-França seria transformado em amplo programa de trocas culturais executado entre 1986 e 1989¹⁴.

O evento fundador dessa parceria ocorreria no *Olympia*, em Paris, em 1986, com espetáculos musicais de eminentes músicos brasileiros como Baden Powell, Maria Bethânia, Chico Buarque, Milton Nascimento, Gilberto Gil, Paulinho da Viola, Djavan, Gal Costa, Paulo Moura, Fafá de Belém, Moraes Moreira, Luiz Gonzaga e Alceu Valença. 1987 seria marcado pelo ciclo *Le Cinéma Brésilien* no Centro Georges Pompidou, pela exposição de 350 peças de arte popular brasileira no *Grand Palais*, pelo colóquio *Imagens Recíprocas do Brasil e da França* orientado por Celso Furtado, pelos concertos comemorativos do centenário de Heitor Villa-Lobos, pela mostra *Jean Baptiste Debret – um pintor filósofo no Brasil*, pela exposição de Cícero Dias na Galeria Denise René e pela presença massiva de escritores brasileiros – Jorge Amado, Antonio Callado, Zélia Gattai, Ferreira Gullar, José Guilherme Mércuor, Josué Montello, Raduan Nassar, Antonio Olinto, Nélide Piñon, Affonso Romano de Sant’Anna, José Rubem Fonseca, Napoleão Sabóia, Herberto Salles, Silviano Santiago, Lygia Fagundes Telles, Antonio Torres, João Ubaldo Ribeiro e Edla Van Steen – no Salão do Livro. 1988 contaria com a mostra *Modernidade – Art Brésilienne du 20ème siècle* de curadoria de Aracy Amaral, Marie-Odile Briot, Frederico Moraes e Roberto Pontual no Museu de Arte Moderna da Cidade de Paris e com a fundação da Cátedra de História do Brasil na Sorbonne sob a direção de Kátia de Queirós Mattoso. 1989 contaria com a inauguração da exposição *O Arquiteto e a Floresta* de Zanine Caldas no *Musée des Arts Décoratifs* e com a restauração do edifício projetado por Grandjean de Montigny, na Praça do Comércio do Rio de Janeiro, para a instalação da Casa França-Brasil¹⁵.

O envolvimento político, diplomático e burocrático forjado por esse projeto Brasil-França permitiria a franca reaproximação dos dois países em profundas transformações naqueles fins dos anos de 1980.

13 Lettre de Roland Dumas. 14 octobre 1985. Brasil-França. Troca de cartas a respeito do projeto Brasil-França. Ostensivo – despachos – 1985. Arquivo do Itamaraty em Brasília.

14 AMARAL, Ruy Pacheco de Azevedo. *O Brasil na França*. Brasília: Funag, 2008. p. 47-49.

15 Id., ibid.

Doravante, franceses e brasileiros, em cargos públicos ou profissões liberais, passaram a se frequentar correntemente em missões públicas ou privadas oficiais sem nenhum constrangimento. O luto dos brasileiros acabou em muito diluído no entusiasmo da Constituição de 1988 e das eleições presidenciais do ano seguinte. Esses feitos concorreram para contagiar os franceses a interagir mais e melhor com o Brasil.

O governador do distrito federal, José Aparecido de Oliveira, por exemplo, seria recebido em audiência privada pelo presidente Mitterrand, a 6 de maio de 1987, para se discutir estudo para a confecção de metrô de Brasília¹⁶. O presidente José Sarney passou a ter a liberdade de enviar romances, e muito especialmente o *Au-delà du fleuve* traduzido em 1988 e publicado pela editora Stock do grupo Hachette, a autoridades francesas¹⁷. Impulsionado pelo primeiro-ministro Michel Rocard, esse e outros livros de brasileiros seriam traduzidos e publicados na França e Jean-Luc Lagardère, presidente do grupo Matra e do grupo Hachette, seria promovido à condição de representante oficial do governo francês para estabelecer contatos com escritores e editores brasileiros¹⁸. No mesmo segmento, a Press Club France, dirigida por Pascal Savary, seria induzida ao mesmo tipo de interação e enviaria ao Brasil em 1988 o notável diretor internacional do jornal *Le monde*, André Fontaine¹⁹.

No plano mais político, parlamentares franceses foram enviados ao Brasil em 1987, sob a liderança do economista Dominique de Strauss-Khan para avaliar as dívidas brasileiras. Entre 1988 e 1989, muitos parlamentares brasileiros foram recebidos por autoridades francesas. Entre eles, o doutor Ulysses Guimarães em janeiro de 1989²⁰.

A maior parte dos candidatos às eleições presidenciais brasileiras de 1989 também passariam por Paris. Entre eles, o deputado Luiz Inácio Lula da Silva acompanhado de Francisco Weffort, Marco Aurélio Garcia, Aluísio Mercadante, Osvaldo Braga e Ricardo Kotscho e o can-

16 Rencontre avec l'homme politique Brésilien José Aparecido de Oliveira. 6 mai 1987. Archives Nationales de France, AG/5(4)/CD/206 – dossier 2.

17 Lettre. Paris, 4 août 1988. Archives Nationales de France, AG/5(4)/CD/206 – dossier 2.

18 Ofício 19545. 24 de setembro de 1990. Ambassade de France au Brésil. Arquivo do Itamaraty. MRE – Divisão de Arquivo. Doc. G54/3/2.

19 Despachos. Paris. 1989. Arquivo do Itamaraty. MRE – Divisão de Arquivo. Doc. G54/3/3.

20 Despachos. Paris. 1989. Arquivo do Itamaraty. MRE – Divisão de Arquivo. Caixa 35.

didato Leonel Brizola com o claro intuito de ser recebido pelo presidente Mitterrand no *Élysée*²¹.

No âmbito dos festejos do Bicentenário da Revolução Francesa, o presidente brasileiro, José Sarney, seria um dos convidados de honra. No âmbito de discussões sobre questões ambientais e o futuro do planeta, o professor e reitor da Universidade de São Paulo José Goldemberg receberia convite de lavra do presidente francês para participar²².

Passadas as eleições de 1989, o projeto Brasil-França perdera a impulsão. Franceses e brasileiros já haviam se reconhecido e reaproximado. Necessitavam, doravante, modificar a qualidade da relação. E foi esse o apelo do presidente eleito Fernando Collor em sua visita de trabalho antes da posse realizada ao presidente François Mitterrand a 6 de fevereiro de 1990²³. Mas questões exteriores e interiores ao Brasil e à França dificultariam um salto de qualidade imediato das relações.

Segredos internos

A lua de mel com a presidência socialista na França durou pouco. Desde o biênio 1983-1984, o presidente Mitterrand vinha amargando níveis baixíssimos de popularidade. Nas eleições legislativas de 1986 seu partido acabou perdendo a maioria parlamentar. Para manter a governabilidade, foi, então, convocado para primeiro-ministro o líder da oposição. Isso ocasionou a primeira coabitação da história política francesa e da presidência Mitterrand; quando o Maire de Paris, Jacques Chirac, que era o presidente do partido vencedor daquelas eleições legislativas, fora, então, indicado para primeiro-ministro²⁴.

O histórico de adversidades entre Jacques Chirac e François Mitterrand remonta aos tempos do general De Gaulle. Chirac sempre

21 Despachos. Paris. 1989. Arquivo do Itamaraty. MRE – Divisão de Arquivo. Caixa 35.

22 Despachos. Paris. 1989. Arquivo do Itamaraty. MRE – Divisão de Arquivo. Caixa 35.

23 Rencontre avec le Président élu Fernando Collor de Mello. 6 février 1990. Archives Nationales de France, AG/5(4)/CD/206 – dossier 2.

24 REMOND, René. *Histoire de France. Le siècle dernier de 1918 à 2002*. Paris: Fayard, 2003. p. 887-915.

se posicionara como gaulliste. Mitterrand, malgrado nem sempre socialista – ele vinha de uma família católica e de direita e até o fim da vida teve dificuldades e se reconhecer como absolutamente socialista –, sempre combatera De Gaulle²⁵. Após a libertação de Paris em 1944 e a instauração da Quarta República francesa, o general francês deixara a vida pública e política para retornar somente em 1958. Nesse período, François Mitterrand servira a vários governos como ministro. Quando a crise na Argélia se tornou insustentável pelos banhos de sangue progressivos causados pela guerra civil, o presidente René Coty convocara o general De Gaulle como o único líder francês capaz de harmonizar o dilema franco-argelino. Mitterrand era contrário a essa ideia e a essa convocação²⁶.

A cisão política entre a posição do presidente Coty e o ministro Mitterrand envolvia o debate em torno da Argélia livre e da Argélia francesa. Ou seja, da independência para a Argélia ou da manutenção do mando francês sobre ela. Mitterrand era pela Argélia francesa. Após o retorno do general e seu famoso *je vous ai compris*, teria início a descolonização paulatina da Argélia²⁷. Isso aumentaria a oposição de Mitterrand a De Gaulle, tanto que nas eleições presidenciais diretas de 1965, Mitterrand se oporia ao general nas urnas e levando o herói da *France libre* ao segundo turno do pleito, o que foi efetivamente percebido como uma semi-humilhação²⁸. Anos antes, em 1964, Mitterrand ainda havia escrito o manifesto antigauilliste sobre o título *Coup d'état permanent*²⁹. E desde então a clivagem de gaulliste e antigauilliste vem fortemente marcada na política francesa.

Ao chegar ao poder em 1981, François Mitterrand era, então, o primeiro não-gaulliste e declarado antigauilliste a presidir o País durante a Quinta República inaugurada pelo general De Gaulle em 1958. Georges Pompidou e Valéry Giscard d'Estaing, presidentes franceses após o general, e seus antecessores, eram claramente gaullistes. O incidente de 1986 impusera, portanto, ao presidente Mitterrand coabitar com gaullistes.

25 WINOCK, Michel. *François Mitterrand*. Paris: Gallimard, 2015.

26 MALYE, François ; STORA, Benjamin. *François Mitterrand et la guerre d'Algérie*. Paris: Calmann-Lévy, 2010.

27 DE GAULLE, Charles. *Discours et messages. Avec le renouveau 1958-1962*. Paris: Plon, 1970.

28 REMOND, René. *Histoire de France. Le siècle dernier de 1918 à 2002*. Paris: Fayard, 2003. p. 633-665.

29 MITTERRAND, François. *Le Coup d'État permanent*. Paris: Plon, 1964.

Jacques Chirac havia sido ministro do general De Gaulle e depois primeiro-ministro do presidente Valéry Giscard d'Estaing. Desde 1976, ele vinha se afirmando como seguidor dos mais legítimos do general. Tanto que faria do RPF – *Rassemblement du peuple français* do general De Gaulle em RPR – *Rassemblement pour la république* com objetivo de realçar os princípios do gaullismo após De Gaulle que saíra da política em 1969 e morreria em 1970. Jacques Chirac disputaria as eleições para a Marie de Paris em 1977. Ganharia. Em seguida disputaria as eleições presidenciais em 1981. Perderia. Nem ao segundo turno chegaria. Mas agora, em 1986, era convocado a primeiro-ministro da presidência Mitterrand. Essa situação, a coabitação, causaria, em todos, traumas, choques e tensões³⁰.

Entre 1986 e 1988 esse mal-estar político-administrativo certamente modificou as tendências menos estruturais e estruturadas da política externa francesa promovendo, assim, relativo congelamento da interação franco-brasileira iniciada com o momento Tancredo-Mitterrand³¹.

Em 1988, as eleições presidenciais francesas conduziram ao segundo turno o presidente da República e seu primeiro-ministro. François Mitterrand e Jacques Chirac. Mitterrand acabou sendo reconduzido ao cargo para um segundo mandato de sete anos. Chirac retornaria à Marie de Paris. O primeiro-ministro da presidência socialista passou a ser Michel Rocard. No entanto, Rocard era oponente do presidente Mitterrand no interior do partido socialista³². Sua convocação adveio de sua popularidade desde as vésperas das primárias socialistas de 1980. Naquele momento ele era dos mais cotados para concorrer às eleições por sua legenda. François acabou retirando-lhe a possibilidade e ao ganhar as eleições em 1981 não

30 WINOCK, Michel. *François Mitterrand*. Paris: Gallimard, 2015. ROUSSEL, É. *François Mitterrand. De l'intime au politique*. Paris: Robert Laffont, 2015. SHORT, Phillip. *François Mitterrand. Portrait d'un ambigu*. Paris: Nouveau Monde, 2015. GIESBERT, Franz-Olivier. *François Mitterrand, une vie*. Paris : Seuil, 1996. FAVIER, Pierre; MARTIN-ROLAND, Michel. *La décennie Mitterrand. 1 – Les ruptures (1981-1984). 2 – Les épreuves (1984-1988). 3. Les défis. 4. Les déchirements*. Paris: Éditions du Seuil, 1990-1999.

31 VÉDRINE, Hubert. *Les mondes de François Mitterrand. À L'Élysée (1981-1995)*. Paris: Fayard, 1996. ATTALI, Jacques. *Verbatim (I): 1981-1986*. Paris: Fayard, 1993. COTTA, Michèle. *Le monde selon Mitterrand*. Paris: Tallandier, 2015.

32 ROCARD, Michel. *Si ça vous amuse. Chronique de mes faits et méfaits*. Paris: Flammarion, 2010. BARCQUE, Raphaëlle. *L'enfer de Matignon: ce sont eux qui en parlent le mieux*. Paris: Points, 2010.

lhe conferiu nenhum cargo no governo. Desde então existia um ressentimento e uma demanda política e popular para seu ingresso no governo. Isso ocorreria em 1988³³.

Mas tensões e constrangimentos seriam abundantes. Especialmente nos domínios exteriores. O avançar das negociações franco-alemãs e franco-europeias passou a prioridade francesa absoluta desde 1984. A relação atlântica com os Estados Unidos se mantinha em *stand by*. A inserção francesa na África, Oriente Médio e na Ásia também. A chegada de Gorbachev à presidência da URSS causava apreensão.³⁴ Sua abertura gradual da política e da economia com sua *Perestroïka* e *Glasnost* mobilizava as principais chancelarias da Europa. Especialmente a de Paris. Desde os informes de *Farewell* – funcionário soviético que contrabandeava dados do regime de Moscou aos serviços secretos franceses – a cooperação franco-americana em termos de defesa vinha reforçada³⁵. Malgrado o presidente Mitterrand tenha composto seu primeiro gabinete em 1981 com lideranças comunistas, a presidência Reagan abdicou de suas desconfianças após a partilha francesa dos dados fornecidos pelo *Farewell*. Paris e Washington – e também Londres – seguiam todos os passos do novo governo soviético no sentido de forjá-lo à capitulação³⁶.

Após a abertura do muro de Berlim e o início da dissolução do bloco soviético, os franceses se depararam com a guerra do Golfo e tomaram partido contra o regime de Saddam Hussein. Em seguida viriam os contenciosos na Bósnia e em Rwanda. Ambos com ampla implicação francesa. Sem contar a guerra civil argelina. Mas o mais decisivo desse período foi certamente a consolidação da Europa com os acordos de

33 REMOND, René. *Histoire de France. Le siècle dernier de 1918 à 2002*. Paris: Fayard, 2003. p. 920-940.

34 VAÏSSE, Maurice. *La puissance ou l'influence? La France dans le monde depuis 1958*. Paris: Fayard, 2009. p. 439-446. FAVIER, Pierre; MARTIN-ROLAND, Michel. *La décennie Mitterrand. 1 – Les ruptures (1981-1984). 2 – Les épreuves (1984-1988). 3. Les défis. 4. Les déchirements*. Paris : Éditions du Seuil, 1990-1999. VÉDRINE, Hubert. *Les mondes de François Mitterrand. À l'Élysée (1981-1995)*. Paris: Fayard, 1996.

35 RAYNAUD, Eric; KOSTINE, Sergueï. *Adieu Farewell*. Paris: Robert Laffont, 2009.

36 NOUZILLE, Vincent. *Les tueurs de la république: assassinats et opérations spéciales des services secrets*. Paris: Fayard, 2015. NOUZILLE, Vincent. *Les dossiers de la CIA sur la France – 1981-2010: dans le secret des présidents*. Nouvelle édition revue et augmentée. Paris: Pluriel, 2012.

Maastricht de 1992³⁷. No ano seguinte, o presidente francês perderia novamente a maioria parlamentar e daria início a uma segunda coabitação. Desta vez não com Jacques Chirac, mas com Edouard Balladur.

Sobre diversos aspectos, fora uma cooperação menos agressiva que a de 1986-1988. Mas, a rigor, também redundara em constrangimentos³⁸. Mas a variável de importância desse momento talvez tenha sido o agravamento da doença do presidente.

Desde o início dos anos de 1980 que François Mitterrand fora diagnosticado com câncer de próstata. A moléstia virou segredo de Estado já no início de sua presidência. Mas após operações sucessivas entre 1992 e 1994 o caso passou ao domínio público. Como também viria ao saber de todos a sua colaboração com o regime de Vichy do marechal Pétain. Essa revelação seria impulsionada pela publicação de *Une jeunesse française* do jornalista Pierre Péan e causaria imensos constrangimentos ao mandatário francês³⁹. Esses constrangimentos seriam acentuados pela revelação pública da existência de sua segunda família com Anne Pingeot e de sua filha Mazarine Pingeot. Tudo isso tornou o fim da presidência Mitterrand relativamente escandaloso⁴⁰.

Do lado brasileiro, a matriz de escândalos e dos constrangimentos advinha das revelações de Pedro Collor de Mello sobre as incontinências do tesoureiro da campanha de seu irmão e agora presidente Fernando Collor de Mello. O impeachment do primeiro presidente eleito por votação direta após tanto tempo deixou avariada a confiabilidade exterior brasileira desde a França. Mesmo se a Constituição de 1988 e as eleições presidenciais de 1989 tenham causado as melhores impressões.

O segundo turno entre o metalúrgico do ABC paulista e o governador das Alagoas gerou diversas expectativas entre brasileiros e estrangeiros. Como presidente eleito, Fernando Collor de Mello fizera o *tour du monde* para apresentar o Brasil novo em inícios de 1990. Grande entusias-

37 FONTAINE, André. *Après eux, le Déluge. De Kaboul à Sarajevo – 1979-1995*. Paris: Fayard, 1995. VÉDRINE, Hubert. *Les mondes de François Mitterrand. À l'Élysée (1981-1995)*. Paris: Fayard, 1996.

38 REMOND, René. *Histoire de France. Le siècle dernier de 1918 à 2002*. Paris: Fayard, 2003. p. 967-989.

39 PEAN, Pierre. *Une jeunesse française. François Mitterrand, 1934-1947*. Paris: Fayard, 1994.

40 SHORT, Phillip. *François Mitterrand. Portrait d'un ambigu*. Paris: Nouveau Monde, 2015.

mo recobria o Brasil e o mundo com relação ao Brasil. O “caçador de marajás” parecia realmente competente para dar cabo aos problemas brasileiros, sendo a inflação entendida como o pior deles. O povo estava com ele, o novo presidente. Tanto que o elegera no pleito anterior. Mas os parlamentares, não. Sua posse fora melancólica. Seu estilo presidencial, considerado despido de decoro. Sua juventude – ele vinha de completar 40 anos – era sinônimo de inexperiência aos homens do Congresso em grande parte comidos pelo tempo. Seu relacionamento com os *media*, especialmente com a televisão, era entendido como expressão de vulgaridade e hiper-exposição. Seu apoio majoritário advinha das urnas. Seus críticos, de todas as partes. Seu plano de contenção da liquidez com o congelamento das poupanças causou imenso desgaste político. Mas, mesmo em ruínas, ele conseguiria projetar maior participação do País na competição internacional. Ou mais diretamente o início da inserção do Brasil nas rotas da globalização/mundialização. Teria sucesso na recepção da reunião das Nações Unidas sobre o Clima – a Rio 92 ou Eco 92. E também faria avançar as negociações da criação do Mercosul. Mas seus segredos internos divulgados por seu irmão Pedro Collor deixaram dificultada a manutenção de sua presidência. As investigações sobre os atos de corrupção praticados por seu tesoureiro de campanha que agora era indiciado por promover tráfico de influência a partir de seus contatos no poder levaram a opinião pública brasileira a se opor ao presidente. Muitos brasileiros passaram a portar vestes pretas de luto em lugar de com cores da bandeira nacional. O País parecia em féretro. Os jovens pintavam o rosto e iam às ruas pedindo a saída do presidente. Ele atenderia. Renunciaria. Mas seu impeachment também seria aprovado. Assumiria a presidência brasileira novamente um vice-presidente. Desta vez o baiano-mineiro Itamar Franco⁴¹.

41 VELHO, Gilberto. A vitória de Collor: uma análise antropológica. *Novos estudos Cebrap*, n. 26, p. 44-47, 1990. OLIVEIRA, Francisco. *Collor: a falsificação da ira*. Rio de Janeiro: Imago, 1992. WEYLAND, Kurt. The rise and fall of President Collor and its impact on Brazilian Democracy. *Journal of interamerican studies and world affairs*, v. 35, n. 1, p. 1-37, 1993. SALLUM JR., Brasília. Governo Collor: o reformismo liberal e a nova orientação da política externa brasileira. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 54, n. 2, p. 259-288, 2011. SALLUM JR., Brasília; PAIXÃO E CASARÕES, Guilherme Stolle. O impeachment do presidente Collor: a literatura e o processo. *Lua nova*, 82, p. 163-200, 2011. ROSA E SILVA, Cláudio Humberto. *Mil dias de solidão – Collor bateu e levou*. São Paulo: Geração editorial, 1993. PAIXÃO E CASARÕES, Guilherme Stolle. O papel do Itamaraty na definição da política externa do governo Collor de

Entre amigos

A despeito dessas contingências, França e Brasil continuaram sua interação.

Após tomar partido na guerra do Golpe, o presidente François Mitterrand enviaria ao Brasil sua emissária Edwige Avice para apresentar as razões francesas e solicitar apoio brasileiro. Dizia o comunicado que

a França segue amplamente convicta de que o Brasil, por seu lugar no seio da comunidade internacional, deve possuir um papel importante na implantação de dispositivos para ajudar a por fim a uma situação que representa uma grave violação de princípios que regem as relações entre Estados⁴².

Verdade que a enviada francesa tinha por missão visitar as principais capitais sul-americanas com o mesmo objetivo e que o presidente Mitterrand havia enviado emissários no mesmo interesse às mais variadas partes do mundo. Entretanto, em anos anteriores à redemocratização a possibilidade de atitude similar seria claramente menos verossímil. Da mesma maneira, a visita de uma semana de Jean-Luc Lagardère.

Embora enviado como presidente dos grupos Matra e Hachette, nesses inícios dos anos de 1990, Lagardère era dos mais importantes empresários franceses na área aeronáutica e de tecnologia militar. Ele vinha ao Brasil para ter encontros com lideranças industriais e financeiras, políticas e econômicas. O presidente Fernando Collor e a ministra Zélia Cardoso de Mello estavam entre os visitados. Tudo intermediado diretamente pelo *Élysée* e, portanto, com a chancela do presidente Mitterrand⁴³.

Mello. *Revista Brasileira de Política internacional*, 55 (1): 135-153, 2012. MOISÉS, José Álvaro. Eleições, participação e cultura política: mudanças e continuidades. *Lua Nova*, n. 22, p. 134-187, 1989. COLLOR DE MELLO, Fernando Affonso. *Relato para a história: a verdade sobre o processo do impeachment*. Brasília: Senado Federal, 2007. CONTI, Mario Sergio. *Notícias do Planalto: a imprensa e o poder nos anos Collor*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

42 *La France est en effet persuadée que le Brésil, par sa place au sein de la Communauté internationale, est appelé à jouer un rôle important dans la mise en oeuvre des dispositions arrêtées pour mettre fin à une situation qui constitue une violation grave des principes régissant les relations entre les États*". Ofício 17085. 15 de agosto de 1990. Ambassade de France au Brésil. Arquivo do Itamaraty. MRE – Divisão de Arquivo. Doc. G54/3/2.

43 Ofício 19545. 24 de setembro de 1990. Ambassade de France au Brésil. Arquivo do Itamaraty.

Desde o início de sua presidência, o presidente francês vinha advogando pela ampliação positiva do multilateralismo internacional com a participação efetiva de países em vias de desenvolvimento⁴⁴. A re-democratização dos países latino-americanos proporcionou a renovação da presença francesa no continente, com destaque ao Brasil ao sul. O projeto Brasil-França cumpriria sua função e expiraria em 1989⁴⁵. Em seguida teria início a gestação de um acordo-quadro que teria suas linhas gerais apresentadas inicialmente em 1992. Após muitas negociações entre o Itamaraty e o *Quai d'Orsay*, ele ganharia forma definitiva entre 1995 e 1996 e entraria em vigor após a visita de Estado do presidente Fernando Henrique Cardo ao presidente Jacques Chirac nesses dias 28 e 29 de maio de 1996. Enquanto o Itamaraty e o *Quai d'Orsay* trabalhavam em silêncio nesse objetivo, os presidentes Fernando Collor e Itamar Franco seguiam às voltas com a Rodada do Uruguai e não hesitaram em contatar o presidente francês.

No dia 26 de março de 1991, o presidente Collor escreveria ao presidente Mitterrand pedindo a intercessão de seu País no desbloqueio das negociações que se mostravam absolutamente importantes ao Brasil e aos latino-americanos⁴⁶. No dia 27 de setembro de 1993, o presidente Itamar Franco faria o mesmo chamando a atenção para o papel da França no relacionamento com os países em desenvolvimento. O mandatário brasileiro temia pelo insucesso da rodada⁴⁷.

Nas vésperas das reuniões do G7, os presidentes brasileiros também se comunicavam com o presidente francês. Quando do G7 de Tóquio em julho 1993, por exemplo, o presidente Itamar Franco enviaria uma longuíssima carta ao presidente Mitterrand chamando atenção para

MRE – Divisão de Arquivo. Doc. G54/3/2.

44 VAÏSSE, Maurice. *La puissance ou l'influence? La France dans le monde depuis 1958*. Paris: Fayard, 2009. p. 439-446. FAVIER, Pierre; MARTIN-ROLAND, Michel. *La décennie Mitterrand. 1 – Les ruptures (1981-1984). 2 – Les épreuves (1984-1988). 3. Les défis. 4. Les déchirements*. Paris : Éditions du Seuil, 1990-1999. VÉDRINE, Hubert. *Les mondes de François Mitterrand. À L'Élysée (1981-1995)*. Paris: Fayard, 1996.

45 Despachos. Paris. 1989. Arquivo do Itamaraty. MRE – Divisão de Arquivo. Caixa 35.

46 Lettre du Président Fernando Collor. 26 mars 1991. Ostensivo – despachos – 1991. Arquivo do Itamaraty em Brasília.

47 Lettre du Président Itamar Franco. 27 septembre 1993. Ostensivo – despachos – 1993. Arquivo do Itamaraty em Brasília.

o “singular posicionamento do Brasil” no cenário mundial daquelas alturas. Dizia o mandatário brasileiro que “no atual quadro das relações políticas e econômicas mundiais marcadas sobretudo por alterações estruturais, julgo necessária uma reavaliação objetiva do perfil do Brasil” e pedia ao seu colega francês que levasse em conta a condição de oitava economia do mundo que era o Brasil, sua tradição de convívio harmonioso no meio internacional, sua necessidade de maior auxílio dos países do G7 em seu desenvolvimento interno, nas modificações financeiras e econômicas que estavam transformando a inserção internacional do País, em sua liberalização do comércio e crescente privatização. Os números dos intercâmbios comerciais brasileiros acabavam dando razão ao presidente.

	Exportação (A)	Importação (B)	Resultados (A-B e A+B)	
1989	34.382.619.710	18.263.432.738	16.119.186.972	52.646.052.448
1990	31.413.756.040	20.661.362.039	10.752.394.001	52.075.118.079
1991	31.620.439.443	21.040.470.792	10.579.968.651	52.660.910.235
1992	35.792.985.844	20.554.091.051	15.238.894.793	56.347.076.895
1993	38.554.769.047	25.256.000.927	13.298.768.120	63.810.769.974
1994	43.545.148.862	33.078.690.132	10.466.458.730	76.623.838.994
1995	46.506.282.414	49.971.896.207	-3.465.613.793	96.478.178.621
1996	47.746.728.158	53.345.767.156	-5.599.038.998	101.092.495.314
1997	52.982.725.829	59.747.227.088	-6.764.501.259	112.729.952.917

Intercâmbio Comercial Brasileiro Geral (em dólares)

Fonte: Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio – Secretaria de Comércio Exterior (MDIC-SECEX)

	Exportação (A)	Importação (B)	Resultados (A-B e A+B)	
1989	11.530.200.546	4.290.994.180	7.239.206.366	15.821.194.726
1990	10.597.283.499	4.864.172.511	5.733.110.988	15.461.456.010
1991	10.407.668.794	5.203.830.460	5.203.838.334	15.611.499.254
1992	11.032.475.494	5.060.118.232	5.972.357.262	16.092.593.726
1993	10.526.446.060	6.132.763.550	4.393.682.510	16.659.209.610
1994	12.637.390.125	9.259.138.914	3.378.251.211	21.896.529.039
1995	13.395.099.573	14.307.429.229	-912.329.656	27.702.528.802
1996	13.448.959.951	14.608.233.643	-1.159.273.692	28.057.193.594
1997	15.064.874.715	16.240.978.550	-1.176.103.835	31.305.853.265

Intercâmbio Comercial Geral Brasil-União Europeia (em dólares)

Fonte: MDIC-SECEX

	Exportação (A)	Importação (B)	Resultados (A-B e A+B)	
1989	981.628.498	557.685.323	423.943.175	1.539.313.821
1990	902.321.422	585.910.067	316.411.355	1.488.231.489
1991	864.503.843	632.421.987	232.081.856	1.496.925.830
1992	844.255.074	573.173.798	271.081.276	1.417.428.872
1993	781.928.651	723.579.349	58.349.302	1.505.508.000
1994	900.635.905	863.271.632	37.364.273	1.763.907.537
1995	1.038.389.092	1.382.488.842	-344.099.750	2.420.877.934
1996	910.901.000	1.348.672.026	-437.771.026	2.259.573.026
1997	1.110.944.686	1.636.383.765	-525.439.079	2.747.328.451

Intercâmbio Comercial Geral Brasil-França (em dólares)

Fonte: MDIC-SECEX

Parecia, assim, inconsequente, ao presidente brasileiro, as medidas protecionistas e alfandegárias e não-alfandegárias que inibiam a comercialização de produtos brasileiros nos países que se reuniram em Tóquio⁴⁸.

Essa “naturalidade” para cobranças advinha claramente do processo de reaproximação entre Brasil e França que vinha se fazendo.

48 Lettre du Président Itamar Franco. 2 juillet 1993. Ostensivo – despachos – 1993. Arquivo do Itamaraty em Brasília.

O fazer dos pactos

Quando o *Puligny Montrachet la Garenne Latour 1990* e o *Château Haut Brion Graves 1979*, vinhos, foram abertos e a orquestra de cordas da presidência da República francesa iniciou pelas 20h30 seu concerto em homenagem ao presidente Fernando Henrique Cardoso no jantar de honra que lhe foi ofertado pelo presidente Jacques Chirac e sua mulher, Bernadette Chirac, no *Élysée*, no dia 28 de maio de 1996, a renovação do destino da relação franco-brasileira estava esquadrinhada. Horas antes, o chanceler brasileiro Luiz Felipe Lampreia havia se encontrado com seu homólogo francês, o chanceler Hervé Charette, para a assinatura do acordo-quadro entre os dois países assim como o entendimento de cooperação entre a Agência Espacial Brasileira e o Centro Nacional de Estudos Espaciais da França. Mas o núcleo dessa impulsão remontava ao primeiro de janeiro de 1995, posse do novo presidente brasileiro.

Após ocupar os cargos de chanceler e ministro da fazenda da presidência Itamar Franco, o senador Fernando Henrique Cardoso, ancorado no sucesso de seu plano de estabilização econômico-financeira do Brasil derrotou seus oponentes no primeiro turno do escrutínio presidencial de 1994. Os brasileiros haviam nele alienado seu destino e os estrangeiros, especialmente os franceses, confiavam nessa aposta.

Dentre os presidentes civis depois eleitos após a redemocratização brasileira, Fernando Henrique Cardoso era claramente o mais experimentado em assuntos exteriores. Não simplesmente por ter dirigido os negócios externos do Brasil, mas por sua longa carreira internacional como professor, sociólogo, exilado e funcionário das Nações Unidas⁴⁹.

Desde seu *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil* de 1964, e mesmo antes, ele vinha especulando sobre as dimensões da participação brasileira no sistema capitalista global⁵⁰. Quando chegou à presidência, esse fenômeno do sistema atendia por globalização e a tônica

49 CARDOSO, Fernando Henrique. *The Accidental President of Brazil: A Memoir*. Nova York: PublicAffairs, 2007. CARDOSO, Fernando Henrique. *A Arte da política: a história que vivi*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

50 CARDOSO, Fernando Henrique. *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*. São Paulo: Difel, 1964.

de seu discurso ao Congresso Nacional estava assentada sobre fundamentos para a inserção positiva brasileira nessa globalização⁵¹. Seu chanceler Luiz Felipe Lampreia seria o responsável pela implementação desses fundamentos assim como sua tradução ao público.

Em seu discurso de introdução ao cargo de chanceler proferido no Itamaraty a 2 de janeiro de 1995, Luiz Felipe Lampreia teria sua primeira ocasião de explicitar, portanto, o programa exterior da presidência Fernando Henrique Cardoso. O consenso geral indicava que o Brasil já era um “ator” e um “mercador” global. Mas essa condição não deveria inibir nem tolher a criatividade brasileira frente a globalização. 1995, após a confirmação da estabilidade financeira advinda do Plano Real, era entendido como “um momento de expansão da alma brasileira, em que a confiança do País se renova e o futuro que sempre nos prometemos parece estar mais próximo e seguro”⁵². Esse momento permitiria maior interação positiva do País com a América do Sul via consolidação do Mercosul, com a América do Norte e seu recém-criado *NAFTA*, com a União Europeia em sua contiguidade e aos mercados da Ásia-Pacífico⁵³. Três meses depois, ele teria ocasião de detalhar os objetivos dessa política externa em sua exposição na Câmara dos Deputados no dia 5 de abril de 1995. Nela o chanceler Lampreia indicava que em todas essas regiões o essencial seria ampliar a qualidade e a quantidade de parcerias em termos de mercados, tecnologia e investimentos sem perder de vista a busca pela ampliação da participação brasileira em foros decisórios internacionais a partir do redimensionamento da estrutura das Nações Unidas⁵⁴.

Nesse período a França decidia quem seria o sucessor do presidente François Mitterrand que terminava quatorze anos à frente do País. Jacques Chirac disputava sua terceira eleição presidencial após duas

51 Discurso no Congresso Nacional a 1º de janeiro de 1995. *In*: DISCURSOS SELECIONADOS DO PRESIDENTE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO. Brasília: Funag, 2009.

52 Discurso pronunciado por sua excelência o embaixador Luiz Felipe Lampreia por ocasião da cerimônia de transmissão do cargo de ministro de Estado das relações exteriores. Brasília, 2 de janeiro de 1995.

53 Discurso pronunciado por sua excelência o embaixador Luiz Felipe Lampreia por ocasião da cerimônia de transmissão do cargo de ministro de Estado das relações exteriores. Brasília, 2 de janeiro de 1995.

54 Apresentação do chanceler Luiz Felipe Lampreia na Câmara dos Deputados a 5 de abril de 1995. Arquivo LFL pi Lampreia, L. F. 1995.04.05. CPDOC-FGV.

derrotas, 1981 e 1988, para o presidente Mitterrand. Seu oponente em segundo turno foi o secretário do partido socialista Lionel Jospin. Os franceses, cansados de socialistas, acabariam por escolher um seguidor do general De Gaulle⁵⁵.

Mesmo que centralizados em sua eleição presidencial, os homens do *Quai d'Orsay* seguiam os avanços brasileiros. Desde a posse do presidente Fernando Henrique que os enviados franceses no Brasil e responsáveis pelas Américas em Paris vinham demandando uma visita de Estado do novo mandatário brasileiro à França. Durante todo o mês de janeiro os diplomatas franceses insistiram com o embaixador brasileiro em Paris, Carlos Alberto Leite Barbosa, para a fixação de uma data. No dia 7 de fevereiro de 1995, o embaixador Leite Barbosa demandaria ao chanceler Lampreia a possibilidade de se propor a ida do presidente brasileiro ao *Élysée* na segunda quinzena de outubro daquele ano, após sua viagem à Alemanha. Prudente diante do contexto francês, o chanceler brasileiro recomendaria que se aguardasse o resultado das eleições⁵⁶.

Sagrado, enfim, vencedor no pleito de maio de 1995, o Maire de Paris, Jacques Chirac, indicaria para primeiro-ministro Alain Jupé, até então chanceler francês sob a segunda coabitação da presidência François Mitterrand, e para responsável dos negócios exteriores do País nomearia Hervé Charette⁵⁷. Quando da nomeação de Charette ao *Quai d'Orsay*, o chanceler brasileiro lhe enviaria uma saudação que seria respondida a 8 de junho de 1995 com o claro ensejo de avançar na renovação da relação franco-brasileira. Dizia o chanceler francês:

Sou sabedor da qualidade dos elementos tradicionais que unem o Brasil e a França, mas tenho igualmente consciência dos esforços que nos são necessários para enriquecer esse diálogo. Desejo que nós dois nos apliquemos nesses esforços com determinação nos próximos meses⁵⁸.

55 CHIRAC, Jacques. *Le temps présidentiel*. Mémoires. Paris : Nil, 2012.

56 Telegrama ao Chanceler Luiz Felipe Lampreia. 02/02/1995. Arquivo LFL pi Lampreia, L. F. 1995.04.05. CPDOC-FGV.

57 BÉLY, Lucien; SOUTOU, Georges-Henri; THEIS, Laurent; VAÏSSE, Maurice. *Dictionnaire des ministres des affaires étrangères. 1589-2004*. Paris : Fayard, 2005. p. 599-618.

58 “Je sais la qualité traditionnelle des relations qui unissent le Brésil et la France, mais je suis également

No segundo semestre daquele ano de 1995 essa determinação seria posta em marcha e em fins de novembro, o *Quai d'Orsay* e o Itamaraty conseguiram organizar e confirmar a visita de Estado do presidente brasileiro à França para fins de maio de 1996⁵⁹. Para fazer avançar os aspectos concretos da visita para além da simbologia, no dia 13 de dezembro de 1995, desembarcariam em Brasília o secretário geral do *Quai d'Orsay*, Bertrand Dufourcq, e seu subdiretor para as Américas, Patrick Boursin, para passar em revista com seus homólogos brasileiros o estado da relação franco-brasileira⁶⁰.

O acordo-quadro geral estava em reta final aguardando simplesmente sua formalização do lado francês. A cooperação judiciária em matéria civil e penal vinha de ser aprovada. Um acordo para permitir o trabalho remunerado dos dependentes dos quadros diplomáticos na França e no Brasil iniciava a sua negociação. O acordo para a prevenção e repressão de infrações aduaneiras ganhava nova discussão. Um acordo sobre a transferência de presos estava em vias de confirmação assim como um acordo para a promoção e proteção recíproca de investimentos. Fazia parte de forte demanda do Itamaraty a isenção de visto para turistas brasileiros na França. Do lado francês se ressentia do declínio estrutural da cultura francesa entre os brasileiros, inclusive entre os diplomatas que vinha de ter o francês reduzido em sua importância nos concursos de ingresso à carreira⁶¹. Todos esses acordos seriam, enfim, consolidados em fins de maio de 1996, quando da viagem do presidente brasileira a Paris.

conscient des efforts qu'il nous faut fournir aujourd'hui pour enrichir ce dialogue. Je souhaite que nous y consacrer tous deux avec détermination dans les mois qui viennent". Telegrama ao Chanceler Luiz Felipe Lampreia. 08/06/1995. Arquivo LFL pi Lampreia, L. F. 1995.04.05. CPDOC-FGV.

59 MGS – DV 00052Z. 28/11/1995. Secreto. Particular ao Sr. Ministro de Estado. Enviado por Carlos Leite. BRASEMB Paris. Arquivo LFL pi Lampreia, L. F. 1995.04.05. CPDOC-FGV.

60 MGS – 0F01288A. 13/12/1995. Confidencial. BRASEMB Paris. Arquivo LFL pi Lampreia, L. F. 1995.04.05. CPDOC-FGV.

61 MGS – 0F01288A. 13/12/1995. Confidencial. BRASEMB Paris. Arquivo LFL pi Lampreia, L. F. 1995.04.05. CPDOC-FGV.

Paris

O presidente Fernando Henrique Cardoso partiria a Paris no domingo, 27 de maio de 1996, em companhia de dona Ruth Cardoso, do chanceler Luiz Felipe Lampreia, do ministro da fazenda Pedro Malan, do ministro da cultura Francisco Weffort, do ministro das comunicações Sérgio Motta, do ministro da administração Luiz Carlos Bresser-Pereira, do ministro de ciência e tecnologia Israel Vargas, da governadora do Maranhão Roseana Sarney e dos senadores Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA) e Pedro Piva (PSDB-SP).

Os dias 28 e 29 seriam carregados de compromissos na capital francesa. Além de encontros no *Élysée* com o presidente Chirac, o presidente brasileiro seria recebido pelo presidente da Assembleia Nacional, Philippe Séguin, e pelo primeiro-ministro Alain Jupé e daria audiência a Louis Gallois, presidente da *Aérospatiale*, Louis Schweitzer, presidente da Renault Jean Ganois, presidente do Conselho Nacional do Patronato Francês, Jean Luc-Lagardère, empresários franceses, Jean-Claude Trichet, presidente do Banco de França. Nos entremeios encontraria momentos para estar com seu fraterno amigo Michel Rocard. Após Paris, ainda iria a Lyon receber o título de doutor *honoris causa* no dia 30 de maio⁶².

Àquela altura de 1996, os franceses ainda sentiam a morte de seu presidente François Mitterrand que ocorrera no 8 de janeiro de 1996. Fora do assédio público ostensivo desde maio de 1995, o mais longo presidente da Quinta República francesa foi morrendo em discrição e segredo⁶³. Ainda em maio de 1995, o presidente Fernando Henrique Cardoso lhe escrevera saudando os seus serviços prestados à França e ao mundo e lhe convidando a visitar o Brasil ao que ele responderia era sensível à gentileza do convite, no entanto, só seria possível aceitar se as circunstâncias permitissem⁶⁴. E elas, as circunstâncias, claramente não permitiram. Mesmo assim, o espírito dos encontros do presidente brasileiro com autoridades francesas nesses dias 28 e 29 de maio acabaram por

62 A agenda de FHC na Europa. *Folha de S. Paulo*, 25/05/1996.

63 SHORT, Phillip. *François Mitterrand. Portrait d'un ambigu*. Paris: Nouveau Monde, 2015.

64 Lettre de François Mitterrand au Président Fernando Henrique Cardoso. BRASEMB Paris. Arquivo LFL pi Lampreia, L. F. 1995.04.05. CPDOC-FGV.

atualizar as inspirações do presidente socialista, que, por sua vez, reiterava as premissas da ação exterior francesa instituídas pelo general De Gaulle.

Nos tempos do general De Gaulle o objetivo da política externa francesa era *parler à tous* para afirmar o País como espécie de *troisième force* para além do conflito Leste-Oeste⁶⁵. Essa estratégia foi materializada pelo retorno da França a países asiáticos e latino-americanos havia muito ausentes da cartografia exterior francesa⁶⁶. O presidente François Mitterrand realçaria essa tendência e essa cartografia propondo, inicialmente, pontos de ingresso nos continentes. Para as Américas, o México. Para a África, a Argélia. Para a Ásia, a Índia. Isso para suplantar os pólos Estados Unidos e mundo soviético⁶⁷. Mas essa proposta foi logo substituída pela defesa inapelável dos países em desenvolvimento através da afirmação de um espaço internacional mais quantitativa e qualitativamente multilateral⁶⁸. O presidente Jacques Chirac atualizaria essas duas tendências para fazer face à hiperpotência norte-americana do após 1989-1991. Em sua exposição das linhas gerais de sua política externa por ocasião da reunião anual dos embaixadores franceses a 31 de agosto de 1995, ele afirmaria a necessidade de se avançar a consolidação da União Europeia para se concretizar o relacionamento, a partir dela, com os demais blocos, regiões e países. A regionalização do mundo parecia mais uma tendência, uma realidade. A proposta era afirmar parcerias com Mercosul, Asean e o Conselho dos Estados Árabes do Golfo. Mas também sobre o mundo mediterrâneo e africano, asiático e latino-americano com destaque para China, Índia e Rússia⁶⁹. O Brasil seria acrescentado após a visita do presidente brasileiro à França.

Quando da recepção ao presidente Fernando Henrique Cardoso para o jantar do dia 28 de maio de 1996, o presidente Chirac enfatizaria a necessidade de aprofundamento das relações francesas com a região lati-

65 VAÏSSE, Maurice. *La puissance ou l'influence? La France dans le monde depuis 1958*. Paris: Fayard, 2009. p. 447-554. VAÏSSE, Maurice. *La grandeur: la politique étrangère du général de Gaulle (1958-1969)*. Paris: Fayard, 1998.

66 VILLEPIN, Dominique de. *Histoire de la diplomatie française*. Paris: Perrin, 2005. p. 35.

67 BÉLY, Lucien; SOUTOU, Georges-Henri; THEIS, Laurent; VAÏSSE, Maurice. *Dictionnaire des ministres des affaires étrangères. 1589-2004*. Paris: Fayard, 2005. p. 599-610.

68 VAÏSSE, Maurice. *La puissance ou l'influence? La France dans le monde depuis 1958*. Paris: Fayard, 2009. p. 447-554.

69 CHIRAC, Jacques. *Conférence des ambassadeurs*. Palais de l'Élysée, 31 août 1995.

no-americana, pelo Mercosul e pelo Brasil. O Brasil passava a ser não uma porta de acesso à região, mas um parceiro estratégico no corolário das grandes democracias parceiras da França. Daí a necessidade de implicar o Brasil positivamente em discussões globais relacionadas ao meio ambiente, ao terrorismo e às drogas. Mas também ao destino da globalização/mundialização e das crises que a financeirização decorrente dessa globalização/mundialização vinha causando especialmente nos países em desenvolvimento.⁷⁰ Do lado do presidente brasileiro, a manifestação foi no mesmo sentido. O núcleo de sua preocupação também era os efeitos da globalização, que seria o tema de sua aula proferida em Lyon por ocasião da cerimônia de seu doutoramento *honoris causa* dois dias depois⁷¹. Mas diante de seu homólogo francês, o presidente brasileiro acentuaria a força das relações bilaterais franco-brasileiras no domínio cultural, mas que especialmente, doravante, ela não poderia se limitar a isso. Após a longa travessia brasileira sentido à democracia e à estabilização econômico-financeira, o Brasil merecia um tratamento diferenciado de países como a França⁷².

Esse tratamento diferenciado começou a ser construído no momento Tancredo-Mitterrand. Seria avançado pelo projeto Brasil-França, 1986-1989. Teria seu desenho de concretização afirmado pelo acordo-quadro e pelos demais projetos franco-brasileiros em operação a partir de 1992. E ganharia o sinal verde para a sua efetivação com essa primeira visita do presidente Fernando Henrique Cardoso ao presidente Jacques Chirac nessa primavera francesa de 1996 que seria, em verdade, a primavera dos tempos de toda a relação franco-brasileira ulterior.

70 Discours de M. Jacques CHIRAC, Président de la République, à l'occasion du dîner d'état offert en l'honneur de M. Fernando Henrique CARDOSO, Président de la République fédérative du Brésil. Palais de l'Élysée, 28 maio 1996.

71 Conferência na cerimônia de entrega do título de doutor *Honoris Causa* pela Universidade Lumière Lyon 2. Lyon, França, 30 de maio de 1996.

72 Discurso no jantar oferecido pelo presidente da França, Jacques Chirac. Paris, França, 28 de maio de 1996.



CAPÍTULO 7

À SOMBRA DO GENERAL

J'ai le sentiment qu'après une sorte d'éloignement, une famille se retrouve. Nous appartenons en réalité à la même famille : l'Amérique latine, l'Europe, c'est une famille. Elle s'est un peu séparée pour des raisons d'histoire, de géographie et je voudrais qu'elle se retrouve.

Jacques Chirac, presidente francês, a 8 de março de 1997,
vésperas de sua primeira visita ao Brasil

As águas de março ainda tardariam a liquidar o verão austral quando o presidente Jacques Chirac iniciou em Brasília a sua primeira *tournee* de capitais da América do Sul em março de 1997. Buenos Aires, Montevideu, Assunção, Bogotá seriam visitadas após Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo. O Mercosul era seu objetivo como líder francês da União Europeia. O Brasil era seu interesse particular como fiel seguidor da intuição do general De Gaulle¹.

Quando da grande *tournee* do herói da *France libre* por nove países da região sul-americana – Venezuela, Colômbia, Equador, Peru, Bolívia, Chile, Argentina, Paraguai e Brasil – do 21 de setembro ao 15 de outubro de 1964, o Brasil foi deixado por último. O valor da visita era mais simbólico e estratégico que programático e pragmático². Havia certa dívida do general com muitos cidadãos de todos esses países que haviam apoiado a sua resistência ao regime de Vichy durante a ocupação nazista da França, 1940-1944. Mesmo que a posição brasileira oficial sobre o conflito tenha sido inicialmente hesitante, abundaram, no Brasil, partidários da *France libre*. Alguns na discricção desde 1940. Outros no impulso do “*Comité De Gaulle*” instaurado no Rio de Janeiro desde 1941³.

1 VAÏSSE, Maurice. *La puissance ou l'influence? La France dans le monde depuis 1958*. Paris: Fayard, 2009. p. 439-446.

2 O general De Gaulle confidenciaria ao seu primeiro-ministro Michel Debray : “*Je vais en Amérique latine sans programme diplomatique bien précis, mais en quelque sorte instinctivement. Peut-être est-ce important. Peut-être est-ce le moment*” (Apud VAÏSSE, 2014, p. 8-9).

3 ANFROL, Michel. Les discours et messages du général de Gaulle, chef de la France Libre,

Após a libertação da França em 1944, o fim da grande guerra em 1945 e a fundação da Quarta República francesa em 1946, o general acabaria por se retirar da vida política para retomá-la somente em 1958⁴. Desde o seu retorno, o esforço definitivo de sua ação exterior consistiu em *parler à tous* para fazer da França uma alternativa ao conflito Leste-Oeste e ao monopólio de interesses internacionais norte-americanos ou soviéticos. Essa intenção contou forte e majoritariamente com a reabilitação do prestígio histórico do general⁵. Em toda parte, ele era recebido – e se fazia entender – como um mito vivo. Essa condição o permitia promover aproximações e pactos morais com autoridades desses países⁶. Essa sua longa *tournée* das Américas começara a ser gestada em 1959 com o envio de André Malraux aos principais países da região. Rio de Janeiro e Brasília foram as capitais das mais notadas⁷. A geografia e a demografia brasileiras impressionavam. Seu peso político e econômico era considerável. Sua relação histórica, artística e cultural, com a França e os franceses também. As missões francesas de 1816 e 1934 haviam fundido a imaginação coletiva dos dois países de modo inédito e exemplar. O alto comando das forças armadas brasileiras do após 1914-1918 tinha sido formado por franceses. Os diplomatas brasileiros todos seguiam as insígnias de distinção vindas da França. A obra de Jorge Amado ia encantando o público francês desde os anos de 1940 e enraizando uma ideia do Brasil. *Tristes tropiques* de Claude Lévi-Strauss e *Brésil, terres de contrastes* de Roger Bastide dos anos de 1950 iam demonstrando a sua complexidade. Malgrado diferenças políticas e dificuldades econômicas na interação dos dois países – em 1964 o

à l'Amérique latine. In: VAÏSSE, Maurice. *De Gaulle et l'Amérique Latine*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2014.

4 CRÉMIEUX-BRILHAC, Jean-Luis. *La France Libre I: de l'appel du 18 juin à la libération*. Paris: Gallimard, 2014. RÉMOND, René. *Histoire de France. Le siècle dernier de 1918 à 2002*. Paris: Fayard, 2003.

5 TROUVÉ, Mattieu. L'ambition et les contraintes. Les discours et messages du général de Gaulle en Amérique latine et leur réception : la voix et les voies de la politique latino-américaine de la France (1964). In: VAÏSSE, Maurice. *De Gaulle et l'Amérique Latine*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2014. VILLEPIN, Dominique de. *Histoire de la diplomatie française*. Paris: Perrin, 2005.

6 VAÏSSE, Maurice. *La grandeur: la politique étrangère du général de Gaulle (1958-1969)*. Paris: Fayard, 1998.

7 PELOSI, Hebe Carmen. André Malraux et l'Amérique latine (1959): une voyage de propagande ? In: VAÏSSE, Maurice. *De Gaulle et l'Amérique Latine*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2014.

Brasil vinha de iniciar seu regime militar e sua condição econômico-fiscal era penosa frente a França em seus mais áureos momentos dos trinta anos gloriosos europeus do após-guerra –, o general manteria a visita ao Brasil e consideraria melhor terminar a *tourné* nele, o Brasil, em mostra de estima⁸. O presidente Jacques Chirac faria sua primeira viagem ao Brasil, trinta e três anos depois, no mesmo espírito, mas com peso simbólico, estratégico, programático e pragmático diferentes.

Dias antes do início de sua *tourné* das Américas, o presidente Jacques Chirac diria a jornalistas brasileiros que “*J’ai le sentiment qu’après une sorte d’éloignement, une famille se retrouve. Nous appartenons en réalité à la même famille: l’Amérique latine, l’Europe, c’est une famille. Elle s’est un peu séparée pour des raisons d’histoire, de géographie et je voudrais qu’elle se retrouve*”⁹. Esse sentimento de reencontro era impulsionado pelas profundas modificações do cenário mundial desde 1985. O desaparecimento da tensão Leste-Oeste inspirou a sensação de “unipolaridade” mundial inaceitável aos franceses. A confirmação da União Europeia acabou se transformando no instrumento francês de reação à *hyperpuissance* norte-americana. A construção de um espaço internacional multilateral virou sua obsessão. O *parler à tous* do general De Gaulle encontraria na presidência Chirac uma significação mais pragmática que moral. O imperativo da manutenção da influência francesa além-União Europeia foi perseguido diuturnamente pelo presidente Jacques Chirac desde a sua posse em maio de 1995. O desejo de *partenariat* por toda parte suplantara, assim, o simples *parler à tous*. Mais que a conservação de contatos estratégicos com os países tradicionalmente aliados, a França procurou, então, renovar os vínculos econômicos e políticos. Estados Unidos, Ásia e mundo árabe e mediterrâneo foram as primeiras experiências nesse sentido. A América do Sul viria logo em seguida¹⁰.

8 VAÏSSE, Maurice. *De Gaulle et l’Amérique Latine*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2014.

9 Interview télévisée accordée par M. Jacques Chirac, Président de la République, à la chaîne brésilienne « TV Globo ». Palais de l’Élysée, 8 mars 1997.

10 VAÏSSE, Maurice. *La puissance ou l’influence? La France dans le monde depuis 1958*. Paris: Fayard, 2009. SOUTOU, Georges-Henri. *La guerre froide. 1943-1990*. Paris: Pluriel, 2011. VEDRINE, Hubert. *Cohabitation, Europe : comment se fabrique la politique étrangère? Politique étrangère*, n. 4, p. 863-877, 2002. CHIRAC, Jacques. *Le temps présidentiel*. Mémoires. Paris : Nil, 2012.

O acordo Mercosul-União Europeia de fins de 1995 sugeria uma aposta na aproximação de agrupamentos regionais. Na tradição gaulliste habilitada pelo presidente Jacques Chirac essa aproximação era a simples expressão do reencontro da grande família latina. Em seu entender alinhado ao do general, Europa e América do Sul “*Ce sont les mêmes racines, ce sont les mêmes intérêts, c’est la même psychologie, c’est la même vision de l’homme, c’est la même culture*”¹¹. Do 11 ao 18 de março de 1997, o mandatário francês investiria na renovação da interação visitando Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai e Colômbia. O início de tudo foi no Brasil.

Coisas do Brasil

A estabilização da democracia e da economia tornou o Brasil um País absolutamente “frequentável” na ótica dos franceses¹². Ainda eram imensas as suas desigualdades sociais e regionais, mas sua condição de Belíndia ia desaparecendo progressivamente¹³. O sucesso do plano Real e a eleição de Fernando Henrique Cardoso à presidência causaram forte impressão positiva no exterior. A França vivia seus últimos momentos da presidência François Mitterrand. E mesmo que absortos em suas eleições presidenciais, os franceses não deixariam de notar a importância dessa renovação brasileira. Desde a posse do novo presidente do Brasil em janeiro de 1995, os enviados *Quai d’Orsay* em Brasília lhe demandavam uma visita de Estado ao *Élysée* e à França.¹⁴ Essa visita oficial ocorreria nos dias 28 e 29 de maio de 1996. Convencido da importância do gesto, o presidente Jacques Chirac retribuiria essa visita nos dias 12 e 13 de março do ano seguinte. Esse encontro de 1997 promoveria a consolidação da relação franco-brasileira contemporânea.

*

11 Interview télévisée accordée par M. Jacques Chirac, Président de la République, à la chaîne brésilienne « TV Globo ». Palais de l’Élysée, 8 mars 1997.

12 VAÏSSE, Maurice. *La puissance ou l’influence? La France dans le monde depuis 1958*. Paris: Fayard, 2009.

13 ROUQUIE, Alain. *Le Brésil au XXI^e siècle: naissance d’un nouveau grand*. Paris: Fayard, 2006.

14 Telegrama ao Chanceler Luiz Felipe Lampreia. 02/02/1995. Arquivo LFL pi Lampreia, L. F. 1995.04.05. CPDOC-FGV.

O grande discurso do presidente Jacques Chirac diante do Congresso brasileiro no dia 12 de março de 1997 formalizou o sentido da visita. Diria o mandatário francês

comme je l'ai fait à Washington devant le Congrès des États-Unis à propos de la relation transatlantique, puis à Singapour pour le partenariat euro-asiatique ; comme je l'ai fait au Caire pour les rapports avec les mondes arabe et méditerranéen, je souhaite aujourd'hui, dans ce haut lieu de la démocratie latino-américaine, vous présenter mon ambition pour les relations entre la France, l'Europe, le Brésil, le Mercosul et l'Amérique du Sud¹⁵.

O núcleo dessa ambição era forjar o *partenariat* estratégico também com o Brasil e, assim, atualizar a cartografia diplomática imaginada pelo general De Gaulle¹⁶.

As profundas transformações dos dois lados do Atlântico davam sentido visionário, da ótica francesa, a esse *partenariat*. A União Europeia era uma verdade e a moeda euro já tinha data – o 1º de janeiro de 1999 – para entrar em vigor. O agrupamento Mercosul também era uma verdade e, à época, conferia impulsão à consolidação das democracias da região. A centralidade da França na União Europeia e do Brasil no Mercosul era incontestável. Porquanto, uma forte reaproxiação entre esses dois pólos era mais que consequente.

O peso da cultura na relação franco-brasileira sempre foi o fator mais dinâmico e permanente. Isso jamais fora negligenciado e a maior demonstração disso foi o enquadramento da inauguração da exposição Claude Monet no Museu de Belas Artes do Rio de Janeiro no calendário da visita do presidente Chirac ao Brasil. Para o presidente Fernando Henrique Cardoso essa dimensão cultural da relação cimentava o conjunto de valores comuns dos dois países¹⁷. No dia 13 de março, um dia após a abertura da exposição, o presidente brasileiro ressaltaria que

15 Discours prononcé par M. Jacques CHIRAC président de la République devant le Congrès de la République fédérative du Brésil. Brasília, 12 mars 1997.

16 VAÏSSE, Maurice. *La grandeur: la politique étrangère du général de Gaulle (1958-1969)*. Paris: Fayard, 1998.

17 Discurso na cerimônia de recepção ao Presidente da França, Jacques Chirac. Rio de Janeiro, 12 de março de 1997.

isso mostra que o Presidente da República Francesa tem esse sentimento de que o desenvolvimento econômico, o comércio, o investimento são fundamentais, mas é preciso mais que isso. É preciso uma expressão que dê um sinal de humanismo, uma expressão que mostre que os valores continuam a ser o guia que fundamenta a República e a sociedade¹⁸.

Essa conjunção de valores fazia do Brasil parte da família democrática mundial imaginada pelos franceses. Mesmo assim, dispositivos pragmáticos como a desobstrução dos obstáculos franco-europeus aos produtos agrícolas brasileiros participaram ostensivamente da pauta de discussões do presidente francês com os empresários na Fiesp¹⁹.

O fazer dos pactos

O presidente Jacques Chirac seguiria sua viagem pelas capitais da região antes de voltar a Paris e o presidente Fernando Henrique Cardoso retornaria integralmente às contingências nacionais ainda naquele dia 13 de março de 1997. O *partenariat* estava lançado. O acordo-quadro, consolidado. A tessitura dos pactos, encaminhada.

Os gestos presidenciais foram fortes. Maio de 1996 na França; março de 1997 no Brasil. Restavam seus desdobramentos. Os presidentes ainda se encontrariam em 1997, no mês de novembro, no Oiapoque. Mas o biênio 1997-1998 não lhes fora favorável. Pelo Brasil a pauta majoritária contornava planos de reeleição, privatização e gestão de crises econômico-financeiras externas com impactos internos.²⁰ Pela França, o presidente Jacques Chirac, poucas semanas após finalizar sua viagem pela América do Sul e retornar a Paris, decretou a dissolução da Assembleia Nacional e a antecipação das eleições para recomposição parlamentar. O

18 Discurso de abertura do encontro empresarial franco-brasileiro. Sede da Fiesp, São Paulo, 13 de março de 1997.

19 Discours de M Jacques CHIRAC, Président de la République devant la fédération des industries de São Paulo. São Paulo, 13 mars 1997. Réponses de M. Jacques CHIRAC, Président de la République aux questions des membres de la fédérations des industries de São Paulo. São Paulo, 13 mars 1997.

20 PEREIRA, Álvaro. *Depois de FHC. Personagens do cenário político analisam o governo Fernando Henrique Cardoso e apontam alternativas para o Brasil*. São Paulo: Geração Editorial, 2002.

bloco socialista acabou ganhando em maioria e impôs ao presidente francês a experiência da coabitação. Alain Juppé, do partido do presidente, seria substituído pelo Lionel Jospin, do partido socialista, na função de primeiro-ministro. Os demais ministérios, em sua maioria, seriam lotados por indicações do primeiro-ministro socialista. Muito especialmente o do exterior que, malgrado domínio reservado do presidente da República, ficaria sob responsabilidade do socialista Hubert Védrine²¹.

Essa modificação dos componentes da gestão francesa não alteraria os rumos da reaproximação franco-brasileira. No limite talvez tenha somente feito mover o calendário de encontros e recepções de autoridades dos dois países. Mas, logo em seguida, ainda em 1998, esses encontros seriam intensificados de modo inédito.

*

No interior da vontade política expressa no *partenariat*, o acordo-quadro estabeleceu diversos instrumentos de consulta bilateral. Entre o *Quai d'Orsay* e o Itamaraty foi criada a Comissão Geral Franco-Brasileira. Seu objetivo consistiu em fixar agenda de encontros diplomáticos de autoridades brasileiras e francesas em Paris e Brasília. Primeiro os secretários gerais das chancelarias. Depois entre os chanceleres. Na sequência de comissões para assuntos políticos, para cooperação cultural e linguística, para cooperação científica e técnica e para discussão de assuntos econômicos. Todos esses encontros seriam iniciados em novembro de 1997 às voltas do encontro dos presidentes no Oiapoque²².

O ministro Pedro Malan e o ministro Paulo Renato atravessariam o Atlântico para apresentar a situação brasileira aos seus homólogos Dominique Strauss-Kahn e Claude Allegre antes e depois das eleições presidenciais brasileiras de 1998. Secretários e ministros franceses não tardariam em retribuir as visitas indo a Brasília. Primeiro seria o secretário de comércio exterior Jacques Dondoux em novembro de 1998. Em seguida o secretário geral do *Quai d'Orsay*, Loïc Hennekinne, em fevereiro de

21 VEDRINE, Hubert. *Cohabitation, Europe: comment se fabrique la politique étrangère ? Politique étrangère*, n. 4, p. 863-877, 2002.

22 Reunião de Consultas políticas Brasil-França entre os embaixadores Luiz Felipe Seixas Correa e Loïc Hennekinne. Arquivo Luiz Felipe Lampreia. LFL mre 2. 1999.02.24/1. CPDOC/FGV.

1999. Adiante o secretário de ultramar, Jean-Jack Queyranne e o ministro do exterior, Hubert Védrine, em março de 1999 e o ministro da educação, Claude Allegre, no mês seguinte²³. Essa intensificação das trocas de impressões também teria repercussões nos diálogos políticos dos dois países nas missões em Nova Iorque.

Essa forte interação não eximia divergências.

No plano comercial os brasileiros reclamavam maior cooperação e participação francesa. O comércio entre seus países representava algo próximo a três bilhões de dólares. No universo brasileiro esse coeficiente não passava de 3% de seus intercâmbios comerciais. Do lado francês, 1%. Isso parecia impropriedade na relação entre a oitava e a quarta economias do mundo (vide tabelas). A razão dessa baixa performance era devida, segundo o Itamaraty, ao bloqueio francês e europeu aos produtos brasileiros. A recomendação era para esse assunto fosse, consequentemente, conversado franca e abertamente com as autoridades francesas²⁴.

	Exportação (A)	Importação (B)	Resultados (A-B e A+B)	
1989	34.382.619.710	18.263.432.738	16.119.186.972	52.646.052.448
1990	31.413.756.040	20.661.362.039	10.752.394.001	52.075.118.079
1991	31.620.439.443	21.040.470.792	10.579.968.651	52.660.910.235
1992	35.792.985.844	20.554.091.051	15.238.894.793	56.347.076.895
1993	38.554.769.047	25.256.000.927	13.298.768.120	63.810.769.974
1994	43.545.148.862	33.078.690.132	10.466.458.730	76.623.838.994
1995	46.506.282.414	49.971.896.207	-3.465.613.793	96.478.178.621
1996	47.746.728.158	53.345.767.156	-5.599.038.998	101.092.495.314
1997	52.982.725.829	59.747.227.088	-6.764.501.259	112.729.952.917

Intercâmbio Comercial Brasileiro Geral (em dólares)

Fonte: Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio – Secretaria de Comércio Exterior (MDIC-SECEX)

23 Visita de trabalho do senhor Ministro de Estado à França a 27 de maio de 1999. Arquivo Luiz Felipe Lampreia. LFL mre 2. 1999.02.24/1. CPDOC/FGV.

24 Reunião de Consultas políticas Brasil-França entre os embaixadores Luiz Felipe Seixas Correa e Loïc Hennekinne. Arquivo Luiz Felipe Lampreia. LFL mre 2. 1999.02.24/1. CPDOC/FGV.

	Exportação (A)	Importação (B)	Resultados (A-B e A+B)	
1989	11.530.200.546	4.290.994.180	7.239.206.366	15.821.194.726
1990	10.597.283.499	4.864.172.511	5.733.110.988	15.461.456.010
1991	10.407.668.794	5.203.830.460	5.203.838.334	15.611.499.254
1992	11.032.475.494	5.060.118.232	5.972.357.262	16.092.593.726
1993	10.526.446.060	6.132.763.550	4.393.682.510	16.659.209.610
1994	12.637.390.125	9.259.138.914	3.378.251.211	21.896.529.039
1995	13.395.099.573	14.307.429.229	-912.329.656	27.702.528.802
1996	13.448.959.951	14.608.233.643	-1.159.273.692	28.057.193.594
1997	15.064.874.715	16.240.978.550	-1.176.103.835	31.305.853.265

Intercâmbio Comercial Geral Brasil-União Europeia (em dólares)

Fonte: MDIC-SECEX

	Exportação (A)	Importação (B)	Resultados (A-B e A+B)	
1989	981.628.498	557.685.323	423.943.175	1.539.313.821
1990	902.321.422	585.910.067	316.411.355	1.488.231.489
1991	864.503.843	632.421.987	232.081.856	1.496.925.830
1992	844.255.074	573.173.798	271.081.276	1.417.428.872
1993	781.928.651	723.579.349	58.349.302	1.505.508.000
1994	900.635.905	863.271.632	37.364.273	1.763.907.537
1995	1.038.389.092	1.382.488.842	-344.099.750	2.420.877.934
1996	910.901.000	1.348.672.026	-437.771.026	2.259.573.026
1997	1.110.944.686	1.636.383.765	-525.439.079	2.747.328.451

Intercâmbio Comercial Geral Brasil-França (em dólares)

Fonte: MDIC-SECEX

Mesmo que frágil no intercâmbio comercial, no plano dos investimentos os franceses despontavam. Em 1998 chegaram a ser o quinto maior investidor no Brasil com estoque de cinco bilhões de dólares. Seus principais grupos no País eram Saint Gobain, Carrefour, Rhône-Poulenc, Électricité France, Accor, Danone e Renault Peugeot. Em contraponto, o faturamento da maior parte deles não era desprezível. Em dólares e

segundo balanços de 1998 correspondiam a 5.836 bilhões do Carrefour; 3.948 bilhões da Light do setor de energia; 759 milhões da CST de siderurgia; 478 milhões da Alcatel de eletro-eletrônicos; 471 milhões da Rhodia de insumos químicos; 447 milhões da Santa Maria de vidros e 401 milhões do grupo Accor de serviços²⁵.

A despeito dessa forte presença, a participação francesa nas privatizações estava relativamente discreta. Não passava de 0,8%. Ficando, assim, muito atrás dos Estados Unidos com participação de 14%; da Espanha com 11,8%; de Portugal com 7,1% e da Itália com 1,8%²⁶.

Esse paradoxo seria o núcleo da conversação entre os secretários gerais e os chanceleres em seus encontros em 1999 em Brasília e Paris.

A diplomacia dos pactos

No dia 8 de novembro de 1998, o embaixador Marcos Azambuja, responsável pela embaixada do Brasil em Paris, escrevia ao secretário geral do *Quai d'Orsay*, Loïc Hennekinne ressaltando a importância da manutenção do encontro de secretários gerais agendado para fevereiro de 1999 no Itamaraty. O presidente Fernando Henrique Cardoso vinha de ser reeleito. O chanceler Luiz Felipe Lampreia estava confirmado no cargo. Mas o secretário geral do Itamaraty, Sebastião do Rego Barros Netto, seria substituído pelo embaixador Luiz Felipe Seixas Corrêa²⁷.

O encontro foi mantido. Ocorreria no dia 24 de fevereiro de 1999, às 15h30, na sede do Itamaraty em Brasília. Mas na virada de 1998 para 1999, a crise financeira mexicana, russa e asiática acabaria por contaminar o Brasil e seria inevitavelmente inserida de súbito como assunto para discussão.

Entre a posse no dia 4 de janeiro de 1999 e o encontro com o seu homólogo francês, o embaixador Luiz Felipe Seixas Correa faria, com sua

25 Reunião de trabalho entre os ministros Luiz Felipe Lampreia e Hubert Védrine. Brasília, 1º de setembro de 1999. Arquivo Luiz Felipe Lampreia. LFL mre 2. 1999.02.24/1. CPDOC/FGV.

26 Reunião de Consultas políticas Brasil-França entre os embaixadores Luiz Felipe Seixas Correa e Loïc Hennekinne. Arquivo Luiz Felipe Lampreia. LFL mre 2. 1999.02.24/1. CPDOC/FGV.

27 Carta do Marcos Azambuja ao secretário geral do Quai d'Orsay. 9 de novembro de 1998. Arquivo do Itamaraty – Embaixada em Paris. Troca de notas – Embaixada do Brasil e Ministério das Relações Exteriores da França. Julho a dezembro de 1998.

equipe, um exame profundo das lacunas da relação franco-brasileira. Esse exame envolveu a análise de temas de economia, relações bilaterais Brasil-França, Mercosul-União Europeia e América Latina e Caribe-União Europeia e o posicionamento brasileiro e francês nas Nações Unidas.

No interior das Nações Unidas, o interesse brasileiro era ganhar maior *status* reformando o Conselho de Segurança para ascender a membro permanente. O presidente francês era favorável a essa reforma. Mas não havia sinalizado diretamente ao Brasil. Em suas manifestações ele pronunciava a necessidade de inserção de um “*grand pays du sud*” no Conselho além, claramente, do Japão e da Alemanha. Um apoio explícito da França poderia ser de importância ao Brasil. Àquela altura os franceses, no interior das Nações Unidas, dispunham de protagonismo em diversas ações. No Oriente Médio e no Iraque seguiam, segundo o Itamaraty, uma política própria. No contencioso Israel-Palestina, tinham se posicionado contra o rompimento unilateral, desde Israel, do *Wye river memorandum*. Com o Egito, buscavam condições de reverter esse rompimento. Na Síria, avançavam intensamente ancorados no interesse sírio de França e União Europeia servirem de contrapeso à presença dos Estados Unidos na região. Na Jordânia, o presidente Chirac havia ido, em pessoa, aos funerais do rei Hussein e causado a melhor das impressões. No Kosovo, eles estavam no centro das discussões. Sobre o continente africano, eles procuravam uma atuação “criativa” em Angola, Burundi, Etiópia, Eritreia, Guiné-Bissau, Libéria, Líbia, República Centro-Africana, República Democrática do Congo, Saara Ocidental, Serra Leoa, Somália e Sudão²⁸.

Sobre o relacionamento América Latina e Caribe e União Europeia, o objetivo mútuo era a reunião de esforços para a organização do encontro de chefes de governo de todos os países concernentes no Rio de Janeiro em fins de junho de 1999 onde se chegaria a um pacto para lançar a relação entre os continentes²⁹.

No interior do *partenariat* franco-brasileiro, diversos avanços haviam sido projetados durante 1998. A cooperação em segurança e reaparelhamento da política federal, por exemplo, serviria de instrumento

28 Reunião de Consultas políticas Brasil-França entre os embaixadores Luiz Felipe Seixas Correa e Loïc Hennekinne. Arquivo Luiz Felipe Lampreia. LFL mre 2. 1999.02.24/1. CPDOC/FGV.

29 Declaration de Rio de Janeiro. Mardi 29 juin 1999.

de combate ao crime organizado, ao terrorismo e à imigração ilegal especialmente pelas fronteiras amazônicas e da Guiana Francesa. Essa cooperação era o ponto de partida para a participação da França no Tratado de Cooperação Amazônica. Mas os diplomatas brasileiros acreditavam ser importante avançar em assuntos estratégicos sensíveis como o de cooperação espacial. Os franceses acreditavam ser um domínio de política interior de cada País. Os brasileiros, por sua vez, entendiam ser possível formular parcerias entre as bases de Alcântara e Kourou assim como a troca de tecnologias para o desenvolvimento de veículos lançadores de satélites. No plano cultural, o Brasil estava relativamente bem situado na França com a cátedra Mercosul na Sciences Po e as cátedras de *Histoire du Brésil* da Universidade de Nanterre e da Sorbonne. Além disso, o intercâmbio artístico e educacional seguia conseqüente aos dois lados. Essa interação levava os franceses a imaginar uma maior integração linguística a partir dos dois países. Isso significaria uma cooperação entre a lusofonia e a francofonia para minimizar a hegemonia do inglês³⁰.

Mas o núcleo da conversação do embaixador Luiz Felipe Seixas Correa com seu homólogo Loïc Hennekinne seria a crise financeira. Os franceses acompanhavam de perto as crises financeiras. No caso da brasileira, eles continuavam a tendência instaurada pelo presidente François Mitterrand de se apresentar para servir de intermediário nas negociações com FMI, BID e demais organismos multilaterais³¹. Mas sob a presidente de Jacques Chirac a pretensão era de protagonizar um novo Bretton Woods. O plano francês, na síntese dos diplomatas brasileiros, envolvia diversos níveis. Um geral. Outro bilateral. O bilateral levava em conta a singularidade dos *partenariats* dos franceses pelo mundo. O nível geral envolvia *a*) maior cooperação econômica entre França, Europa, Estados Unidos e Japão, *b*) aumento da zona do euro, *c*) reformas para assegurar a estabilidade financeiro-econômica e política na Rússia, *d*) reformas no processo decisório do FMI, *e*) maior diálo-

30 Reunião de Consultas políticas Brasil-França entre os embaixadores Luiz Felipe Seixas Correa e Loïc Hennekinne. Arquivo Luiz Felipe Lampreia. LFL mre 2. 1999.02.24/1. CPDOC/FGV.

31 FAVIER, Pierre; MARTIN-ROLAND, Michel. *La décennie Mitterrand. 1 – Les ruptures (1981-1984). 2 – Les épreuves (1984-1988). 3. Les défis. 4. Les déchirements*. Paris: Éditions du Seuil, 1990-1999.

gos entre países industrializados e emergentes, *f*) melhor supervisão de instituições financeiras públicas e privadas, *g*) fiscalização das contas de capitais dos países emergentes, *h*) manutenção de capitais públicos para países emergentes e *i*) associação do setor privado na resolução de crises.³² Os diplomatas brasileiros procedentes os interesses franceses, mas iriam propor a adição ou clarificação de pontos de maior interesse aos países emergentes e diretamente ao Brasil. Entre os principais constavam *a*) maior implicação de países industrializados e países emergentes no controle de crises, *b*) maior adequação financeira à globalização, *c*) melhor definição do papel e do destino das instituições financeiras, *d*) maiores cuidados na divulgação de “*early warning*” sobre a situação de países específicos e *e*) liberalização da conta de capitais³³.

A consolidação dos pactos

Seria exitoso o encontro entre os secretários do Itamaraty e do *Quai d’Orsay* 24 de fevereiro de 1999. Ambos apresentariam suas impressões de modo franco e direto deixando claras as linhas vermelhas de cada País. Isso decorria da confiança mútua que vinha sendo criada no interior da vontade política dos dois presidentes de aproximação. Malgrado de importância, o encontro dos secretários gerais funcionava como preparação para o encontro dos chanceleres. O chanceler brasileiro encontraria seu homólogo francês, nesse propósito, no dia 27 de maio de 1999 em Paris. O chanceler francês viria a Brasília no dia 1º de setembro seguinte. Esses dois encontros selariam o destino da relação franco-brasileira. O núcleo das conversas envolveria surpresas. Passariam em revista os temas e problemas explorados pelos secretários gerais. O diferencial seria simplesmente o tom ditado pelo decoro hierárquico.

O chanceler Luiz Felipe Lampreia se faria acompanhar do embaixador Marcos Azambuja em sua visita ao *Quai d’Orsay*. O forte de

32 Reunião de Consultas políticas Brasil-França entre os embaixadores Luiz Felipe Seixas Correa e Loïc Hennekinne. Arquivo Luiz Felipe Lampreia. LFL mre 2. 1999.02.24/1. CPDOC/FGV.

33 Reunião de Consultas políticas Brasil-França entre os embaixadores Luiz Felipe Seixas Correa e Loïc Hennekinne. Arquivo Luiz Felipe Lampreia. LFL mre 2. 1999.02.24/1. CPDOC/FGV.

sua mensagem seria reiterar a importância do *partenariat* estratégico, mas também reclamar maior participação francesa nas privatizações brasileiras. Com a Declaração do Rio, o desbloqueio europeu para produtos agrícolas brasileiros passava ao domínio das relações Mercosul-União Europeia. Mas o avanço da discussão dependia da aprovação de um mandato de negociador para a União Europeia. Sem esse mandato seria impossível a liberação tarifária procedente ao Brasil e demais países sul-americanos. O chanceler brasileiro clamaria, mais enfaticamente, a atenção de seu homólogo para esse problema. Como também daria ênfase no interesse brasileiro em maior cooperação francesa em questões espaciais³⁴.

Três meses depois, quando do encontro dos chanceleres em Brasília, o emissário francês trazia a boa-nova do ingresso do grupo Casino como investidor no mercado brasileiro. Mas o essencial da reunião contornou os avanços na cooperação transfronteiriça Brasil-França. O ministro francês do ultramar vinha desenvolvendo um trabalho decisivo. Antes, durante e depois da reunião de 18 e 19 de março de 1999 em Caiena, ele vinha acumulando muitos contatos proveitosos em Brasília, Belém e Macapá. O próximo passo seria a implementação de projetos concretos para integração Brasil-Guiana Francesa-França. Esses projetos envolviam *a)* a construção de mini-hidrelétricas no rio Oiapoque, *b)* a construção das obras da rodovia Macapá-Caiena, *c)* ação conjunta nas áreas de saúde pública e educação e *d)* combate à mosca carambola. Sob todos os prismas, a relação franco-brasileira na Guiana Francesa dava ainda mais consistência ao *partenariat* estratégico³⁵.

Terminada a reunião dos chanceleres em Brasília, naquele primeiro de setembro de 1999, a relação franco-brasileira estava preparada para ingressar no século 21. Na forma e no conteúdo, os dois países eram mutuamente confiáveis. Do lado brasileiro, o presidente Fernando Henrique Cardoso ia ampliando inserção internacional positiva do País. Do lado francês, o presidente Jacques Chirac ia consolidando as intenções diplomáticas de seu mentor, o general De Gaulle.

34 Visita de trabalho do senhor Ministro de Estado à França a 27 de maio de 1999. Arquivo Luiz Felipe Lampreia. LFL mre 2. 1999.02.24/1. CPDOC/FGV.

35 Reunião de trabalho entre os ministros Luiz Felipe Lampreia e Hubert Védrine. Brasília, 1º de setembro de 1999. Arquivo Luiz Felipe Lampreia. LFL mre 2. 1999.02.24/1. CPDOC/FGV.

CAPÍTULO 8

O BRASIL DE RICUPERO

A diplomacia na construção do Brasil – 1750-2016 de Rubens Ricupero¹ é a *opera* de uma vida, de um “empregado do Itamaraty”, diplomata de profissão, pensador por vocação e historiador por convicção.

Opera aberta pela “*Minerva*” de Tintoretto (1515-1594) e fechada pela “*Aliança da Paz*” de Guido Reni (1575-1642). Alegorias da paz pela negociação, pelo convencimento e pela diplomacia. *Opera* anunciada pela *Carta das Costas de Magalhães* de 1749 e pela pintura *A pátria* de Pedro Bruno de 1919. Concretude em território e em imaginação nacional. *Opera* ancorada na sagacidade atemporal dos ensinamentos de José Maria da Silva Paranhos Júnior, o barão do Rio Branco, referência matriz de um tipo de ser e de fazer da diplomacia brasileira. *Opera* abundante em qualidades. Sendo a generosidade, primeira e principal.

Rubens Ricupero foi alto funcionário do Estado brasileiro por quase cinquenta anos. Nesse período, viveu e sentiu muito do que vai contido em *A diplomacia na construção do Brasil – 1750-2016*. Ele ajudou literalmente a construir seu objeto análise. Muita vez como lanterna na poupa. E aqui nos oferta a sua impressão sobre tudo.

Depois da generosidade, a discrição. Rubens Ricupero segue um diplomata, realista e pragmático. Observador irresistível das rugas da alma humana, bem ao estilo Charles-Maurice de Talleyrand-Périgord (1754-1838), inspirador maior dos diplomatas contemporâneos.

Depois da discrição, o amor desavergonhado pelo Brasil. Rubens Ricupero – nascido em São Paulo, em 1937, e, portanto, às portas dos 80 anos –, na vida e no livro, demonstra ter seguido em absoluto a recomendação de Mário de Andrade (1893-1945) em “devotar-se ao Brasil”, malgrado o ceticismo e o pessimismo.

Depois do amor desavergonhado pelo Brasil, a afeição pelo idioma pátrio. Ninguém lê *A diplomacia na construção do Brasil – 1750-2016*

1 RICUPERO, Rubens. *A diplomacia na construção do Brasil – 1750-2016*. Rio de Janeiro: Versal Editores, 2017.

sem sucumbir a sua justeza, agudeza e precisão. Não restam dúvidas que a genialidade das veredas de João Guimarães Rosa (1908-1967) – examinador de Cultura Geral da prova de acesso de Ricupero ao Itamaraty em 1958 – suspira em todos os movimentos da *opera* de nosso embaixador.

Depois do amor à língua, o discernimento sobre a História. Rubens Ricupero define História como “*uma túnica sem costura, um contínuo no espaço e no tempo, um rio perene que escorre, se espraia e transborda, mesclando águas claras e turvas, clamas e turbulentas*”. Essa concepção lhe permite a releitura da história do País na integralidade de sua globalidade e de seus segredos internos.

A diplomacia na construção do Brasil – 1750-2016, por isso e muito mais, era uma obra ausente no mosaico historiográfico brasileiro. Mas após ler e reler e refletir sobre tudo que nela contém e cotejar seus saberes com os existentes vai ficando evidente a imensa lacuna que a obra e seu autor, em lugar de fechar, abrem.

Falta se escrever um livro cujo tema e/ou o título seja “Rubens Ricupero, historiador”.

Notadamente após seu *Visões do Brasil: ensaios sobre a história e a inserção internacional do Brasil* (Rio de Janeiro: Record, 1995), Rubens Ricupero foi se afirmando como referência incontornável da historiografia brasileira sobre a História do Brasil pela mirada das Relações Internacionais. Poucos historiadores, diplomatas ou não, brasileiros ou estrangeiros, estudaram com tamanho afinco os momentos cruciais da história pátria pelo prisma da relação do País com o mundo e seu contrário. E quase nenhum com o mesmo charme e com a riqueza de detalhes por Rubens Ricupero praticados. Seria Rubens Ricupero, além de sucessor do barão, sucessor de Manuel de Oliveira Lima (1867-1928)?

Falta se escrever um livro cujo tema e/ou o título seja “Rubens Ricupero, articulista”.

O seu *O ponto ótimo da crise* (Rio de Janeiro: Revan, 1998) reuniu alguns de seus artigos publicados na *Folha de S. Paulo* entre 1995 e 1998. Mas Rubens Ricupero colaboraria com a *Folha de S. Paulo*, de modo intermitente, semanalmente, até 2014. Além assinar artigos frequentes em outros jornais e revistas nacionais e internacionais sem contar as entrevis-

tas concedidas. Sempre analisando as conjunturas brasileiras e mundiais *à chaud*. Foram centenas de intervenções que merecem reunião e análise para, mais uma vez, evidenciar a sapiência de nosso autor. Seria Rubens Ricupero, pelo estilo e pela precisão, uma versão brasileira de André Fontaine (1921-2013)?

Falta se escrever um livro cujo tema e/ou o título seja “Rubens Ricupero, diplomata” e outro que seja “Rubens Ricupero, pensador das Relações Internacionais”.

Nenhum observador interno ou externo da formulação e da execução da política externa brasileira recente hesitará em afirmar que Rubens Ricupero segue “*probablement le meilleur parmi nous*”. Ele participa da linhagem dos fidedignos “sucessores do barão” e pratica como ninguém a “diplomacia do conhecimento”. Sua atuação, portanto, mereceria análise e avaliação detidas. Seria Rubens Ricupero, pela argúcia e pela empatia, a versão brasileira de Henry Kissinger?

Falta se escrever um livro cujo tema e/ou o título seja “*Memórias*” – essas feitas pelas mãos do oleiro.

Verdade que *A diplomacia na construção do Brasil – 1750–2016* carrega traços memorialísticos. Mas a vida e a obra de Rubens Ricupero ainda não couberam toda nesta *opera*, mesmo que imensa. Tirando por base seu magnífico *Diário de bordo – a viagem presidencial de Tancredo* (São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010) e de seu decisivo depoimento pessoal em *Esperança e ação – a ONU e a busca de desenvolvimento mais justo* (São Paulo: Paz e Terra, 2002), vai evidente que nosso embaixador ainda tem muito a nos contar “antes de adormecer”. E não restam dúvidas que dona Marisa, que o acompanha e participa de tudo desde sempre, vai novamente entender que o monge precisa retornar à mesa de trabalho.

Tudo isso confirma *A diplomacia na construção do Brasil – 1750–2016* de Rubens Ricupero como um manancial de inspirações. Um texto bem pensado e bem cosido. Sutil na forma e irretorquível no conteúdo. Uma visão geral do Brasil e do mundo desde a noite do tempo. Uma reflexão documentada e informada sobre a contínua viagem incompleta do País rumo à quimera do “sonho intenso”, aquele do hino. Uma avaliação

da importância, imprescindível, da diplomacia somada a negociação, arbitragem e inteligência na condução desse sonho. Rubens Ricupero nos renova os conhecimentos sobre como chegamos até aqui e para onde ainda podemos ir.

Seu ponto de partida está no título “*A diplomacia na construção do Brasil – 1750-2016*”. Nele encontramos a justificativa para a intenção do autor em afirmar que “*não houve [...] nenhuma tese ou conclusão que se desejasse provar a priori. O próprio título e as observações sobre o papel da política externa na construção dos valores do povo brasileiro nasceram com espontaneidade da lógica interior da narrativa e se impuseram pela força da evidência*”.

Uma primeira leitura do livro, levando em conta a justeza e a intencionalidade do título, reconhece ser isso mesmo. Mas olhando mais de perto e sentindo a força crescente da narrativa nas doze partes do volume, acrescidas de *Prefácio*, *Introdução* e *Posfácio* ao longo de quase oitocentas páginas, vai ficando patente ser “*construção*” um sinônimo intencional de “*formação*”, o que aproxima e distancia Rubens Ricupero da linhagem dos “*intérpretes do Brasil*” que o saudoso Antonio Candido de Mello e Souza (1918-2017) identificara a origem nas obras iniciais de Gilberto Freyre (1900-1987), Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982) e Caio Prado Jr. (1907-1990).

Aproxima no intuito de Rubens Ricupero em desvelar, como os demais, o enigma chamado Brasil. Distancia ao passo que Rubens Ricupero passa ao largo do “*sentido da colonização*”, da cordialidade e da miscibilidade como instrumentos de análise e ressalta e afirma a imperiosidade da diplomacia na construção do Brasil.

A diplomacia na construção do Brasil – 1750-2016, próxima e distante dos “*intérpretes do Brasil*”, apresenta uma ideia geral do País. Sem costura nem fissura. Dialoga com praticamente todos os temas e problemas canônicos e não-canônicos de nossa História e Historiografia. Seu núcleo corresponde aos mistérios da aquisição, ampliação e manutenção da soberania brasileira. Daí o ponto de partida do livro ser a formação do território brasileiro no período colonial e Alexandre de Gusmão (1658-1753) o representante maior. Em seguida, vem o século XIX, da transição para a Independência (1808-1820) à consolidação, apogeu e crise do

Império do Brasil (1822-1889). Do Império à República emerge o zênite da obra: o barão do Rio Branco (1845-1912). “*Ninguém encarnou de forma tão completa e acabada o ideal de diplomacia que trata este livro como José Maria da Silva Paranhos Júnior, barão do Rio Branco, verdadeiro refundador da política externa brasileira*” (p. 276). Depois do barão, San Tiago Dantas (1911-1964) e a Política Externa Independente, outro momento de inflexão paradigmática da atuação internacional do Brasil (p. 419 ss). Dos governos militares, à redemocratização, à estabilização política, econômico-financeira e social até o impeachment da presidente Dilma Rousseff em 2016 tudo aparece como decorrência. Sempre na busca do “sonho intenso”. “*Quase 130 anos depois da Proclamação da República, ainda estamos longe de ter pátria para todos*” (p. 745). Mas “*o sonho perene da construção do Brasil é que torna a experiência humana digna de ser vivida em nossa terra*” (p. 746). Sim: *A diplomacia na construção do Brasil – 1750-2016* de Rubens Ricupero virou imprescindível para quem deseja singrar nesse sonho. E nisso reside seu maior trunfo.



CAPÍTULO 9

OS DIAS QUE MARCARAM A TRANSIÇÃO BRASILEIRA

Do dia 28 de outubro ao dia 10 dezembro de 2002, o presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e seu sucessor, o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), promoveram o mais intenso e decisivo esforço cooperativo de transição presidencial democrática visto no Brasil contemporâneo. Equipes de situação e oposição abdicaram de mágoas e ressentimentos e se empenharam no objetivo de fazer a esperança depositada no candidato do Partido dos Trabalhadores no pleito de 27 de outubro de 2002 virar sucesso e realizações na condução dos assuntos do Estado e da nação. Dos imperativos mais decisivos dessa operação, o absolutamente incontornável consistia na reversão da imagem do Brasil no exterior. Especialmente frente aos Estados Unidos. O “medo Lula”, firmado ao passo que foram ficando evidentes as possibilidades do antigo líder sindical brasileiro chegar ao poder, tomou conta de setores políticos, empresariais e intelectuais americanos e mundiais. O “risco país” brasileiro – conceito que busca expressar de forma objetiva o risco de crédito a que investidores estrangeiros estão submetidos quando investem no país – ultrapassou estimativas entendidas como razoáveis. Superou os 2.400 pontos. As instabilidades nos países vizinhos – Argentina do calote de 2001, Venezuela do presidente Hugo Chaves (1999-2013) e Colômbia da tumultuada gestão do presidente Gonzalo Bustamante (2002-2003) que seria ainda sucedido pelo presidente Carlos Mesa (2003-2005) e pelo presidente Eduardo Volté (2005-2006) antes da chegada de Evo Morales ao poder em 2006 – faziam crescer ainda mais o receio internacional acerca do principal representante da América do Sul que era e continua sendo o Brasil. O radicalismo tradicional dos núcleos esquerdistas latino-americanos, consolidado pelo Foro de São Paulo – criado e liderado sob os auspícios do PT de Lula da Silva e apoiador solidário de países como Venezuela e Cuba –, auxiliava na amplificação da desconfiança de setores dominantes mundiais com interesses alocados na região. Por essas e ou-

tras, os Estados Unidos tinham suas razões para suspeitar do futuro do Brasil entregue às mãos do presidente Lula da Silva.

Vivendo seu período de constrangimento, frustração e *malaise* gerado pelos atentados de 11 de setembro de 2001, o núcleo decisório americano seguia redefinindo sua cartografia de ação, atuação e reação no meio internacional. Seu objetivo fundamental era superar o mais rapidamente possível o sentimento mal-estar e impotência que estava colocando em questão inclusive a vitalidade do *American dream*. Nesse sentido, a doutrina da *war on terror*, para “*bring our enemies to justice, or bring justice to our enemies*”¹, estava em grande marcha. Os países “amigos da América” iam definindo seu grau de solidariedade com apoio simbólico e concreto às investidas americanas sentido Afeganistão e Iraque. Os demais eram considerados abertamente inimigos; partícipes do “eixo do mal”. O presidente George W. Bush (2001-2009) fora direto ao afirmar que seria essa a condição – de inimigos e eixo do mal – dos não apoiadores explícitos de sua ação contra o terrorismo. O Brasil sob o presidente Lula da Silva corria grande probabilidade de acessar essa categoria de inimigo no universo americano de interação internacional.

Mas toda a experiência acumulada durante os mandatos do presidente Fernando Henrique Cardoso levava os tomadores de decisão em exercício no Brasil a reconhecer a importância do imperativo da imprescindibilidade da manutenção de boa e urbana relação com os Estados Unidos. Fosse como simples parceiro em assuntos bilaterais comerciais ou políticos; fosse como aliado em decisões multilaterais de resposta a eventuais abalos financeiros e econômicos mundiais, como os ocorridos de 1999 a 2001. Por ser assim, convencer as lideranças políticas, econômicas e intelectuais americanas a propósito do caráter inofensivo e racional do presidente brasileiro eleito no sufrágio de 2002 era essencial para o futuro do Brasil. Essa operação-convencimento foi, portanto, a principal demanda da transição do presidente Fernando Henrique Cardoso ao presidente Lula da Silva. O alvo dessa demanda era, sobretudo, promover o bom entendimento entre o antigo metalúrgico brasileiro e o fiador da *war on terror*.

1 George Bush's address to a joint session of Congress and the American people. Washington, 21 de setembro de 2001.

No dia 28 de outubro de 2002, o presidente Bush e o presidente Lula da Silva tiveram seu primeiro contato. O presidente americano ligara ao Brasil para felicitar o brasileiro de seu sucesso eleitoral. Mês e pouco depois, no dia 10 de dezembro de 2002, ambos se reuniram no Salão Oval da Casa Branca em Washington. Para a surpresa de todos os observadores e analistas internacionais, além de desfazer definitivamente todos os receios e suspeições, os presidentes de Estados Unidos e Brasil e os setores dominantes de seus países iniciaram ali uma intensa relação de maturidade e respeito. A história e a análise do processo de aproximação e convencimento que gerou esse conagraçamento entre o Brasil e os Estados Unidos correspondem à essência do enredo desse muito inteligente e impecavelmente fundamentado *18 dias – Quando Lula e FHC se uniram para conquistar o apoio de Bush* de Matias Spektor².

Profundo e astuto conhecedor e observador do meio internacional e da história política brasileira e americana contemporâneas, Matias Spektor vem se afirmando como um dos principais analistas políticos de sua geração. Doutor pela Universidade de Oxford, com passagem pela *London School of Economics and Political Sciences*, pelo *Council on Foreign Relations* e pelo *Woodrow Wilson International Center for Scholars*, Spektor, que também segue colunista do jornal *Folha de S. Paulo*, fundou e dirigiu o curso de Relações Internacionais da Fundação Getúlio Vargas, onde teve acesso e auxiliou a ampliar o importante acervo de história oral do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, CPDOC. Desse empenho surgiu seu decisivo *Azereado da Silveira: um depoimento* (Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2010) que se somou ao seu não menos visionário *Kissinger e o Brasil* (Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2009). *18 dias* segue as trilhas de excelência e esmero de seus demais estudos e, de maneira fluida e envolvente, vai demonstrando a interação dos homens do PSDB e do PT na sedução do *establishment* americano.

Conforme vai revelando, desde o início de 2002, o presidente Fernando Henrique Cardoso instruiu seu embaixador em Washington, Rubens Barbosa, a auxiliar os petistas a adentrar o meio político e econô-

2 SPEKTOR, Matias. *18 dias – Quando Lula e FHC se uniram para conquistar o apoio de Bush*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.

mico americano. Por meados do ano, quando a *Carta ao Povo Brasileiro* estava para ser apresentada, José Dirceu desembarcara nos Estados Unidos para avançar na tessitura desses contatos. Quando as eleições de outubro ratificaram Lula da Silva como futuro presidente do Brasil, o *staff* do presidente Bush possuía conhecimento mais detalhado e menos estereotipado do líder brasileiro nascido em Garanhuns.

No fim da manhã do dia 28 de outubro de 2002, o *day after* do segundo turno das eleições, o presidente Bush então telefonou ao presidente brasileiro eleito. Esse gesto foi recebido como muito positivo no processo de aproximação dos dois. Desse contato surgiu o convite para Lula da Silva ir visitá-lo na Casa Branca ainda em 2002.

Uma visita, desnecessário muito mencionar, impõe preparação. Uma visita de reconhecimento entre pessoas estranhas e diferentes político e ideologicamente impõe ainda mais detalhamento e previsão. No caso do encontro entre o representante do mundo livre e o depositário dos países párias do mundo, todos os detalhes precisavam ser vistos e revistos à exaustão. Assim se fez.

No dia seguinte ao convite do presidente Bush, o presidente brasileiro eleito foi a Brasília ter encontro com o presidente na função. A reação do presidente americano ao resultado das eleições brasileiras foi pauta da conversa. A necessidade da eficácia do encontro em Washington também.

Após falar com o presidente Fernando Henrique Cardoso, o presidente eleito regressou a São Paulo para ter com a embaixadora americana no Brasil, Donna Hrinak. A tônica da conversa de Lula da Silva com a enviada do presidente Bush foi convencê-la – e, a partir dela, mandar o recado aos americanos – de que as ideologias esquerdistas radicais professadas pelo PT histórico eram história e que o governo brasileiro sob sua chancela seria, antes e acima de tudo, pragmático. Esse pragmatismo, continuava o presidente eleito, envolveria trabalhar *hand by hand* com os Estados Unidos do presidente Bush.

Nos dias que se seguiram, ao longo da primeira semana após o pleito de 2002, os rumos da transição presidencial viraram obsessão entre os observadores da política brasileira. Antonio Pallocci, José Dirceu e Dilma Rousseff foram os indicados pelo presidente eleito para compor

com os indicados do presidente na função para a promoção do processo de transição. Esse processo tinha sido longamente gestado e formalizado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. Uma das etapas dessa formalização consistiu na apresentação de seu projeto aos assessores políticos do presidente Bush. O objetivo dessa estratégia não era outro que demonstrar aos Estados Unidos a solidez e a confiabilidade da democracia brasileira. Mesmo assim, seguia imensa a inquietação das lideranças estrangeiras a propósito de um Brasil sob Lula da Silva.

No fim de semana seguinte ao segundo turno das eleições, nos dias 2 e 3 de novembro de 2002, o presidente brasileiro eleito foi descansar em Araxá, nas Minas Gerais. Nesses dias saiu entrevista sua nas páginas do *Washington Post*. Essa entrevista não passou despercebida aos olhos do presidente Bush e de seus correligionários. O interesse pelos rumos da política brasileira advinha do fato de que desde o após 11 de setembro de 2001 virou tônica nas rodas do poder americano reconhecer a importância do Brasil e buscar melhor conhecê-lo.

Muito antes da classificação BRICs da Goldman Sachs sobre países emergentes promissores virar evidência, o Departamento de Estado americano vinha reconsiderando a condição do Brasil no mundo e, com isso, passando a reconhecê-lo como “potência emergente” de valor. O momento da transição presidencial brasileira de 2002 correspondia exatamente ao momento de confirmação dessa tese americana de Brasil potência potente. O presidente brasileiro na função e o presidente eleito perceberam isso. E, nessa sintonia, foram compondo os ministérios da futura gestão. Dentre as posições absolutamente estratégicas estava a chefia do Itamaraty.

Muitos diplomatas de carreira aspiravam e demandavam o posto de chanceler. Sobretudo pelos contratempos gerados na gestão do ministro Celso Lafer, que não era diplomata de carreira. A exoneração do embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, por sua postura independente e destoante sobre o dossiê ALCA, produziu imenso mal-estar no interior da confraria. O embaixador Rubens Barbosa, enviado do Brasil em Washington, era um dos mais cotados para substituir o professor, empresário e intelectual Celso Lafer. Mas veio do presidente Fernando Henrique

Cardoso a indicação do nome do enviado brasileiro em Londres, o embaixador Celso Luiz Nunes Amorim.

Desconhecido do presidente eleito e dos circuitos do PT, o embaixador Celso Amorim dispunha de imenso prestígio nacional e internacional. Eram reconhecidas como muito exitosas as suas passagens pelos mais variados setores públicos desde a direção da Embrafilme à condição de chanceler do presidente Itamar Franco à presidência de diversas missões brasileiras em organismos internacionais.

No dia 13 de novembro de 2002, quando o presidente Fernando Henrique Cardoso foi a Oxford receber o título de doutor *honoris causa*, ocorreu um importante encontro entre ele e o embaixador Celso Amorim. Desse encontro se fez a primeira aproximação do embaixador com os assessores do presidente Lula da Silva. Menos de um mês depois, o nome de Celso Amorim estava praticamente definido na equipe do futuro governo. E, com a equipe de ministros praticamente totalmente decidida, o presidente brasileiro eleito desembarcou nos Estados Unidos para seu primeiro encontro em pessoa com o presidente George W. Bush no dia 10 dezembro de 2002.

O encontro previsto para durar trinta minutos passou dos quarenta e cinco. Aconteceu interação instantânea entre eles. O assunto mais delicado era, claramente, a posição do Brasil com relação à intervenção americana no Iraque. A resposta do brasileiro presidente eleito foi certa e definiu o vínculo de respeito e afeição entre os dois. “*Eu entendo, presidente Bush. Mas minha guerra é outra. É a guerra contra a fome. Eu quero que cada brasileiro faça três refeições por dia.*” A partir daí o presidente Bush passou a ser o principal apoiador internacional do programa Fome Zero e do governo do presidente Lula da Silva. Assim, teve, por fim, êxito o esforço do PT e do PSDB, do presidente Fernando Henrique Cardoso e do presidente Lula da Silva, na conquista do apoio do presidente Bush.

Muitas lições podem ser retiradas dessa densa demonstração apresentada nesse muito rico e plural enredo proposto por Matias Spektor em *18 dias*. Uma das principais talvez seja a constatação do imenso amadurecimento da democracia brasileira expresso na disposição de situação e oposição, PT e PSDB, em superar as mágoas e ressentimentos e cooperar

pelo bem comum do Estado e da nação brasileiros. Outra, não menos relevante, reside no reconhecimento da importância do momento presidencial entre o resultado das urnas e a posse do novo governo, especialmente no que concerne à exposição internacional.

O presidente Tancredo Neves (1985) e o presidente Fernando Collor de Mello (1990-1992) utilizaram esse momento de maneira exemplar. Suas viagens internacionais como presidentes eleitos foram essenciais na apresentação do Brasil e da nova república ao meio internacional.

Celso Lafer com *O Legado Diplomático da Viagem Presidencial de Tancredo Neves (Contexto Internacional, 1:2, 1985)* e Rubens Ricupero com *Diário de bordo – A viagem presidencial de Tancredo* (São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010) praticamente imortalizaram a centralidade dessas viagens efetuadas pelo presidente Tancredo Neves em 1985. Uma leitura acurada da crônica política da imprensa brasileira e estrangeira de janeiro e fevereiro de 1990 parece o suficiente para indicar a importância do grande *tour du monde* promovido pelo presidente saído das eleições presidenciais brasileiras de 1989.

Nesses dois momentos presidenciais, 1985 e 1990, o Brasil vivia a agonia da crise financeira e dívida externa somada aos instantes finais da transição dita lenta, segura e gradual dos regimes militares à democracia. Essa agonia coincidiu com o desaparecimento do bloco soviético e com a afirmação dos Estados Unidos como superpotência solitária no mundo. Nesse sentido, ter boas relações com os Estados Unidos, desde muito importante, ia ficando cada vez mais decisivo. Por isso, o presidente Tancredo Neves e o presidente Collor de Mello reservaram espaço distintivo em sua agenda de presidentes eleitos para visitar seus homólogos americanos.

Muito embora transitasse entre a oitava e décima primeira economia do mundo entre 1985 e 1990, o Brasil era um País frágil no meio nacional e internacional. A estabilidade política e financeira iniciada no período do presidente Itamar Franco (1992-1994) e consolidada nos mandatos do presidente Fernando Henrique Cardoso modificou essa condição. O Brasil deixou de ser a “Belíndia” sugerida pelo economista Edmar Bacha para se tornar “*un nouveau grand*” como indicara o embaixador Alain Rouquié em seu notável *Le Brésil au XXIe siècle* (Paris: Fayard, 2006). Como um

novo grande na cartografia das nações, o relacionamento do Brasil com os Estados Unidos foi ganhando sentidos e significados distintos.

O esmaecimento da noção de terceiro mundo, a emergência da tipologia países emergentes e a forte tendência à multiplicação de blocos econômicos mundo afora modificou absolutamente a percepção da distribuição de poder depois do muro. A formalização do Mercosul possibilitou ao Brasil ampliar a sua abrangência e resiliência no meio internacional. Sobretudo por reforçar a sua condição natural de líder político e econômico da América do Sul. Essa liderança possibilitou o melhoramento progressivo dos mecanismos de inserção internacional positiva do País. O acrônimo BRICs, apresentado em fins de 2001 pelo economista Jim O'Neill, mesmo que limitado e limitador, foi a expressão mais elucidativa desse melhoramento.

No início do século 20, o primeiro-ministro Georges Clemenceau vaticinara que o Brasil era “*un pays d’avenir qui le restera longtemps*”. Nos momentos finais do século, o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso ia demonstrando que o afamado e controverso político francês poderia estar amplamente equivocado. O futuro que muitas vezes insinuava chegar – no período do presidente Ernesto Geisel (1974-1979), por exemplo, o Brasil era concebido como uma “ilha de prosperidade num mar turbulento” – agora, na senda aberta pelo sucesso do Plano Real, parecia aportar de modo consistente e duradouro. Entretanto, o reconhecimento dessa consistência política e econômica não era necessariamente consenso pelo mundo. Menos ainda nos Estados Unidos. Daí o “medo Lula”.

A vitória de Lula da Silva nas eleições de 2002 demonstrou que a esperança havia vencido o medo dos brasileiros. Restava agora superar o medo dos estrangeiros, começando pelos americanos. E assim se fez de 28 de outubro a 10 de dezembro de 2002.

Matias Spektor foi muito feliz ao perceber e analisar a importância desse momento. Da campanha das Diretas Já (1983-1984) ao governo da presidente Dilma Rousseff (2011-2014), poucos momentos foram tão decisivos para definir o destino do País. Por essa simples, mas não isolada, razão, *18 dias* vira leitura obrigatória para todos os empenhados em entender o Brasil contemporâneo. Sua apreciação auxilia muitíssimo,

por exemplo, na compreensão das motivações que levariam o presidente Fernando Henrique Cardoso a defender o presidente Lula da Silva de um eventual processo de impeachment quando do “escândalo do mensalão” em 2005. Por outro lado, ajuda a explicitar as condicionantes que permitiriam ao presidente Lula da Silva responsabilizar diretamente os Estados Unidos pela crise financeira global e afirmar tranquilamente “vou encontrar o meu amigo Bush agora, no dia 24 [de setembro de 2007], e vou dizer: Bush, resolva o problema da crise”³.

Mesmo assim, uma avaliação mais rigorosa da construção do argumento do livro, que vai apresentado no melhor estilo da melhor prosa contemporânea, indica diversos pontos cegos e polêmicos que, diferente de diminuir o brilho do texto, aguça ainda mais reflexões.

Analisando de perto, a trajetória de Lula da Silva da exclusiva liderança sindical de fins de 1970 ao sucesso no sufrágio universal de 2002, fica evidente que a metamorfose do político radical ao político *soft*, depois imortalizado pelo “Lulinha, paz e amor” dos marqueteiros de campanha, teve início já em sua primeira corrida presidencial e não a partir de 1995 como sugere o Spektor (p. 32-36). Para constá-lo, basta observar a mutação do estilo do candidato Lula da Silva entre o primeiro e o segundo turnos as eleições de 1989 embalados pelo “Lula, lá”. Por outro lado, afirmar que em 2002, “aos 71 anos, Fernando Henrique era o mais experiente homem público do Brasil” (p. 84) representa algo, no mínimo, muitíssimo discutível; muito embora o presidente Fernando Henrique Cardoso possua *background* político e intelectual realmente espetacular e, em muitos aspectos, insuperável em escala mundial.

Outro aspecto merecedor de alguma problematização parece ser o impacto do 11 de setembro de 2001 no ordenamento internacional. Spektor demonstra ou subentende com maestria os impactos desse 9/11 sobre as relações dos Estados Unidos com o mundo. Entretanto, vale notar que em fins de 2002, os eixos de solidariedade aos americanos estavam em grande medida definidos. O Brasil não constava deles. Sobre a devassa

3 Declaração à imprensa seguida de entrevista coletiva concedida pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em conjunto com o presidente da Espanha, José Luis Zapatero. Madrid, 17 de setembro de 2007.

ao Afeganistão, o consenso fora absoluto como primeira reação mundial aos ataques. Sobre o Iraque, não. O embaixador do Brasil em Londres, Celso Amorim – que presidira a missão brasileira permanente nas Nações Unidas entre 1995 e 1999 que discutira justamente o dossiê Iraque –, em grande medida, a posição brasileira em seu *Guerra contra o Iraque é evitável*⁴. Por esse momento, o veto francês à intervenção internacional contra o Iraque estava plenamente estava plenamente esquadrihado. No dia 14 de fevereiro de 2003, o chanceler do presidente Jacques Chirac, Dominique de Villepin, apenas reiterou a tendência no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Nesse quesito, portanto, o Brasil estaria mais próximo da França que dos Estados Unidos. Quais teriam sido as implicações dessa evidência na aproximação americano-brasileira? Sim, o presidente Lula da Silva seduzira o presidente Bush com seu adágio “*minha guerra é outra. É a guerra contra a fome*”. Mas seduzira também vasta chusma de mandatários mundo afora. Inclusive e sobretudo os líderes do *vieux pays* e *vieux continent* do chanceler Villepin.⁵ Como teria sido o processo de conquista e aproximação do presidente eleito brasileiro aos demais países do concerto internacional após o 9/11 parecer ser, portanto, a núcleo da questão e o centro do estímulo de pesquisa que emerge das centenas de páginas do *18 dias* de Matias Spektor.

Essas e outras questões não reduzem em nada a agudeza e o engenho desse mais recente estudo de Matias Spektor. Repleto de qualidades, *18 dias* merece fortemente ser lido. Se não pelo tema e pelo problema – que são absolutamente formidáveis –, por uma razão ainda mais rudimentar: o livro tem ideias, insumo cada vez mais raro nos dias que correm.

4 Folha de S. Paulo, 25/09/2002.

5 Discours prononcé à l’Onu lors de la crise irakienne. Dominique de Villepin – New York, 14/02/2003.

CAPÍTULO 10

DEIXAR A PÁTRIA LIVRE OU MORRER PELO HAITI

*Our Organization,
as an organization,
was built for a different era.*
Kofi Annan¹

Das diversas *peacekeeping operations* em curso², a Minustah (*Mission des Nations Unis pour la stabilization en Haiti*) representa uma das mais conhecidas e discutidas por ser das mais notáveis, longevas e complexas. Recomendada pelo secretário geral das Nações Unidas em 16 de abril de 2004³ e instaurada sob os auspícios da resolução 1542 (2004)⁴ saída da reunião do Conselho de Segurança de 30 de abril do mesmo ano, a operação ultrapassa seu primeiro decênio envolvendo mais de meia

1 A/59/2005 – In *Larger Freedom: Towards Security, Development and Human Rights for All – Report of the Secretary-General*. United Nations, 2 de março de 2005. Parágrafo 154.

2 MINURSO – The United Nations Mission for the Referendum in Western Sahara, de 29 de abril de 1991. MINUSCA – Multidimensional United Nations peacekeeping operation for Central African Republic, de 10 de abril de 2014. MINUSMA – The United Nations Multidimensional Integrated Stabilization Mission in Mali, de 25 de abril de 2013. MINUSTAH – The United Nations Stabilization Mission in Haiti was established on 1 June 2004. MONUSCO – United Nations Organization Mission in Democratic Republic of the Congo, de 1 de julho de 2010. UNAMID – The African Union/UN Hybrid operation in Darfur de 31 de julho de 2007. UNAMA – The United Nations Assistance Mission in Afghanistan, de 2002. UNDOF – The United Nations Disengagement Observer Force, de 31 de maio de 1974. UNFICYP – United Nations Peacekeeping Force in Cyprus, de 1964. UNIFIL – United Nations Interim Force in Lebanon, de 1978. UNISFA – United Nations Interim Security Force for Abyei, de 27 de junho de 2011. UNMIK – United Nations Interim Administration Mission in Kosovo, de 10 de junho de 1999. UNMIL – United Nations Mission in Liberia, 19 de setembro de 2003. UNMISS – United Nations Mission in the Republic of South Sudan, de 8 de julho de 2011. UNMOGIP – United Nations Military Observer Group in India and Pakistan, 24 de janeiro de 1949. UNOCI – United Nations Operation in Côte d'Ivoire, 4 de abril de 2004. UNTSO – United Nations Truce Supervision Organization, Helping to bring stability in the Middle East, maio de 1948.

3 S/2004/300 – *Report of the Secretary-General on Haiti*. United Nations, 16 de abril de 2004.

4 S/2014/162 – *Report of the Secretary-General on the United Nations Stabilization Mission in Haiti*. United Nations, 7 de março de 2014.

centena de países e várias dezenas de milhares de recrutas civis e militares de todo o mundo o que faz dela um dos mais formidáveis exemplos de prática de *global governance* em tempos contemporâneos⁵.

Desde 2004, o Haiti e o mundo contemplaram diversos momentos de crise e de ordenamentos de superação de crises. Os fantasmas da *war on terror* do presidente Bush e a brutalidade dos impactos da crise financeira de 2007-2009 começaram a corroer princípios, sentimentos e fundamentos de dignidade e solidariedade por toda parte⁶. A fratura social e insuficiência institucional virou a marca de *emerging, rising e major powers* em todos os continentes⁷. Gaza, Iraque, Síria, Ucrânia, Líbia, Sahel, crise econômica, epidemia de Ebola, imigração, terrorismo, Estado Islâmico, ascensão de partidos de extrema direita, preocupações climáticas, crises políticas e sociais regionais e nacionais com implicações internacionais viraram contenciosos que ocorrem ao mesmo tempo e com crescente intensidade⁸. De Paris a Macau a Caracas a Damasco a Lisboa a Nova Iorque a Trípoli a Johannesburgo a Brasília a Kabul a Bagdá, portanto, o “estamos em crise” virou a palavra de ordem de todo cidadão, que em iminente desespero invade ruas ou/e redes sociais demandando de seus mandatários – locais, regionais, mundiais – dias melhores⁹. Nesse contexto de urgência mundial e dificuldade em definição de prioridades de *global governance*, milhares de mulheres e homens, em uniforme ou não, vindos dos quatro cantos do planeta, mesmo diante de tanto desconsolo e tanta desilusão, desembarcam em Port-au-Prince desde 2004 com o impulso da Minustah com intuito de conferir auxílio e afeição a essa gente desse País, Haiti, submerso em séculos de desconsolo e desilusão.

Instalada no bojo do traumatismo que a invasão à revelia do Iraque em 2003 causou à legitimidade dos organismos internacionais, a Minustah ainda não chegou a produzir movimentos de transformação profunda nas estruturas de poder e deliberação das Nações Unidas. Segue

5 CUNLIFFE, Philip. The Politics of Global Governance in UN Peacekeeping. *International Peacekeeping*, n. 16, v. 3, p. 323-336, 2009.

6 FUKUYAMA, Francis. *Political order and political decay: from the Industrial revolution to the globalization of democracy*. London: Profile Books, 2014.

7 FONTANA I LÁZARO, Josep. *El futuro es un país extraño*. Barcelona: Passado & Presente, 2013.

8 *Crisis Watch*, 2016 in <http://www.crisisgroup.org/~media/Files/CrisisWatch/2016/cw149.pdf>

9 BADIE, Bertrand. *Un monde de souffrances. Ambivalence de la mondialisation*. Paris: Salvator : 2015.

distante de forjar ambiente para a formulação de um documento estilo *An Agenda for Peace* do secretário geral Boutros Boutros Ghali¹⁰. Segue longe de representar um território de inovação e renovação profunda de concepções como o momento das missões das Nações Unidas na Namíbia e na América Central veio a representar. Também não pode se comparar com o que se executou, de 1994 a 2000, em missões humanitárias por Angola, Iugoslávia, Ruanda, Bósnia, Somália e Serra Leoa¹¹. Mesmo assim, ela serve de referência ao *Peacebuilding Commission* em 2005, cujo objetivo se converte em refletir sobre a ampliação da eficiência das *peacekeeping operations*, sobretudo na resposta imediatamente “*aftermath of conflict*”¹² e suscita toda sorte de discussão sobre *global governance* em tempos de sobreposição de crises.

Desde sua implantação em 1 de junho de 2004, a Minustah permanece objeto de avaliação e discussão internacionais de toda sorte de especialistas. Mas poucos a conhecem mais e melhor que o seu representante legal e moral, a saber, o secretário geral das Nações Unidas. Ao secretário – Kofi Annan no princípio e Ban Ki-moon agora – compete acompanhar e recomendar encaminhamentos. Esse acompanhamento vai rendido ao Conselho de Segurança e à Assembleia Geral na forma de relatórios. Esses relatórios têm como função essencial justificar a necessidade da missão e solicitar a sua continuação como expressão de responsabilidade de governança. Desde 2004, Kofi Annan e Ban Ki-moon apresentaram dezenas de relatórios a propósito da Minustah. Analisar alguns aspectos desses relatórios, referentes ao período 2004-2014, na tecitura da *global governance* representa o objetivo central deste artigo.

10 BOUTROS GHALI, Boutros. *An agenda for Peace*. United Nations, 1992. DEJAMMET, Alain. *Boutros Boutros-Ghali: Une histoire égyptienne*, Paris: Erick Bonnier, 2015. DEJAMMET, Alain. *L'incendie planétaire. Que fait l'ONU?* Paris: Cerf, 2015. BOUTROS GHALI, Boutros. *Unvanquished – a U.S.-U.N. saga*. New York: Random House, 1999.

11 BERDAL, Mats. *The Security Council and peacekeeping*. In: VAUGHAN Lowe; ADAM Roberts; WELSH, Jennifer; ZAUM, Dominik. *The United Nations Security Council and War: the evolution of thought and practice since 1945*. New York: Oxford University Press, 2008. p. 175-204.

12 A/63/881-S/2009/304 – *Report of the Secretary-General on peacebuilding in the immediate aftermath of conflict*. United Nations, 11 de junho de 2009.

Preliminares: peacekeeping operations

Antes de propriamente avançar sobre os relatórios do secretário geral sobre a Minustah, convém discorrer *en passant* sobre a natureza das *peacekeeping operations*.

Embora as operações de paz se constituam em prática recorrente das Nações Unidas, criadas a partir de resoluções do Conselho de Segurança (CS) como instrumento de governança, importa ressaltar a necessidade de acordo entre todos os membros permanentes do Conselho para levar a efeito tais resoluções, posto que o voto negativo de apenas um dos membros impossibilita sua aprovação.

Do ponto de vista normativo, tais operações são amparadas nos capítulos VI e VII da Carta das Nações Unidas, que tratam sobre situações conflitivas que ameaçam a paz e a segurança internacionais. O capítulo VII, um dos mais controversos do ponto de vista da história das relações internacionais, possibilita, em seu artigo 42, ao CS “*take [...] action by air, sea, or land forces as may be necessary to maintain or restore international peace and security.*”¹³.

Ainda que não previstas na Carta da Nações Unidas, as operações de manutenção da paz se iniciaram nos primeiros anos da criação da ONU. Em 1948 o Conselho de Segurança autorizou a *United Nations Truce Supervision Organization* (UNTSO), formada por observadores militares destinados a monitorar o armistício entre israelenses e palestinos. Posteriormente, por ocasião da crise de Suez, em 1956, foi criada a *United Nations Emergence Force* (UNEF I), a primeira força de paz armada autorizada pela organização. Desde então cada operação criada e enviada a campo se destina às peculiaridades do conflito em questão¹⁴.

Em princípio, as *peacekeeping operations* envolvem os objetivos de apoiar a implementação de acordos de paz ou cessar fogo. A própria Organização ressalta, todavia, que tais operações fazem parte de uma série de atividades direcionadas à manutenção da paz, que devem ocorrer

13 *Carta das Nações Unidas. 1945.* <http://www.un.org/en/documents/charter/chapter7.shtml>

14 COATE, Roger; FORSYTHE, David; PEASE, Kelly-Kate; WEISS, Thomas. *The United Nations and Changing World Politics*. Boulder: Westview Press, 2010.

de forma integrada, mas não necessariamente linear, a saber: prevenção e mediação de conflitos, *peacemaking*, *peace enforcement* e *peacebuilding*¹⁵. Importa notar que, apesar da distinção entre os termos, as hoje chamadas missões robustas, multidimensionais ou complexas podem englobar elementos de todas as categorias elencadas. Cabe, então, um breve retrospecto sobre o desenvolvimento de tais operações, a fim de explicitar a passagem de operações “simples” a “robustas”.

Além dos supracitados objetivos primários das *peacekeeping operations*, destacamos também seus três princípios basilares: consentimento das partes, imparcialidade e não uso da força exceto em legítima defesa. A observação de tais princípios deve contribuir para a legitimação das operações perante a população local, evitando a identificação da ONU como parte no conflito¹⁶.

Até o final da guerra fria este *framework* se mostrava adequado ao cumprimento dos objetivos estabelecidos. Entretanto, com a mudança no contexto internacional proporcionada pela queda da URSS, surgiram situações distintas daquelas em que a Organização costumava operar. Se por um lado a menor utilização do poder de veto das potências permanentes possibilitou a aprovação de um maior número de missões e maior margem de ação para a ONU, por outro, os conflitos que eclodiram principalmente nas antigas Repúblicas Soviéticas e na África eram majoritariamente internos, e não mais inter-estatais¹⁷.

15 As primeiras envolvem medidas diplomáticas, dentre as quais destaca-se os bons ofícios do Secretário Geral – tanto para evitar o crescimento das hostilidades entre as partes quanto para negociar acordos – bem como a participação de diversos outros atores como Estados, organizações internacionais regionais e organizações não governamentais. O *Peace enforcement* se aplica às áreas em conflito identificadas pelo Conselho como ameaças à paz e segurança, e por esse motivo passíveis de medidas coercitivas, inclusive uso de força militar sem o consentimento das partes, quando expressamente autorizado por aquele órgão. Por fim, o *peacebuilding* tem como objetivo evitar a reincidência de conflitos através do fortalecimento das “*national capacities at all levels for conflict management, and to lay the foundation for sustainable peace and development*”. UNITED NATIONS. *Peace and Security*. In: <http://www.un.org/en/peacekeeping/operations/peace.shtml>

16 UNITED NATIONS. *Peace and Security*. In: <http://www.un.org/en/peacekeeping/operations/peace.shtml>

17 ANNAN, Kofi. *Invenções: Uma vida de guerra e paz*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. MIAL, Hugh; RAMSBOTHAM, Oliver; WOODHOUSE, Tom. *Contemporary conflict resolution*. Cambridge: Polity Press, 2005. UNITED NATIONS. *History of Peacekeeping*. In: <http://www.un.org/en/peacekeeping/operations/history.shtml>

Desta forma, evidenciava-se a necessidade de uma abordagem mais completa em sua tratativa, conforme frisado por Boutros-Ghali, então Secretário Geral, em seu *An Agenda for Peace – Preventive diplomacy, peacemaking and peace-keeping*. De 1992, o *Report* promoveu um esforço de envergadura em sistematizar e consolidar alguns conceitos atinentes a operações de paz e, obviamente, em discutir sobre o eterno paradigma da soberania. De acordo com o relatório, os direitos humanos e o desenvolvimento social e econômico têm papel crucial na resolução das raízes dos conflitos. Além disso, Boutros – Ghali reforçou ainda a necessidade de integração entre prevenção, *peacekeeping*, *peacemaking* e *peacebuilding*, sinalizando, ainda que a soberania dos Estados pode não ser, necessariamente, absoluta¹⁸.

Entretanto, as dificuldades de adequação ao novo contexto são explicitadas ao lembrar da década de 1990, marcada por situações trágicas, como a inadequação das operações empreendidas em Somália e Ruanda, e a morosidade na resposta a situações como Bósnia e Kosovo.

Ao assumir o cargo de Secretário Geral, em 1998, uma das prioridades de Kofi Annan foi justamente a elaboração de estratégias visando a melhoria da credibilidade e possibilidades de sucesso das operações. Refletindo este esforço podem ser citados o Relatório Brahimi, o Relatório do Milênio, e o relatório *The Responsibility to Protect*.

O primeiro resultou do Painel das Nações Unidas Sobre Operações de Paz, realizado no ano 2000 e explicitou a necessidade de uma maior flexibilização na possibilidade de uso da força pelas operações¹⁹. O segundo, que trouxe as considerações de Annan sobre o papel da ONU no século XXI, teve um capítulo dedicado às diretrizes para a paz e segurança, no qual foi reforçada a importância do fortalecimento das atividades de prevenção de conflitos, com foco nos direitos humanos e desenvolvimento social e econômico. Além disso, defendia que a soberania nacional não poderia ser evocada nos casos de violações dos direitos humanos e ventilava a possibilidade de intervenção armada autorizada pelo Conselho como uma resposta aos casos de assassinatos em massa²⁰.

18 BOUTROS GHALI, Boutros. *An agenda for Peace*. United Nations, 1992.

19 A/55/305 - *Report of the panel on united nations peace operations*. 21 de Agosto de 2000. In: http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/55/305

20 ANNAN, Kofi. *We, the peoples. The Role of United Nations in the 21st century*. United Nations,

Publicado em 2001, de autoria da *Internacional Commission on Intervention and State Sovereignty*, o relatório *The Responsibility to Protect* propunha uma mudança na abordagem direcionada às intervenções humanitárias: estas deveriam ser tratadas a partir do imperativo de proteger as pessoas que sofrem violações de seus direitos humanos. Tal responsabilidade é primária dos Estados, mas a comunidade internacional deve auxiliá-los nesta empreitada, e agir em defesa das populações, quando estes não o fazem²¹. Assim, nestes casos, a intervenção armada, mesmo que sem o consentimento das partes, deve ser uma atitude aplicável, legítima e justificada. Apesar de trazer tal inovação quanto ao uso da força, o relatório reforça também a importância da integração entre prevenção, reação e reconstrução, com destaque para a primazia da primeira.

Embora seja um relatório longo e denso, a Responsabilidade de Proteger foi incorporada à ONU apenas nos parágrafos 138 e 139 do documento final da Cúpula Mundial de 2005, que definem os crimes de genocídio, limpeza étnica, crimes de guerra e crimes contra a humanidade como legitimadores da intervenção militar para defesa dos direitos humanos, desde que com a autorização do Conselho. Ademais, reforça também a importância dos esforços preventivos para a manutenção da paz e segurança internacionais²².

Além de tais esforços políticos, é digno de menção o esforço de normatizar tais entendimentos acerca das operações de paz em diretrizes internas, com maior possibilidade de aplicação prática, sintetizado na *capstone doctrine*, documento de alto nível da ONU que define os princípios e *guidelines* das *Peace Operations*. Também este documento reforça a importância da abordagem integrada das operações de *peacekeeping*, e o fato de que dificilmente missões “simples” como as da década de 1950 conseguiriam se adequar ao atual contexto internacional²³.

2000. In: http://www.un.org/en/events/pastevents/pdfs/We_The_Peoples.pdf

21 INTERNACIONAL COMMISSION ON INTERVENTION AND STATE SOVEREIGNTY. *The Responsibility to protect*. 2001. In: <http://responsibilitytoprotect.org/ICISS%20Report.pdf>

22 A/RES/60/1- *Documento Final de la Cumbre Mundial 2005*. United Nations, 24 de outubro de 2005. In: <http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=A/RES/60/1>

23 UNITED NATIONS. *United Nations Peacekeeping Operations: Principles and Guidelines*. 2008. In: http://pbpu.unlb.org/pbps/Library/Capstone_Doctrine_ENG.pdf

Ainda jacobinos negros

The Black Jacobins de C.L.R. James²⁴ continua sendo a obra mais decisiva para a compreensão da mutação da colônia mais produtiva das Américas no século 19 no País mais miserável do mundo no século 21. De São Domingos ao Haiti, de Toussaint L'Ouverture ao presidente Jean Bertrand Aristide, agruras sem fim tomaram conta do destino dessa gente ainda sedenta de liberdade.

As eleições de 2000 deram vitória ao presidente Aristide e ao seu partido *Fanmi Lavalas*. A oposição – composta por partidos políticos e diversos setores da sociedade civil – protestou. Acusou o resultado de forte manipulação. Sugeriu a resignação do presidente. Em 2003, o embate político ganhou em proporção e densidade. A comunidade internacional, desassossegada, interveio. A Caricom, Comunidade do Caribe, foi alçada a mediar. No dia 31 de janeiro de 2004, apresentou o *Prior Action Plan* cujo objetivo era contemporizar as instabilidades. No sentido mais concreto, sua função era promover “*major reforms*”, incluindo a formação de um novo gabinete ministerial. Para implantar o plano foi criado o Grupo dos Seis, G6, envolvendo Bahamas pela Caricom, Canadá, União Europeia, França, OEA e Estados Unidos. As discussões avançavam em forma e conteúdo. Tudo era feito para proteger o mandato do presidente Aristide. No entanto, no início de fevereiro de 2004, ocorreu a eclosão de conflitos armados no nordeste do País. A Polícia Nacional do Haiti, havia muito depauperada e submersa em desmando, perdeu totalmente o controle e a legitimidade. Muitos de seus componentes desertaram. Vários deles passaram a compor milícias armadas e grupos paramilitares. *Chimères* era o mais afamado. Nesse início de fevereiro de 2004, grupos armados, liderados por milicianos e antigos homens da Polícia Nacional, tomaram a cidade de Gonaïves e diversas outras no platô central. A politização do conflito armado era evidente. Sua intenção também. E, por isso, os protestos e conflitos não demoraram rumar para Port-au-Prince. Impotente diante da situação, o presidente Aristide acabou por deixar

24 JAMES, C. L. R, *Os jacobinos negros. Toussaint L'Ouverture e a revolução de São Domingos*. São Paulo: Boitempo, 2000.

o País. Seguiu ao exílio. Isso ocorreu nas primeiras horas do dia 29 de fevereiro de 2004. Nessas mesmas horas matinais, o primeiro-ministro Yvon Neptune, leu a carta de resignação do presidente Aristide. Nas horas seguintes, Boniface Alexandre, presidente da Suprema Corte, assumiu a presidência interina do Haiti. Mas a tensão do País aumentava em indeterminação. O histórico de instabilidade social somado à fragilidade política conduzia prognósticos de tempos ainda muito mais difíceis. Por essa razão, o experimentado Boniface Alexandre, agora, presidente interino, de imediato, nas primeiras horas vespertinas, enviou solicitação de assistência às Nações Unidas. Assistência especialmente armada. Essa solicitação foi enviada de pronto ao Conselho de Segurança. O Conselho de Segurança não tardou em acolher o pedido e fazê-lo base da resolução 1529 (2004)²⁵.

Essa resolução criou uma força interina multinacional – *multinational interim force*, MIF – com duração máxima de três meses. Essa força foi composta por Canadá, Chile, França e Estados Unidos. Seu objetivo era, majoritariamente, estancar a violência e sondar a gravidade da situação para, na sequência, se estabelecer a “*follow-on United Nations stabilization force to support continuation of a peaceful and constitutional political process and the maintenance of a secure and stable environment in Haiti*”²⁶.

Para o primeiro intuito, foram enviados 3.000 soldados dos países concernidos para reestabelecer o controle nas cidades em conturbação. Para o segundo, foi nomeado John Reginald Dumas como *special adviser* do secretário geral Kofi Annan. Reginald Dumas consultou praticamente todos os envolvidos no processo no Haiti, na OEA, na Caricom, nos Estados Unidos da América, no Reino Unido e na Jamaica. O resultado dessas consultas, iniciadas no dia 11 de março de 2004, serviu de fundamento para o relatório que selou o destino da Minustah.

Apresentado pelo secretário geral ao Conselho de Segurança no dia 16 de abril de 2004, o relatório recomenda a criação da *Mission des Nations Unis pour la stabilization en Haiti* e estrutura as normas de seu mandato.

De modo sumário, o secretário geral sugere apoio para:

25 S/2004/300 – *Report of the Secretary-General on Haiti*. United Nations, 16 de abril de 2004.

26 S/2004/300 – *Report of the Secretary-General on Haiti*. United Nations, 16 de abril de 2004. p. 1.

1. Estruturação do processo constitucional e político
2. Reestabelecimento da tranquilidade e da ordem públicas
3. Processo eleitoral a partir da feitura de eleições democráticas e credíveis.
4. Restauração do *rule of law* e da seguridade pública
5. Reforma do judiciário e do sistema prisional
6. Bom andamento do governo de transição
7. Boa relação entre o governo de transição e demais grupos políticos
8. Ampliação da legitimidade do governo de transição diante dos governos locais
9. Reconciliação dos diversos grupos
10. Facilidade a provisão, manutenção e captação de assistência humanitária
11. Restauração do serviço público
12. Formulação de estratégia de desenvolvimento sustentável
13. Monitoramento da condição dos direitos humanos
14. Melhor cooperação com agências internacionais de doação
15. Garantia segurança do pessoal envolvido na missão
16. Promoção da participação de mulheres no processo de transição

Essas diretrizes deveriam ser implantadas em vinte e quatro meses, a contar do início da missão, período no qual deveria ser convocado e executado novo processo eleitoral²⁷.

*

Essas recomendações foram adotadas pelo Conselho de Segurança no dia 30 de abril e materializadas na resolução 1542 (2004). Essa resolução conferia mandato de seis meses à missão que teria início no dia 1º de junho de 2004. Durante todo o mês de maio de 2004, a Minustah foi se fazendo e a Força Interina Multinacional, se desintegrando. Para responsável pela representação especial do Haiti e da missão fora indicado o chileno Juan

²⁷ S/2004/300 – *Report of the Secretary-General on Haiti*. United Nations, 16 de abril de 2004. p. 20-34.

Gabriel Valdés. Para representante da coordenação de assuntos humanitários e de desenvolvimento, Adama Guindo. Para o comando das forças militares, o general brasileiro Augusto Heleno Ribeiro Pereira. Para das forças policiais, o canadense David Charles Beer²⁸.

O peso do número

De 18 de novembro de 2004 a 7 de março de 2014, o secretário geral das Nações Unidas apresentou vinte relatórios ao Conselho de Segurança. O objetivo essencial dos relatórios foi sempre descrever o substantivo das atividades desenvolvidas pela missão durante o período do mandato. Os relatórios – componentes da liturgia do processo decisório no interior das Nações Unidas para além da tensão entre a Assembleia Geral e o Conselho de Segurança²⁹ – são onde o secretário geral rende contas da missão. Contas rendidas, o relatório também serve de fundamento para solicitação de renovação do mandato. De 1º de junho de 2004 a 7 de março de 2014 foram aprovadas doze resoluções – 1608 (2005), 1702 (2006), 1743 (2007), 1780 (2007), 1840 (2008), 1892 (2009), 1908 (2010), 1927 (2010), 1944 (2010), 2012 (2011), 2070 (2012) e 2119 (2013) – de renovação da Minustah³⁰.

De maneira geral, os relatórios vão estruturados sobre os eixos principais da missão. Primeiro ponto corresponde à segurança. O segundo, à dimensão política. O terceiro, ao respeito aos direitos humanos. O quarto, aos esforços na promoção de desenvolvimento econômico, social e humanitário. O quinto transcreve as necessidades que ainda precisam ser supridas para conferir a estabilização do País.

De relatório em relatório se vai descobrindo a complexidade da situação do Haiti e a concomitante complexidade das operações internacionais de melhoramento do Haiti.

28 S/2004/698 – *Interim Report of the Secretary-General on the United Nations Stabilization Mission in Haiti*. United Nations, 30 de agosto de 2004.

29 ZAUM, Dominik. *The Security Council, the general assembly, and war: the uniting for peace resolution*. In: VAUGHAN Lowe; ADAM Roberts; JENNIFER Welsh; DOMINIK Zaum. *The United Nations Security Council and War: the evolution of thought and practice since 1945*. New York: Oxford University Press, 2008. p. 155-174.

30 S/2014/162 – *Report of the Secretary-General on the United Nations Stabilizations Mission in Haiti*. United Nations, 7 de março de 2014.

O Haiti era em 2004 – e continua sendo em 2014 – um dos países mais pobres do Ocidente. Seu setor comercial era frágil, decadente e/ou inexistente. 40% da liquidez do meio circulante advinha dos envios de dinheiro de familiares de haitianos vivendo no exterior. 52% da população vivia com menos de 1,5 dólar ao dia. As mulheres estavam submetidas a condições nefandas de violência doméstica e precariedade humanitária. Parte substantiva delas não dispunha de educação reprodutiva. Parte importante dessa parte substantiva era sujeita a altos índices de mortalidade no parto. Consequentemente, a mortalidade infantil também era imensa. Uma das maiores do mundo. Apenas 34% das crianças de 12 a 23 meses tinham recebido alguma vacina nos anos que antecederam a Minustah. 16% não receberam vacina alguma. O resto do percentual para completar 100%, morrera antes dos 12 meses de vida. 51% dos 8 milhões e meio de habitantes do Haiti dos tempos do presidente Aristide estavam submersos em desnutrição crônica. 2/3 das crianças com menos de cinco anos sofriam de anemia. 40% das meninas, crianças e adolescentes, jamais acessaram a escola primária. Mais de duas mil, em média por ano, crianças e adolescentes eram vendidas no *black market* internacional de pessoas. 75% de todas as crianças entre 7 e 14 anos eram objeto de alguma exploração, de sexual a moral. 5% das moças e 4,1% dos moços entre 14 e 24 anos eram portadores de HIV/AIDS. 4,5% de toda a população eram portadores do vírus, pelas estimativas de 2002. 30 mil pessoas morreram em média por ano de 1980 até 2004 por conta desse vírus. Mais de 200 mil crianças, nesse mesmo conjunto de razão, eram deixadas órfãs³¹.

Esse retrato, com a adição de outras múltiplas cores, justificava o imperativo da necessidade da missão antes, durante e depois da saída do presidente Aristide.

Morrer pelo Haiti

O vazio de poder tornou mais aguda a combinação perversa e malfazeja desses números. Os dez anos de MINUSTAH não necessariamente reverteram esses dados. Mas seu esforço foi sem fim.

31 S/2004/300 – *Report of the Secretary-General on Haiti*. United Nations, 16 de abril de 2004. p. 12-13.

A primeira leva de pés estrangeiros para estabilização do Haiti era composta de 2.755 soldados e oficiais de doze países – Argentina, Benin, Bolívia, Brasil, Chile, Croácia, França, Nepal, Paraguai, Peru, Estados Unidos da América e Uruguai – e 365 policiais de 17 países – Benin, Bósnia e Herzegovina, Burkina Faso, Camarões, Canadá, Chad, Chile, China, França, Ghana, Jordânia, Mali, Nigéria, Portugal, Senegal Serra Leoa e Turquia.

Contingente de militares da MINUSTAH 17 de agosto de 2004			
País	Oficiais	Soldados	Total
Argentina	6	480	486
Benin	3	-	3
Bolívia	6	-	6
Brasil	12	1.198	1.210
Chile	6	448	454
Croácia	1	-	1
França	2	-	2
Nepal	6	-	6
Paraguai	6	-	6
Peru	2	-	2
Estados Unidos da América	4	-	4
Uruguai	4	571	575
Total	58	2.697	2.755

Fonte: S-2004-698, p. 16.

Contingente de policiais e civis da MINUSTAH 17 de agosto de 2004			
País	Oficiais civis	Policiais	Total
Benin	9	-	9
Bosnia e Hezergovina	3	-	3
Burkina Faso	39	-	39
Camarões	43	-	43
Canadá	26	-	26
Chad	1	-	1
Chile	2	-	2
China	1	-	1
França	32	-	32
Gana	2	-	2
Jordânia	1	125	126
Mali	8	-	8
Nigéria	7	-	7
Portugal	5	-	5
Senegal	51	-	51
Serra Leoa	5	-	5
Turquia	5	-	5
Total	240	125	365

Fonte: S-2004-698, p. 16

O relatório de março de 2014, o mais recente em análise, apresenta a dimensão da evolução do esforço internacional. Nesses dez anos, a quantidade de soldados mais que dobrou, passou dos iniciais 2.755 para 5.814 e o número de 365 policiais foi multiplicado por quase sete vezes e passou para 2.411.

Contingente de militares da MINUSTAH 10 de fevereiro de 2014			
País	Oficiais	Soldados	Total
Argentina	11	561	572
Bolívia	3	205	208
Brasil	18	1416	1434
Canadá	5	2	7
Chile	3	454	457
El Salvador	1	34	35
Equador	1	52	53
França	2	-	2
Guatemala	2	133	135
Honduras		1	1
Indonésia	1	167	168
Jordânia	10	241	251
Nepal	13	21	34
Paraguai	3	114	117
Peru	6	367	373
Filipinas	2	157	159
Coréia do Sul	2	-	2
Sri Lanka	11	850	861
Estados Unidos da América	8	-	8
Uruguai	10	927	937
Total	112	5.702	5.814

Fonte: S-2014-162, p. 20.

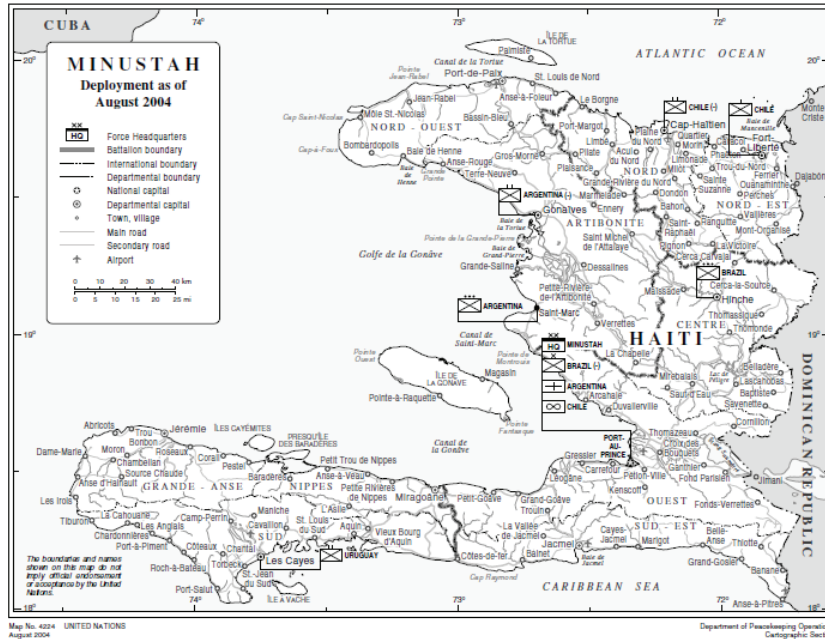
Contingente de policiais e civis da MINUSTAH 10 de fevereiro de 2014			
País	Oficiais civis	Policiais	Total
Argentina	12	-	12
Bangladesh	5	216	221
Benin	41	-	41
Brasil	10	-	10
Burkina Faso	55	-	55
Burundi	43	-	43
Camarões	36	-	36
Canadá	81	-	81
África Central	1	-	1
Chad	5	-	5
Chile	14	-	14
Colômbia	27	-	27
Costa do Marfim	132	-	132
Croácia	5	-	5
Egito	16	-	16
França	22	-	22
Granada	2	-	2
Guiné	15	-	15
Índia	5	420	425
Jordânia	11	278	289
Quirquistão	1	-	1
Lituânia	1	-	1
Mali	37	-	37
Nepal	2	140	142
Niger	51	-	51
Nigéria	3	-	3
Noruega	6	-	6

Paquistão	-	139	139
Paraguai	1	-	1
Filipinas	13	-	13
Portugal	1	-	1
România	23	-	23
Rússia	9	-	9
Ruanda	13	140	153
Senegal	6	140	146
Espanha	9	-	9
Sri Lanka	8	-	8
Tunísia	14	-	14
Turquia	12	-	12
Tailândia	7	-	7
Reino Unido	1	-	1
Estados Unidos	60	-	60
Uruguai	4	-	4
Vannuatu	2	-	2
Yemem	18	-	18
Total	838	1.573	2.411

Fonte: S-2014-162, p. 21-22

A simples observação das cartas de operação de 2004 e 2014 amplia a ilustração dessa evolução.

18



S/2004/698

United Nations Stabilization Mission in Haiti: Deployment map

1424183

MINUSTAH map as at March 2014



S/2014/135

A abordagem direta do primeiro e do último relatório isolado esconde diversos segredos internos do período. Diferente do que se po-

deria imaginar pela simples avaliação dos números deles em exclusivo, a quantidade de soldados e policiais avança progressivamente de um mandato ao outro. Dos 2.755 soldados iniciais, chega a 7.519 em começos de 2006 e a 8.728 em agosto de 2011. Dos 365 policiais de 2004 vai num crescendo até chegar aos 3.447 em agosto de 2011. Após agosto de 2011, a quantidade de militares e policiais vai diminuindo até aos atuais 5.814 e 2.411 (fevereiro de 2014).

Evolução da quantidade de militares e policiais			
	<i>Militares</i>	<i>Policiais</i>	<i>Totais</i>
<i>17 de agosto de 2004</i>	2.755	365	3.120
<i>8 de novembro de 2004</i>	4.493	978	5.471
<i>15 de fevereiro de 2005</i>	6.013	1.398	7.411
<i>9 de maio de 2005</i>	6.211	1.413	7.624
<i>29 de setembro de 2005</i>	6.381	1.471	7.852
<i>31 de janeiro de 2006</i>	7.519	1.777	9.296
<i>15 de julho de 2006</i>	6.309	1.687	7.996
<i>10 de dezembro de 2006</i>	6.662	1.742	8.404
<i>15 de agosto de 2007</i>	7.080	1.770	8.850
<i>26 de março de 2008</i>	7.065	1.937	9.002
<i>18 de agosto de 2008</i>	6.952	1.925	8.877
<i>26 de fevereiro de 2009</i>	7.032	2.021	9.053
<i>25 de agosto de 2009</i>	7.058	2.052	9.110
<i>13 de abril de 2010</i>	8.306	2.177	10.483
<i>23 de agosto de 2010</i>	8.548	3.063	11.611
<i>23 de agosto de 2011</i>	8.728	3.447	12.175
<i>15 de agosto de 2012</i>	7.272	2.807	10.079
<i>31 de julho de 2013</i>	6.198	2.522	8.720
<i>10 de fevereiro de 2014</i>	5.814	2.411	8.225

Fonte: S/2004/698, p. 16-17; S/2004/908, p. 14-16; S/2005/124, p. 15-17; S/2005/313, p. 16-18; S/2005/631, p. 14-16; S/2006/60, p. 17-19; S/2006/592, p. 21-23; S/2006/1003, p. 16-18; S/2007/503, p. 19-21; S/2008/202, p. 18-20; S/2008/586, p. 26-28; S/2009/129, p. 20-22; S/2009/439, p. 25-27; S/2010/200, p. 22-24; S/2010/446, p. 19-21; S/2011/540, p. 16-18; S/2012/678, p. 18-20; S/2013/493, p. 19-21; S/2014/162, p. 20-22.

O relatório de agosto de 2011, que traz esses números da quantidade máxima de militares e policiais internacionais empregados no Haiti, cobre, em verdade os dois períodos imediatamente após o devastador terremoto de 12 de janeiro de 2010.

O terremoto e seus efeitos colaterais apresentam dados e conjunturas macabras e desoladoras. Sete pontos na escala Richter foi a sua magnitude: Port-au-Prince, Petit Goâve, Grande Gâve, Léogâne, cidade de Jacmel e cidade de Miragâne foram os principais núcleos populacionais atingidos. 222 mil e 570 pessoas foram mortas. Dezenas de milhares foram lesionadas. Mais de 1 milhão e meio ficou desabrigado. Outro quase 2 milhões passou a vagar pelo interior do País e do continente. 77 oficiais da Polícia Nacional foram mortos. Centenas deles foram também lesionados. Mais de 4 mil dos 8 mil 535 presos escaparam das prisões. Centenas deles passaram a liderar gangues e grupos de malfeitores por todo o Haiti. Nem mesmo os hóspedes do Hotel Christopher, os oficiais das Nações Unidas, passaram ilesos ao terremoto: 101 deles perderam suas vidas³².

Por impulso do momento, a quantidade de soldados passou de 7.058 a 8.306 e a de policiais de 2.052 a 2.177. No caso dos soldados, sim, foi expressivo o acréscimo em função do terremoto. Ocorreu uma agudização da tendência. Mesmo efeito não se notou no caso do acréscimo de policiais que praticamente seguiu uma evolução média padrão.

Contingente militar da MINUSTAH após o terremoto de 2010			
	Oficiais	Soldados	Totais
Argentina	9	551	560
Bolívia	3	205	208
Brasil	22	2.166	2188
Canadá	11		11
Chile	5	498	503
Equador		66	66
França	2		2

32 S/2010/200 – Report of the Secretary-General on the United Nations Stabilization Mission in Haiti. United Nations, 22 de fevereiro de 2010. p. 1-3.

Guatemala	4	143	147
Índia	1		1
Japão	2	190	192
Jordânia	8	592	600
Nepal	13	1.067	1.080
Paraguai		31	31
Peru	5	214	219
Filipinas	2	155	157
Coréia do Sul	1	239	240
Sri Lanka	8		8
Estados Unidos da América	8		8
Uruguai	13	1.176	1.189
Total	120	8.186	8.306

Fonte: S/2010/200, p. 22.

O caso do Brasil, no que tange ao número de envio de soldados, parece ser sintomático. Como comandante militar da missão, o Brasil acaba sendo o País que mais decididamente amplia o seu contingente de homens no Haiti após o terremoto. Faz saltar dos 1.260 homens de agosto de 2009 para 2.160 em abril de 2010, imediatamente após o terremoto. 1.000 soldados a mais.

Militares brasileiros no Haiti			
	Oficiais	Soldados	Totais
17 de agosto de 2004	12	1.198	1.210
8 de novembro de 2004	12	1.197	1.209
15 de fevereiro de 2005	12	1.200	1.212
9 de maio de 2005	12	1.200	1.212
29 de setembro de 2005	20	1.199	1.219
31 de janeiro de 2006	22	1.200	1.222
15 de julho de 2006	14	1.200	1.214
10 de dezembro de 2006	13	1.198	1.211

15 de agosto de 2007	15		1.196		1.211
	Feminino	Mascu- lino	Feminino	Mas- culi- no	
26 de março de 2008		14	6	1.193	1.213
18 de agosto de 2008		14	6	1.193	1.213
26 de fevereiro de 2009		15	6	1.261	1.282
25 de agosto de 2009		15	7	1.260	1.282
13 de abril de 2010		22	6	2.160	2.188
23 de agosto de 2010		23	9	2.133	2.165
23 de agosto de 2011		22	17	2.146	2.186
15 de agosto de 2012		19	21	1.856	1.896
31 de julho de 2013		18	16	1.369	1.403
10 de fevereiro de 2014		18	14	1.402	1.434

Fonte: S/2004/698, p. 16; S/2004/908, p. 14; S/2005/124, p. 15; S/2005/313, p. 16; S/2005/631, p. 14; S/2006/60, p. 17; S/2006/592, p. 21; S/2006/1003, p. 16; S/2007/503, p. 19; S/2008/202, p. 18; S/2008/586, p. 26; S/2009/129, p. 20; S/2009/439, p. 25; S/2010/200, p. 22; S/2010/446, p. 19; S/2011/540, p.16; S/2012/678, p. 18; S/2013/493, p. 19; S/2014/162, p. 20.

Essa afirmação sobre o Brasil – que não deixa de ser correta – ficaria muito incompleta sem se levar em conta a *first responder* do Canadá e dos Estados Unidos que, sós, nas primeiras 72 horas, fizeram desembarcar em Port-au-Prince 18 mil e 500 soldados americanos e 2 mil soldados canadenses³³.

Além do secretário

Após enviar seus mais de 18 mil homens ao Haiti, o presidente Obama reafirmou em importante artigo saído na *Newsweek* de 22 de fevereiro de 2010 que “*that is who we are. That is what we do*” como demonstração da excepcionalidade americana. Nos meses que se seguiram,

³³ S/2010/200 – *Report of the Secretary-General on the United Nations Stabilization Mission in Haiti*. United Nations, 22 de fevereiro de 2010. p. 2.

esse argumento foi recorrente nas manifestações do presidente americano e chegou ao momento mais intenso de concretude diante dos lordes do parlamento inglês na denominação de que

Countries like China, India, and Brazil are growing by leaps and bounds. We should welcome this development, for it has lifted hundreds of millions from poverty around the globe, and created new markets and opportunities for our own nations. And yet, as this rapid change has taken place, it's become fashionable in some quarters to question whether the rise of these nations will accompany the decline of American and European influence around the world. Perhaps, the argument goes, these nations represent the future, and the time for our leadership has passed. That argument is wrong. The time for our leadership is now³⁴.

Em realce aos tempos de ilusão de superpotência isolada dos momentos após o desaparecimento da URSS, os Estados Unidos do presidente Obama aproveita a repercussão internacional de sua atuação na resposta humanitária ao terremoto no Haiti para realinhar a discussão sobre eventual importância da ascensão de alguns países emergentes aglutinados no espaço BRICs. Esses países tiveram ampliação de sua visibilidade nos momentos iniciais da crise financeira e, sobretudo, nas reuniões do G20 em Washington e Londres. Do setembro de 2008, quebra do *Lehman Brothers* em Nova Iorque, ao janeiro de 2010 no Haiti, os Estados Unidos pareciam ter dado adeus às eras do presidente Bush de ativismo internacional. O presidente Obama, no caso do Haiti, afirma que certamente não. Mas quem olha os números da participação americana na MINUSTAH se depara a imenso contraste.

Militares americanos na MINUSTAH			
	Oficiais	Soldados	Totais
17 de agosto de 2004	4		4
8 de novembro de 2004	4		4
15 de fevereiro de 2005	4		4
9 de maio de 2005	4		4

34 *Remarks by the President to Parliament in London, United Kingdom, May 25, 2011.*

29 de setembro de 2005	4		4
31 de janeiro de 2006	4		4
15 de julho de 2006	4		4
10 de dezembro de 2006	3		3
15 de agosto de 2007	3		3
26 de março de 2008	3		3
18 de agosto de 2008	3		3
26 de fevereiro de 2009	4		4
25 de agosto de 2009	3		3
13 de abril de 2010	7		7
23 de agosto de 2010	2		2
23 de agosto de 2011	8		8
15 de agosto de 2012	9		9
31 de julho de 2013	9		9
10 de fevereiro de 2014	8		6

Fonte: S/2004/698, p. 16; S/2004/908, p. 14; S/2005/124, p. 15; S/2005/313, p. 16; S/2005/631, p. 14; S/2006/60, p. 17; S/2006/592, p. 21; S/2006/1003, p. 16; S/2007/503, p. 19; S/2008/202, p. 18; S/2008/586, p. 26; S/2009/129, p. 20; S/2009/439, p. 25; S/2010/200, p. 22; S/2010/446, p. 19; S/2011/540, p.16; S/2012/678, p. 18; S/2013/493, p. 19; S/2014/162, p. 20.

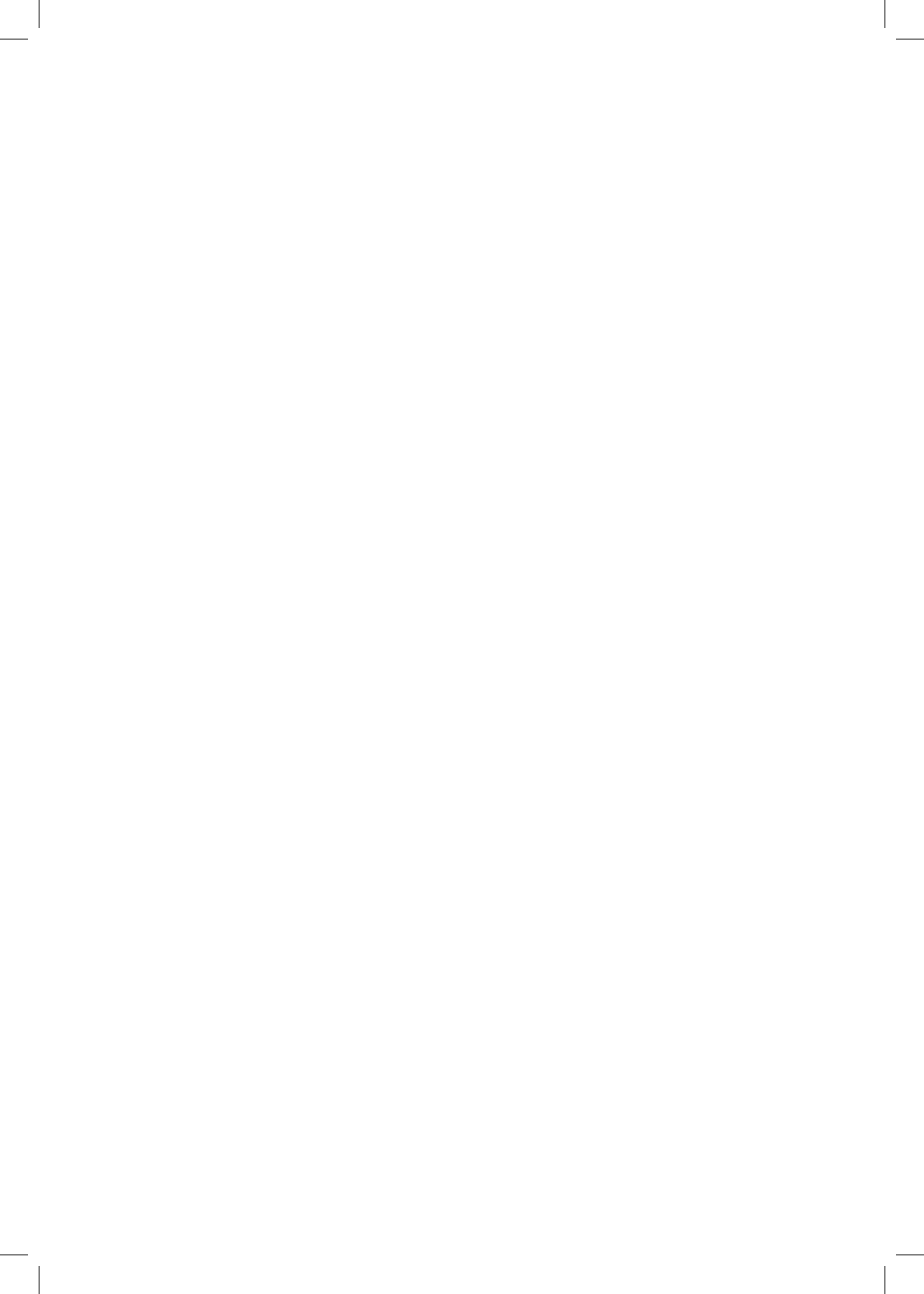
Para a Minustah, os Estados Unidos praticamente não enviaram soldados. Seu envolvimento contou apenas com oficiais. Por outro lado, sua ajuda unilateral da *Joint Task Force Haiti* (JTF-Haiti) representou o maior esforço militar da história do País em *Disaster Relief*. No auge de seus esforços a *Operation Unified Response*, coordenada pela JTF-Haiti, estando sob a guarda do Comando Sul dos Estados Unidos da América (US Southern Command – SOUTHCOM), mobilizou 22 mil pessoas, 33 navios da frota estadunidense e mais de 300 aviões³⁵.

Quais, então, as razões que explicam a ausência dos EUA, assim como a França e outros membros permanentes do Conselho de Segurança

35 CECCHINE, Gary; MORGAN, Forrest *et al.* *The U.S. Military Response to the 2010 Haiti Earthquake – Considerations for Army Leaders* (RAND Corporation, 2013) In: http://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/research_reports/RR300/RR304/RAND_RR304.pdf

nos esforços empregados pela Minustah? Sobre essa discussão nada consta nos relatórios do Secretário Geral.

Mas constam nos relatórios – como em alguns rápidos aspectos se procurou apresentar neste artigo – as razões que conduziram, e ainda conduzem, muitos membros da comunidade internacional a apoiar o ideal que remonta aos pais fundadores do País dos tempos Toussaint L'Ouverture, que almejavam simplesmente deixar a pátria livre ou morrer pelo Haiti.



CAPÍTULO 11

MUITO ALÉM DOS OLHOS AZUIS

Never send to know for whom the bells tolls; it tolls for thee.
John Donne

Paris, 24 de janeiro de 2008. Quinta-feira, fria, invernal. O cidadão René Ernest entrou com ação junto à procuradoria da república francesa contra a *Société Générale*. Acionário do banco, Ernest descobrira dispersa sorte de malversação financeira no interior da instituição. Sua acusação, sem nominação, pretendia desmascarar e responsabilizar o autor desses delitos que estavam para corroer a reputação do grupo financeiro dos mais importantes da França, da Europa e do mundo. Bem informado, ele vinha acompanhando com perplexidade o pasmo da diretoria do banco desde a sexta-feira, 18 de janeiro¹. Nesse dia, durante a análise de rotina no setor de mercados, foram descobertas anormalidades nas referências de risco. Os sinais de alerta ficaram fortes. Os diretores foram informados. Trabalhos de investigação, instaurados. Apreensão irrestrita, também. No domingo, desde sexta-feira uma noite escura e sem fim, inspetores descobriram ordens de empenho, não autorizadas, de dezenas de bilhões de euros. Pura especulação de papéis financeiros. Majoritariamente de mercados futuros. Alguém do banco jogava, sem permissão, no cassino dos predadores das finanças. O montante empregado e dessa vez descoberto, em sendo perdido, era o suficiente para claramente devastar a credibilidade da *Société Générale* e de bancos irmãos. 7 bilhões de euros estavam para ser perdidos inapelavelmente em nada sendo feito. Restava, agora, impedir essa perda e a de muito mais. O Banco da França e a Autoridade de Mercados Financeiros foram participados. Uma comissão de crise foi convocada. Um plano de salvamento, elaborado. Daniel Bouton, presidente-diretor-geral da *Société*, decidiu, com a comissão, trabalhar em segredo. Queria, sem alarde, revender no mercado ao menos parte dos produtos

¹ Jugement intégral – Jérôme Kerviel. Paris: Chroniques judiciaires, 2010. p. 4-5. Disponível em: <http://prdchroniques.blog.lemonde.fr/2010/10/05/jerome-kerviel-bras-croises-face-a-la-justice-2/>

tóxico-financeiros adquiridos sem permissão. E, por outro lado, na descrição, identificar o traidor, o causador daquela infâmia. Era ainda domingo, 20 de janeiro. As horas corriam e o temor aumentava. O suor era glacial. Os números, em dinheiro, das movimentações – entre perdas e possíveis perdas – ia deixando embasbacados os por muito experimentados alto-executivos do banco. 1,5 bilhão tinha evaporado até então. Do crepúsculo da sexta à alvorada do domingo. O desaparecimento de mais 2, 3 bilhões, mesmo com o plano de salvamento pronto para execução, seria difícil evitar. Domingo vai findando. Segunda, terça, quarta-feira vai passando e o desespero, não. Por esses dias, rumores de catástrofe iam aumentando. Muita pressão para a gestão da crise. O governo francês se inteira do problema. No dia 23, quarta-feira, Daniel Bouton vai render conta aos chefes do Elysée, de Matignon e de Bercy. Presidente Nicolas Sarkozy. Primeiro-ministro François Fillon. Ministra da economia Christine Lagarde. Nada de luz. No final do dia, a descrição e o segredo vão desaparecendo. O conselho de administração da *Société* descobre plenamente as tramas. As anomalias de algum “insano predador” e as movimentações da comissão de crise. Daniel Bouton se põe a explicar. Intenta demissionar. Reconhece suas responsabilidades. Reconhece suas limitações. Quer sair. Não lhe permitem. Todas as altas-autoridades desejaram que ele, o presidente-diretor-geral, ficasse e administrasse, moral e emocionalmente, a crise. Daniel Bouton entendeu – ou se afugentou. Decidiu ficar. Mas, a essa altura, a pressão e incompreensão, inclusive de gente de fora do mercado, era imensa. As horas iam fechando a noite da quarta-feira, 23, e, com ela, a convicção de se manter em silêncio. Enquanto René Ernest recorria à procuradoria, Daniel Bouton se preparava para anunciar a toda a sociedade francesa do ocorrido. Inglório explicar o injustificável. Pouco a se fazer. “*La Société générale a été victime de malchance*”, resumiu. Fraudes massivas e especulação financeira irresponsáveis. O causador: um *trader* – *rogue trader*, no dizer dos britânicos. Seu nome: Jérôme Kerviel. Sua maneira de atuação: “*il a acheté quand le marche baissait et vendu quand ça montait.*” Dessa vez, última para ele, não funcionou².

2 GATINOIS, Claire; MICHEL, Anne. Société générale: six questions sur une fraude. *Le monde*, 25/01/2008. WARDE, Ibrahim. Des français qui gagnent. *Le monde diplomatique*, julho de 2010.

As pessoas, em sua singularidade, envolvidas diretamente no caso, pouco importam. Mesmo sendo surpreendente uma única pessoa, o *trader*, conduzir a perda de 5 bilhões de euros e, assustadoramente, produzir a desilusão de milhares de pessoas mundo afora. Da mesma maneira, ficando muito constrangedor presenciar o presidente-diretor-geral de uma instituição com prestígio e história de mais de cem anos e mais de 130 mil funcionários no atual – que, na maioria, dão-lhe apoio e querem sua permanência – ser constrangido pela violência das perguntas constrangedoras de jornalistas³.

O caso, em si, sobressai. Ele denuncia a gravidade da crise de *subprime*. Mostra o quão distante pode chegar a letalidade da especulação de mercados financeiros.

Depois desse janeiro, de inverno francês, a percepção da loucura das finanças foi ganhando evidência. O horror anunciado ao longo de todo o ano de 2007 passou a rondar diuturnamente as casas. A agonia e morte do *Lehman Brothers* – conduzidas do 2 ao 16 de setembro de 2008 – encheu de tamanho desespero e desesperança que, de imediato, se passou a reconhecer esse seu desespero e desesperança ao desespero e desesperança do após 24 de outubro de 1929.

O *crash* de 1929 teve dimensões globais. Mesmo incompleta em sua trajetória a mundialização, a integralidade da civilização material em escala global era uma verdade de concretude e densidade ao menos desde a guerra de 1914⁴. Janeiro-setembro de 2008 – depois do estabelecimento da financeirização do capital como regra universal do mundo livre; depois do desaparecimento do bloco soviético; depois da ilusão de triunfo absoluto dos Estados Unidos da América; depois do 11 de setembro de 2001 – não poderia lançar outra conclusão senão: a crise financeira sendo global (e era, é) não deixa canto nem meios por onde escapar.

CARCELLER, Julie. Affaire Kerviel-Société Générale, acte II. *Les echos*, 06/06/2012.

3 A primeira aparição televisiva de Daniel Bouton foi em 30 de janeiro de 2008, France 2, emissão das 20 horas, entrevistado pelo influente David Pujadas.

4 DAVID, O.; L.-SUISSA, J. *Apogée et effondrement de la première mondialisation. De la fin du XIXe. siècle à 1945*. In: GAUCHON, Pascal (coord.) – *Le monde – manuel de géopolitique et de géoéconomie*. Paris: Puf, 2008.

Durante todos os altos e baixos de 2007 – para não regressar à crise da *web* de 2000 e às crises da financeirização desde a mexicana dos anos 1980s – a letalidade em dimensão planetária do uso e abuso da usura de *subprimes* era mais que indício. Mas carecia de força de evidência. Os incidentes de janeiro a setembro de 2008, e depois, colocaram em questão modelos de sociabilidade, civismo, racionalidade, humildade e integridade do bem-estar social que nem o nazismo, o fascismo, o comunismo somados ao *clash* de 1929 conseguiram plenamente questionar⁵.

Não precisa ser economista tampouco analista obcecado por mercado financeiro para reconhecer a gravidade da situação na qual um grande banco europeu, o HSBC, informa a perda de 10,5 bilhões de dólares em créditos imobiliários americanos. Isso ocorreu no dia 8 de fevereiro de 2007 e deu, para muitos, o *start* da crise financeira em sua superfície – pois, essa crise, em verdade, possui, claramente, dimensões e temporalidades e profundidades que encarnam toda a história do mundo dos últimos trinta, quarenta anos⁶. Também segue desnecessário ser economista ou afim para perceber a brutalidade da turbulência quando o banco central europeu lança, em dois dias, 100 bilhões de euros em mercados da zona do euro. Isto sucedeu durante as primeiras 48 horas depois da falência do *Lehman Brothers*⁷. Tudo muito grave, muito brutal. Tudo em dimensão global. Desequilíbrios macroeconômicos, desregramentos microeconômicos, práticas financeiras de alto risco, atesta importante relatório francês⁸.

*

Ela chegou – e continua chegando – ao Brasil. Falta ser escrita a crônica de como isto ocorreu e vem ocorrendo⁹. Muito antes do setembro

5 FONTANA I LÁZARO, Josep. *Por el bien del imperio: una historia del mundo desde 1945*. Barcelona: Passado & Presente, 2011. p. 931-963.

6 RICUPERO, Rubens. A crise financeira e a queda do muro de Berlim. *Estudos avançados*, 64, p. 185-194, 2008. Anthony FAIOLA; Ellen NAKASHIMA; Jill DREW – What Went Wrong. *The Washington Post*, 15/10/2008.

7 Chronologie: trois années de crise financière. *La tribune*, 11/09/2009.

8 Conseil d'analyse économique – “La crise des subprimes”. Paris: La documentations française, 2008. p. 11 ss.

9 No caso americano, ao menos, dois grandes trabalhos são exemplo e servem de modelo. WALL STREET AND THE FINANCIAL CRISIS: Anatomy of a Financial Collapse. Majority

horrendo de 2008, o governo brasileiro vinha mobilizando informações, diagnósticos e aportes técnicos para compreender e, se possível, conter a voracidade da crise. No processo de gestão da possibilidade de crise, o presidente Lula cunhou, ao menos, duas expressões. Primeiro: lá, nos Estados Unidos, a crise é um *tsunami*; aqui, se ela chegar, vai ser uma “marolinha”. Segundo: a crise foi causada por “gente branca, de olhos azuis”.

Daqui em diante, vou tentar promover algumas aproximações sobre possíveis significações dessas expressões.

Palavras

A reeleição do presidente Lula em 2006 levou ao infinito o seu caráter enigmático. O escândalo do mensalão aguçou em seus adversários atitudes corrosivas, muita vez, de ganas primitivas. O presidente Lula e o Partido dos Trabalhadores chegaram perto de serem assassinados politicamente. Não teve nome a violência da imprensa brasileira contra o presidente e seu partido¹⁰. Durante muitos meses de 2005, partido e presidente ficaram acuados, na defensiva. A crise política e moral esteve *due to* para virar institucional. O fantasma do impeachment passou pelo parlamento. A memória da geração dos “cara-pintada” da “moralização da política” reapareceu. O pesadelo do ocaso do presidente Collor voltou a viver. Mas muitos iam além. Falavam de forças ocultas. Como nos tempos de Jânio Quadros e João Goulart. Outros indicaram pressões irresistíveis. Como as que, por certo, conduziram Getúlio Vargas a suicidar. O presidente Lula prometeu “cortar na própria carne” para impedir o desordenamento do País, que poderia advir de uma crise institucional. As nuvens do desgoverno sumiram. O presidente foi reeleito. Não necessariamente nessa ordem.

and Minority Staff Report Permanent Subcommittee On Investigations, United States Senate. Washington, 2011 e THE FINANCIAL CRISIS INQUIRY REPORT: final report of the national commission on the causes of the financial and economic crisis in the United States. USA: Government, 2011.

¹⁰ Pequena mostra pode ser apreendida das colunas, ponderadas e pouco agressivas, de Merval Pereira em *O Globo*. PEREIRA, Merval. *O Lulismo no poder*. Rio de Janeiro: Record, 2010. p. 151-545. As folhas de *Vêja, Folha de S. Paulo* e *O Estado de São Paulo*, especialmente, foram, de longe, as mais impiedosas.

André Singer tumultuou muitíssimo as águas deveras agitas da compreensão desse processo. Atestou e demonstrou que enquanto a oposição sangrava o presidente e o partido, o governo “produzia em silêncio” as bases do lulismo. Ou seja, acelerava a marcha das políticas públicas para redução da pobreza. Com isso, ia criando solidariedade e fidelidade com camadas da população brasileira que estiveram historicamente impossibilitadas das condições materiais para exercer o mínimo de sua cidadania. Os “subproletários”. Esses “subproletários” – população que oferta seu trabalho no mercado sem conseguir contrapartida que lhe permita a dignidade da subsistência – foram, sempre, a bandeira de Lula e de seu partido. Mas não lhe votara nas eleições precedentes. 1989, 1994, 1998, 2002. Não tinha, por certo, razões para fazê-lo. Em 2006, fizeram. Ao longo do primeiro mandato do governo Lula foram implementadas políticas e medidas que alteraram a concretude de suas percepções. O programa Bolsa Família, o aumento real do poder de compra do salário mínimo e o crédito consignado atingiram diretamente esse estrato da população e melhoraram efetivamente suas condições de vida. Produziu um “processo civilizador”, diria o professor Antonio Delfin Netto. O conjunto desse processo modificou a cartografia e a demografia eleitoral no Brasil. Produziu o “realinhamento”¹¹.

*

O presidente Lula foi reeleito. Assumiu. Veio a crise.

Ninguém no Brasil ou fora sabia muito bem que era e donde vinha. Muito de imediato, foi se percebendo sua gravidade. Com a percepção, certo temor. Ações preventivas, de toda ordem e por toda parte mundo afora, foram postas em andamento. O Brasil não foge à regra. Analistas econômicos do governo brasileiro fizeram o serviço. Mas ao responsável geral da nação coube explicar. Ou não.

11 SINGER, André. Raízes sociais e Ideológicas do Lulismo. *Novos Estudos*, CEBRAP, n. 85, p. 83-102, nov. 2009. SINGER, André. A segunda alma do partido dos trabalhadores. *Novos Estudos*, CEBRAP, n. 88, p. 89-111, nov. 2010. SINGER, André. *Os sentidos do lulismo*. Reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p. 9-21. Impressões diferentes e, inclusive, contrastantes às de André Singer sobre “lulismo” podem ser encontradas em RENNÓ, Lúcio; CADELLO, Andrea. As bases do lulismo: a volta do personalismo, realinhamento ideológico ou não alinhamento? *Revista brasileira de ciências sociais*, v. 25, n. 74, p. 40-56, out. 2010.

Saído das urnas de 2006, o presidente Lula, sensível e perspicaz como de costume, sabia da importância da mudança geográfica e demográfica de seus eleitores. Ele vinha de colher os frutos de sua bandeira majoritária ao longo do primeiro mandato; a saber, suas políticas sociais. Difícil apreender a satisfação do presidente ao perceber que toda a sua luta desde o Colégio Sion em 1980 vinha de vencer batalha importante. Os “subproletários” finalmente tinham sido diretamente atendidos. E, mais, perceberam isto e retribuíram. Depois do pleito e da reeleição, a relação do presidente Lula com eles não se alterou em sua essência. Mas ganhou nova qualidade. Outras exigências. Sobretudo com a iminência da crise. O alarmismo, sempre mau companheiro, começou a acceirar os lares. Não só os deles. Mas também. Para impedir colapsos emocionais decorrentes de possíveis frustrações e angústias, o presidente Lula – e aqui vou adiantando o que, de fato, pretendo tentar demonstrar – desenvolveu sofisticadíssima estratégia de comunicação.

“Sofisticadíssima estratégia de comunicação” talvez seja exagero ao se referir ao sofisticadíssimo comunicador que é o presidente Lula. Mas possivelmente os diferenciais das variáveis em questão justifiquem o substantivo. As palavras pesam. O presidente tinha consciência disso. Mais que ninguém. E sabia que para serenar possíveis corações agitados pelos rincões do País – sobretudo do norte e nordeste, origem massiva de seus novos eleitores – precisaria delas. “Marolinha” e “olhos azuis” foram mais que expressões plásticas no contexto. Foram a expressão da poderosa arma de comunicação que o presidente constrói com as palavras.

Segundo o autor do *Dicionário Lula*, dos poucos a analisar exaustivamente as estratégias de comunicação do presidente, o mandatário do Brasil de 2003 a 2010, possui um “método” ao discursar. Simples e eficaz; mas coerente e consciente¹². Dito de modo direto: o presidente sabe o que faz com as palavras.

Durante 2008, quando a gravidade crise ficou evidente, o presidente lançou mão de muitas palavras para explicar o que ocorria. Nesse processo, sempre procurando tranquilizar a população, ele foi entendendo

12 KAMEL, Ali. *Dicionário Lula. Um presidente exposto por suas próprias palavras. (Pesquisa de Rodrigo Elias)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. p. 15-23.

a crise e identificando as melhores formas de apresentá-la. Na maior parte dos momentos, ele identificou a crise como americana e culpa e responsabilidade do presidente George Bush. “Já falei com o presidente Bush duas vezes que a crise é dele”¹³. “O Brasil não comprou títulos imobiliários americanos, portanto, eu vou encontrar o meu amigo Bush agora, no dia 24, e vou dizer: Bush, resolva o problema da crise”¹⁴.

Ainda em 2007, o presidente Lula temia que a crise chegasse à Europa. Sabia que desde lá, seria quase inevitável: ela ultrapassaria o Atlântico rumo ao Brasil. Ela já estava na Europa; a fatídica quinta-feira parisiense de fins de janeiro de 2008 apenas explicitou. A partir daí, o presidente Lula começou a demarcar em blocos. “Os ricos e nós”.

Quando constrangeu o primeiro-ministro Gordon Brown, afirmando que a crise tinha sido causada por “comportamentos irracionais de gente branca, de olhos azuis”, isto já em 2009, o presidente Lula, em verdade, chegou ao limite da sofisticação dos jogos de escala geográfica, demográfica, social e cultural da crise. Ao fazê-lo, o presidente não pura e simplesmente falava ao “erudito e ao iletrado” – como, em outro contexto, quer Ali Kamel. Muito menos somente se dirigia aos “ricos e pobres” – chavão simples de reconhecer na apreciação dos discursos do presidente. O presidente, quero crer e procurar mostrar, afirmava implacavelmente sua liderança frente, sobretudo, aos seus novos eleitores e, no âmbito global, redefinia o lugar do Brasil como líder na organização do “resto” – entenda-se, os países pobres, fora dos centros de poder e decisão, que para ele não devem ser responsabilizados pela crise.

*

Essas afirmações, travestidas desse ainda carente sistema de hipóteses que vou tentando explicitar, mais abrem que fecham a urgente necessidade de pesquisa, sobretudo empírica, acerca da atuação do presidente Lula e de seu governo diante da complexidade progressiva do mun-

13 Mesa de negócios do The Economist Newspaper Group. Brasília, 12/03/2008.

14 Declaração à imprensa seguida de entrevista coletiva concedida pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em conjunto com o presidente da Espanha, José Luis Zapatero. Madrid, 17 de setembro de 2007.

do contemporâneo no depois dos setembros, o de 2001 e o de 2008. O que venho dizendo, e vou continuar a seguir, vai baseado em, ao menos, restrita cronologia documental. Lanço mão de comunicações públicas – discursos e entrevistas – do presidente Lula sobre a crise e o Brasil ao longo de 2008. Em exceção, entraram duas manifestações de 2007 e uma de 2009. Uma entrevista concedida a jornais “regionais” em 31 de agosto de 2007. Certamente a primeira manifestação do presidente sobre a crise. E a intervenção em Madrid, em visita ao presidente José Luis Zapatero. A de 2009 foi justamente a coletiva com o primeiro-ministro Gordon Brown, em 26 de março, onde o presidente qualificou a crise como depositária da gente de “olhos azuis”.

*

A relação do presidente Lula com sua fala e voz não se discute. Amor. Basta lembrar da sua agonia e desconforto ao descobrir complicações que poderiam deixá-lo sem fala e voz. De primeiro de janeiro de 2003 a 31 de março de 2009, o presidente efetuou, pelas contas de Ali Kamel, 1.770 discursos. Não fica evidente se a conta inclui as entrevistas. Em 2008, ano terrível de nossa narração, o presidente concedeu 182 entrevistas e pronunciou 328 discursos. Cheguei a esses números e ao concreto que eles indicam – digo, às 510 manifestações do presidente somadas a dezenas de transcrições do programa “Café com o presidente” – a partir do *site* da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (<http://www.infoacervo.planalto.gov.br/index.htm>). Lá está o acervo documental, praticamente completo, dos dois mandatos do presidente Lula. Fui ao acesso “Discursos e entrevistas”. Visei “Discursos”, “Entrevistas do presidente” e “Café com o presidente”. Usei os buscadores. Ora por data. Ora por palavra-chave. Os 550 documentos disponíveis para o período, 2008, diminuíram à metade. Não animou muito. Enfim, pouco a fazer. Organizei tudo. Li na sequência, janeiro-dezembro. O “método Lula de discursar” foi se demonstrando verdade. Consciente, consistente, competente – incrível. As ideias e convicções, sempre muito fortes, vão se repetindo. Sua forma de exposição, se cristalizando. Alguns

discursos e entrevistas funcionam como chaves para o poderoso raciocínio do presidente. Difícil e desconfortável afirmar isso e quaisquer coisas sobre o presidente e sua *rhetorical presidency*. Ele e ela, sugere o próprio presidente, estão fora da sociologia e dos manuais. Impossível discordar. Mas, olhando mais de perto, o presidente Lula e seu “método de discursar” têm muito a nos ensinar. Parte do que ele nos diz sobre a crise é o que, agora, vou ensaiar mostrar.

Neverland

Deu no *Le monde*, do dia 17 de setembro de 2009, primeiro aniversário do desaparecimento do *Lehman Brothers*, que fora exitosa a estratégia brasileira para resistir à crise. O apoio concentrado na manutenção do mercado interno permitia ao País recuperação acelerada. Esse cenário comprovava que o *tsunami* de *Wall Street* chegou – não se sabe se ao certo chegou realmente – ao Brasil marola.¹⁵ Marolinha. Alvorço comedido das águas do mar.

O presidente Lula cunhara essa imagem, plástica e poética, doze meses antes. Foi em São Bernardo do Campo, sua terra adotiva natal. Luiz Marinho, ex-ministro do Trabalho e da Previdência Social de seus governos, concorria à prefeitura – que acabou ganhando. Na véspera do primeiro turno do pleito, no dia 4 de outubro de 2008, o presidente Lula se fazia cabo-eleitoral do candidato Marinho. Após a carreata, concedeu entrevista. Sua fala, nem longa nem curta, foi direta. “Eu estou muito confiante de que a crise americana, se ela chegar aqui... lá ela é um *tsunami*, aqui ela vai chegar uma marolinha, que não dá nem para esquiar”¹⁶. O furor foi imenso. A frase e a expressão foram, de imediato, para a boca e imaginação do povo. Nas redes sociais, a imagem corria como fogo em pólvora. Os grandes jornais brasileiros – *Folha de S. Paulo*, *O Estado de São Paulo*, *O Globo* – discutiam-na *just in time*. Em uníssono recriminavam o presidente. Defendiam que ele estava a “minimizar os efeitos da crise”.

15 LANGELLIER, Jean-Pierre *et al.* – Trois grands pays émergents, le Brésil, la Chine et l’Inde, ont retrouvé la croissance. *Le monde*, 17/09/2009.

16 Coletiva após passeata em São Bernardo do Campo. São Bernardo do Campo, 04/10/2008.

O caráter dialético da expressão-imagem *tsunami*-marolinha, como muitas das expressões-imagens do presidente, causou aceitação e repúdio. O segmento médio, seguidor de *Veja*, eleitor de Lula e do PT de 1989 a 2002, frustrado com o escândalo do mensalão e perplexo com a reeleição do presidente, comprou e alimentou o ceticismo dos grandes jornais. O “subproletariado”, que não estampa a *Veja* nem se deixa influenciar pelos grandes jornais, se reconheceu no frescor do balanço das águas do mar. E gostou. Reconheceu que nem só de figuras futebolísticas segue alimentada a dispersa criatividade linguística do presidente Lula.

Marola, marolinha, pode ser entendida sinônima de tranquilidade. Calmaria. Irritante monotonia. Essa calmaria, tranquila e monótona, depende de sempre contenção. Barragens, muros, tapumes. Artíficos que impeçam que o *tsunami* de águas intranquilas bata. Esses artíficos eram medidas, políticas e circunstâncias. O presidente sempre mostrou convicção da eficácia dessa conjunção. Em sua possível primeira manifestação pública sobre a crise, disse que “o Brasil vive uma situação que, em nenhum momento da história, nós conseguimos viver, um momento em que tem um conjunto de fatores, sobretudo no que diz respeito às políticas econômicas, combinado entre si, que permitem que a gente tenha uma crise imobiliária americana, e o Brasil se mostra tranquilo”¹⁷. Essa era a convicção em agosto de 2007 e, na essência, continuou nos meses e anos seguintes. As apreciações do vespertino francês dois anos depois apenas ratificariam o resultado dessas convicções. O que mudou, e bastante, foi a compreensão da dimensão e da complexidade das intranquilidades das águas nos mares do Norte. Dizia o presidente Lula, ainda naquele agosto de 2007, “estamos convencidos de que, qualquer que seja a durabilidade dessa crise americana, ela não nos trará problemas”. “Eu olho todo o horizonte, todas as semanas eu me reúno com o ministro da Economia, me reúno com o presidente do Banco Central, e nós não vemos nenhuma turbulência, nenhuma nuvem que possa atrapalhar o que está acontecendo no Brasil nesse momento”¹⁸.

17 Entrevista coletiva concedida pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, aos jornais A Crítica, O Liberal, Jornal do Commercio, A Tarde, O Povo, O Popular, O Dia, Hoje em Dia, Zero Hora e Gazeta do Povo. Palácio do Planalto, 31 de agosto de 2007.

18 Id., ibid.

Quinze meses depois, a importante reunião ministerial convocada para a Granja do Torto, no dia 24 de novembro de 2008, mostra, em parte, o que e o quanto pouco e muito mudou. A reunião teve pauta única: os impactos da crise no Brasil. E durou o dia inteiro. O Brasil, claramente, deixara de “estar tranquilo” e a crise poderia, sim, trazer problemas. A crise, agora, não era mais “imobiliária americana”. Passara à global. Deixará de ser financeira e de *subprimes*. Virara econômica e ideológica¹⁹. O ministro da Fazenda, Guido Mantega, e o ministro da Comunicação Social, Franklin Martins, ficaram responsáveis em informar aos jornalistas dos destinos da reunião. Guido Mantega liderou os trabalhos pela manhã. Franklin Martins, pela tarde. A exposição e as respostas do responsável pela Fazenda foram, digamos, mais técnicas, duras e diretas. No período da tarde, muito mudou. Nada no conteúdo, muito na forma. E na última manifestação de Franklin Martins em resposta a perguntas ele explicitou o “caráter político” da reunião. Operação que Guido Mantega, sabidamente insuficiente no uso das palavras²⁰, não evidenciou e o presidente, por certo, cobrou. Então disse o ministro Martins “o presidente fez questão de deixar claro que o discurso do governo deve deixar muito caracterizado que a crise tem origem internacional. A crise não é uma crise produzida no Brasil. Isto é uma crise que vem de fora.”²¹. “Internacional” e “de fora”, agora, eram muito diferentes de “Wall Street” e mundo imobiliário americano.

19 O impacto da falência do *Lehman Brothers* amplificou o reconhecimento, ao menos no mundo europeu, dessas dimensões da crise. O primeiro reconhecimento explícito do presidente Lula dessas dimensões parece ter ocorrido em Madrid, em outubro de 2008. Veja, principalmente, Trechos da participação do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em painel organizado pelo canal de TV Cuatro, com a participação do escritor Carlos Fuentes e dos jornalistas Iñaki Gabilondo e Juan Luis Cebrián e transformado no programa especial “40 minutos con Lula”. Madrid, 13 de outubro de 2008.

20 Ao comentar o anúncio de medidas ante-crise em novembro de 2008, o presidente, sobre Guido Mantega, comentou, de modo jocoso, mas severo: “[...] se o Guido dependesse de viver com marketing, ele estaria perdido”. Isto para ficar apenas num exemplo. E vindo direto do presidente. Ver Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na reunião plenária do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social-CDES. Palácio do Planalto, 06 de novembro de 2008.

21 Primeira entrevista coletiva concedida pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega, durante reunião ministerial. Granja do Torto, 24 de novembro de 2008. Segunda entrevista coletiva concedida pelos ministros da Fazenda, Guido Mantega, e da Comunicação Social, Franklin Martins, durante reunião ministerial. Granja do Torto, 24 de novembro de 2008.

Em explicando a globalidade da crise, para além da América, o presidente se superou na feitura da pedagogia ao saudoso Carlos Fuentes. Dizia em Madrid, em outubro de 2008: “Eu às vezes fico com a impressão de que é um jovem que não está bem na escola, tira nota vermelha no seu boletim e fica escondendo dos pais. Ou seja, um belo dia aparece que esse jovem não estava bem na escola. A crise do *subprime* é um pouco isso, as pessoas esconderam, os bancos esconderam, os governantes esconderam, e ela apareceu”²². Apareceu e, claro, poderia chegar ao Brasil e devastar os legados do presidente Lula.

O legado social, desnecessário dizer, segue o que mais enche de orgulho esse cidadão saído de Garanhuns. Em seu segundo discurso de posse, no primeiro de janeiro de 2007, o presidente foi direto ao ponto. “Eu tenho noção do que significa as coisas que nós fizemos, tenho noção que já fizemos muito”. “Aqueles que apostarem no fracasso do Brasil serão derrotados”.²³ Essa lição de determinação e sangue frio seguiu com ele, ultrapassou a passagem da faixa presidencial à presidente Dilma Rousseff e renasceu com muito mais vigor na eleição de Fernando Haddad prefeito de São Paulo. Mas discutir essas variantes exigiria adentrar outras várias histórias. De volta ao legado e ao social, parece ter sido novamente em Madrid, mas agora junto ao seu homólogo o presidente José Luis Zapatero um momento chave de compreensão. Na ocasião, ainda em 2007, responde à própria pergunta “O que fizemos quando chegamos à Presidência da República”. Faz exame conciso, mas aprofundado de seu primeiro mandato. Elenca os principais avanços e os ainda desafios. Identifica a recuperação da “auto-estima do povo brasileiro” como o primeiro e primaz progresso. Como ele, diz o presidente brasileiro, conseguimos “provar para nós mesmos que nós tínhamos condições de dar um salto de qualidade”²⁴.

22 Trechos da participação do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em painel organizado pelo canal de TV Cuatro, com a participação do escritor Carlos Fuentes e dos jornalistas Iñaki Gabilondo e Juan Luis Cebrián e transformado no programa especial “40 minutos con Lula”. Madrid, 13 de outubro de 2008.

23 Pronunciamento à nação do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de posse. Palácio do Planalto, 1º de janeiro de 2007.

24 Declaração à imprensa seguida de entrevista coletiva concedida pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em conjunto com o presidente da Espanha, José Luis Zapatero. Madrid, 17 de setembro de 2007.

Esse “salto de qualidade”, certamente, expressa e se entende expressão do orgulhoso “processo civilizador” frente aos “subproletários”. Justamente por isso, diria o presidente Lula, dessa vez em Nova Iorque, ano e pouco depois, diante do corpo ainda quente do *Lehman Brothers*: “[...] penso que será inexorável que a discussão sobre a crise tome maior fôlego daqui para frente, porque não é justo que as pessoas pobres, que não ganharam dinheiro com especulação, sejam vítimas da especulação feita por banqueiros em alguma parte do mundo”²⁵.

O segredo dos olhos

Dizem, próximos e distantes, que o primeiro-ministro Gordon Brown se faz portador de cultura geral massacrantemente irresistível e de acuidade intelectual irresistivelmente massacrante. Quando o primeiro-ministro Tony Blair lhe dava passagem saindo de cena em 2007, a influente *Project magazine* fez reconhecer, pela pena de John Lloyd, que “*intensive study has made Gordon Brown into one of the best-read politicians of recent times*”²⁶. Peter Mandelson, terceiro mosqueteiro histórico – com Blair e Brown – do *staff* do *labour party*, ratifica, sem hesitações, essa aproximação²⁷. Mas, mesmo assim, pelo que consta, o primeiro-ministro entre Tony Blair e David Cameron não fala português. Isso o subordina aos cuidados das traduções simultâneas em espaços da lusofonia. Conquanto sempre muito cuidadosas as traduções, no dia 26 de março de 2009, em Brasília, o representante da rainha e do povo da rainha Elisabeth deve ter demorado alguns segundos a mais para entender e confirmar com precisão o comunicado que o presidente Lula transmitia com

nós também não temos o direito de permitir que sejam os pobres, que viajam o mundo à procura de uma oportunidade, de um emprego, de um salário, de uma renda, que sejam os primeiros a pagarem as contas

25 Entrevista coletiva concedida pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, após almoço com chefes de Estado da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, oferecido pelo presidente de Portugal, Aníbal Cavaco Silva. Nova Iorque-EUA, 24 de setembro de 2008.

26 LLOYD, John. Na intellectual in power. *Project magazine*, 28/07/2007.

27 MANDELSON, Peter. *The third man*. Londres: Harper press, 2010.

de uma crise feita pelos ricos, sobretudo por nenhum negro, por nenhum índio, por nenhum pobre. É uma crise causada, fomentada, por comportamentos irracionais de gente branca, de olhos azuis, que antes da crise parecia que sabia tudo e agora demonstram não saber nada²⁸.

Pobre primeiro-ministro. Vindo de semi-*tour du monde* – Europa, Estados Unidos e América do Sul – em busca de conciliação e alinhamento político para fazer a cúpula do G20 em Londres, com início cinco, seis dias depois, produzir “*more than empty rhetoric*”, a recepção do presidente Lula foi, digamos, em primeira aparência, *very British*. Várias variantes devem ser indicadas antes do rápido juízo ao que realmente disse o presidente brasileiro.

O avanço da crise punha em risco a salubridade de imigrantes em países europeus e nos Estados Unidos. O espaço Schengen ia graduando restrições de acesso. Os aeroportos ibéricos estavam ficando impenetráveis. Sobretudo para latino-americanos e gentes das Áfricas. *Heathrow* e seus similares britânicos em Londres e algures amplificavam a tradição de rigor. No Brasil, histórico polo de atração de peruanos, paraguaios, bolivianos e muita chusma do mundo da lusofonia, vinha de atuar em contraste. O presidente Lula, para diminuir, especialmente, a indignação de bolivianos, sujeitos a trabalhos compulsórios e análogos à escravidão em grandes e pequenos centros econômicos do País, vinha de regularizar *los papeles* de quase mil compatriotas do presidente Evo Morales. Revisto assim, os “olhos azuis”, enquanto expressão, vão ficando mais adocicados enquanto reação.

O presidente Lula, em parte, estava a se solidarizar com aqueles que, como ele, não dispunham do típico tipo centro-europeu de pigmento da íris. Questão de solidariedade. Não de preconceito ou ressentimento. “Não existe questão ideológica”, disse o presidente a jornalistas. “Existe um fato que mais uma vez percebe-se que a maior parte dos pobres que sequer participava da globalização estava sendo uma das primeiras vítimas. O preconceito que vejo é contra os imigrantes nos países desen-

28 Conferência de imprensa em conjunto com o primeiro-ministro britânico, Gordon Brown. Brasília, 26 de março de 2009.

volvidos”²⁹. No mesmo diapasão e justificando sua ação ao encalço dos bolivianos, seguia o presidente, “não se pode jogar nas costas deles a responsabilidade de uma crise que foi causada por outros”. “Não conheço nenhum banqueiro negro ou índio. Só posso dizer que as pessoas desta parte da humanidade foram as maiores vítimas do mundo e elas não podem pagar por isso”³⁰.

Com a sobriedade das ruas londrinas, o primeiro-ministro se restringiu a dizer: “*I’m not going to attribute blame to any individuals*”. Um *mea culpa* meio constrangedor. Demonstrando não falha na tradução tampouco na compreensão, mas na “petulância” do presidente brasileiro.

Foi o *Financial Times* do dia seguinte que melhor expressou o segredo dos “olhos azuis” do presidente. Melhor e mais preciso que o *Estadão*, *O Globo*, a *Folha de S. Paulo* e o próprio impecável *The guardian* – cujo enviado em Brasília certamente circulava mal pela língua de Jorge Amado e, possível, pior pelos enigmas evidentes das pretensões exteriores do presidente Lula. Dizia o *FT*: o objetivo brasileiro e de Lula era “*argue for a bigger voice for Brazil and other emerging nations in multilateral organisations such as the International Monetary Fund and the Financial Stability Forum, a group of central banks and national supervisory authorities in 1999*” e, ainda e contudo, a, enfim, “*permanent seat on the United Nations Security Council*”³¹. Percebendo de outra maneira, “os olhos azuis” do presidente Lula não se tratavam de assunto pessoal ou individual ou atribuição de culpa personalizada. O elemento era mais político. Geopolítico. Estratégico. Não por acaso, o presidente Lula afirmou ao primeiro-ministro Brown que queria o “consenso de Londres” na semana seguinte, nas terras de Shakespeare. O ministro britânico, lord Malloch-Brown, responsável pelo *Foreign Office*, transbordava ceticismo. “*The global economy is going to go on descending on 3 april, the massive destruction of wealth that is going on is not*

29 Id., *ibid.*

30 Id., *ibid.*

31 WHEATLEY, Jonathan. Brazil’s leader blames white people for crisis. *Financial Times*, 27/03/2009. WATT, Nicolas. ‘Blue-eyed bankers’ to blame for crash Lula tells Brown. *The guardian*, 26/03/2009. GOIS, Chico de. Lula diz que crise é causada por ‘gente branca de olhos azuis’. *O Globo*, 26/03/2009. Crise foi causada por ‘gente branca e de olhos azuis’, diz Lula. *Estadão.com.br*, 26/03/2009.

*going to be stopped by any leaders' communiqué*³². Em bom português ou inglês: o desejo de Lula e Brown era quimera.

Ainda em 2007, quando não existiam *tsunami* nem marola no vocabulário dos críticos da crise, o presidente Lula dizia aos seus pares que “o mundo mudou, a geografia política do mundo mudou”³³. Impulso grandioso para a percepção da concretização dessa mudança veio, certamente, da invenção do economista da Goldman Sachs, Jim O’Neill³⁴. O acróstico BRICs, criado no *lendemain* do 11 de setembro de 2001, não apenas remodelou a cartografia de investimentos da financeira pelo mundo, precipitou e alterou a percepção do próprio mundo. Brasil, Rússia, Índia, China viraram destinos.³⁵ Com o advento da crise, esses pujantes países, bem resistiram e foram postos em, ainda mais, evidência. Viraram quase que plano “b” das finanças e da economia globais³⁶. Mas o presidente Lula queria mais. Queria que fosse “chegada a vez da política”. Ou seja, o diagnóstico preciso do articulista do *Financial times*.

Foi na abertura dos trabalhos da Assembleia Geral da ONU de 2008 que o presidente Lula foi imperativamente ao ponto. Aludindo ao brasileiro, paraibano, homem de Pombal – entenda-se, o economista Celso Furtado –, o presidente notificou que “a ausência de regras favorece os aventureiros e oportunistas, em prejuízo das verdadeiras empresas e dos trabalhadores. É inadmissível que os lucros dos especuladores sejam sempre privatizados e suas perdas, invariavelmente socializadas”. “As indispensáveis intervenções do Estado, contrariando os fundamentalistas do mercado, mostram que é chegada a hora da política”³⁷. Essa política significava, entre outras, a modernização da ONU de modo a fazer o

32 Apud GRICE, Andrew. Financial crisis ‘caused by white men with blue eyes’. *The independent*, 27/03/2009.

33 Declaração à imprensa seguida de entrevista coletiva concedida pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em conjunto com o presidente da Espanha, José Luis Zapatero. Madrid, 17 de setembro de 2007.

34 O’NEILL, Jim. Building Better Global Economic BRICs. *Goldman Sachs Co.*, 23/nov./2001.

35 FOUCHER, Michel. *La bataille des cartes: analyses critiques des visions du monde*. Paris: Bourin éditeur, 2011.

36 KREGEL, Jan. The global crisis and the implications for developing countries and the BRICs: is the “B” really justified? *Brazilian journal of political economy*, v. 29, n. 4 (116), p. 341-356, out./dez. 2009.

37 Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura do debate geral da 63ª Assembléia Geral das Nações Unidas. Nova Iorque-EUA, 23 de setembro de 2008.

Brasil, os BRICs e o “resto” participar de modo positivo e galvanizar seu lugar ao sol. O presidente Sarkozy reconheceu aberta e fortemente essa tese em seu memorável discurso de Toulon, dois dias depois do discurso do presidente Lula em Nova Iorque³⁸. E, certamente, por isso o presidente brasileiro carregou salivas incomuns nos elogios ao mandatário francês em sua visita ao Rio de Janeiro dias da véspera do natal. Na ocasião, 23 de dezembro de 2008, o presidente Lula afirmou-lhe que sob sua liderança do presidente Sarkozy, “a França tem estado na vanguarda para encontrar respostas à turbulência sem precedentes que estamos vivendo”³⁹. Dito novamente. Como resposta: a política. Como consequência: a realocação do Brasil, e do “resto”, no mundo. O primeiro-ministro Gordon Brown sabia disso. Entendeu isto quando, em Brasília, o presidente Lula falava de “olhos” e as águas de março iam fechando o verão.

Contar do G20 de Londres, capitaneado pelo primeiro-ministro britânico, seria outra história. Como seria também outra história da agônica história sem fim dessa crise falar do G20 de Washington do 15 de novembro de 2008⁴⁰.

*

Testar, em sua plenitude, o sistema de hipóteses que vou aqui, em verdade, apenas apresentando, envolveria algumas dispersas operações incontornáveis. Primeiro, alargar o recorte temporal e avaliar documentalmente o assunto até, pelo menos, 31 de dezembro de 2010 – fim oficial dos governos do presidente Lula. Segundo, inserir análise dos discursos e entrevistas dos principais ministros e autoridades e empresários brasileiros que participaram da gestão da possibilidade do tempo feio quebrar a monotonia da quebra das ondas. Terceiro, aprofundar sobremaneira o conhecimento das minúcias das respostas globais, nacionais e regionais à crise financeira, econômica, social, moral, institucional e política.

38 Le discours de Nicolas Sarkozy à Toulon. 25 de setembro de 2008.

39 Declaração à imprensa, seguida de entrevista coletiva, concedida pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em conjunto com o presidente da França, Nicolas Sarkozy. Rio de Janeiro-RJ, 23 de dezembro de 2008.

40 ver Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na Cúpula sobre Mercados Financeiros e Economia Mundial. Washington D.C./EUA, 15 de novembro de 2008.

A conversa vai apenas começando. Por sua imensidão, não cabe nem caberia neste tão minúsculo vaso feito de tão precária carpintaria. Espero nessa incerta artesanania ter, ao menos, conseguido mostrar a força do saber sabido que reconhece que a complexidade do mundo, quando Lula deu de ser presidente, foi, em sendo singelo, desesperadora. Antes na história republicana deste País, por certo, houve presidentes com irrestrito ou, no mínimo, imensurável poder de verbalização. Getúlio Vargas, Jânio Quadros, João Goulart. No entanto, talvez, jamais tenha havido, na história deste País, momento globalmente mais tempestuosamente incerto onde a *rhetorical presidency* tenha sido mais necessária que durante a conjuntura que aquela quinta-feira fria e invernal de Paris abriu.



CAPÍTULO 12

NOITES DE JUNHO

Qui nescit fingere nescit vivere.

Adágio latino

“*Brazil has risen a stronger country today*”¹. Essa frase – afirmação, diagnóstico, agenda, programa, projeto, desejo – abre o primeiro discurso da presidente Dilma Rousseff, transmitido também em inglês e espanhol, em resposta aos acontecimentos brasileiros de junho de 2013. Contém o núcleo da estratégia do governo na gestão dos protestos que invadiam as ruas de centenas de cidades do País. Aglutina a essência da tentativa de construção de equilíbrio entre os protestos, o poder estabelecido e a oposição política. Compõe, igualmente e ao mesmo tempo, o imperativo da narrativa que envolveu a explicação oficial do fenômeno no meio internacional. “*La grandeza de las manifestaciones de ayer comprueba la energía de nuestra democracia*”, dizia a presidente no discurso de 18 de junho². “Os manifestantes”, diria a mandatária brasileira meses adiante, “não pediram a vida do passado, não pediram uma volta atrás. Pediram, sim, o avanço para um futuro de mais direitos, mais participação e mais conquistas sociais. Nós sabemos que democracia gera desejo de mais democracia. Inclusão social provoca expectativa de mais inclusão social. Qualidade de vida desperta anseio por mais qualidade de vida, por mais e melhores serviços”³. Essa noção, que sintetiza todo o argumento da presidente na apresentação das razões dos acontecimentos de junho, propõe os protestos como expressão dos avanços e melhorias da sociedade brasileira. Lançada dessa forma e maneira, compreende, em essência, momento importante da cristalização de sofisticada estratégia de proteção do legado da gestão

1 Speech delivered by the President of the Republic of Brazil, Dilma Rousseff, about protests in Brazil. Brasília, 18 de junho de 2013.

2 Discurso de la Presidenta de la República de Brasil, Dilma Rousseff, sobre las manifestaciones en Brasil. Brasília, 18 de junho de 2013.

3 Discurso da presidente da República, Dilma Rousseff, durante Sessão Plenária do Fórum Econômico Mundial 2014. Davos-Suíça, 24 de janeiro de 2014.

petista do Brasil da era Lula aos tempos Dilma. A ampliação e concretização dessa estratégia ocorrem quando a presidente passa a afirmar que o mais importante para o Brasil nos últimos tempos – entenda-se a partir do presidente Lula (2003-2010) – foi, por um lado, “acelerar seu crescimento e incluir” e, por outro, avançar na “produtividade da economia brasileira” que, agora, precisa avançar ainda mais para “continuar a crescer e incluir”⁴.

Essa complicada e complexa e consistente e abrangente arquitetura política e narrativa e argumentativa revela pouco convincente o argumento corrente que reconhece a presidente Dilma Rousseff como frágil ou ineficaz no trato da comunicação, da política e das palavras. Discorrer sobre essa arquitetura pode, por um lado, ajudar a desfazer certa má-vontade na compreensão na complexidade da atuação da presidente e, por outro lado, evidenciar a importância da *rhetorical presidency* para o estudo das relações internacionais. Trafegar por algumas dimensões da *rhetorical presidency* da presidente Dilma Rousseff, especialmente na gestão dos acontecimentos de junho de 2013, compõe o objeto e objetivo do que segue.

Ensaio de método

O equilíbrio entre os protestos nas ruas, o poder estabelecido e a oposição ao governo parece ter sido o fundamento da arquitetura política, narrativa e argumentativa da presidente Dilma Rousseff na gestão dos acontecimentos de junho de 2013. Essa arquitetura não representa, em si, algo original. Vale lembrar que toda administração pública política nacional, em tempos de crise ou não, envolve necessidade e capacidade de narração. Narração enquanto construção de mecanismos de imaginação nacional, regional e internacional⁵. Essa narração faz parte do que se reconhece por *rhetorical presidency*.

4 Entrevista coletiva concedida pela presidente da República, Dilma Rousseff, nas instalações do Goldman Sachs Tower, após o encerramento do seminário empresarial. Nova Iorque, 25 de setembro de 2013.

5 ANDERSON, Benedict. *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. Londres: Verso, 1991. GELLNER, Ernest. *Nations and nationalism*. Nova Iorque: Cornell University Press, 1983.

The rise of the rhetorical presidency de James W. Ceaser, Glen E. Thurow, Jeffrey Tulis e Joseph M. Bessette representou um marco – ou como se diz, um *turning point* – no estudo da *rhetorical presidency* em escala mundial⁶. Indica que ela envolve muito mais que simples comunicação presidencial. Ela sugere *timing*. *Timing* que precisa ser bem dominado e manejado pelo presidente da república em regimes democráticos. Sobretudo em tempos como os recentes e atuais de acentuada banalização da função presidencial condicionada pela intensa profanação dos meios de comunicação⁷. A *Rhetorical presidency* acaba sendo o instrumento contemporâneo de equilíbrio. A partir dela, o presidente consegue melhor advir efetivamente “*head of the government*” e “*leader of the people*”⁸.

Essa necessidade é relativamente recente no império das democracias. No caso dos Estados Unidos, até inícios do século 20, o “*popular leadership*” – aquele que se dirige diretamente ao povo sobre assuntos cotidianos – era tido como suspeito. A função da comunicação presidencial se restringia a reiterar a Constituição e comentar os fundamentos para o enlevo da nação. Nenhum tipo de mensagem era direcionada ao povo ou tinha o povo como objeto. O essencial da comunicação presidencial se dirigia ao Congresso. O Congresso era entendido como a genuína representação do povo e da nação. Por isso a importância do *Annual Address* que os presidentes americanos fazem no Congresso. Ao longo dos séculos 18 e 19, o *Annual Address* era a maior manifestação narrativa pública do presidente e seu conteúdo não passava de “*patriotic orations, some raised Constitutional issues, and several spoke to the conduct of war*”⁹. Questões domésticas de política interior jamais eram apresentadas.

6 CEASER, James W.; THUROW, Glen E.; TULIS, Jeffrey; BESSETTE, Joseph M. The rise of the rhetorical presidency. *Presidential Studies Quarterly*, v. 11, n. 2, Spring, p. 158-171, 1981. CROCKETT, David A. The Rhetorical Presidency: Still Standing Tall. *Presidential Studies Quarterly*, v. 39, n. 4, p. 932-940, 2009. LARACEY, Mel. The Rhetorical Presidency Today: How Does It Stand Up? *Presidential Studies Quarterly*, v. 39, n. 4, p. 908-931, 2009. MURPHY, Chad. The Evolution of the Modern Rhetorical Presidency: A Critical Response. *Presidential Studies Quarterly*, v. 38, n. 2, p. 300-307, 2008.

7 CASTELLS, Manuel. *Communication Power*. New York: Oxford University Press, 2009.

8 CEASER, James W.; THUROW, Glen E.; TULIS, Jeffrey; BESSETTE, Joseph M. The rise of the rhetorical presidency. *Presidential Studies Quarterly*, v. 11, n. 2, Spring, 1981, p. 158.

9 Id., p. 159.

O presidente Woodrow Wilson (1912-1921) fora o primeiro a romper com essa tradição herdada dos *founders*. Com ele, e depois com o presidente Franklin Delano Roosevelt (1933-1945), a política interna dos Estados Unidos ganhou estatuto moral para compor a conversação pública presidencial. Presidente e povo perderam o pudor em se comunicar mutuamente¹⁰.

Outra modificação importante creditada aos tempos do presidente Wilson foi a organização das campanhas eleitorais. Até então, a vinculação do candidato com os eleitores não passava em muito do tímido envio de cartas de aceitação de nomeação. A partir dos inícios do século 20, no encanto das inovações da *belle époque*¹¹, o império da comunicação chegou à política, aos partidos e ao processo eleitoral.

O rádio – e depois a televisão – permitiu ao candidato falar direta e instantaneamente aos seus possíveis eleitores. Isso revolucionou a percepção dos políticos e dos partidos que, diferente dos tempos dos *founders*, agora possuem uma “*national audience*” concreta. Essa nova percepção impôs interação e impôs aprendizagens¹².

Para além das campanhas, essa nova percepção e o próprio império da comunicação em si também modificaram o exercício do poder presidencial. O presidente da república passou a estar mais exposto. Mais em evidência. Mais demandado pelo povo e pelo governo e pela oposição. A solução presidencial foi multiplicar e diversificar seus discursos em forma e conteúdo. Por isso, o presidente da república, a partir de algum momento do século 20, passou a necessitar de uma verdadeira “*assembly-line of speechwriters efficiently producing words that enable him to say something on every conceivable occasion*”¹³.

Dito de modo direto, “*a modern doctrine of presidential leadership*”, “*the modern mass media*” e “*the modern presidential campaign*” modificaram

10 Id., *ibid.*

11 DAVID, O.; SUISSA, J. L. Apogée et effondrement de la première mondialisation. De la fin du XIXe. siècle à 1945. In: Pascal GAUCHON (coord.). *Le monde – manuel de géopolitique et de géoéconomie*. Paris: Puf, 2008.

12 CEASER, James W.; THUROW, Glen E.; TULIS, Jeffrey; BESSETTE, Joseph M. The rise of the rhetorical presidency. *Presidential Studies Quarterly*, v. 11, n. 2, Spring, 1981. p. 164.

13 Id., p. 159.

a essência e a natureza da comunicação presidencial¹⁴. A complexidade dessa nova demanda e aplicação representa o substrato do que se conveniona chamar *rhetorical presidency*.

Mas para muito além da *rhetorical presidency* existe o presidente. O homem (ou a mulher) e a função. E, nesse caso, como indicam Pierre Renouvin & Jean-Baptiste Duroselle em sua notável *Introduction à l'histoire de relations internationales*, “*chaque cas est singulier et tout homme est complexe et ambigu*”¹⁵.

Emotivo, apaixonado, colérico, nervoso, fleumático, oportunista, doutrinário, idealista, cínico, rígido, imaginativo, prudente, avaro, solitário, passivo, reflexivo, ativo. *L'homme d'état* tende a ser a combinação disso. Ou seja, possivelmente, decisivamente, nada disso¹⁶.

Mas, de qualquer maneira, “*a force de scruter les visages*”, ele conhece “*toutes les ruse de l'âme humaine*”. E, por ser assim, independente de quem e como seja e onde esteja, ele, *l'homme* ou *la femme d'état*, segue “*l'éternel écrivain du roman national et de l'épopée internationale*”¹⁷.

O general de Gaulle – para ficar apenas em um dos mais notáveis da história mundial mais recente – encarnou a complexidade dessas dimensões no caso da França. O presidente Lula – para ficar apenas em um dos grandes presidentes brasileiros após a redemocratização – encarnou tudo isso no caso do Brasil.

O embaixador Rubens Ricupero foi o primeiro a fazer essa aproximação. Ao avaliar a política externa brasileira de 2003 a 2010, considerou a diplomacia do presidente Lula aos traços da diplomacia do general.¹⁸ Rubens Ricupero não fora apenas feliz na comparação. Fora preciso e fora justo.

O general de Gaulle e o presidente Lula, cada qual ao seu turno e soterrados em suas circunstâncias, convergem absolutamente em várias áreas. Mas a principal talvez seja em sua *rhetorical presidency*. Ambos ad-

14 Id., p. 161.

15 RENOUVIN, Pierre; DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Introduction à l'histoire des relations internationales*. Paris: Armand Colin, 1991. p. 284.

16 Id., p. 248-312

17 VILLEPIN, Dominique de. L'équilibre et le mouvement. In: ALLAIN, Jean-Claude. *Histoire de la diplomatie française*. Paris: Perrin, 2005. p. 9.

18 RÍCUPERO, Rubens. À sombra de Charles De Gaulle: Uma diplomacia carismática e intransferível. *Novos estudos*, 87, jul. 2010.

ministraram pelo império da palavra e da personalidade. Seus países e suas conjunturas demandavam. A França do general e o Brasil do século 21 careciam de uma grande narração nacional e imaginação internacional. Construir essa narração e essa imaginação talvez tenha sido o maior legado dos dois.

La grandeur do general era imperativo necessário daquele momento após Vichy¹⁹. A credibilidade e a urbanidade do homem do *appel du 18 juin* valeria de pouco ou muito menos sem uma imensa concepção da importância da exposição, da presença e da comunicação. Foi essa concepção que permitiu o soerguimento da *France éternelle* após a liberação e os solavancos da república do presidente René Coty²⁰. Foi essa determinação que, bem ou mal, permitiu a essa *France de toujours* se afirmar como espécie de *troisième force* de influência naquele mundo de George Kennan e sua contenção.²¹ *La grandeur* do general, como entende o notável Maurice Vaïsse²², não deixa de ser substrato da *rhetorical presidency* da qual fala Jeffrey Tulis²³.

No caso do Brasil e no caso do presidente Lula, pode se dizer o mesmo: a *rhetorical presidency* foi imperiosamente fundamental na condução do seu governo e na afirmação de seus êxitos. Com ela o presidente Lula conseguiu deixar sua marca na história recente do País e afirmar, sem receio que ao longo de seus anos no poder, “recuperarmos o orgulho pessoal, o orgulho próprio, a autoestima”²⁴.

19 VAÏSSE, Maurice. *La grandeur: la politique étrangère du général de Gaulle (1958-1969)*. Paris: Fayard, 1998.

20 RÉMOND, René. *Histoire de France. Le siècle dernier de 1918 à 2002*. Paris: Fayard, 2003. p. 397-553.

21 KENNAN, George F. *American Diplomacy: Sixtieth-anniversary expanded edition*. Chicago: University of Chicago Press, 2012. SOUTOU, Georges-Henri. *La guerre froide. 1943-1990*. Paris: Pluriel, 2011. FONTANA I LÁZARO, Josep. *Por el bien del imperio: una historia del mundo desde 1945*. Barcelona: Passado & Presente, 2011. JUDT, Tony. *Post-War: a history of Europe since 1945*. London: Penguin, 2006.

22 VAÏSSE, Maurice. *La grandeur: la politique étrangère du général de Gaulle (1958-1969)*. Paris: Fayard, 1998. VAÏSSE, Maurice. *La puissance ou l'influence? La France dans le monde depuis 1958*. Paris: Fayard, 2009.

23 CEASER, James W.; THUROW, Glen E.; TULIS, Jeffrey; BESSETTE, Joseph M. The rise of the rhetorical presidency. *Presidential Studies Quarterly*, v. 11, n. 2, Spring, 1981.

24 LULA DA SILVA, Luiz Inácio, “O necessário, o possível e o impossível” – Entrevista a Emir Sader e Pablo Gentili. In: Emir Sader (Org.), *Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil*, São Paulo, Boitempo, 2013. p. 12.

Analisando em profundidade a comunicação do presidente Lula, Ali Kamel chegou à conclusão de que o presidente possui “método” ao discursar. Simples e eficaz; mas coerente e consciente²⁵. Sim, evidente. Pensando de maneira mais abrangente, em verdade, todo presidente da república nos dias que correm – o que não era essencialmente o caso nos tempos do general de Gaulle – acaba possuindo um “método” consciente e racional ao discursar. Um “método” que precisa ser estudado, analisado, avaliado, compreendido. Pois, esse “método”, para o bem e seu contrário, compõe a essência da *rhetorical presidency*²⁶. Observando por esse lado, muito diferente do que se lê e ouve e se é levado a intuir, a presidente Dilma Rousseff também obviamente possui um “método” ao discursar. Possui uma “*rhetorical presidency*”. Da “*rhetorical presidency*” da presidente Dilma pouco ou nada se sabe ou quer saber. Menos ainda sobre o impacto dela no meio internacional.

Adentrar na seara de aspectos da “*rhetorical presidency*” da presidente Dilma Rousseff na análise, compreensão e exposição dos acontecimentos de junho de 2013 representa o fundamental do que vem a seguir.

Antes disso, porém, convém, por certo, lembrar os dias e noites de junho de 2013.

Noites de junho

Reduzir o preço da tarifa de transporte público foi a motivação das duas mil pessoas de segmentos médios brasileiros que se reuniram na Avenida Paulista da cidade de São Paulo no dia 6 de junho de 2013. Atiradas majoritariamente pelas redes sociais, elas seguiam as diretivas do Movimento Passe Livre na promoção do fechamento de diversas vias por várias horas. A polícia veio ao encalço da manifestação. A dispersão foi rápida. Mas o movimento não se curvou. Convocou outro agrupamento para a segunda-feira seguinte, 10 de junho. No dia 10 de junho, mais de

25 KAMEL, Ali. *Dicionário Lula. Um presidente exposto por suas próprias palavras. (Pesquisa de Rodrigo Elias)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. p. 15-23.

26 FRIEDMAN, Jeffrey; FRIEDMAN, Shterna. *Rethinking the rhetorical presidency*. New York: Routledge, 2012.

cinco mil pessoas tomaram os principais logradouros da região da Avenida Paulista e da zona oeste da capital. A dissuasão da polícia teve êxito, mas sofrendo mais resistência que dá vez anterior. Essa resistência advinha da maior densidade e convicção que o movimento foi adquirindo nos dias e horas e minutos desde a quinta-feira, 6. Os manifestantes retornaram às ruas na terça-feira, 11. Dessa vez, portanto, muito mais decididos. Eram mais uma vez cerca de cinco mil pessoas. Diante da repressão policial, sua reação foi não ceder. Essa tensão resultou em mais tensão. Policiais excederam na contenção. Jovens moços adultos, em sua maioria estudantes universitários, excederam na obstinação. Acuados pelas forças de correção, sua reação visou extravasar seu protesto destruindo patrimônios privados e públicos. O governador Geraldo Alckmin considerou esse acinte inadmissível. Prometeu endurecer – mantendo ou perdendo a ternura – a repressão. Dois dias depois, na quinta-feira, 13, cinco, sete, onze, treze, dezoito, vinte – os números são muito descontraídos – mil pessoas avançaram pela rua da Consolação querendo avançar à Avenida Paulista rumo ao Paraíso. Seu protesto era, diziam, pacífico. Conduziam uma simples marcha. Mas a polícia não deixou. Bloqueou o acesso. Impediu seguir. Daí teve início a exclusão da razão em nome da força. Os exageros aludiam à memória dos tempos de batalha e glória da rua Maria Antônia e tudo que veio após até o fim do regime militar no Brasil. Da glória sobrou a USP e o Mackenzie. Da batalha sobrou a incongruência da repressão que se mostrou presente nesses dias de junho de 2013.

Esse legado de inconsequência e despreparo, demonstrado nessa semana e meia de junho de 2013, ganhou atenção e solidariedade de toda a sociedade brasileira. Não demorou a demonstração dessa vinculação para além de São Paulo.

No dia 15 de junho, abertura da Copa das Confederações, o público pagante deu seu recado. Abriu via à presidente Dilma Rousseff. De nada adiantou Joseph Blatter, presidente da Fifa, questionar onde estaria o *fair play* dos brasileiros. De nada valeu lembrar do respeito e da reverência devidos à presidente da república e às instituições brasileiras. As vaias foram sem fim. O susto e a incompreensão também. A presidente Dilma, mesmo assim, declarou aberta a competição esportiva. Afinal, não se tinha

muito que fazer. Mas a partir daí também foi aberta a fase de protestos para além do Paraíso e da Consolação. Para além de São Paulo e seus fundões. Brasília, Fortaleza, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Recife, João Pessoa, Duque de Caxias, São Gonçalo dispersaram a centralidade do movimento e multiplicaram suas demandas e reivindicações.

Nos dias 17, 18, 19 e 20 de junho as manifestações chegaram ao auge. Envolveram mais de 350 municípios brasileiros e lançaram milhões de pessoas às ruas, avenidas, praças, bosques e alamedas.

“Copa do Mundo eu abro mão, quero dinheiro pra saúde e educação”

“Queremos hospitais padrão Fifa”

“O gigante acordou”

“Ia ixcrever augu legal, maix fautô edukssão”.

“Não é mole, não. Tem dinheiro pra estádio e cadê a educação”

“Todos contra a corrupção”

“Fora Dilma!”

“Fora Cabral!”

“Fora Alckmin”

“PT = pilantragem e traição”

“Zé Dirceu, pode esperar, tua hora vai chegar”

“Volta, Lula”.

Essas eram algumas das palavras de ordem que, por impotentes, se somaram à depredação da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, do Congresso Nacional, do Itamaraty entre outros, todos símbolos do Estado e da nação brasileiros.

Por esses dias, não teve jeito: o governo de São Paulo revogou o aumento do valor das tarifas do transporte público. Na mesma toada, o governo do Rio de Janeiro fez o mesmo. Adiante, dezenas, centenas de municípios seguiram os exemplos e o modelo. Isso reduziu a intensidade e fragmentou a densidade do movimento. De 21 a 30 de junho tudo foi se esmaecendo. Continuou no cotidiano dos brasileiros. Mas, essencialmente, na memória²⁷.

27 O Globo, O Estado de São Paulo, Folha de S. Paulo, Valor, Le monde, Le Figaro, Liberation The guardian, The New York Times, El país, La Vanguardia, revistas Veja, IstoÉ, Época, Le point, The new yorker, London review of books, The New York Times review of books de 7 a 30 de junho de 2013. ARANTES, Paulo Eduardo. *O novo tempo do mundo*. São Paulo: Boitempo, 2014. TERRA,

Seria evidentemente outra história discutir a História desse junho tão pleno em histórias.

Presidente Dilma, la femme d'État

Na gestão da história e da memória das noites desse junho de 2013, a presidente Dilma não utilizou mais que história e memória. História e memória traduzidas em política e comunicação. Política e comunicação depositárias de sua *rhetorical presidency*.

O discurso do dia 18 e o pronunciamento do dia 21 representam o cerne da estratégia da presidente na gestão de junho. No discurso fora feito o diagnóstico. No pronunciamento, o plano de superação. Em nenhum momento a presidente considerou os eventos como expressão de crise ou instabilidade ou problema ou inconveniência. Tudo que vinha se vendo e vivendo e ouvindo e sentindo da ausência de “*fair play*” ao “fora Dilma” foi descrito pela presidente como demonstração da “energia da nossa democracia” e do “civismo de nossa população” que, no âmago de seu mais nobre e altaneiro patriotismo, cantara o hino nacional pelas ruas e louvara o fato de ser brasileiro²⁸. Tudo era reconhecido pela presidente como efeito positivo. O Brasil se despertara mais forte. E, aduzia a presidente, “se aproveitarmos bem o impulso desta nova energia política, poderemos fazer, melhor e mais rápido, muita coisa que o Brasil ainda não conseguiu realizar por causa de limitações políticas e econômicas”²⁹.

Vistos em distância e meditados em perspectiva, a forma e o conteúdo da mensagem da presidente demonstram imensa sofisticação de análise e noção e percepção de *timing*.

Cristina; RUEDIGER, Tatiana. “Brésil: retour vers le futur?”, *Politique étrangère*, 2013-2014, hiver, p. 97-101. SINGER, André. “Brasil, Junho de 2013: classes e ideologias cruzadas”, *Novos estudos*, CEBRAP, 97, novembro de 2013, p. 23-40. GALL, Norman. Tudo bem? *Braudel paper*, n. 49, 2014. NOBRE, Marcos. *Choque de democracia. Razões da revolta*. São Paulo: Cia. das Letras, 2013. FREITAS, Janio de. O caminho difícil. *Folha de S. Paulo*, 27/06/2013. CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013. ARANTES, Paulo Eduardo. Tarifa zero e mobilização popular. Boitempo, blog, 03/07/2013. CHAUI, Marilena. O inferno urbano e a política do favor, tutela e cooperação. *Teoria e debate*, n. 113, jun. 2013. DOWBOR, Minika; SZWAKO, José. Respeitável público. *Novos estudos*, Cebrap, 97, novembro de 2013. p. 43-55.

28 Discurso da presidente da república, Dilma Rousseff, sobre as manifestações no Brasil. Brasília, 18 de junho de 2013.

29 Pronunciamento da presidente da república, Dilma Rousseff, em cadeia nacional de rádio e TV. Brasília, 21 de junho de 2013.

O mal-estar presidencial tivera início no sábado, 15 de junho, com a vaia recebida no estádio Mané Garrincha. Domingo, 16, e segunda-feira, 17, o movimento dos “20 centavos” deixou de ser majoritariamente paulista, ganhou todas as regiões do País e anexou diversas outras pautas. O unísono das ruas, das alamedas, dos becos e dos lamaçais no dia 17 foi ensurdecedor. A presidente – que, a rigor e por contingência da função, não comenta e não deve comentar situações, mas exerce o poder e toma decisão; *c'est la femme d'état* – precisava, ao menos, dizer alguma coisa. Evidentemente que a essa altura estavam acesos todos os sinais de alerta de todos os segmentos do governo, dos aliados e da oposição. Todos os aconselhadores do aparelho de Estado ou não³⁰, sabujos ou não, se tinham em plantão. O silêncio ia inquietando. Os minutos e as horas iam passando. O afã de comparação foi ficando irresistível. O “se fosse o Lula já teria resolvido” começou a rondar claramente o imaginário de toda *entourage* presidencial e partidária e dos tomadores e comentadores de decisão por toda parte. A presidente falou no *lendemain*. Dia 18.

No dia 18 a situação dos “20 centavos” estava praticamente solucionada. Não reside nenhum anacronismo nessa impressão. Nesse famigerado dia 18, para não dizer no próprio dia 17, desde as primeiras horas já se cogitava a revogação do aumento do preço das tarifas como forma de neutralização das manifestações. O discurso da presidente ocorre quando os “20 centavos” não eram mais o problema. Não foi ao acaso a anulação do aumento, no dia 19, por parte do prefeito Fernando Haddad, do governador Geraldo Alckmin e do governador Eduardo Paes. O discurso presidencial do dia 18 nada falava dos “20 centavos”. Mas sua apresentação abrangia eles e para além deles. Avaliava a presidente que “essas vozes das ruas precisam ser ouvidas”. Logo em seguida, argumentava “elas – as vozes das ruas – superaram os mecanismos tradicionais das instituições, dos partidos políticos, das associações e dos próprios meios de comunicação”. E, por fim, arrematava, “essa mensagem das ruas é por mais cidadania, por melhores escolas, melhores hospitais, postos de saúde, pelo direito de participação”³¹.

30 ALLAIN, Jean-Claude; BADEL, Laurence. *L'appareil diplomatique*. In: FRANK, Robert (dir.). *Pour l'histoire des relations internationales*. Paris: PUF, 2012. p. 475-510. JARDIN, Pierre. *Groupe, réseau, milieu*. In: FRANK, Robert (dir.). *Pour l'histoire des relations internationales*. Paris: PUF, 2012. p. 511-544.

31 Discurso da presidente da república, Dilma Rousseff, sobre as manifestações no Brasil. Brasília, 18 de junho de 2013.

Ao apreender a notícia da revogação dos “20 centavos”, muitos dos manifestantes se perceberam ouvidos. Doravante os protestos começaram a se esmaecer. Por isso tem muito sentido a intuição de André Singer ao sugerir que a partir do dia 21 teve início fase da fragmentação do movimento.³² E parece ter sido na percepção antecipada dessa fragmentação que a presidente programou o seu pronunciamento de 9 minutos e 58 segundos da sexta-feira, dia 21.

Sexta-feira, 21/06/2013, 21h.

O pronunciamento ocorreu em cadeia nacional no horário nobre de acesso ao recesso semanal. A presidente preferiu *travailleur* tom pastel, cor não primária, portanto, menos viva e agressiva que seu costureiro vermelho dos trajes. Mas, diferente de sua veste, sua comunicação foi viva, assertiva, ativa e altiva.

“O governo e a sociedade não podem aceitar que uma minoria violenta e autoritária destrua o patrimônio público e privado, ataque tempos, incendeie carros, apedreje ônibus e tente levar o caos aos nossos principais centros urbanos”³³. O governo e a sociedade não poderiam aceitar porque, em verdade, “as tarifas baixaram e as pautas dos manifestantes ganharam prioridade nacional”, indica a presidente ao meio do pronunciamento³⁴.

Lido no *timing* da *rhetorical presidency* da presidente, ela está a dizer que as ruas e seus arrabaldes que precisavam ser ouvidos – conforme dito no discurso do dia 18 – o foram. “As tarifas baixaram”. Parte majoritária dos manifestantes voltou para casa. Os que ainda não tinham voltado, deveria voltar. “Ganharam” a causa.

A discussão agora segue para outro patamar. Integra uma dimensão mais abstrata. Os “20 centavos”, ainda que embaraçosos, são tangíveis a todos – povo, governo e oposição. Copa do Mundo, hospitais, educação, PT, corrupção, Lula, se pode ao mínimo dizer que não ou, ou menos, menos. No discurso da quarta-feira, 18, a presidente acentuava estar “ouvindo as vozes da mudança”. E, mais que isso, indicava que seu governo

32 SINGER, André. “Brasil, Junho de 2013: classes e ideologias cruzadas”. *Novos estudos*, Cebrap, 97, novembro de 2013. p. 26.

33 Pronunciamento da presidente da república, Dilma Rousseff, em cadeia nacional de rádio e TV. Brasília, 21 de junho de 2013.

34 Id., *ibid.*

estava “empenhado e comprometido com a transformação social”³⁵. No pronunciamento da sexta-feira, 21, a presidente indicava sem titubeio: “vou convidar os governadores e os prefeitos das principais cidades do País para um grande pacto em torno da melhoria dos serviços públicos”³⁶.

Esse momento explicita efetivamente a capacidade da presidente em se colocar como “*head of the government*” e “*leader of the people*”. Demonstra a força de sua percepção de *timing*. Demonstra a força de sua *rhetorical presidency*.

Um pouco antes no próprio pronunciamento, a presidente afirmou que “como presidenta, eu tenho obrigação de ouvir a voz das ruas e dialogar com todos os segmentos”³⁷. Essa consideração, em verdade, afirma o que a presidente Dilma Rousseff, antes de tudo, fora outorgada para durante o período de janeiro de 2011 a dezembro de 2014 ser: “*femme d’état*”. Somente o presidente da república, o chefe, líder e representante maior do Estado, do governo e da nação, possui esse caráter quase demiúrgico. Essa força extraordinária que, como dizia André Malraux, parece vir do fundo dos anos.

A sugestão de promover o pacto com governantes e prefeitos em nome das demandas vindas das ruas informa cabalmente que a presidente era a única pessoa com legitimidade, autoridade e austeridade moral para fazer conversar com as partes. Por isso, que logo após a sugestão do pacto, a presidente afirma que vai receber “líderes das manifestações pacíficas, os representantes das organizações de jovens, das entidades sindicais, dos movimentos dos trabalhadores, das associações populares”³⁸.

O “grande pacto em torno da melhoria dos serviços públicos” seria discutido imediatamente na segunda-feira seguinte, dia 24. E o foi³⁹. No pronunciamento da sexta-feira, 21, esse pacto fora proposto como a reunião de três objetivos.

35 Discurso da presidente da república, Dilma Rousseff, sobre as manifestações no Brasil. Brasília, 18 de junho de 2013.

36 Pronunciamento da presidente da república, Dilma Rousseff, em cadeia nacional de rádio e TV. Brasília, 21 de junho de 2013.

37 Id., *ibid.*

38 Id., *ibid.*

39 Ver Discurso da presidente da república, Dilma Rousseff, durante reunião com governadores e prefeitos de capitais. Brasília, Palácio do Planalto, 24 de junho de 2013.

Plano Nacional de Mobilidade Urbana com ênfase em transporte coletivo.

“Destinação de cem por cento dos recursos do petróleo para a educação”.

“Trazer de imediato milhares de médicos do exterior para ampliar o atendimento do Sistema Único de Saúde, o SUS”.

Esses objetivos compõem o segundo passo da presidente Dilma na definição do factível. O primeiro ficou imantado no assunto das tarifas e nos “20 centavos”. O terceiro passo representa a dimensão mais complexa da exposição da presidente, a saber, a dimensão da política.

“Brasileiras e brasileiros, precisamos oxigenar o nosso sistema político”. “Oxigenar” não aparece ao léu na frase. Indica, antes de tudo, o nível da abstração e intangibilidade do objeto. O sistema político brasileiro agoniza. Está sem ar, alude a presidente. Do ponto de vista “concreto”, vira, então, imprescindível “encontrar mecanismos que tornem nossas instituições mais transparentes, mais resistentes aos malfeitores e, acima de tudo, mais permeáveis à influência da sociedade”⁴⁰. Mas como fazer isso? Resposta da presidente: a partir da “construção de uma ampla e profunda reforma política, que amplie a participação popular”⁴¹.

Palavras ao vento?

Nas carreiras de tudo que se vem aqui dizendo, seria maldoso, desonesto e inconsequente dizer disso. Muito embora o vento e as palavras e as palavras ao vento também façam parte da imaginação política e, sobretudo, em sua exposição. Mas, em verdade, essa dimensão prospectiva e abstrata e imaginativa e falsa e falseável acaba por corresponder ao núcleo do império da *policy demagogue* que envolve toda necessidade se ser *popular leader*, o que também condiz com a *rhetorical presidency*⁴².

40 Pronunciamento da presidente da república, Dilma Rousseff, em cadeia nacional de rádio e TV. Brasília, 21 de junho de 2013.

41 Id., *ibid.*

42 FRIEDMAN, Jeffrey. *Introduction: a “weapon in the hands of the people”: the rhetorical presidency in historical and conceptual context*. In: FRIEDMAN, Jeffrey; FRIEDMAN, Shterna. *Rethinking*

Da razão do Estado

Outras dimensões, inclusive presidenciais, da gestão de junho podem e devem emergir. A questão essencial do argumento até aqui foi simplesmente reconhecer a centralidade da presidente Dilma Rousseff na construção da narrativa, passada e futura, do evento. “*Brazil has risen a stronger country today*” foi ficando cada vez mais difícil de discutir, negar ou contestar com o distanciamento dos dias 18 e 21 de junho de 2013. Sobretudo por não se saber ao certo o que quer dizer. Do intenso debate interno que envolveu e envolve praticamente todos os intelectuais públicos brasileiros, salvo melhor avaliação, nada disso foi posto em questão ou negação. Isso se deve à *grandeur* da narração da presidente cotejada de imensa sofisticação no trato das palavras e das coisas. Como essas palavras e coisas referentes à leitura presidencial dos acontecimentos de junho foram apresentadas no meio internacional compreende o objeto e o objetivo do que se passa a discorrer a seguir.

*

Seria outro trabalho avaliar a recepção internacional das noites de junho. Dada a importância da projeção mundial brasileira contemporânea, não deve ser leviano afirmar que nenhuma chancelaria, nenhum aparelho de Estado, nenhum importante organismo ou organização formador de opinião em qualquer parte do planeta ficou sem comentar os sons emitidos das ruas do Brasil daqueles dias de junho de 2013. Avançar, portanto, nessa senda de diversas e incontáveis veredas seria adentrar por picadas outros diversos vastos mundos de ventura insondável.

O propósito aqui, muito mais comedido, portanto, objetiva analisar como a presidente Dilma Rousseff apresentou e explicou junho em suas viagens ao exterior. Nesse sentido, são identificadas as excursões presidenciais ao exterior de junho de 2013 a junho de 2014. Do junho dos protestos de junho ao junho do início de uma das razões dos protestos, a Copa do Mundo. A partir daí são observados os discursos e entrevistas da presidente. O teste final da análise visa demonstrar a validade da *rhetorical*

presidency da presidente na exposição dos acontecimentos de junho de 2013 no exterior.

De 1º de junho de 2013 a 1º de junho de 2014, segundo o setor de comunicação do Palácio do Planalto da Presidência da República, a presidente Dilma Rousseff proclamou 116 discursos e conferiu 72 entrevistas. Foram, portanto, cerca de 190 ocorrências sem contar as emissões *Café com a Presidenta* e *Conversa com a Presidenta* e eventuais aparições não computadas pelo aparelho oficial⁴³. Uma rápida e rasa e imprecisa comparação com o padrão de ocorrência nos tempos de seu antecessor indica que a presidente talvez não esteja tão longe da média de aparições, como se costuma aludir.

Pelas contas de Ali Kamel⁴⁴, o presidente Lula teria feito 1.770 discursos e entrevistas entre 1º de janeiro de 2003 e 31 de março de 2009. Portanto, 1.770 ocorrências em sete anos e três meses. Uma aritmética simples transforma isso em 20,3 intervenções por mês e em aproximadamente 244 intervenções ao ano. Na comparação ficariam, então, 244 ocorrências do presidente Lula contra 188 ocorrências da presidente Dilma. Avaliando mais de cerca, a diferença de 56 ocorrências entre um e outro não informa conclusões conclusivas.

Primeiro que seria necessário apanhar momentos similares. Nos quase doze anos de governos Lula e Dilma, seria quase impossível localizar momentos similares aos doze meses após os acontecimentos de junho de 2013⁴⁵. Nada parece se igualar ao período entre Copas. Da Copa das Confederações à Copa do Mundo no Brasil. Junho de 2013-junho de 2014. Nem o período de gestão após as denúncias que geraram o dito “escândalo do mensalão” em 2005 tampouco os momentos após a quebra do *Lehman Brothers* em 2008 poderiam servir de parâmetro⁴⁶. São momentos

43 Ver site *Acompanhe o Planalto*: http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos#b_start=0

44 KAMEL, Ali. *Dicionário Lula*. Um presidente exposto por suas próprias palavras. (Pesquisa de Rodrigo Elias). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. p. 15-23.

45 SADER, Emir (Org.). *Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013.

46 SILVA, Daniel Afonso da. Brésil: Lula da Silva. Les traces de la “rhetorical presidency” de Lula da Silva. Les yeux de la Méduse. *Diploweb*, 26/06/2013.

de dispersa e diferenciada demanda de exposição pública. Mas, no limite, não conseguiram alterar na essência o padrão.

Segundo que, a despeito da agenda oficial dos presidentes, existe – banal dizer, mas importante lembrar – o presidente. A personalidade do *homme d'état* Lula é essencialmente diferente da personalidade da *femme d'état* Dilma Rousseff. O presidente era mais expansivo. A presidenta segue mais contida. A verbosidade e o laconismo não necessariamente modificam a eficácia da mensagem.

E, por fim, um terceiro ponto seria reconhecer que realmente a quantidade não necessariamente representa diferença qualitativa essencial. As 56 ocorrências em favor do presidente Lula não necessariamente imprimem diferença substantiva entre sua comunicação e a da presidente Dilma. Caso contrário, como, então, melhor entender a razão de as taxas de aprovação popular da presidente Dilma seguirem o mesmo padrão das taxas de aprovação do presidente Lula?

Tudo isso merece e admite mais elucidação, avaliação, análise e estudo para se poder avançar na melhor compreensão desse fenômeno essencial da vida pública e política brasileira contemporânea que é a *rhetorical presidency* dos mandatários brasileiros.

*

No mesmo período de 1º de junho de 2013 a 1º de junho de 2014, a presidente Dilma Rousseff fez nove turnês ao exterior. Portugal, Uruguai, Suriname, Paraguai, Rússia, Estados Unidos da América, Peru, Suíça e Cuba. Todas com agendas densas e intensas. Afinal, a despeito da *malaise* ambiente que emana dos organismos brasileiros e estrangeiros formadores de opinião, a globalidade da efetividade da ascensão do Brasil como importante *rising power* continua sendo reconhecida e requisitada no meio decisório internacional⁴⁷.

47 TRINKUNAS, Harold. *Brasil's rise: seeking influence on global governance*. Washington: Brookings Institution, 2014. SAINT-GEOURS, Yves. *L'émergence du Brésil: à l'international aussi. Politique étrangère*, p. 77-86, 2013-2014. FOUCHER, Michel. *La bataille des cartes: analyses critiques des visions du monde*. Paris: Bourin éditeur, 2011.

Uma viagem presidencial, desnecessário dizer, se prepara. Poucos discorreram de maneira tão bela e abrangente sobre esse assunto como o mais uma vez o embaixador Rubens Ricupero em magnífico testemunho sobre a viagem presidencial do presidente Tancredo Neves em 1985 contido em seu decisivo *Diário de bordo*⁴⁸. Uma viagem presidencial brasileira sempre envolve muitos detalhes, muita circunstância, muito imprevisto, muita entrevista, muito discurso⁴⁹.

Em suas nove viagens, de junho de 2013 a junho de 2014, a presidente Dilma Rousseff proferiu, em média, dois discursos públicos e conferiu, em média, uma entrevista⁵⁰. Desses discursos e entrevistas constam a exposição e a explicação da presidente acerca dos acontecimentos brasileiros de junho de 2013. A conjunção dessa exposição-explicação vai passada em revista a seguir.

De Camões a Mariel

Passou meio despercebido no Brasil, algures e alhures, que entre 7 de setembro de 2012 e 10 de junho 2013 foram celebrados o *Ano do Brasil em Portugal* e o *Ano de Portugal no Brasil*. Uma iniciativa acordada entre os dois países em maio de 2010⁵¹. Por essa razão, no dia 10 de junho de 2013, a presidente Dilma Rousseff brindava com seu homólogo português o “grande reencontro” do Brasil “consigo mesmo, o qual tem como desdobramento necessário o desejo de aproximação dos povos irmãos que, lamentavelmente, ainda conhecemos tão pouco”⁵². 10 de junho é feriado nacional do dia de Portugal e feriado das comunidades lusitanas do dia de Camões. Um dia de festa. Festa na qual, desde 1989, se entrega

48 RICUPERO, Rubens. *Diário de bordo – A viagem presidencial de Tancredo*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010.

49 LAFER, Celso. O Legado Diplomático da Viagem Presidencial de Tancredo Neves. *Contexto Internacional*, v. 1, n. 2, 1985.

50 Site Acompanhe o Planalto: http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos#b_start=0

51 Ano de Portugal no Brasil. Regulamento. Lisboa, 2012.

52 Discurso da presidente da república, Dilma Rousseff, durante a cerimônia de entrega do Prêmio Camões. Lisboa, 10 de junho de 2013.

o valor em dinheiro do Prêmio Camões a escritores, literatos ou críticos, de língua portuguesa dispersos pelos rastros da diáspora lusitana. Os brasileiros João Cabral de Melo Neto (1990), Rachel de Queiroz (1993), Jorge Amado (1994), Antonio Candido de Mello e Sousa (1998), Autran Dourado (2000), Rubem Fonseca (2003), Lygia Fagundes Telles (2005), João Ubaldo Ribeiro (2008), Ferreira Gullar (2010), Dalton Trevisan (2012) fora agraciados com o prêmio em sessões anteriores. Os portugueses José Saramago (1995) e Antonio Lobo Antunes (2007) também receberam o gracejo antes. Em 2013 foi a vez do moçambicano Mia Couto, autor dos inesquecíveis *Terra sonâmbula* e *A Chuva pasmada*.

Neste ano de 2014, acaba de ser contemplado o memorável poeta, historiador, diplomata e embaixador brasileiro Alberto da Costa e Silva.

Na ocasião da cerimônia de entrega do prêmio em 2013, a presidente Dilma Rousseff era, de fato e direito e conveniência e contingência, convidada de honra em Portugal. Para além da amabilidade da circunstância e da urbanidade do momento, os portugueses queriam saber como o Brasil poderia ajudá-los a superar a brutalidade das crises – financeira, econômica, social, política, institucional – que ganhava níveis de agudeza raramente vistos⁵³.

Diante disso, a presente Dilma então acentua que a proposta brasileira seguiria sendo “a ênfase que damos ao estreitamento das relações entre o Mercosul e a União Europeia, entre o Brasil e a União Europeia e entre Brasil e Portugal”⁵⁴. No caso específico da relação entre os dois países, a presidente fez lembrar dos dois projetos da Embraer em Évora e dos vários investimentos do grupo Galp Energia nos campos de exploração petróleo de Lula, Cernambi, Júpiter, Caramba, todas áreas de pré-sal na costa brasileira⁵⁵.

Os protestos brasileiros estavam em seu segundo dia. Ninguém sabia da dimensão que poderiam chegar. Passaram, então, despercebidos. Como indiferença compulsória, *fogo que arde e não se vê*.

53 Entrevista coletiva concedida pela presidente da república, Dilma Rousseff, durante viagem a Portugal. Lisboa, 10 de junho de 2013.

54 Declaração à imprensa da presidente da república, Dilma Rousseff, após encontro com o presidente da república de Portugal, Aníbal Cavaco Silva. Lisboa, 10 de junho de 2013.

55 Entrevista coletiva concedida pela presidente da república, Dilma Rousseff, durante viagem a Portugal. Lisboa, 10 de junho de 2013.

Da companhia da senhora Maria Carvaco da Silva, a presidente Dilma regressou ao Brasil sem nada sobre junho mencionar. Situação diferente seria vivenciada em sua passagem por Montevidéu no mês seguinte.

No dia 11 de julho de 2013, a presidente Dilma foi ao Uruguai para participar da reunião da Cúpula dos Estados Parte e Associados do Mercosul. Três semanas após seu pronunciamento de 21 de junho e uma semana depois da plena dispersão das investidas de junho.

As revelações de Edward Snowden sobre a atuação da *National Security* na vigilância americana e mundial e o acirramento da situação da Síria após a comprovação de que o presidente Assad ultrapassara a *redline* estabelecida pelo presidente Obama pautavam o grosso da discussão internacional⁵⁶. Mesmo assim, a jornalista responsável pela entrevista oficial com a presidente apresentou como essência de seu questionamento: “Como a senhora viu hoje as manifestações lá no Brasil?” Nesse dia 11 de julho, centrais sindicais estavam bloqueando rodovias Brasil afora. A presidente Dilma não titubeou em desarmar a questão e a jornalista. Respondeu em direto: “Olha, minha querida. As manifestações, em geral, sejam de quem sejam, têm que ser respeitadas como manifestações de reivindicações, de busca de mais direitos sociais. [...] Querer mais é algo muito positivo na democracia. [...] O Brasil é um País tão forte, em termos democráticos, que ele consegue conviver de forma positiva com as manifestações.”⁵⁷.

Para acentuar o local e a circunstância – América do Sul e Mercosul –, a presidente não por acaso considerou que no caso brasileiro “nós temos grandes avanços nos últimos dez anos e agora as pessoas querem mais”⁵⁸. Essa foi também para lembrar que o Brasil segue *major power* na região e nessa condição tem autoridade para servir de exemplo e modelo. Foram esse exemplo e modelo que transcorreram todo o seu discurso do dia seguinte onde junho de 2013 simplesmente desapareceu⁵⁹.

56 FILKINS, Dexter. The thin redline. Inside the White House debate over Syria. *The New Yorker*, 13/05/2013. REMNICK, David. City of the lost. *The new yorker*, 26/08/2013. SERGENT, François – La Ghouta, autopsie d’un massacre. *Libération*, 23/08/2013.

57 Entrevista concedida pela presidente da república, Dilma Rousseff, na chegada ao Uruguai para a reunião de Cúpula do Mercosul. Montevidéu, 11 de julho de 2013.

58 Id., Ibid.

59 Discurso da presidente da república, Dilma Rousseff, durante reunião de Cúpula dos Estados Parte e Estados Associados do Mercosul e convidados. Montevidéu, 12 de julho de 2013.

Desapareceu também nas suas intervenções quando da posse do presidente paraguaio Horácio Cartes em 14-15 de agosto de 2013 em Assunção⁶⁰ e esteve muito subliminar nas aparições em São Petersburgo por da reunião do G20 entre 6 e 7 de setembro⁶¹. O efeito Snowden davam a nota e o *allegretto* da discussão.

Em defesa ao presidente Evo Morales que fora humilhado na Europa ao ter seu avião impedido de passar por espaço aéreo francês no trajeto Moscou-Portugal⁶², a presidente Dilma dizia que “nós também fomos atingidos diretamente pelas recentes denúncias que as comunicações eletrônicas e telefônicas de cidadãos e instituições de nossos países e de outros países da América Latina estão sendo objeto de espionagem por órgãos de inteligência”⁶³. Na longa entrevista coletiva concedida na Rússia, a presidente falou praticamente somente disso e de seu impacto sobre as relações americano-brasileiras e brasileiro-americanas⁶⁴.

Corria rumores da possibilidade de a presidente brasileira cancelar sua visita aos Estados Unidos no mês de outubro. As atenções estavam, portanto, direcionadas a saber como tinham sido as conversações, em pessoa, entre a presidente Dilma e o presidente Obama nos bastidores da reunião do G20. Não se sabe em essência o que em suas conversas se falou. Fato foi que à imprensa a presidente Dilma considerou que “guerra é guerra, terrorismo é terrorismo, espionagem de País democrático é espionagem” e era “incompatível com a convivência entre países amigos”, como Brasil e Estados Unidos⁶⁵.

Por fim a presidente Dilma acabou de fato não indo aos Estados Unidos em outubro e o Brasil liderou o estabelecimento de um marco

60 Entrevista coletiva concedida pela presidente da república, Dilma Rousseff, no Hotel Bourbon, em Assunção-Paraguai. Assunção, 14 de agosto de 2013.

61 Entrevista coletiva concedida pela presidente da república, Dilma Rousseff, em São Petersburgo. São Petersburgo, 6 de setembro de 2013.

62 MORALES, Evo. Moi, président de la Bolivie, séquestré en Europe. *Le monde diplomatique*, août 2013.

63 Discurso da presidente da república, Dilma Rousseff, durante reunião de Cúpula dos Estados Parte e Estados Associados do Mercosul e convidados. Montevidéu, 12 de julho de 2013.

64 Shaping U.S.-Brazil relationship after the Snowden affair: a conversation with ambassador Thomas A. Shannon. Washington: Wilson Center-Brazil Institute Special Report, February 2014.

65 Entrevista coletiva concedida pela presidente da república, Dilma Rousseff, em São Petersburgo. São Petersburgo, 6 de setembro de 2013.

civil multilateral para a governança da internet que ganhou corpo e se afirmou a partir do acordo realizado no *Global Multistakeholder meeting on the Future of Internet Governance* em abril de 2014 em São Paulo⁶⁶. A proposta geral desse acordo foi lançada em 24 de setembro de 2013 em Nova Iorque por ocasião da Assembleia Geral das Nações Unidas. De certa maneira, o impacto do efeito Snowden abrangeu parte importante desse discurso da presidente Dilma. Nele a presidente brasileira ainda dizia que as “recentes revelações sobre as atividades de uma rede global de espionagem eletrônica provocam indignação e repúdio em amplos setores da opinião pública mundial” e que no caso brasileiro “fizemos saber ao governo norte-americano nosso protesto, exigindo explicações, desculpas e garantias de que tais procedimentos não se repetirão”⁶⁷. Independente da repetição ou não dos atos americanos de vigilância, foi nessa ocasião que a presidente Dilma voltou a falar de junho. E dessa vez para expor de modo oficial ao mundo inteiro a sua apreciação dos acontecimentos.

A presidente disse mais do mesmo. Não teria sentido dilapidar a exposição. “As manifestações de junho, em meu País, são parte indissociável do nosso processo de construção da democracia e da mudança social. O governo não reprimiu, pelo contrário, ouviu e compreendeu a voz das ruas.”⁶⁸. Pareceu importante à presidente promover uma suave modificação no tom da justificação de sua atuação enfatizando que “ouvimos e compreendemos porque nós viemos das ruas. Nós nos formamos no cotidiano das grandes lutas do Brasil. A rua é o nosso chão, a nossa base”⁶⁹. Essa mudança de tom servia simplesmente para amplificar o caráter pedagógico de sua explicação. No mesmo sentido, ela lembra aos ouvintes que “os manifestantes não pediram a volta ao passado. Os manifestantes pediram sim o avanço para um futuro de mais direitos, mais participação e mais conquistas sociais.”⁷⁰. A pujança dessa explicação-exposição-narração seguiu a mesma nos demais compromissos – participação na abertura

66 NetMundial Multistakeholder Statement. São Paulo, 24 de abril de 2014.

67 Discurso da presidente da república, Dilma Rouseff, na abertura do debate geral da 68ª Assembleia-Geral das Nações Unidas – Nova Iorque, 24 de setembro de 2013.

68 Id., *ibid.*

69 Id., *ibid.*

70 Id., *ibid.*

do Foro Política de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável no dia 24 de setembro e no encerramento do Seminário Empresarial “oportunidades em infraestrutura no Brasil no dia 25 de setembro – da presidente em Nova Iorque⁷¹.

Nada similar fora apresentado nas passagens da presidente Dilma pelo Paraguai em 29 de outubro de 2013 quando da inauguração da linha de 500 kV entre Villa Hayes e a subestação de energia da margem direita da Itaipu Binacional em Hernandárias nem pelo Peru em 11 de novembro quando de sua visita oficial ao presidente Humala. A retomada da narrativa veio nos cortejos da presidente pela Suíça e por Cuba.

Na Suíça, no dia 23 de janeiro de 2014, a presidente foi primeiro à Zurique, à sede da Fifa, “na casa do futebol”. O objetivo, transcrito na mensagem, foi reafirmar que o Brasil tem sim o *fair play* que requeria Joseph Blatter na abertura da Copa das Confederações e, mais que isso, iria fazer a “Copa das Copas”⁷². No dia seguinte, foi a vez da presidente discursar em Davos, no Fórum Econômico. Nesse contexto e circunstância, sua leitura e exposição dos acontecimentos de junho foram implacáveis.

No momento mundial de ainda permanente agonia diante dos resguardos da crise financeira de 2008⁷³, a presidente apresentou junho como o modelo de exemplo que o Brasil foi, é e pode ser. Para isso, acentuou que “criamos um imenso contingente de cidadãos com melhores condições de vida, maior acesso à informação e mais consciência de seus direitos. Um cidadão de novas esperanças, novos desejos e novas demandas”⁷⁴. Esses novos desejos e novas demandas eram entendidos claramente como o fruto dos acontecimentos de junho. Demandas e desejos que emanaram do efeito concreto da criação de “um grande mercado interno

71 Discurso da presidente da república, Dilma Rousseff, durante mesa de abertura do Foro de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável. Nova Iorque, 24 de setembro de 2013. Discurso da presidente da república, Dilma Rousseff, durante encerramento do Seminário Empresarial “Oportunidades em Infraestrutura no Brasil”. Nova Iorque, 25 de setembro de 2013.

72 Declaração à imprensa da presidente da república, Dilma Rousseff, após visita à sede da Fifa. Zurique, 23 de janeiro de 2014.

73 FONTANA, Josep. *El futuro es un país extraño: una reflexión sobre la crisis social de comienzos del siglo XXI*. Barcelona: Passado & Presente, 2013. FERGUSON, Niall. *A grande degeneração: a decadência do mundo ocidental*. Trad. Janaína Marcoantonio. São Paulo: Planeta, 2013.

74 Discurso da presidente da república, Dilma Rousseff, durante Sessão Plenária do Fórum Econômico Mundial 2014. Davos, 24 de janeiro de 2014.

de consumo de massas” e de um “[...] um dos maiores mercados de automóveis, computadores, celulares, refrigerados, fármacos e cosméticos” do mundo. Mais que isso, enumera a presidente, mesmo assim “apenas 47% dos domicílios têm computador; 55% apenas possuem máquinas de lavar roupa automática; 17%, freezer; 8% TV plana”.⁷⁵ Desse contraste, faz entender a presidente, emanou junho.

De Davos à província de Artemisa em Cuba – fazendo o caminho inverso do presidente Lula que saía do Fórum Social Mundial de Porto Alegre e seguia para o Fórum Econômico Mundial de Davos⁷⁶ –, a presidente simplesmente reiterou a sua força de sua concepção de *timing*. Em Artemisa, no dia 27 de janeiro, foi inaugurar o Porto e a Zona de Desenvolvimento de Mariel com capacidade de recepção de navios de grande porte estilo aos *Super Post-Panamax*⁷⁷. Ambos empreendimentos contam com financiamento do BNDES brasileiro. No dia seguinte, teria início em Havana a II Cúpula da Comunidade dos Estados Latino-Americanos – Celac⁷⁸. A esse momento, a presidente Dilma não precisaria mais nada dizer. Os acontecimentos de junho de 2013 eram, em parte, história e memória e, em parte, desejo e convicção. Tudo já tinha sido deglutido e ruminado e deglutido novamente por essa instituição – ainda pouco estudada, pouco analisada, pouco compreendida e pouco respeitada – que é *rhetorical presidency* da presidente Dilma Rousseff.

75 Id., *ibid.*

76 BODINIER, Gérard. A política externa do Brasil 2003-2013: depois da esperança suscitada e do papel de destaque exercido, o país se encontra em certo isolamento. *Política externa*, v. 22, n. 4, p. 37-51, abr./maio/jun. 2014.

77 Discurso da presidente da república, Dilma Rousseff, durante cerimônia de inauguração do Porto de Mariel. Província de Artemisa, 27 de janeiro de 2014.

78 Discurso da presidente da república, Dilma Rousseff, durante a I sessão de trabalho da II Cúpula da Comunidade dos Estados Latino-Americanos – Celac. Havana, 28 de janeiro de 2014.

CAPÍTULO 13

RÉQUIEM¹

A deposição da Presidente Dilma Vana Rousseff em agosto de 2016, o encarceramento do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em abril de 2018 e o sucesso eleitoral do deputado Jair Messias Bolsonaro nas presidenciais de outubro de 2018 alteraram a qualidade, a tônica e a substância da ação exterior brasileira. O pacto subliminar não escrito sobre a presença do Brasil no mundo – gestado e tangido desde tempos brasileiros imemoriais, consolidado pela prática do Barão do Rio Branco e confirmado pela Constituição de 1988² – foi corroído, corrompido, esmagado e suplantado. Os princípios de discrição, moderação, independência e distinção da diplomacia brasileira esmaeceram cronicamente até entrarem em agonia. Os consensos tácitos do Brasil como indutor de solidariedade e cumplicidade entre povos – e notadamente entre os povos da América do Sul – foram humilhados, destratados, desgastados e esquecidos. Outro Brasil emergiu entre esse agosto de 2016 e outubro de 2018. Outra sensibilidade política e social da ação exterior do País foi implantada. Outra apreensão do meio e da vida internacionais começou a vigorar. Outra proposta de Política Externa Brasileira e outra visão majoritária da Política Internacional entraram em prática. Uma inflexão se produziu. Se para melhor ou seu contrário, o tempo vai mostrar. E ele, o tempo, também vai mostrar a gravidade e a profundidade dessa inflexão. Que, para muito além da ação exterior do País, se espraia gotejante por todos os poros do Estado e da nação brasileiros.

Quem no futuro se propuser a analisar a globalidade da complexidade desse período que abrange de agosto de 2016 e outubro de 2018, para fins de parâmetro e contexto, vai se impor como critério e medida

1 Este capítulo, sob o título de *O Brasil de Amorim*, serviu de Apresentação ao livro *Celso Amorim: entre virtudes e vocações* (Campina Grande: Eduepb, 2019).

2 Para uma visão geral e completa da História Diplomática Brasileira das origens aos dias atuais, ver: RICUPERO, Rubens. *A diplomacia na construção do Brasil – 1750-2016*. Rio de Janeiro: Versal Editores, 2017.

incontornáveis de periodização a longa travessia da redemocratização brasileira iniciada com a eleição do Presidente Tancredo de Almeida Neves em 1985, avançada com a instauração da Assembleia Constituinte que consumaria a Constituição de 1988, referendada pelas eleições de 1989 que devolveriam ao povo a prerrogativa de escolher diretamente seus mandatários, corporificada pelo Plano Real que conduziria a estabilização financeira e psicológica da economia brasileira a partir de 1994 e consolidada pelas presidências de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) que reduziriam significativamente as desigualdades sociais estruturais e estruturantes deste País demasiado injusto e desigual. No escrutínio incessante dessa primeira fase da travessia da redemocratização brasileira, de 1985 a 2010, o atento observador do futuro vai, por certo, notar e anotar múltiplas tensões e contradições. Mas nenhuma comparável àquelas que ele encontrará na análise pausada da fase seguinte que entrelaça os anos de 2011 a 2016.

Nessa segunda fase da redemocratização brasileira, o País esteve sob as presidências de Dilma Vana Rousseff (2011-2016). E virou assente reconhecer que, nesse período, o Brasil, via instituições e segmentos sociais e de classe, promoveu um profundo exame interno de consciência. Como decorrência, nada do então vigente regime político urdido do Presidente Tancredo de Almeida Neves ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva passou incólume. Justo ou não, consequente ou não, o estilo e a moda antigos de se fazer e viver a política foram postos a prova. O dito “presidencialismo de coalizão” chegou a certo limite³. Os políticos todos se viram impotentes e desautorizados diante da urgência e da concretude do real. O resultado imediato foi a produção de vácuos e vazios imediatamente ocupados por agentes do judiciário, da polícia e da imprensa⁴.

3 ABRANCHES, Sérgio. *Presidencialismo de Coalizão – Raízes e Evolução do Modelo Político Brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

4 Uma realidade, aliás, mundial. E, notadamente, após a crise financeira de 2008. Sobre a dimensão global desse processo, ver, entre outros, FERGUSON, Niall. *The Great Degeneration: How Institutions Decay and Economies Die*. New York, Penguin Books, 2014. FUKUYAMA, Francis. *Political Order and Political Decay: From the Industrial Revolution to the Globalization of Democracy*. London: Profile books, 2014. NAÍN, Moisés. *The End of Power: From Boardrooms to Battlefields and Churches to States, Why Being In Charge Isn't What It Used to Be*. New York: Basic books, 2014.

Por claro que as dimensões multidimensionais da hecatombe política, econômica e social vivenciadas sob a “era Dilma Rousseff” vinham subterrâneas e sorrateiras desde havia muito. Mas foi sob as presidências de Dilma Vana Rousseff, e notadamente em seu primeiro mandato, que todas as tensões e contradições chegaram à superfície, à luz do dia. As tardes e noites de junho de 2013, com seus protestos que tomaram de assalto toda a quietude do País, deixaram ainda mais evidente a complexidade de todos os problemas nacionais. As veias abertas e necrosadas da sociedade brasileira ficaram expostas e vulneráveis a quem quisesse ver. Parcelas importantes do povo nas ruas demandavam a manutenção dos melhoramentos econômicos e sociais dos últimos anos. Os anos da “era Lula da Silva”. Anos, inegavelmente, do povo.⁵ Mas o Estado, as instituições e os políticos brasileiros já não dispunham de recursos morais e espirituais e materiais para nutrir tais demandas. Essa insuficiência produziria consequências imediatas. Como o ato contínuo de protestos nas ruas antes, durante e depois das presidenciais de 2014. E, no médio prazo, lançaria as bases da inflexão a todos impingida de agosto de 2016 e outubro de 2018.

Dessa maneira, os protestos de junho de 2013 foram, em si e para si, espécie de aguarrás do tempo. Eles indicaram, por um lado, o início de novo tempo e momento brasileiros. No entanto, eles também exprimiram, por outro lado, as angústias e o desespero de segmentos sociais e de classe ancorados no País injusto e desigual de sempre⁶.

5 SADER, Emir (Org.). *Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013.

6 Sobre os protestos de junho de 2013 no Brasil, além do cotejamento da cobertura nacional e internacional de órgãos de imprensa tipo *O Globo*, *O Estado de São Paulo*, *Folha de S. Paulo*, *Valor*, *Le monde*, *Le Figaro*, *Liberation*, *The guardian*, *The New York Times*, *El país*, *La Vanguardia*, revistas *Veja*, *IstoÉ*, *Época*, *Le point*, *The new yorker*, *London review of books*, *The New York Times review of books* de 7 a 30 de junho de 2013, merecem destaque as impressões de ARANTES, Paulo Eduardo. *O novo tempo do mundo*. São Paulo: Boitempo, 2014. CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013. CHAUÍ, Marilena. O inferno urbano e a política do favor, tutela e cooperação. *Teoria e debate*, n. 113, jun. 2013. DOWBOR, Minika; SZWAKO, José. Respeitável público. *Novos estudos*, CEBRAP, 97, nov. 2013. p. 43-55. GALL, Norman. Tudo bem? *Braudel paper*, n. 49, 2014. NOBRE, Marcos. *Choque de democracia*. Razões da revolta. São Paulo: Cia. das Letras, 2013. SILVA, Daniel Afonso da. Noites de junho (ou da rhetorical presidency da presidente Dilma Rousseff na gestão externa da apreensão dos acontecimentos brasileiros de junho de 2013). *Tla-Melaua, revista de Ciencias Sociales. Facultad de Derecho y Ciencias Sociales. Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, México / issn: 1870-6916 / Nueva Época*, año 12, n. 44, p. 6-29, abr./sep. 2018.

A avaliação ambiente produzida pelas autoridades políticas e decisórias reconhecia somente o caráter positivo de tudo que ocorria. Todos viam nas ruas e praças em chamas a natureza legítima da reivindicação de um povo desejoso de avanços e requerente de *mais*. Mais melhoramentos. Mais dignidade. Mais possibilidades. Mais estabilização.

O País, sim, evoluíra substancialmente, e em todas as direções e sob todos os ângulos, do Presidente Tancredo de Almeida Neves ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Isto é um fato. Nenhum indicador econômico ou social haverá de desmentir essa constatação. Milhões de famílias – para ficar apenas num exemplo – foram retiradas da indigência e da miséria extremas nessa fase primeira da redemocratização. Sobretudo sob a “era Lula da Silva”. Esse extraordinário melhoramento na qualidade do Brasil e dos brasileiros exerceu modificações decisivas na autoestima da nação. O pessimismo ululante deu lugar a algum entusiasmo. A autodepreciação, revestida em “*complexo de vira-lata*”, deu lugar atitudes positivas, afirmativas e condescendentes para consigo próprio e com o mundo⁷. O futuro – sempre quimérico e distante – parecia ter virado presente imediato; aqui e agora. De modo que a máxima “*le Brésil est un pays d’avenir et le restera*”, de lavra do primeiro-ministro francês Georges Clemenceau às voltas com a Primeira Guerra Mundial, parecia totalmente subvertida, incorreta e anacrônica.

Os protestos de junho de 2013 eclodiram justamente quando esse “Brasil novo” e vigoroso deu sinais de não passar de mero gigante de pés de barro.

Era a crise financeira mundial de 2007-2009, enfim, chegando ao País. Vinha tarde e para todos os *emerging countries*. Sim: nenhum País

SINGER, André. “Brasil, Junho de 2013: classes e ideologias cruzadas”. *Novos estudos*, CEBRAP, 97, p. 23-40, nov. 2013. TERRA, Cristina; RUEDIGER, Tatiana. “Brésil: retour vers le futur?”. *Politique étrangère*, p. 97-101, 2013-2014.

7 Para uma leitura decisiva, abrangente e consistente sobre visão do brasileiro sobre si e sobre os outros, ver a obra do Professor Jessé Souza, especialmente SOUZA, Jessé. *Subcidadania brasileira – para entender o país além do jeitinho brasileiro*. 2. ed. Rio de Janeiro: Leya, 2018 e SOUZA, Jessé. *A classe média no espelho – sua história, seus sonhos e ilusões, sua realidade*. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2018. SOUZA, Jessé. *A ralé brasileira. Quem é e como vive*. 3. ed. São Paulo: Contracorrente, 2017. SOUZA, Jessé. *A elite do atraso*. Rio de Janeiro: LeYa, 2017. SOUZA, Jessé. *A radiografia do golpe*. Rio de Janeiro: LeYa, 2016. SOUZA, Jessé. *A tolice da inteligência brasileira*. Rio de Janeiro: LeYa, 2015.

emergente – fosse dos BRICS ou daqueles que politizaram o G20 em 2008 sob a liderança irresistível do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva⁸ – passou despercebido à transformação da “*marolinha*” em “*tsunami*”. Ela – a crise mundial chegando – fora um fator decisivo dos protestos brasileiros de junho de 2013. Mas houve outros fatores. Dentre os quais – e talvez o mais importante –, as tensões e contradições político-partidárias sob o primeiro mandato presidencial de Dilma Rousseff.

Na imagem plástica de um atento observador político do presente, a Presidente da República teria “*cutucado onças com varas curtas*”⁹. Verdade ou não, decisivo ou não, convincente ou não, o fato foi que a interiorização da crise financeiro-econômica internacional e o aprofundamento das crises político-partidárias nacionais deram vazão e razão ao que se viu naquelas tardes e noites de junho de 2013.

Ciente da importância desses eventos de junho para a compreensão da história contemporânea do País, o nosso sensato observador do futuro haverá também de perceber os usos e abusos daqueles protestos. Mais dia menos dia, de muito sondar a natureza da sociedade brasileira em questão, ele vai notar que a oposição à Presidência Dilma Rousseff capitaneou a força, a tensão e as contradições daqueles protestos de ruas contra o governo, contra o Partido dos Trabalhadores e contra as autoridades – petistas e não petistas – estabelecidas. Nenhuma autoridade política – e até ele no futuro vai se espantar – passou ao largo da desqualificação. Nenhum político deixou de ser desmoralizado. Estivesse ele no exercício de suas funções ou na entressafra do poder.

Esse processo de desvalorização do outro avançou e cresceu e saiu do controle. Sua resultante incontestável foi a deposição da Presidente Dilma Vana Rousseff em agosto de 2016. Mas no entremeio dessa ruidosa sanha contra o Partido dos Trabalhadores, esse processo também estraçalhou todo o sistema político-partidário que, bem ou mal, a primeira fase da redemocratização, de Tancredo Neves a Lula da Silva, criou. Desse

8 Sobre a proeminência internacional do Brasil e do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva nesse período, ver, entre outros, TRINKUNAS, Harold, *Brasil's rise: seeking influence on global governance*, Washington, Brookings Institution, 2014.

9 SINGER, André. Cutucando onças com varas curtas – O ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). *Novos Estudos CEBRAP*, v. 34, n. 2, jul. 2015.

modo, o que veio depois, a partir de agosto de 2016, foi, inegavelmente, uma profunda inflexão cosida em medo, dúvida, aflição e angústia.

Por estar do outro lado da colina, depois da Montanha Mágica, o nosso atento analista do futuro vai dispor de elementos precisos e abundantes para entender e avaliar mais e melhor todas as facetas desse momento brasileiro que o segundo decênio do século 21 legou. Mas, para completar a sua abordagem do período, mais cedo ou mais tarde, ele vai se debruçar exclusivamente sobre a Política Externa e a ação exterior do Brasil. E ao fazê-lo, tendo como suposto analítico a imensa inflexão que o período de agosto de 2016 a outubro de 2018 forjou, ele vai, mais uma vez como critério de periodização para fins de parâmetro e contexto, fixar as fases da redemocratização brasileira – 1985-2010, 2011-2016 e 2016-2018 – como suas balizas. E quando ele começar a estudar os gestores e atores da Política Internacional do País do Presidente Tancredo de Almeida Neves ao pleito presidencial de 2018, ele vai se deparar com notórios seguidores do Barão do Rio Branco. Mas poucos ou nenhum tão decisivo e notável quanto o embaixador Celso Luiz Nunes Amorim.

Celso Luiz Nunes Amorim honrou o Itamaraty, honrou o Estado brasileiro e honrou a ação exterior do País. Sua trajetória de quase cinquenta anos de serviços públicos prestados ao Brasil foi pouco a pouco se misturando à própria história do País e de sua redemocratização.

Foi no início da redemocratização brasileira e pelas mãos do Presidente José Sarney que o dedicado diplomata Celso Luiz Nunes Amorim virou embaixador – após amargar desmedidos impropérios durante o regime militar¹⁰. E foi como embaixador que os seus predicados saíram do anonimato protocolar da função pública para ganhar notoriedade em todos os espaços públicos e privados nacionais e internacionais. Não tardou virar Ministro de Estado das Relações Exteriores do Presidente Itamar Franco (1993-1994), após ocupar a Secretaria Geral de Relações Exteriores do Itamaraty. Nessa função de Ministro de Estado ele estava a substituir ninguém menos que o futuro Presidente Fernando Henrique

10 Celso Luiz Nunes Amorim foi Diretor Geral da Embrafilme de 1979 a 1982. E foi demitido pelos militares após a liberação do filme *Pra frente Brasil* de Roberto Farias, que fazia críticas ao regime instaurado em 1964.

Cardoso – que, na ocasião, fora movido pelo Presidente Itamar Franco ao Ministério da Fazenda de onde de se faria o Plano Real.

Por mérito e distinção, após ser Ministro de Estado das Relações Exteriores do Presidente Itamar Franco, o embaixador Celso Luiz Nunes Amorim serviria seu País notadamente como Representante Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas em Nova Iorque de 1995 a 1999, Representante Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas e demais Organismos Internacionais em Genebra de 1999 a 2001, Presidente da Conferência sobre Desarmamento em 2000, Presidente do Conselho para o Comércio de Serviços da Organização Mundial do Comércio em 2001 e Embaixador do Brasil em Londres de 2001 a 2002. Isto para mencionar apenas algumas de suas variadas outras funções no Brasil e no exterior nesse período.

Esses seus predicados todos eram uma evidência única e incontestável quando “*a esperança venceu o medo*” e o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva venceu as presidenciais de 2002. Dessa maneira, o seu convite a participar do novo governo foi um caminho quase natural.

Entrementes, nem ele, Celso Luiz Nunes Amorim, nem o Presidente da República eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, poderiam prever ou imaginar, naqueles idos de 2002 – quando o embaixador Amorim foi confirmado novamente Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil a partir de janeiro de 2003 – no que a ação exterior brasileira iria se transformar. Mas foi na sinergia deles dois – Presidente e chanceler – e de mais um e outro *compagnon de route* – notadamente do Professor Marco Aurélio Garcia como Assessor Especial da Presidência da República e do embaixador Samuel Pinheiro Guimarães como Secretário Geral das Relações Exteriores do Itamaraty – que o Brasil praticou o melhor de sua Política Externa e de sua projeção internacional. Foi o período do País ativo e altivo em sua relação com o mundo¹¹. Foi o momento, no dizer preciso de Alain Rouquié, da “*naissance d’un nouveau grand*”¹². Quando o País passou a ter protagonismo no templo dos grandes deste mundo.

11 AMORIM, Celso. *Teerã, Ramalá e Doha - Memórias da Política Externa Ativa e Altiva*. São Paulo: Benvirá, 2015.

12 ROUQUIÉ, Alain. *Le Brésil au XXIème siècle - Naissance d’un nouveau grand*. Paris: Fayard, 2006.

Nunca desde os tempos do Barão do Rio Branco que o Brasil fora tão respeitado e consultado mundo afora e nunca também desde os tempos do Barão do Rio Branco que um Ministro de Estado de Relações Exteriores fora tão proeminente, ativo e altivo. Porquanto, não foi ao acaso que ele, o embaixador-ministro Celso Luiz Nunes Amorim, seria considerado “o melhor chanceler do mundo” pela renomada *Foreign Policy* em 2009¹³.

Por essas e outras razões, a ação do embaixador e do Ministro de Estado Celso Luiz Nunes Amorim vai virar objeto imprescindível de análise do nosso observador do futuro. Que – com os olhos sempre fixados na inflexão da ação exterior brasileira de agosto de 2016 e outubro de 2018 e com o corpo e a alma entrincheirados na recomposição de passados da redemocratização – vai imediatamente compreender a Política Externa Brasileira guiada pelo Ministro de Estado Celso Luiz Nunes Amorim sob as presidências de Luiz Inácio Lula da Silva como o ponto fora da curva de toda a história diplomática brasileira; e, nesse sentido, vai reconhecer o período 2003-2010 como o *momentum* Lula da Silva-Celso Amorim.

Tudo que veio depois do *momentum* Lula da Silva-Celso Amorim – entre 2011 e 2016 e notadamente entre 2016 e 2018 – veio esmaecido. Tímido. Controverso. Irrelevante. No mais das vezes, medíocre. E por apreender que tudo foi assim depois do *momentum* Lula da Silva-Celso Amorim que o nosso analista futuro de tudo fará para entrar com afinco no escrutínio da ação exterior brasileira anterior à Presidente Dilma Rousseff e posterior ao Presidente Tancredo de Almeida Neves. Tudo para entender a gravidade daquilo que se fizera com o País e com sua ação exterior entre agosto de 2016 a outubro de 2018. Nesse empenho de retornar ainda mais ao passado, o nosso homem do amanhã vai identificar vários guias e mentores de ontem e hoje. Mas poucos lhe serão tão úteis quanto, novamente, o próprio Celso Luiz Nunes Amorim.

Sim: além de agir, Celso Luiz Nunes Amorim refletiu longa e profundamente sobre a ação exterior brasileira contemporânea. Escreveu textos científicos e de divulgação. Foi ativo na imprensa escrita e *broad-casting*. Proferiu discursos, palestras e conferências. Falou de improviso.

13 ROTHKOPF, David. The world's Best foreign minister. *Foreign Policy*, 7 october 2019. [<https://foreignpolicy.com/2009/10/07/the-worlds-best-foreign-minister/>]

Debateu em público. Falou com diversos públicos. E compôs livros-referência como *Conversa com jovens diplomatas* (São Paulo: Benvirá, 2011), *Breves narrativas diplomáticas* (São Paulo: Benvirá, 2013), *Teerã, Ramalá e Doha – Memórias da Política Externa Ativa e Altiva* (São Paulo: Benvirá, 2015) e *A grande estratégia do Brasil: Discursos, artigos e entrevistas da gestão no Ministério da Defesa (2011-2014)* (São Paulo: Unesp, 2016).

Esse material todo do engenho de Celso Luiz Nunes Amorim vai virar o pão de cada dia para o consumo do nosso escriba do futuro como já o é de nossos observadores atentos no presente.

Mas, conquanto vasto e consistente, todo esse material de Celso Luiz Nunes Amorim ainda pode ser completado e ampliado. E é justamente nesse empenho de completar e ampliar a sua já vasta obra que o livro *Celso Amorim: entre virtudes e vocações* se inscreve.

São 28 os textos aqui reunidos. Vinte e oito textos demasiado lúcidos e atuais, feitos como que por mãos de oleiro por Celso Luiz Nunes Amorim entre 1991 a 2011. Vinte e oito textos ausentes de seus livros anteriores e, muita vez, esquecidos no tempo e dispersos em logradouros de difícil localização.

Para fins de organização, esses 28 textos vão aqui distribuídos em três partes nominadas *Embaixador*, *Chanceler* e *Radical Livre*. A parte *Embaixador* contém reflexões sobre o Brasil e o mundo desde os impactos do desaparecimento do bloco soviético em 1989-1991 até as implicações da invasão do Iraque após os ataques de 11 de setembro de 2001. A parte *Chanceler* reproduz as intervenções mais marcantes e decisivas do embaixador Celso Luiz Nunes Amorim na condição de Ministro de Estado das Relações Exteriores do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A parte *Radical Livre* reúne as principais manifestações do cidadão Celso Luiz Nunes Amorim no curto interregno de janeiro a agosto de 2011, quando ele ficou sem responsabilidade pública após se aposentar do Ministério das Relações Exteriores, onde ingressara em 1965.

Das múltiplas intervenções que ele praticou nessa condição de “radical livre”, a *Palestra para o Grupo de Análise de Política e Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba* no dia 05 de agosto de 2011 merece destaque especial por nela conter o embrião deste livro.

Nos dias 4 e 5 de agosto de 2011, o cidadão Celso Luiz Nunes Amorim foi convidado e aceitou participar de reuniões públicas e privadas na graciosa João Pessoa, capital da Paraíba. A iniciativa foi fomentada e organizada pela Universidade Estadual da Paraíba e pelo seu Grupo de Análise de Política e Relações Internacionais. Uma vez tudo preparado, Celso Luiz Nunes Amorim chegou à Paraíba no dia 4 de agosto de 2011 com o propósito de falar livre e abertamente sobre *momentum* Lula da Silva-Celso Amorim. Um pouco antes de sua manifestação inaugural no dia 5 de agosto, os seus telefones começaram a tocar de modo incontínente. As ligações tinham diversas origens e variadas razões. Seu nome havia sido indicado para o Ministério de Estado da Defesa em substituição ao Ministro demissionário Nelson Azevedo Jobim. As especulações sobre a sua nomeação imediata começaram e foram se avolumando desde os seus primeiros instantes na Paraíba. Órgãos de imprensa já expunham a sua nomeação como certa, mas o mandatário da nação, no caso, a Presidente Dilma Rousseff, ainda precisava se manifestar. E foi por alguma razão do destino que, em apreciando o majestoso cair de tarde paraibano e degustando dos suntuosos temperos e iguarias locais no emblemático estabelecimento *Olho de Lula*, que o cidadão Celso Luiz Nunes Amorim recebeu a ligação da Presidente da República confirmando a nomeação. Desde então, não apenas o Presidente Lula, mas também o paraibano *Olho de Lula* passou a compor a história de sua vida. Pois desde a Paraíba – e do *Olho de Lula* – ele retornaria ao honroso serviço público de seu País.

Com essa nomeação, toda a manifestação pública do agora não mais somente cidadão Celso Luiz Nunes Amorim foi modificada. Ele, o agora Ministro de Estado da Defesa do Brasil, poderia ter tudo na Paraíba cancelado e seguido imediatamente para Brasília, onde era aguardado por ninguém menos que a Presidente da República. Mas não: ele ficou na terra nordestina para honrar a sua agenda paraibana. Mas em lugar de falar livre e abertamente, ele falou de modo contido e discreto; embora, como sempre, elegante e ricamente. Ele não mais falava para um público restrito de universitários e curiosos. Oficiais das Forças Armadas e autoridades públicas de todas as partes foram movidos às dependências da Universidade Estadual da Paraíba para contemplar as primeiras palavras do novo Ministro de Estado.

Vistos esses eventos em perspectiva, vai ficando progressivamente mais límpida a imagem de todos os seus gestos, palavras e olhares se remodelando de modo sutil e instantâneo naquelas horas todas do 4 ao 5 de agosto de 2011 na Paraíba.

Toda essa sutil – mas profunda – remodelagem de gestos, palavras e olhares passou e passa por muitos despercebida. Mas aos olhos e ouvidos púidos de análise política e internacional, essa sutil remodelagem de tom demonstra de modo acabado a força real do decoro. Sim: do decoro.

Um alto funcionário público da qualidade de Celso Luiz Nunes Amorim conhece e pratica o decoro como missão de vida. Como afirmação de sua devoção à imperiosidade das instituições públicas. E, numa dimensão mais íntima, como a demonstração de seu reconhecimento da força da razão do Estado.

A constatação dessa consciência e dessa reverência de Celso Luiz Nunes Amorim – demasiado raras ou completamente ausentes na prática dos agentes políticos que emergiram ao poder agosto de 2016 e outubro de 2018 – nos levou a perscrutar a dualidade entre o cidadão e o servidor público Celso Luiz Nunes Amorim. Mais precisamente entre o intelectual – aquele que pensa e fala livremente por *vocação* – e o alto funcionário do Estado – aquele que pensa e age francamente por *virtude*¹⁴.

Não foi ao acaso que se escolheu “*entre virtudes e vocações*” para título do livro. No recolhimento de textos que o leitor tem aqui em mãos nada vai mais candente que as *virtudes* e *vocações* do intelectual livre e do servidor público contingente à razão de Estado que foi e é Celso Luiz Nunes Amorim.

Tudo que aqui vai publicado tem, no fundo, a pretensão de levar o leitor a refletir, conduzido pelas mãos seguras de Celso Luiz Nunes Amorim, sobre tudo o que o Brasil no mundo foi e tudo aquilo que poderia ter sido em sua redemocratização do Presidente Tancredo de Almeida Neves ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Presidente Dilma Vana Rousseff e aquilo que veio depois até as presidenciais de 2018.

14 A inspiração evidente dessa abordagem parte de Max Weber e de suas notáveis conferências *Wissenschaft als Beruf* e *Politik als Beruf*, proferidas na Universidade de Munique em de 1917 e 1919.

Quem no presente por tudo isso se interessar vai aqui encontrar um excelente ponto inicial de *démarche* para a compreensão da ação exterior brasileira contemporânea. Quem no futuro quiser nesses temas navegar vai neste livro encontrar um testemunho de tudo aquilo que aqui e agora, de 1985 a 2018, poderíamos ser e novamente não fomos.

REFERÊNCIAS

1. *Fontes primárias*

A imprensa brasileira e a visita do general Charles de Gaulle ao Brasil. Archives Nationales de France, AG/5(1)/130.

A/55/305 - Report of the panel on united nations peace operations. 21 de Agosto de 2000 in http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/55/305

A/59/2005 – In Larger Freedom: Towards Security, Development and Human Rights for All – Report of the Secretary-General. United Nations, 2 de março de 2005. Parágrafo 154.

A/63/881-S/2009/304 – Report of the Secretary-General on peacebuilding in the immediate aftermath of conflict. United Nations, 11 de junho de 2009.

A/RES/60/1- Documento Final de la Cumbre Mundial 2005. United Nations, 24 de outubro de 2005 in <http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=A/RES/60/1>

Ano de Portugal no Brasil. Regulamento. Lisboa, 2012.

Appel du 18 juin 1940. Fondation Charles De Gaulle.

Apresentação do chanceler Luiz Felipe Lampreia na Câmara dos Deputados a 5 de abril de 1995. Arquivo LFL pi Lampreia, L. F. 1995.04.05. CPDOC-FGV.

Audition de Laurent Fabius par la Commission des Affaires étrangères de l'Assemblée nationale. Paris, 11 de março de 2013.

Barack Obama's victory speech – full text. Guardian, Wednesday 7 november 2012.

BOUTROS GHALI, Boutros. An agenda for Peace. United Nations, 1992.

Brasil-França. Troca de cartas a respeito do projeto Brasil-França. Ostensivo – despachos – 1985. Arquivo do Itamaraty em Brasília.

Brasil-França. Troca de cartas a respeito do projeto Brasil-França. Ostensivo – despachos – 1985. Arquivo do Itamaraty em Brasília.

Carta ao ministro Roland Dumas. 20 de maio de 1985. Arquivo do Itamaraty – Embaixada em Paris. Troca de notas – Embaixada do Brasil e Ministério das Relações Exteriores da França. Janeiro a junho de 1985.

Carta ao presidente François Mitterrand a 25 de janeiro de 1985. Arquivo do Itamaraty – Embaixada em Paris. Troca de notas – Embaixada do Brasil e Ministério das Relações Exteriores da França. Janeiro a junho de 1985.

Carta de Felisberto Batista Teixeira a Filinto Müller, informando sobre as atividades do “Comité De Gaulle” no Brasil. Rio de Janeiro. Arquivo Getúlio Vargas – GV confid. 1941.09.01/2. CP-DOC/FGV.

Carta do Marcos Azambuja ao secretário geral do Quai d'Orsay. 9 de novembro de 1998. Arquivo do Itamaraty – Embaixada em Paris. Troca de notas – Embaixada do Brasil e Ministério das Relações Exteriores da França. Julho a dezembro de 1998.

Carta do marechal Castelo Branco. 30 de junho de 1964. Correspondence. (1958-1969). Brésil – Septennat du Général de Gaulle. Archives Nationales de France, AG/5(1)/729.

Carta do presidente Getúlio Vargas. 14 de março de 1945. Arquivo Getúlio Vargas – GV c. 1944.12.26/2. CPDOC/FGV.

Carta do presidente João Goulart. 9 de janeiro de 1964. Correspondence. (1958-1969). Brésil – Septennat du Général de Gaulle. Archives Nationales de France, AG/5(1)/729.

Carta do presidente Juscelino Kubitschek. 21 de abril de 1960. Correspondence. (1958-1969). Brésil – Septennat du Général de Gaulle. Archives Nationales de France, AG/5(1)/729.

Carta do presidente Juscelino Kubitschek. 28 de agosto de 1958. Correspondence. (1958-1969). Brésil – Septennat du Général de Gaulle. Archives Nationales de France, AG/5(1)/729.

Carta do presidente Juscelino Kubitschek. 3 de outubro de 1965. Correspondence. (1958-1969). Brésil – Septennat du Général de Gaulle. Archives Nationales de France, AG/5(1)/729.

Coletiva após passeata em São Bernardo do Campo. São Bernardo do Campo, 04/10/2008.

Conferência de imprensa em conjunto com o primeiro-ministro britânico, Gordon Brown. Brasília, 26 de março de 2009.

CHIRAC, Jacques. Conférence des ambassadeurs. Palais de l'Élysée, 31 août 1995.

Conferência na cerimônia de entrega do título de doutor Honoris Causa pela Universidade Lumière Lyon 2. Lyon, França, 30 de maio de 1996.

Conseil d'analyse économique – “La crise des subprimes”. Paris: La documentations française, 2008.

Correspondence 01972 – 1985. Ambassade de France au Brésil. Arquivo do Itamaraty em Brasília.

Correspondence 01972 – 1985. Ambassade de France au Brésil. Arquivo do Itamaraty em Brasília.

Correspondence 18527 – 1985. Ambassade de France au Brésil. Arquivo do Itamaraty em Brasília.

Correspondence. (1958-1969). Brésil – Septennat du Général de Gaulle. Archives Nationales de France, AG/5(1)/729.

Correspondence. (1958-1969). Brésil – Septennat du Général de Gaulle. Archives Nationales de France, AG/5(1)/729. Carta do ministro Vasco Leitão. 15 de abril de 1964. Correspondence. (1958-1969). Brésil – Septennat du Général de Gaulle. Archives Nationales de France, AG/5(1)/729.

Correspondence. 8 octobre 1985. Ambassade de France au Brésil. Arquivo do Itamaraty em Brasília.

Correspondence. Jacques Chirac, Maire de Paris. Arquivo do Itamaraty – Embaixada em Paris. Inventário documental I – caixa 4370-81, maço 4373.

Correspondence. Jacques Chirac, Maire de Paris. Arquivo do Itamaraty – Embaixada em Paris. Inventário documental I – caixa 4370-81, maço 4373.

Correspondência. Dona Risoleta Tolentino Neves ao Presidente François Mitterrand. 13 de maio

de 1985. Arquivo do Itamaraty – Embaixada em Paris. Troca de notas – Embaixada do Brasil e Ministério das Relações Exteriores da França. Janeiro a junho de 1985.

Correspondência. Presidente José Sarney ao Presidente François Mitterrand. 16 de abril de 1985. Arquivo do Itamaraty – Embaixada em Paris. Troca de notas – Embaixada do Brasil e Ministério das Relações Exteriores da França. Janeiro a junho de 1985.

Correspondência. Presidente José Sarney ao Presidente François Mitterrand. 16 de abril de 1985. Arquivo do Itamaraty – Embaixada em Paris. Troca de notas – Embaixada do Brasil e Ministério das Relações Exteriores da França. Janeiro a junho de 1985.

COSTA BRAGA, Cláudio da. A guerra da lagosta. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2004.

DE GAULLE, Charles. Discours et messages. Avec le renouveau 1958-1962. Paris : Plon, 1970.

_____. Lettres, notes et carnets, janvier 1964-juin 1966. Paris : Plon, 1987.

_____. Lettres, notes et carnets, juin 1940-juillet 1941. Paris : Plon, 1981.

_____. Memoires de guerre – L'Appel, 1940-1942 (1954), L'Unité, 1942-1944 (1956), Le Salut, 1944-1946 (1959). Paris : Plon, 1954-1959.

Declaração à imprensa da presidente da república, Dilma Rousseff, após encontro com o presidente da república de Portugal, Aníbal Cavaco Silva. Lisboa, 10 de junho de 2013.

Declaração à imprensa da presidente da república, Dilma Rousseff, após visita à sede da Fifa. Zurique, 23 de janeiro de 2014.

Declaração à imprensa seguida de entrevista coletiva concedida pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em conjunto com o presidente da Espanha, José Luis Zapatero. Madrid, 17 de setembro de 2007.

Declaração à imprensa, seguida de entrevista coletiva, concedida pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em conjunto com o presidente da França, Nicolas Sarkozy. Rio de Janeiro-RJ, 23 de dezembro de 2008.

Declaration de Rio de Janeiro. Mardi 29 juin 1999.

Déclarations officielles de politique étrangère. XXe Conférence des ambassadeurs. Paris, 28-29 de agosto de 2012.

Dejeuner d'honneur du marechal Castello Branco, ancien président du Brésil. Dossier Brésil. Archives Nationales de France, AG/5(1)/1379.

Despachos. Paris. 1989. Arquivo do Itamaraty. MRE – Divisão de Arquivo. Doc. G54/3/3.

Despachos. Paris. 1989. Arquivo do Itamaraty. MRE – Divisão de Arquivo. Caixa 35.

Discours de M. Jacques CHIRAC, Président de la République devant la fédération des industries de São Paulo. São Paulo, 13 mars 1997.

Discours de M. Jacques CHIRAC, Président de la République, à l'occasion du dîner d'état offert en l'honneur de M. Fernando Henrique CARDOSO, Président de la République fédérative du Brésil. Palais de l'Élysée, 28 mai 1996.

Discours prononcé à l'Onu lors de la crise irakienne. Dominique de Villepin – New York, 14/02/2003.

Discours prononcé par M. Jacques CHIRAC président de la République devant le Congrès de la République fédérative du Brésil. Brasília, 12 mars 1997.

Discurso da presidente da república, Dilma Rousseff, durante a cerimônia de entrega do Prêmio Camões. Lisboa, 10 de junho de 2013.

Discurso da presidente da república, Dilma Rousseff, durante a I sessão de trabalho da II Cúpula da Comunidade dos Estados Latino-Americanos – Celac. Havana, 28 de janeiro de 2014.

Discurso da presidente da república, Dilma Rousseff, durante cerimônia de inauguração do Porto de Mariel. Província de Artemisa, 27 de janeiro de 2014.

Discurso da presidente da república, Dilma Rousseff, durante encerramento do Seminário Empresarial “Oportunidades em Infraestrutura no Brasil”. Nova Iorque, 25 de setembro de 2013.

Discurso da presidente da república, Dilma Rousseff, durante mesa de abertura do Foro de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável. Nova Iorque, 24 de setembro de 2013.

Discurso da presidente da república, Dilma Rousseff, durante reunião de Cúpula dos Estados Parte e Estados Associados do Mercosul e convidados. Montevideu, 12 de julho de 2013.

Discurso da presidente da República, Dilma Rousseff, durante Sessão Plenária do Fórum Econômico Mundial 2014. Davos-Suíça, 24 de janeiro de 2014.

Discurso da presidente da república, Dilma Rousseff, sobre as manifestações no Brasil. Brasília, 18 de junho de 2013.

Discurso da presidente da república, Dilma Rousseff, na abertura do debate geral da 68ª Assembleia-Geral das Nações Unidas – Nova Iorque, 24 de setembro de 2013.

Discurso de abertura do encontro empresarial franco-brasileiro. Sede da Fiesp, São Paulo, 13 de março de 1997.

Discurso de la Presidenta de la República de Brasil, Dilma Rousseff, sobre las manifestaciones en Brasil. Brasília, 18 de junho de 2013.

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na reunião plenária do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social-CDES. Palácio do Planalto, 06 de novembro de 2008.

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura do debate geral da 63ª Assembleia Geral das Nações Unidas. Nova Iorque-EUA, 23 de setembro de 2008.

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na Cúpula sobre Mercados Financeiros e Economia Mundial. Washington D.C. - EUA, 15 de novembro de 2008.

Discurso na cerimônia de recepção ao Presidente da França, Jacques Chirac. Rio de Janeiro, 12 de março de 1997.

Discurso no Congresso Nacional a 1º de janeiro de 1995. In.: DISCURSOS SELECIONADOS DO PRESIDENTE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO. Brasília: Funag, 2009.

Discurso no jantar oferecido pelo presidente da França, Jacques Chirac. Paris, França, 28 de maio de 1996.

Discurso pronunciado por sua excelência o embaixador Luiz Felipe Lampreia por ocasião da cerimônia de transmissão do cargo de ministro de Estado das relações exteriores. Brasília, 2 de janeiro de 1995.

Discurso pronunciado por sua excelência o senhor doutor Olavo Setúbal por ocasião da cerimônia

de transmissão do cargo de ministro de Estado das relações exteriores. Brasília, 15 de março de 1985.

Discurso pronunciado por Tancredo Neves quando de sua eleição à Presidência da República. Brasília, 15 de janeiro de 1985.

Entretiens. Note de André Malraux sur le voyage de Janio Quadros. Paris, 4/11/1960. Correspondence. (1958-1969). Brésil – Septennat du Général de Gaulle. Archives Nationales de France, AG/5(1)/729.

Entrevista coletiva concedida pela presidente da República, Dilma Rousseff, nas instalações do Goldman Sachs Tower, após o encerramento do seminário empresarial. Nova Iorque, 25 de setembro de 2013.

Entrevista coletiva concedida pela presidente da república, Dilma Rousseff, durante viagem a Portugal. Lisboa, 10 de junho de 2013.

Entrevista coletiva concedida pela presidente da república, Dilma Rousseff, no Hotel Bourbon, em Assunção-Paraguai. Assunção, 14 de agosto de 2013.

Entrevista coletiva concedida pela presidente da república, Dilma Rousseff, em São Petersburgo. São Petersburgo, 6 de setembro de 2013.

Entrevista coletiva concedida pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, aos jornais A Crítica, O Liberal, Jornal do Commercio, A Tarde, O Povo, O Popular, O Dia, Hoje em Dia, Zero Hora e Gazeta do Povo. Palácio do Planalto, 31 de agosto de 2007.

Entrevista coletiva concedida pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, após almoço com chefes de Estado da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, oferecido pelo presidente de Portugal, Aníbal Cavaco Silva. Nova Iorque-EUA, 24 de setembro de 2008.

Entrevista concedida pela presidente da república, Dilma Rousseff, na chegada ao Uruguai para a reunião de Cúpula do Mercosul. Montevideu, 11 de julho de 2013.

Ernesto Geisel e outros por ocasião do jantar de homenagem a Charles de Gaulle. Arquivo Ernesto Geisel – EG foto 1234. CPDOC/FGV.

Ernesto Geisel, Castelo Branco e outros por ocasião da visita de Charles de Gaulle ao Brasil. Arquivo Ernesto Geisel – EG foto 0664. CPDOC/FGV.

Falecimento do Presidente Tancredo Neves. Secretaria de estado. 15 de maio de 1985. Arquivo do Itamaraty – Embaixada em Paris. Inventário documental I – caixa 4370-81, maço 4373.

Falecimento do Presidente Tancredo Neves. Secretaria de Estado. 15 de maio de 1985. Arquivo do Itamaraty – Embaixada em Paris. Inventário documental I – caixa 4370-81, maço 4373.

Fundamental issues of peace, security at stake, secretary-general warns as he briefs security council on situation in Libya. Security Council, 6490th meeting. Nova Iorque, 25 de fevereiro de 2011.

George Bush's address to a joint session of Congress and the American people. Washington, 21 de setembro de 2001.

GOULART, João. Mensagem ao Congresso Nacional. Brasília, 1964.

GREEN BOOK. National defense budget estimates for FY 2014. Office of the under secretary of defense. Washington, 2013.

Human Rights Watch – Libya: June 1996 Killings at Abu Salim Prison. Nova Iorque, 2003.

AL-ARABI, Zainab. The Abu Salim Prison Massacre and the Libyan Psyche. Trípoli news, 23/07/2012.

In Swift, decisive action, security council imposes tough measures on Libyan regime, adopting resolution 1970 in wake of crackdown on protesters. Security Council, 6491th meeting. Nova Iorque, 26 de fevereiro de 2011.

Inaugural Address by President Barack Obama. U.S. Capitol, Washington, D. C., 21 de janeiro de 2013. (The White House – Office of the press secretary).

Interview télévisée accordée par M. Jacques Chirac, Président de la République, à la chaîne brésilienne « TV Globo ». Palais de l'Élysée, 8 mars 1997.

Interview télévisée accordée par M. Jacques Chirac, Président de la République, à la chaîne brésilienne « TV Globo ». Palais de l'Élysée, 8 mars 1997.

Jugement intégral – Jérôme Kerviel. Paris: Chroniques judiciaires, 2010. pp. 4-5. Acessível em: <http://prdchroniques.blog.lemonde.fr/2010/10/05/jerome-kerviel-bras-croises-face-a-la-justice-2/>

La déclaration de Sarkozy. Paris, 19 de março de 2011.

Le discours de Nicolas Sarkozy à Toulon. 25 de setembro de 2008.

Lettre du général De Gaulle. 13 avril 1964. Correspondence. (1958-1969). Brésil – Septennat du Général de Gaulle. Archives Nationales de France, AG/5(1)/729. Carta do marechal Castello Branco. 15 de abril de 1964.

Lettre du général De Gaulle. 3 de agosto de 1964. Correspondence. (1958-1969). Brésil – Septennat du Général de Gaulle. Archives Nationales de France, AG/5(1)/729.

Letter from PM and President Sarkozy to President Van Rompuy. Paris-Londres, 10 de março de 2011. (Prime Minister's Office, 10 Downing Street).

Lettre au Quai d'Orsay. 25/01/1985. Rencontre à Latche, entre le Président de la République et M. Tancredo Neves, Président élu – 26 janvier 1985. Archives Nationales de France, AG/5(4)/CD/206 – dossier 9.

Lettre de François Mitterrand au Président Fernando Henrique Cardoso. BRASEMB Paris. Arquivo LFL pi Lampreia, L. F. 1995.04.05. CPDOC-FGV.

Lettre de Geoffroy de la Tour du Pin. 19 mai 1964. Brésil – Correspondence – notes diverses. Archives Nationales de France, AG/5(1)/129.

Lettre de Roland Dumas. 14 octobre 1985. Brasil-França. Troca de cartas a respeito do projeto Brasil-França. Ostensivo – despachos – 1985. Arquivo do Itamaraty em Brasília.

Lettre du 28/09/1958. Archives Nationales de France, AG/5(1)/1379 – extrait type 2.

Lettre du général de Gaulle. 10 septembre 1963. Correspondence. (1958-1969). Brésil – Septennat du Général de Gaulle. Archives Nationales de France, AG/5(1)/729.

Lettre du général de Gaulle. 17 janvier 1964. Correspondence. (1958-1969). Brésil – Septennat du Général de Gaulle. Archives Nationales de France, AG/5(1)/729.

Lettre du général De Gaulle. 26/12/1944. Arquivo Getúlio Vargas – GV c. 1944.12.26/2. CPDOC/FGV.

Lettre du général de Gaulle. Correspondence. (1958-1969). Brésil – Septennat du Général de

Gaulle. Archives Nationales de France, AG/5(1)/729.

Lettre du Président Fernando Collor. 26 mars 1991. Ostensivo – despachos – 1991. Arquivo do Itamaraty em Brasília.

Lettre du Président Itamar Franco. 2 juillet 1993. Ostensivo – despachos – 1993. Arquivo do Itamaraty em Brasília.

Lettre du Président Itamar Franco. 27 septembre 1993. Ostensivo – despachos – 1993. Arquivo do Itamaraty em Brasília.

Lettre, 21/4/1960. Correspondence. (1958-1969). Brésil – Septenat du Général de Gaulle. Archives Nationales de France, AG/5(1)/729.

Lettre. Paris, 4 août 1988. Archives Nationales de France, AG/5(4)/CD/206 – dossier 2.

Libye: appareillage du poste-avions Charles de Gaulle. Ministère de la Défense, 2011.

Liste chronologique des ambassadeurs, envoyés extraordinaires, Ministres plénipotentiaires et chargés d'affaires de France à l'étranger depuis 1945. Paris : Quai d'Orsay, 2015.

Listes de membres du gouvernement. Notes diplomatiques du Grand Voyage du Général De Gaulle en Amérique latine. Archives Nationales de France, AG/5(1)/126.

MGS – 0F01288A. 13/12/1995. Confidencial. BRASEMB Paris. Arquivo LFL pi Lampreia, L. F. 1995.04.05. CPDOC-FGV.

MGS – 0F01288A. 13/12/1995. Confidencial. BRASEMB Paris. Arquivo LFL pi Lampreia, L. F. 1995.04.05. CPDOC-FGV.

MGS – DV 00052Z. 28/11/1995. Secreto. Particular ao Sr. Ministro de Estado. Enviado por Carlos Leite. BRASEMB Paris. Arquivo LFL pi Lampreia, L. F. 1995.04.05. CPDOC-FGV.

NetMundial Multistakeholder Statement. São Paulo, 24 de abril de 2014.

News briefing with vice Adm. Gortney from the Pentagon on Libya Operation Odyssey Dawn. US Department of Defense, 20 de março de 2011. (Office of the Assistant Secretary of Defense).

Nota do presidente Tancredo Neves em agradecimento ao apoio francês. Brasília, de 28 de fevereiro de 1985. Arquivo do Itamaraty – Embaixada em Paris. Troca de notas – Embaixada do Brasil e Ministério das Relações Exteriores da França. Janeiro a junho de 1985.

Note au chargé de mission. Paris, 22/01/1985. Rencontre à Latche, entre le Président de la République et M. Tancredo Neves, Président élu – 26 janvier 1985. Archives Nationales de France, AG/5(4)/CD/206 – dossier 3.

Note au président. Paris, 14/01/1985. Rencontre à Latche, entre le Président de la République et M. Tancredo Neves, Président élu – 26 janvier 1985. Archives Nationales de France, AG/5(4)/CD/206 – dossier 2.

Note au président. Paris, 19/01/1985. Rencontre à Latche, entre le Président de la République et M. Tancredo Neves, Président élu – 26 janvier 1985. Archives Nationales de France, AG/5(4)/CD/206 – dossier 3.

Note au président. Paris, 23/01/1985. Rencontre à Latche, entre le Président de la République et M. Tancredo Neves, Président élu – 26 janvier 1985. Archives Nationales de France, AG/5(4)/CD/206 – dossier 4.

Note au sujet de la situation actuelle des relations franco-brésiliennes. 15 septembre 1964. Di-

rection des affaires politiques Amériques. Notes diplomatiques du Grand Voyage du Général De Gaulle en Amérique latine. Archives Nationales de France, AG/5(1)/126.

Note au sujet du développement de la coopération franco-brésilienne dans le domaine nucléaire à l'occasion de la visite du Général de Gaulle. 4 septembre 1964. Direction des affaires politiques Amériques. Notes diplomatiques du Grand Voyage du Général De Gaulle en Amérique latine. Archives Nationales de France, AG/5(1)/126.

Note diplomatique. Juillet 1964. Bloc Brésil 13. Direction des affaires politiques Amériques. Notes diplomatiques du Grand Voyage du Général De Gaulle en Amérique latine. Archives Nationales de France, AG/5(1)/126.

Note diplomatique. Juillet 1964. Bloc Brésil 3. Direction des affaires politiques Amériques. Notes diplomatiques du Grand Voyage du Général De Gaulle en Amérique latine. Archives Nationales de France, AG/5(1)/126.

Note diplomatique. Juillet 1964. Bloc Brésil 5. Direction des affaires politiques Amériques. Notes diplomatiques du Grand Voyage du Général De Gaulle en Amérique latine. Archives Nationales de France, AG/5(1)/126.

Note diplomatique. Juillet 1964. Bloc Brésil 9. Direction des affaires politiques Amériques. Notes diplomatiques du Grand Voyage du Général De Gaulle en Amérique latine. Archives Nationales de France, AG/5(1)/126.

Note diplomatique. Juillet 1964. Bloc Brésil. Direction des affaires politiques Amériques. Notes diplomatiques du Grand Voyage du Général De Gaulle en Amérique latine. Archives Nationales de France, AG/5(1)/126.

Note diplomatique. Juillet 1964. Bloc Brésil. Direction des affaires politiques Amériques. Notes diplomatiques du Grand Voyage du Général De Gaulle en Amérique latine. Archives Nationales de France, AG/5(1)/126.

Ofício 17085. 15 de agosto de 1990. Ambassade de France au Brésil. Arquivo do Itamaraty. MRE – Divisão de Arquivo. Doc. G54/3/2.

Ofício 19545. 24 de setembro de 1990. Ambassade de France au Brésil. Arquivo do Itamaraty. MRE – Divisão de Arquivo. Doc. G54/3/2.

Ofício 19545. 24 de setembro de 1990. Ambassade de France au Brésil. Arquivo do Itamaraty. MRE – Divisão de Arquivo. Doc. G54/3/2.

Oral statement to Parliament PM statement to the House on Libya. Londres, 21 de março de 2011. (Cabinet Office and Prime Minister's Office, 10 Downing Street).

Oral statement to Parliament PM statement to the House on Libya. Londres, 21 de março de 2011. (Cabinet Office and Prime Minister's Office, 10 Downing Street).

Paris Summit for the Support to the Libyan People: Communiqué. 19 de março de 2011. (Bureau of European and Eurasian Affairs).

Peace and Security in Africa. Security Council, 6490th meeting. Nova Iorque, 25 de fevereiro de 2011.

Peace and Security in Africa. Security Council, 6491th meeting. Nova Iorque, 26 de fevereiro de 2011.

Press briefing by Senior Administration Officials on the killing of Osama bin Laden. Washington,

2 de maio e 2011. (The White House – Office of the press secretary).

Primeira entrevista coletiva concedida pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega, durante reunião ministerial. Granja do Torto, 24 de novembro de 2008.

Pronunciamento à nação do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de posse. Palácio do Planalto, 1º de janeiro de 2007.

Pronunciamento da presidente da república, Dilma Rousseff, em cadeia nacional de rádio e TV. Brasília, 21 de junho de 2013.

Relatório de Batista Teixeira a Filinto Müller informando sobre a chegada de Alberto Guérin, presidente do “Comitê De Gaulle”, ao Brasil e seus contatos nas embaixadas inglesa e francesa visando criar núcleos desse comitê no Brasil. Informa também sobre as atividades secretas junto aos círculos norte-americanos e sobre as observações feitas em torno dos comentários referentes à defesa do Atlântico Sul e ao “caso Mendoza”. Rio de Janeiro (Vol. XXXV/8). Arquivo Getúlio Vargas – GV c 1941.01.17. CPDOC/FGV.

Remarks by Hillary Rodham Clinton, Secretary of State. Paris, France. Paris, 19 de março de 2011. (Press availability at Chief of Mission Residence).

Remarks by President at the National Defense University. Washington, 23 de maio de 2013. (The White House – Office of the press secretary).

Remarks by President Obama at CEO Business Summit. Brasília, 19 de março de 2011. (The White House – Office of the press secretary).

Remarks by President Obama at Teatro Municipal, Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 20 de março de 2011. (The White House – Office of the press secretary).

Remarks by president On a New Beginning. Cairo, 4 de junho de 2009. (The White House – Office of the press secretary).

Remarks by President On a New Beginning. Cairo, 4 de junho de 2009. (The White House – Office of the press secretary).

Remarks by president On a New Beginning. Cairo, 4 de junho de 2009. (The White House – Office of the press secretary).

Remarks by President on the Situation in Libya. Washington, 18 de março de 2011. (The White House – Office of the press secretary).

Remarks by the President After Two Planes Crash Into World Trade Center. Sarasota, Florida, 11 de setembro de 2001. (The White House – Office of the press secretary).

Remarks by the President at the National Defense University. Washington, 23 de maio de 2013. (The White House – Office of the press secretary).

Remarks by the President from the USS Abraham Lincoln At Sea Off the Coast of San Diego, California. 1 de maio de 2003. (The White House – Office of the press secretary).

Remarks by the president in the State of the Union Address. U.S. Capitol, Washington, D. C., 12 de fevereiro de 2013. (The White House – Office of the press secretary).

Remarks by the President on Libya. Brasília, 19 de março de 2011. (The White House – Office of the press secretary).

Remarks by the President on Libya. Brasília, 19 de março de 2011. (The White House – Office

of the press secretary).

Remarks by the president on Osama Bin Laden. East Room, White House, 2 de maio de 2011. (The White House – Office of the press secretary).

Remarks by the President on the Situation in Libya. Washington, 18 de março de 2011. (The White House – Office of the press secretary).

Remarks by the President to Parliament in London, United Kingdom, May 25, 2011.

Rencontre à Latche, entre le Président de la République et M. Tancredo Neves, Président élu – 26 janvier 1985. Archives Nationales de France, AG/5(4)/CD/206 – dossier 1.

Rencontre à Latche, entre le Président de la République et M. Tancredo Neves, Président élu – 26 janvier 1985. Archives Nationales de France, AG/5(4)/CD/206 – dossier 8.

Rencontre à Latche, entre le Président de la République et M. Tancredo Neves, Président élu – 26 janvier 1985. Archives Nationales de France, AG/5(4)/CD/206 – dossier 9.

Rencontre avec l'homme politique Brésilien José Aparecido de Oliveira. 6 mai 1987. Archives Nationales de France, AG/5(4)/CD/206 – dossier 2.

Rencontre avec le Président élu Fernando Collor de Mello. 6 février 1990. Archives Nationales de France, AG/5(4)/CD/206 – dossier 2.

Réponses de M. Jacques CHIRAC, Président de la République aux questions des membres de la fédérations des industries de São Paulo. São Paulo, 13 mars 1997.

Report card backgrounder Terrorism. New York: Council on foreign relations, 2013.

Report of the International Commission of Inquiry of Libya. Human Rights Council, Nineteenth session, 2 de março de 2012. (A/HRC/19/68).

Report of the International Commission of Inquiry of Libya. Human Rights Council, Nineteenth session, 2 de março de 2012. (A/HRC/19/68).

Resolução 1973 (2011). Security Council, 6498 meeting. Nova Iorque, 17 de março de 2011.

Resolution 1441 (2002). Security Council, United Nations, 8/11/2002. Annex text of Blix/El-Baradei letter.

Resolution 1970 (2011). Security Council, 26/02/2011.

Reunião de Consultas políticas Brasil-França entre os embaixadores Luiz Felipe Seixas Correa e Loïc Hennekinne. Arquivo Luiz Felipe Lampreia. LFL mre 2. 1999.02.24/1. CPDOC/FGV.

Reunião de Consultas políticas Brasil-França entre os embaixadores Luiz Felipe Seixas Correa e Loïc Hennekinne. Arquivo Luiz Felipe Lampreia. LFL mre 2. 1999.02.24/1. CPDOC/FGV.

Reunião de Consultas políticas Brasil-França entre os embaixadores Luiz Felipe Seixas Correa e Loïc Hennekinne. Arquivo Luiz Felipe Lampreia. LFL mre 2. 1999.02.24/1. CPDOC/FGV.

Reunião de Consultas políticas Brasil-França entre os embaixadores Luiz Felipe Seixas Correa e Loïc Hennekinne. Arquivo Luiz Felipe Lampreia. LFL mre 2. 1999.02.24/1. CPDOC/FGV.

Reunião de trabalho entre os ministros Luiz Felipe Lampreia e Hubert Védrine. Brasília, 1º de setembro de 1999. Arquivo Luiz Felipe Lampreia. LFL mre 2. 1999.02.24/1. CPDOC/FGV.

S/2004/300 – Report of the Secretary-General on Haiti. United Nations, 16 de abril de 2004.

S/2004/698 – Interim Report of the Secretary-General on the United Nations Stabilization Mission in Haiti. United Nations, 30 de agosto de 2004.

S/2010/200 – Report of the Secretary-General on the United Nations Stabilization Mission in Haiti. United Nations, 22 de fevereiro de 2010. pp. 1-3.

S/2014/162 – Report of the Secretary-General on the United Nations Stabilization Mission in Haiti. United Nations, 7 de março de 2014.

S-15/2 Situation of Human Rights in the Libyan Arab Jamahiriya. Human Rights Council, 25 de fevereiro de 2011.

Security Council approves 'no-fly zone' over Libya, authorizing 'all necessary measures' to protect civilians, by vote of 10 in favour with 5 abstentions. Security Council, 6498th meeting. Nova Iorque, 17 de março de 2011.

Shaping U.S.-Brazil relationship after the Snowden affair: a conversation with ambassador Thomas A. Shannon. Washington: Wilson Center-Brazil Institute Special Report, February 2014.

Segunda entrevista coletiva concedida pelos ministros da Fazenda, Guido Mantega, e da Comunicação Social, Franklin Martins, durante reunião ministerial. Granja do Torto, 24 de novembro de 2008.

Situation in the Libyan Arab Jamahiriya by the International Criminal Court – Public Warrant of Arrest for Muammar Mohammed Abu Minyar Gaddafi. Haia, 27/06/2011. 7pp.

Speech delivered by the President of the Republic of Brazil, Dilma Rousseff, about protests in Brazil. Brasília, 18 de junho de 2013.

Suggestions à l'occasion du Voyage du général de Gaulle en Amérique. Ambassade de France au Brésil. 3 juin 1964. Archives Nationales de France, AG/5(1)/129.

Telegrama ao Chanceler Luiz Felipe Lampreia. 02/02/1995. Arquivo LFL pi Lampreia, L. F. 1995.04.05. CPDOC-FGV.

Telegrama ao Chanceler Luiz Felipe Lampreia. 02/02/1995. Arquivo LFL pi Lampreia, L. F. 1995.04.05. CPDOC-FGV.

Telegrama do Presidente François Mitterrand. Arquivo do Itamaraty – Embaixada em Paris. Inventário documental I – caixa 4370-81, maço 4373.

Telegrama ao Chanceler Luiz Felipe Lampreia. 08/06/1995. Arquivo LFL pi Lampreia, L. F. 1995.04.05. CPDOC-FGV.

Telegrama do Presidente François Mitterrand. Arquivo do Itamaraty – Embaixada em Paris. Inventário documental I – caixa 4370-81, maço 4373.

The 9/11 Commission Report. National Commission on Terrorist Attacks Upon the United States (Public law 107-306, November 27, 2002).

The 9/11 Commission Report. National Commission on Terrorist Attacks Upon the United States (Public law 107-306, November 27, 2002). Washington, 2004.

THE FINANCIAL CRISIS INQUIRY REPORT: final report of the national commission on the causes of the financial and economic crisis in the United States. USA: Government, 2011.

The Times, 3/5/2011.

Trechos da participação do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em painel orga-

nizado pelo canal de TV Cuatro, com a participação do escritor Carlos Fuentes e dos jornalistas Iñaki Gabilondo e Juan Luis Cebrián e transformado no programa especial “40 minutos con Lula”. Madrid, 13 de outubro de 2008.

Trechos da participação do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em painel organizado pelo canal de TV Cuatro, com a participação do escritor Carlos Fuentes e dos jornalistas Iñaki Gabilondo e Juan Luis Cebrián e transformado no programa especial “40 minutos con Lula”. Madrid, 13 de outubro de 2008.

UNITED NATIONS. United Nations Peacekeeping Operations: Principles and Guidelines.2008 in http://pbpu.unlb.org/pbps/Library/Capstone_Doctrine_ENG.pdf

Visita de trabalho do senhor Ministro de Estado à França a 27 de maio de 1999. Arquivo Luiz Felipe Lampreia. LFL mre 2. 1999.02.24/1. CPDOC/FGV.

Visita de trabalho do senhor Ministro de Estado à França a 27 de maio de 1999. Arquivo Luiz Felipe Lampreia. LFL mre 2. 1999.02.24/1. CPDOC/FGV.

WALL STREET AND THE FINANCIAL CRISIS: Anatomy of a Financial Collapse. Majority and Minority Staff Report Permanent Subcommittee On Investigations, United States Senate. Washington, 2011.

2. Periódicos

Brazil in focus

Contexto internacional

Correio Braziliense

Correio do Brasil

Corriere della Sera

Council on Foreign Relations

Current History

Diplomatie Presse

Diploweb

El país

Época

Folha de S. Paulo

Foreign Affairs

Global policy

Goldman Sachs

In defense of marxism

International policy network

Istoé

Jornal do Brasil
Jornal du Dimanche
L'express
L'humanité
La vanguardia
Le figaro
Le monde
Le monde diplomatique
Le nouvel observateur
Le point
Libération
London Review of books
New Left Review
New Statesman
New York Review of Books
New Yorker
Newsweek
O Estado de S. Paulo
O Globo
Observatório da imprensa
Private eye
Real World Economics review
Semana (Colômbia)
The American Prospect
The Daily Telegraph
The Economist
The Financial Times
The Guardian
The New York Times
The Washington Post
Time
Times
Valor
Veja
Wall Street Journal

3. *Bibliografia*

ABRANCHES, Sérgio. *Presidencialismo de Coalizão – Raízes e Evolução do Modelo Político Brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

ALLAIN, Jean-Claude & BADEL, Laurence. *L'appareil diplomatique*. In.: FRANK, Robert (dir.). *Pour l'histoire des relations internationales*. Paris: PUF, 2012.

AMARAL, Ruy Pacheco de Azevedo. *O Brasil na França*. Brasília: Funag, 2008.

AMORIM, Celso. *Teerã, Ramalá e Doha - Memórias da Política Externa Ativa e Altiva*. São Paulo: Benvirá, 2015.

_____. *Conversa com jovens diplomatas*. São Paulo: Benvirá, 2011.

_____. *Breves narrativas diplomáticas*. São Paulo: Benvirá, 2013.

_____. *A grande estratégia do Brasil: Discursos, artigos e entrevistas da gestão no Ministério da Defesa (2011-2014)*. São Paulo: Unesp, 2016.

ANDERSON, Benedict. *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. Londres: Verso, 1991.

ANFROL, Michel. *Les discours et messages du général de Gaulle, chef de la France Libre, à l'Amérique latine*. In.: VAÏSSE, Maurice. *De Gaulle et l'Amérique Latine*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2014.

ANNAN, Kofi. *Invenções: Uma vida de guerra e paz*, São Paulo, Companhia das Letras, 2013.

ARANTES, Paulo Eduardo. *O novo tempo do mundo*. São Paulo: Boitempo, 2014.

ARANTES, Paulo Eduardo. *Tarifa zero e mobilização popular*. Boitempo, blog, 03/07/2013.

ATTALI, Jacques. *C'était François Mitterrand*. Paris: Fayard, 2005.

ATTALI, Jacques. *Verbatim (I): 1981-1986*. Paris: Fayard, 1993.

BADIE, Bertrand. *L'impuissance de la puissance – Essai sur les nouvelles relations internationales*. Paris: Fayard, 2004.

_____. *Un monde de souffrances. Ambivalence de la mondialisation*. Paris: Salvator: 2015.

BARBIER, Christophe. *Libye: comment Sarkozy a gagné la guerre*. *L'Express*, 09/11/2011.

BARCHARAN, Nicole. *L'événement sans nom. Le monde, Hors-Série, La décennie Ben Laden*. Paris, pp. 20-22, 2011.

BARCQUE, Raphaëlle. *L'enfer de Matignon: ce sont eux qui en parlent le mieux*. Paris: Points, 2010.

BARRETO, Fernando de Mello. *A política externa após a redemocratização*. Brasília: Funag, 2012.

BEEVOR, Antony. *D-Day: The Battle for Normandy*. London: Penguin Books, 2010.

_____. *Paris after the Liberation: 1944 -1949*. London: Penguin Books, 2004.

_____. *The second world war*. London: Weidenfeld & Nicolson, Phoenix, 2012.

BÉLY, Lucien; SOUTOU, Georges-Henri; THEIS, Laurent; VAÏSSE, Maurice. *Dictionnaire*

- des ministres des affaires étrangères. 1589-2004. Paris : Fayard, 2005.
- BERDAL, Mats. The Security Council and peacekeeping. In.: VAUGHAN Lowe; ADAM Roberts; WELSH, Jennifer; ZAUM, Dominik. The United Nations Security Council and War: the evolution of thought and practice since 1945. New York: Oxford University Press, 2008.
- BIANCIOTTI, Hector. Ernesto Sabato. *Le monde*, 04/04/2011.
- BODINIER, Gérard. A política externa do Brasil 2003-2013: depois da esperança suscitada e do papel de destaque exercido, o país se encontra em certo isolamento. *Política externa*, vol. 22, n. 4, pp. 37-51, abr./mai./jun. de 2014.
- BOULOUQUE, Sylvain. Le communisme en Afghanistan. In.: COURTOIS, Stéphane (Org.). *Le livre noir du communisme. Crimes, terreur, répression*. Paris: Robert Laffont, 1997.
- BOURCIER, Nicolas – Fathi Tirbil, l’homme qui a fait le printemps. *Le monde*, 22/03/2011.
- BOUTROS GHALI, Boutros. *Unvanquished – a U.S.-U.N. saga*. New York: Random House, 1999.
- BOYER, Yves. Petite et grande histoire autour de la crise iraquienne. In.: HEISBOURG, François (Org.). *Annuaire stratégique et militaire, 2006-2007*. Paris: Odile Jacob, 2007.
- BRAUDEL, Fernand. *Civilisation matérielle, économie et capitalisme – XVe-XVIIIe siècle*. 3. *Le temps du monde*. Paris: Armand Colin, 1993.
- CADERNOS DO CHDD. Brasília, Funag, Ano III, n. 5, pp. 457-468, 2004.
- CADIER, Roger. *Souvenirs d’un “carioca” honoraire*. Paris : Nouvelles éditions latines, 1982.
- CARCELLER, Julie. *Affaire Kerviel-Société Générale, acte II*. *Les echos*, 06/06/2012.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*. São Paulo: Difel, 1964.
- _____. *A Arte da política: a história que vivi*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2006.
- _____. *The Accidental President of Brazil: A Memoir*. Nova York: PublicAffairs, 2007.
- CASTELLS, Manuel. *Communication Power*. New York: Oxford University Press, 2009.
- CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- CASTEÑEDA, Jorge. *Lula: jugar en primera division sin mojarse*. *El país*, 25/05/2010.
- CEASER, James W.; THURLOW, Glen E.; TULIS, Jeffrey; BESSETTE, Joseph M.. *The rise of the rhetorical presidency*. *Presidential Studies Quarterly*, vol. 11, n. 2, Spring, 1981.
- CERVO, Amado Luís & BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.
- CHAUÍ, Marilena & NOGUEIRA, Marco Aurélio. *O pensamento político e a redemocratização do Brasil*. *Lua nova*, n. 71, pp. 173-228, 2007.
- _____. *O inferno urbano e a política do favor, tutela e cooperação*. *Teoria e debate*, n. 113, jun. 2013.
- CHIRAC, Jacques. *Le temps présidentiel. Mémoires*. Paris : Nil, 2012.
- CLAUDE, Patrice. *Moubarak et la révolte des Egyptiens*. *Le monde*, 13-14/02/2011.

COATE, Roger; FORSYTHE, David; PEASE, Kelly-Kate; WEISS, Thomas. *The United Nations and Changing World Politics*. Boulder: Westview Press, 2010.

COLLOR DE MELLO, Fernando Affonso. *Relato para a história: a verdade sobre o processo do impeachment*. Brasília: Senado Federal, 2007.

CONTI, Mario Sergio. *Notícias do Planalto: a imprensa e o poder nos anos Collor*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

COSTA FRANCO, Alvaro da. *Em meio à crise. Souza Dantas e a França ocupada. 1940-1942*. Brasília-Rio de Janeiro: Funag, 2008.

COTTA, Michèle. *Le monde selon Mitterrand*. Paris : Tallandier, 2015.

CRÉMIEUX-BRILHAC, Jean-Luis. *La France Libre I : de l'appel du 18 juin à la libération*. Paris : Gallimard, 2014.

CROCKETT, David A. *The Rhetorical Presidency: Still Standing Tall*. *Presidential Studies Quarterly*, vol.39 (4), pp. 932-940, 2009.

CUNLIFFE, Philip. *The Politics of Global Governance in UN Peacekeeping*. *International Peacekeeping*, n. 16, vol. 3, pp. 323-336, 2009.

CYPEL, Sylvain. *Les Etats-Unis celebrant la fin de Ben Laden*. *Le monde*, 3/5/2011.

DAVID, O. & L.-SUISSA, J. *Apogée et effondrement de la première mondialisation. De la fin du XIXe. siècle à 1945*. In.: GAUCHON, Pascal (coord.) – *Le monde – manuel de géopolitique et de géoéconomie*. Paris: Puf, 2008.

DEJAMMET, Alain. *Boutros Boutros-Ghali: Une histoire égyptienne*, Paris: Erick Bonnier, 2015.

_____. *L'incendie planétaire. Que fait l'ONU?* Paris: Cerf, 2015.

DOUIN, Jean-Luc. *Maria Schneider, in memoriam*. *Le monde*, 7/02/2011.

DOWBOR, Minika & SZWAKO, José. *Respeitável público*. *Novos estudos*, CEBRAP, 97, novembro de 2013.

FAVIER, Pierre & MARTIN-ROLAND, Michel. *La décennie Mitterrand*. 1 – *Les ruptures (1981-1984)*. 2 – *Les épreuves (1984-1988)*. 3. *Les défis*. 4. *Les déchirements*. Paris : Éditions du Seuil, 1990-1999.

FERGUSON, Niall. *A grande degeneração: a decadência do mundo ocidental*. Trad. Janaína Marcoantonio. São Paulo: Planeta, 2013.

_____. *A lógica do dinheiro. Riqueza e poder no mundo moderno – 1700-2000*. Trad. Maria Teresa Machado. Rio de Janeiro: Record, 2007.

_____. *Colosso: ascensão e queda do império americano*. Trad. Marcelo Musa Cavallari. São Paulo: Planeta, 2011.

_____. *The Great Degeneration: How Institutions Decay and Economies Die*. New York, Penguin Books, 2014.

FILKINS, Dexter. *The thin redline. Inside the White House debate over Syria*. *The New Yorker*, 13/05/2013.

FISK, Robert. *A grande guerra pela civilização. A conquista do Oriente Médio*. Trad. Sandra Martha Dolinsky. São Paulo: Planeta, 2007.

FONSECA JR., Gelson & BELLI, Benoni. Desafios da responsabilidade de proteger. Política externa, vol. 21, n. 4, abr./mai/jun 2013.

_____. Gelson Fonseca Junior (depoimento, 2008). Rio de Janeiro, CPDOC, 2011.

FONTAINE, André. Après eux, le Déluge. De Kaboul à Sarajevo – 1979-1995. Paris: Fayard, 1995.

_____. La guerre froide, 1917-1991. Paris: la martinière, 2004.

FONTAINE, Pascal. Voyage au coeur de l'Europe, 1953-2009. Bruxelles: Racine, 2009.

FONTANA I LÀZARO, Josep. Por el bien del imperio: una historia del mundo desde 1945. Barcelona: Passado & Presente, 2011.

_____. El futuro es un país extraño: una reflexión sobre la crisis social de comienzos del siglo XXI. Barcelona: Passado & Presente, 2013.

FOUCHER, Michel. Atlas de l'influence au XXIe siècle. Paris: Robert Laffont, 2013.

_____. La bataille des cartes: analyses critiques des visions du monde. Paris: Bourin éditeur, 2011.

FRANK, Robert. Penser historiquement les relations internationales. Annuaire français de Relations internationales. Bruxelles, vol. 4, 2003.

FRIEDMAN, Jeffrey & FRIEDMAN, Shterna. Rethinking the rhetorical presidency. New York: Routledge, 2012.

FRIEDMAN, Jeffrey. Introduction: a "weapon in the hands of the people": the rhetorical presidency in historical and conceptual context. In.: FRIEDMAN, Jeffrey & FRIEDMAN, Shterna. Rethinking the rhetorical presidency. New York: Routledge, 2012.

FUKUYAMA, Francis. L'Amérique a perdu de sa superbe". Entrevista a Olivier Guez. Le monde magazine, 10 ans après. pp. 18-22, 10/9/2011.

_____. Political order and political decay: from the Industrial revolution to the globalization of democracy. London: Profile Books, 2014.

_____. The End of History and the Last Man. New York: Free press, 1992.

GADDIS, John Lewis. The cold war: a new history. Nova Iorque: Penguin, 2005.

GALL, Norman. Tudo bem? Braudel paper, n. 49, 2014.

GAROT, Emmanuel. Le Bresil des militaires a travers Le regard français, 1964-1976. Cahiers du Brésil Contemporain, n° 23-24, pp. 145-163, 1994.

GASPARI, Elio. A ditadura derrotada. São Paulo: Cia das Letras, 2013.

_____. A ditadura encurralada. São Paulo: Cia das Letras, 2004.

_____. A ditadura envergonhada. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

GATINOIS, Claire & MICHEL, Anne. Société générale: six questions sur une fraude. Le monde, 25/01/2008.

GAUTHERET, Jérôme & WIEDER, Thomas. Il était une fois la révolution. Le monde, 20-21/02/2011.

GELLNER, Ernest. Nations and nationalism. Nova Iorque: Cornell University Press, 1983.

- GIESBERT, Franz-Olivier. *François Mitterrand, une vie*. Paris : Seuil, 1996.
- GOIS, Chico de. Lula diz que crise é causada por ‘gente branca de olhos azuis’. *O Globo*, 26/03/2009.
- GRAHAM, Robert & HARDING, James. War in Iraq: How the Die was Cast Before Transatlantic Diplomacy Failed. *Financial times*, 27/05/2003.
- GRICE, Andrew. Financial crisis ‘caused by white men with blue eyes’. *The independent*, 27/03/2009.
- GUINNEL, Jean & KORN-BRZOZA, David. *France: Histoire des services secrets français – 1989-2009*. Paris: Programm33, 2010.
- GURREY, Béatrice. Juppé, l'éternel retour. *Le monde*, 1º/03/2011.
- HARDT, Michel & NEGRI, Antonio. *Império*. Trad. Berilo Vargas. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- HARTOG, François. *Régimes d'historicité: Présentisme et expérience du temps*. Paris: Seuil, 2003.
- HARVEY, David. *The new imperialism*. Londres: Oxford University, 2003.
- HISTÓRIAS CONTADAS – Memórias de José Sarney. Brasília: TVSenado, 2013.
- HOBBSAWM, Eric J. *The Age of Extremes: A History of the World, 1914-1991*. London: verso, 1995.
- _____. Trocando mitos por história. *O Estado de S. Paulo, Aliás!*, 11/9/2011.
- HUNTINGTON, Samuel P. *The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order*. New York: Simon & Schuster, 1996.
- JACQUES, Martin. *When China Rules the World. The end of the Western World and the birth of a new global order*. 2. ed. London: Penguin books, 2012.
- JAMES, C. L. R. *Os jacobinos negros. Toussaint L'Ouverture e a revolução de São Domingos*. São Paulo: Boitempo, 2000.
- JARDIN, Pierre. Groupe, réseau, milieu. In.: FRANK, Robert (dir.). *Pour l'histoire des relations internationales*. Paris: PUF, 2012.
- JUDT, Tony. *Post-War: a history of Europe since 1945*. London: Penguin, 2006.
- KAMEL, Ali. *Dicionário Lula. Um presidente exposto por suas próprias palavras*. (pesquisa de Rodrigo Elias). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- KENNAN, George F. *American Diplomacy: Sixtieth-anniversary expanded edition*. Chicago: University of Chicago Press, 2012.
- KENNEDY, Paul. *The Rise and Fall of the Great Powers: Economic Change and Military Conflict From 1500 to 2000*. New York: Random House, 1987.
- KISSINGER, Henry. *Diplomacy*. New York: Simon & Schuster Paperbacks, 1994.
- KOIFMAN, Fábio. *Quixote nas trevas: o embaixador Souza Dantas e os refugiados do nazismo*. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Trad. Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

- KREGEL, Jan. The global crisis and the implications for developing countries and the BRICS: is the “B” really justified? *Brazilian journal of political economy*, vol. 29, n. 4 (116), pp. 341-356, out.-dez. 2009.
- LAFER, Celso. O Legado Diplomático da Viagem Presidencial de Tancredo Neves. *Contexto Internacional*, vol. 1, n. 2, 1985.
- LANGELLIER, Jean-Pierre et al. – Trois grands pays émergents, le Brésil, la Chine et l’Inde, ont retrouvé la croissance. *Le monde*, 17/09/2009.
- LARACEY, Mel. The Rhetorical Presidency Today: How Does It Stand Up? *Presidential Studies Quarterly*, vol. 39(4), pp. 908-931, 2009.
- LEONELLI, Domingos & OLIVEIRA, Dante de. *Diretas Já: 15 meses que abalaram a ditadura*. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- LLOYD, John. Na intellectual in power. *Project magazine*, 28/07/2007.
- LOYER, Emmanuelle. Lévi-Strauss. Paris : Flammarion, 2015.
- LULA DA SILVA, Luiz Inácio, “O necessário, o possível e o impossível” – Entrevista a Emir Sader e Pablo Gentili. In.: Emir Sader (Org.), *Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil*, São Paulo, Boitempo, 2013.
- LYRA, Fernando. *Daquilo que eu sei: Tancredo e a transição democrática*. São Paulo: Iluminatas, 1999.
- MALYE, François & STORA, Benjamin. *François Mitterrand et la guerre d’Algérie*. Paris : Calmann-Lévy, 2010.
- MANDELSON, Peter. *The third man*. Londres: Harper press, 2010.
- MAZARR, Michel J. The risks of ignoring strategic insolvency. *The Washington Quarterly*, 35:4, pp. 7-22, 2012.
- MEARSHEIMER, John J. *The tragedy of great power politics*. New York: W. W. Norton & Company, 2001.
- MITTERRAND, François. *Le Coup d’État permanent*. Paris : Plon, 1964.
- MOISÉS, José Alvaro. Dilemas da consolidação democrática no Brasil. *Lua Nova*, n. 16, pp. 15-86, 1989.
- _____. Eleições, participação e cultura política: mudanças e continuidades. *Lua Nova*, n. 22, pp. 134-187, 1989.
- MOÏSI, Dominique. The clash of emotions – Fear, humiliation, hope, and the new world order. *Foreign affairs*, n. 86, vol. 1, pp. 8-12, jan.-fev. 2007.
- MORALES, Evo. *Moi, président de la Bolivie, séquestré en Europe*. *Le monde diplomatique*, août 2013.
- MOUSAVIZADEH, Nader. End of Rouge. *Newsweek*, 8/2/2010.
- MURPHY, Chad. The Evolution of the Modern Rhetorical Presidency: A Critical Response. *Presidential Studies Quarterly*, vol. 38(2), pp. 300-307, 2008.
- NAÍN, Moisés. *The End of Power: From Boardrooms to Battlefields and Churches to States, Why Being In Charge Isn’t What It Used to Be*. New York: Basic books, 2014.

- NEGROPONTE, John D. & PALMISANO, Samuel J. Defending an open, global, secure, and resilient internet. New York: Council on foreign relations, 2013. Council Special Report, n. 70.
- NICHOL, Jim. Central Asia: regional developments and implications for U.S. Interests. Congressional Research Service. Washington, 2012.
- NOBRE, Marcos. Choque de democracia. Razões da revolta. São Paulo: Cia. das Letras, 2013.
- NORTON-TAYLOR, Richard. Britain and US step up bombing in Iraq. The guardian, 4/12/2002.
- NOUZILLE, Vincent. Les dossiers de la CIA sur la France – 1981-2010: dans le secret des pré-sidents. Nouvelle édition revue et augmentée. Paris: Pluriel, 2012.
- _____. Les tueurs de la république: assassinats et opérations spéciales des services secrets. Paris : Fayard, 2015.
- NYE JR., Joseph S. The paradox of American power: Why the world's only superpower can't go it alone. New York: Oxford University Press, 2002.
- O'NEILL, Jim . Building Better Global Economic BRICs. Goldman Sachs Co., 23/nov./2001.
- OLIVEIRA, Francisco. Collor: a falsificação da ira. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1992.
- PAIXÃO E CASARÕES, Guilherme Stolle. O papel do Itamaraty na definição da política externa do governo Collor de Mello. Revista Brasileira de Política internacional, 55 (1): 135-153, 2012.
- PATRIOTA, Antonio – O Brasil negocia sua diplomacia junto à Síria. O Estado de São Paulo, 17/07/2011.
- PEAN, Pierre. Une jeunesse française. François Mitterrand, 1934-1947. Paris : Fayard, 1994.
- PELOSI, Hebe Carmen. André Malraux et l'Amérique latine (1959) : une voyage de propagande ? In : VAÏSSE, Maurice. De Gaulle et l'Amérique Latine. Rennes : Presses Universitaires de Rennes, 2014.
- PEREIRA, Álvaro. Depois de FHC. Personagens do cenário político analisam o governo Fernando Henrique Cardoso e apontam alternativas para o Brasil. São Paulo: Geração Editorial, 2002.
- PEREIRA, Merval. O Lulismo no poder. Rio de Janeiro: Record, 2010.
- PINHEIRO, Letícia. Foreign Policy Decision-Making under the Geisel Government: the president, the military and the foreign ministry. Brasília: Funag, 2013.
- RAYNAUD, Eric & KOSTINE, Sergueï. Adieu Farewell. Paris: Robert Laffont, 2009.
- REMICK, David. A ponte: vida e ascensão de Barack Obama. Trad. Celso Nogueira e Isa Mara Londo. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- _____. City of the lost. The new yorker, 26/08/2013.
- RÉMOND, René. Histoire de France. Le siècle dernier de 1918 à 2002. Paris: Fayard, 2003.
- RENNÓ, Lúcio & CADELLO, Andrea. As bases do lulismo: a volta do personalismo, realinhamento ideológico ou não alinhamento? Revista brasileira de ciências sociais, vol. 25, n. 74, pp. 40-56, outubro 2010.
- RENOUVIN, Pierre & DUROSELLE, Jean-Baptiste. Introduction à l'histoire des relations internationales. Paris, Armand Colin, 1991.
- RICUPERO, Rubens. A crise financeira e a queda do muro de Berlim. Estudos avançados, 64, pp. 185-194, 2008.

- _____. A diplomacia na construção do Brasil – 1750-2016. Rio de Janeiro: Versal Editores, 2017.
- _____. À sombra de Charles De Gaulle: Uma diplomacia carismática e intransferível. *Novos estudos*, 87, jul. 2010.
- _____. Decepção na estréia. *Folha de S. Paulo*, 20/03/2011.
- _____. Diário de bordo – A viagem presidencial de Tancredo. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010.
- ROBINSON, Linda. The future of U.S. Special Operations Forces. New York: Council on foreign relations, 2013. Council Special Report, n. 66.
- ROCARD, Michel. Si ça vous amuse. *Chronique de mes faits et méfaits*. Paris : Flammarion, 2010.
- ROSA E SILVA, Cláudio Humberto. Mil dias de solidão – Collor bateu e levou. São Paulo: Geração editorial, 1993.
- ROTHKOPF, David. The world's Best foreign minister. *Foreign Policy*, 7 october 2019. [<https://foreignpolicy.com/2009/10/07/the-worlds-best-foreign-minister/>]
- ROUQUIÉ, Alain. Le Brésil au XXIeme siècle – Naissance d'un nouveau grand. Paris : Fayard, 2006.
- ROUSSEL, É. François Mitterrand. De l'intime au politique. Paris: Robert Laffont, 2015.
- SADER, Emir (Org.). Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2013.
- SAINT-GEOURS, Yves. L'émergence du Brésil: à l'international aussi. *Politique étrangère*, pp. 77-86, 2013-2014.
- SALLUM JR., Brasília & PAIXÃO E CASARÕES, Guilherme Stolle. O impeachment do presidente Collor: a literatura e o processo. *Lua nova*, 82, pp. 163-200, 2011.
- _____. Governo Collor: o reformismo liberal e a nova orientação da política externa brasileira. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 54, n. 2, pp. 259-288, 2011.
- SERGEANT, François – La Ghouta, autopsie d'un massacre. *Libération*, 23/08/2013.
- SHAKESPEARE, William. Macbeth. Trad. Beatriz Viégas-Faria. Porto Alegre: LP&M, 2010.
- SHORT, Phillip. François Mitterrand. Portrait d'un ambigu. Paris: Nouveau Monde, 2015.
- SHULTZ, George P. Turmoil and triumph: my years as secretary of state. New York: Macmillan, 1993.
- SILVA, Daniel Afonso da. Brésil : Lula da Silva. Les traces de la “rhetorical presidency” de Lula da Silva. *Les yeux de la Méduse*. *Diploweb*, 26/06/2013.
- SINGER, André. “Brasil, Junho de 2013: classes e ideologias cruzadas”, *Novos estudos*, CEBRAP, 97, novembro de 2013.
- _____. A segunda alma do partido dos trabalhadores. *Novos Estudos*, CEBRAP, n.88, pp. 89-111, nov. 2010.
- _____. Cutucando onças com varas curtas – O ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). *Novos Estudos CEBRAP*, vol. 34, n. 2, jul. 2015.

_____. Os sentidos do lulismo. Reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. Raízes sociais e Ideológicas do Lulismo. *Novos Estudos, CEBRAP*, n.85, pp. 83-102, nov. 2009.

SOUTOU, Georges-Henri. *La guerre foide. 1943-1990*. Paris: Pluriel, 2011.

SOUZA, Jessé. *A classe média no espelho – sua história, seus sonhos e ilusões, sua realidade*. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2018.

_____. *A elite do atraso*. Rio de Janeiro: LeYa, 2017.

_____. *A radiografia do golpe*. Rio de Janeiro: LeYa, 2016.

_____. *A ralé brasileira. Quem é e como vive*. 3. ed. São Paulo: Contracorrente, 2017.

_____. *A tolice da inteligência brasileira*. Rio de Janeiro: LeYa, 2015.

_____. *Subcidadania brasileira – para entender o país além do jeitinho brasileiro*. 2. ed. Rio de Janeiro: Leya, 2018.

SPEKTOR, Matias. *18 dias – Quando Lula e FHC se uniram para conquistar o apoio de Bush*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.

SPENGLER, Oswald. *The Decline of the West*. Trad. Charles F. Atkinson. New York: Oxford UP, 1991.

SUR, Serge. *L'hégémonie américaine en question*. In.: HEISBOURG, François (Org.). *Annuaire stratégique et militaire, 2006-2007*. Paris: Odile Jacob, 2007.

TERRA, Cristina & RUEDIGER, Tatiana. “Brésil: retour vers le futur?”, *Politique étrangère*, 2013-2014, hiver, pp. 97-101.

TOYNBEE, Arnold J. *A study of history*. Oxford: Oxford University, 1934-1961. 12 vols.

TRINKUNAS, Harold, *Brasil's rise: seeking influence on global governance*, Washington, Brookings Institution, 2014.

TROUVÉ, Mattieu. *L'ambition et les contraintes. Les discours et messages du général de Gaulle en Amérique latine et leur réception : la voix et les voies de la politique latino-américaine de la France (1964)*. In. : VAÏSSE, Maurice. *De Gaulle et l'Amérique Latine*. Rennes : Presses Universitaires de Rennes, 2014.

VAÏSSE, Maurice. *De Gaulle et l'Amérique Latine*. Rennes : Presses Universitaires de Rennes, 2014.

_____. *La grandeur: la politique étrangère du général de Gaulle (1958-1969)*. Paris: Fayard, 1998.

_____. *La puissance ou l'influence? La France dans le monde depuis 1958*. Paris: Fayard, 2009.

VEDRINE, Hubert. *Cohabitation, Europe : comment se fabrique la politique étrangère ?* *Politique étrangère*, n. 4, pp. 863-877, 2002.

_____. *Les mondes de François Mitterrand. À L'Élysée (1981-1995)*. Paris: Fayard, 1996.

VELHO, Gilberto. *A vitória de Collor: uma análise antropológica*. *Novos estudos Cebap*, n. 26, pp. 44-47, 1990.

VIANNA FILHO, Luis. *O governo Castelo Branco*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.

VILLEPIN, Dominique de. Guerre en Irak: "Éviter un choc des civilisations". Le Huffington post, 20/03/2013.

_____. Histoire de la diplomatie française. Paris: Perrin, 2005.

_____. L'équilibre et le mouvement. In.: ALLAIN, Jean-Claude. Histoire de la diplomatie française. Paris: Perrin, 2005.

WARDE, Ibrahim. Des français qui gagnent. Le monde diplomatique, julho de 2010.

WATT, Nicolas. 'Blue-eyed bankers' to blame for crash Lula tells Brown. The guardian, 26/03/2009.

WEYLAND, Kurt. The rise and fall of President Collor and its impact on Brazilian Democracy. Journal of interamerican studies and world affairs, vol. 35, n. 1, pp. 1-37, 1993.

WHEATLEY, Jonathan. Brazil's leader blames white people for crisis. Financial Times, 27/03/2009.

WINOCK, Michel. François Mitterrand. Paris: Gallimard, 2015.

WOODWARD, Bob. Obama's wars. New York: Simon & Schuster, 2010.

_____. Plano de ataque. Trad. Cid Knipel. São Paulo: Globo, 2004.

ZAKARIA, Fareed. O mundo pós-americano. Trad. Pedro Maia. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

_____. The post-imperial presidency. Newsweek, pp.36-40, 14/12/2009.

ZAUM, Dominik. The Security Council, the general assembly, and war: the uniting for peace resolution. In.: VAUGHAN Lowe; ADAM Roberts; JENNIFER Welsh; DOMINIK Zaum. The United Nations Security Council and War: the evolution of thought and practice since 1945. New York: Oxford University Press, 2008.

ZENKO, Micah. Reforming U.S. drone strike policies. New York: Council on foreign relations, 2013. Council Special Report, n. 65.



ÍNDICE REMISSIVO

Símbolos

- 9/11 31, 34, 35, 36, 37, 39, 40, 41, 43, 44, 46, 47, 48, 51, 52, 67, 71, 75, 76, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 85, 86, 189, 190, 283
- 11 de setembro 10, 28, 33, 36, 182, 185, 189, 219, 233, 269, 281
- 18 juin 89, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 99, 102, 162, 242, 273, 288
- 1989 20, 21, 43, 45, 46, 47, 87, 133, 138, 141, 142, 143, 147, 149, 150, 151, 152, 158, 159, 168, 169, 187, 189, 222, 227, 254, 262, 269, 275, 290, 291
- 1989-1991 20, 21, 45, 46, 47, 158, 269
- 2001 10, 19, 28, 31, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 45, 46, 80, 81, 83, 85, 86, 87, 181, 182, 185, 188, 189, 197, 219, 225, 233, 267, 269, 277, 281, 290, 291, 292
- 2008 48, 63, 75, 76, 79, 81, 86, 99, 139, 141, 193, 197, 201, 209, 212, 213, 214, 217, 218, 219, 220, 221, 223, 224, 225, 226, 228, 229, 230, 233, 234, 239, 240, 252, 255, 259, 262, 265, 274, 275, 276, 277, 278, 281, 283, 284, 286, 287, 288, 289, 291, 293, 295
- 2013 10, 11, 15, 16, 21, 27, 28, 35, 43, 44, 49, 50, 67, 68, 71, 76, 79, 80, 81, 83, 84, 86, 112, 118, 138, 177, 181, 191, 192, 195, 201, 209, 212, 214, 237, 238, 243, 244, 246, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 263, 264, 265, 269, 273, 275, 276, 277, 278, 281, 282, 283, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 295

A

- acordo-quadro 150, 153, 156, 159, 166, 167
- Afeganistão 11, 12, 34, 35, 37, 38, 48, 49, 71, 73, 74, 75, 83, 85, 182, 190
- África 12, 18, 48, 60, 83, 126, 146, 158, 195, 206
- agenda internacional 11
- América do Sul 15, 27, 102, 104, 113, 117, 125, 130, 139, 154, 161, 163, 164, 166, 181, 188, 231, 256, 261
- América Latina 12, 18, 29, 83, 95, 103, 104, 108, 111, 171, 257
- André Fontaine 142, 177
- André Malraux 102, 103, 106, 107, 118, 119, 162, 249, 277, 292
- Antonio Patriota 68
- Ásia 18, 76, 83, 103, 126, 146, 154, 158, 163
- Assembleia Geral 193, 201, 233, 258

B

- Ban Ki-moon 193
- Barack Obama 11, 31, 35, 45, 71, 78, 273, 278, 292
- barão do Rio Branco 175, 179
- Benghazi 10, 27, 55, 56, 57, 59, 63, 65, 66, 67, 68
- Bertrand Badie 20, 32, 51

Boutros Boutros Ghali 193

Brasil 2, 4, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 21, 27, 48, 53, 54, 55, 64, 68, 69, 87, 89, 90, 91, 92, 93, 95, 96, 97, 98, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 115, 117, 118, 119, 120, 122, 124, 125, 127, 128, 129, 130, 132, 133, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 203, 205, 206, 210, 211, 212, 220, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 231, 233, 234, 237, 238, 241, 242, 243, 244, 246, 248, 249, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 281, 282, 284, 285, 286, 287, 291, 292, 293, 294

Brasil contemporâneo 181, 188

Brasília 19, 53, 54, 57, 89, 90, 91, 99, 106, 107, 112, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 126, 127, 129, 131, 132, 133, 135, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 149, 150, 152, 154, 156, 161, 162, 164, 165, 167, 170, 173, 174, 184, 192, 224, 230, 231, 232, 234, 237, 245, 246, 248, 249, 250, 270, 273, 274, 276, 277, 278, 279, 281, 282, 283, 286, 287, 288, 290, 292

C

Cairo 31, 32, 62, 67, 79, 281

Carta ao Povo Brasileiro 184

Celso Amorim 186, 190, 261, 268, 269, 270

Charles De Gaulle 94, 241, 273, 293

Charles-Maurice de Talleyrand-Périgord 175

China 2, 11, 37, 41, 42, 43, 44, 46, 48, 51, 67, 68, 73, 76, 83, 85, 87, 158, 203, 204, 213, 233, 290

Conselho de Segurança 39, 40, 41, 43, 44, 49, 50, 51, 54, 63, 64, 67, 171, 190, 191, 193, 194, 199, 200, 201, 214

Constituição 102, 109, 142, 147, 239, 261, 262

construção do Brasil 27, 175, 176, 177, 178, 179, 261, 293

crise 12, 18, 21, 27, 28, 32, 38, 40, 43, 51, 75, 76, 99, 144, 170, 172, 176, 178, 187, 189, 190, 192, 194, 213, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 238, 246, 259, 262, 264, 265, 274, 275, 287, 288, 290, 292

crise financeira 12, 21, 27, 28, 75, 170, 172, 187, 189, 192, 213, 219, 220, 234, 259, 262, 264, 292

D

decade of war 31, 32, 34, 35, 36, 44, 45, 49, 52, 71, 72, 86

defesa 15, 16, 17, 18, 21, 37, 39, 40, 58, 73, 74, 80, 85, 86, 93, 96, 105, 107, 146, 158, 195, 197, 257, 281

democracia 48, 76, 82, 83, 96, 116, 117, 130, 136, 137, 159, 164, 185, 186, 187, 237, 246, 256, 258, 263, 292

Dilma Vana Rousseff 261, 262, 263, 265, 271

diplomacia 15, 16, 27, 50, 56, 66, 68, 69, 92, 103, 104, 170, 175, 176, 177, 178, 179, 241, 261, 292, 293

diplomacia na construção do Brasil 27, 175, 176, 177, 178, 179, 261, 293
Diplomacia Presidencial 15
diplomatas 10, 28, 93, 113, 155, 156, 162, 172, 173, 175, 176, 185, 269, 286
Diretas Já 120, 131, 137, 138, 188, 291
Donald J. Trump 10, 22, 28

E

Edward Snowden 256
eleições 100, 105, 111, 117, 119, 121, 138, 142, 143, 144, 145, 147, 155, 164, 166, 167,
184, 185, 187, 188, 189, 198, 200, 222, 262
Elysée 56, 65, 66, 218
embaixador 27, 41, 56, 68, 91, 93, 98, 99, 100, 104, 107, 116, 117, 121, 122, 123, 124,
127, 137, 154, 155, 170, 172, 173, 176, 177, 183, 185, 186, 187, 190, 241, 254, 255,
266, 267, 268, 269, 276, 290
Emmanuel Macron 10, 22, 28
estabilização 12, 136, 153, 159, 164, 179, 201, 203, 262, 264
Estados Unidos 11, 12, 15, 18, 19, 20, 27, 31, 33, 34, 38, 39, 40, 44, 45, 46, 47, 48, 49,
50, 51, 55, 58, 68, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 80, 82, 83, 85, 86, 87, 98, 104, 113,
125, 126, 146, 158, 163, 170, 171, 172, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189,
190, 198, 199, 203, 205, 207, 211, 212, 213, 214, 219, 221, 231, 239, 240, 253, 257
estratégia 44, 72, 79, 84, 87, 104, 116, 117, 158, 185, 200, 223, 226, 237, 238, 246, 269,
286

F

Fernando Collor 136, 143, 147, 149, 150, 187, 279, 282
Fernando Collor de Mello 143, 147, 187, 282
Fernando Henrique Cardoso 124, 135, 136, 153, 154, 157, 158, 159, 164, 165, 166, 170,
174, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 266, 278, 292
França 12, 17, 18, 27, 28, 39, 40, 41, 42, 43, 50, 51, 55, 56, 58, 65, 66, 68, 90, 91, 92, 93,
94, 95, 99, 100, 103, 104, 106, 107, 108, 110, 113, 114, 115, 117, 122, 124, 125,
127, 128, 130, 131, 132, 133, 135, 136, 137, 139, 140, 141, 142, 143, 147, 149, 150,
152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169,
170, 171, 172, 173, 174, 190, 198, 199, 203, 204, 205, 206, 210, 214, 217, 234, 241,
242, 273, 274, 275, 276, 278, 279, 282, 284, 286, 288
France libre 89, 92, 93, 94, 117, 144, 161
François Mitterrand 27, 47, 101, 105, 115, 116, 121, 122, 123, 124, 125, 127, 128, 130,
136, 137, 143, 144, 145, 146, 147, 149, 150, 154, 155, 157, 158, 164, 172, 273, 274,
275, 278, 283, 286, 290, 291, 292, 293, 294, 295

G

G7 116, 150, 151
G20 213, 231, 234, 257, 265
general 16, 17, 27, 42, 64, 65, 71, 89, 90, 91, 92, 93, 98, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106,
107, 108, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 130, 135, 136, 138, 143, 144,

145, 155, 158, 161, 162, 163, 164, 165, 174, 201, 241, 242, 243, 273, 277, 295
general De Gaulle 16, 27, 42, 71, 115, 116, 117, 118, 119, 130, 135, 143, 144, 145, 155,
158, 161, 163, 165, 174
George Bush 182, 224, 277
Geronimo 27, 32, 74, 81, 84, 86, 87
global governance 192, 193, 253, 265, 294
Guerra do Golfo 11
Guerra Fria 10, 19

H

Haiti 12, 27, 191, 192, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 210, 211, 212, 213, 214, 217, 282,
283
Henrique Altemani de Oliveira 23, 29
História 4, 10, 11, 12, 13, 28, 30, 101, 117, 141, 176, 178, 183, 246, 261, 287
historiografia 176
historiografia brasileira 176

I

impeachment 147, 148, 149, 179, 189, 221, 288, 293
Índia 48, 68, 87, 158, 206, 211, 233
Irã 11, 37, 73, 80
Iraque 11, 32, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 49, 50, 51, 71, 75, 77, 79, 85, 171,
182, 186, 190, 192, 269
Itamaraty 92, 113, 124, 126, 127, 128, 129, 131, 132, 133, 137, 139, 140, 141, 142, 143,
148, 149, 150, 152, 154, 156, 167, 168, 170, 171, 173, 175, 176, 185, 245, 266, 267,
273, 274, 275, 277, 278, 279, 280, 283, 292
Itamar Franco 21, 136, 148, 150, 152, 153, 186, 187, 266, 267, 279

J

Jacques Chirac 27, 42, 127, 128, 135, 137, 143, 145, 147, 150, 153, 154, 155, 158, 159,
161, 163, 164, 165, 166, 172, 174, 190, 274, 276, 278
Jair Messias Bolsonaro 10, 22, 28, 261
Jânio Quadros 17, 106, 107, 118, 119, 221, 235
Japão 15, 20, 66, 85, 171, 172, 211
João Goulart 17, 18, 92, 104, 105, 106, 107, 110, 111, 221, 235, 274
José Sarney 53, 127, 131, 132, 136, 137, 138, 139, 142, 143, 266, 275, 290
junho de 2013 10, 27, 237, 238, 243, 244, 246, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255,
256, 260, 263, 264, 265, 275, 276, 277, 281, 283
Juscelino Kubitschek 17, 92, 101, 102, 106, 110, 115, 117, 118, 119, 274

K

Kofi Annan 191, 193, 196, 199

L

Lehman Brothers 85, 213, 219, 220, 226, 228, 230, 252
Leonel Brizola 111, 143
Leste-Oeste 21, 104, 116, 130, 135, 158, 162, 163
Líbia 11, 37, 49, 54, 56, 58, 60, 61, 65, 68, 171, 192
Londres 33, 34, 55, 56, 57, 59, 66, 68, 75, 93, 94, 95, 99, 146, 186, 190, 213, 230, 231,
232, 234, 238, 267, 278, 280, 286, 290, 291
Luiz Inácio Lula da Silva 13, 27, 142, 181, 189, 224, 227, 228, 229, 230, 233, 234, 261,
262, 264, 265, 267, 268, 269, 271, 275, 276, 277, 281, 283, 284

M

marolinha 21, 28, 221, 226, 227, 265
Matignon 145, 218, 286
mensalão 189, 221, 227, 252
Mercosul 148, 154, 158, 159, 161, 164, 165, 171, 172, 174, 188, 255, 256, 257, 276, 277
Minustah 27, 191, 192, 193, 194, 199, 200, 201, 202, 214, 215

N

Nações Unidas 12, 54, 56, 59, 116, 148, 153, 154, 171, 190, 191, 192, 193, 194, 196, 199,
201, 210, 233, 258, 267, 276
NOITES DE JUNHO 237
Nova República 92, 129, 136

O

OLHOS AZUIS 1, 3, 217
ONU 16, 21, 39, 41, 177, 193, 194, 195, 196, 197, 233, 288
Ordem Internacional 19, 20, 22
Osama Bin Laden 32, 71, 72, 73, 75, 282

P

países emergentes 21, 28, 29, 173, 185, 188, 213
Paris 29, 30, 32, 33, 36, 38, 43, 47, 50, 51, 55, 56, 57, 58, 61, 65, 66, 67, 72, 73, 89, 91, 94,
95, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 112, 113, 115, 116, 117,
118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 132, 135, 137, 139,
141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 150, 155, 156, 157, 158, 159, 161, 162, 163, 164,
165, 166, 167, 170, 172, 173, 188, 192, 193, 217, 219, 220, 233, 237, 240, 241, 242,
247, 253, 267, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 283, 286, 287, 288, 289,
290, 291, 292, 293, 294, 295
Partido dos Trabalhadores 181, 221, 265
Plano Real 154, 188, 262, 267
política 10, 11, 12, 13, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 27, 31, 65, 76, 82, 87, 90, 92, 97, 98, 99,
103, 105, 108, 109, 111, 117, 125, 128, 129, 130, 131, 138, 139, 143, 144, 145, 146,
148, 149, 153, 154, 158, 162, 167, 171, 172, 173, 177, 178, 179, 183, 184, 185, 187,

188, 199, 201, 221, 233, 234, 237, 238, 239, 240, 241, 246, 250, 253, 255, 260, 261, 262, 263, 265, 271, 286, 287, 291, 292, 293

política externa 10, 16, 17, 18, 21, 23, 27, 103, 105, 129, 130, 139, 145, 148, 154, 158, 177, 178, 179, 241, 260, 286, 287, 292, 293

Política Internacional 16, 261, 266

Potências 15

prestígio 15, 16, 90, 91, 104, 162, 186, 219

privatização 151, 166

protestos 27, 49, 51, 65, 198, 237, 238, 245, 248, 251, 255, 263, 264, 265

protestos de junho 27, 251, 263, 264

R

redemocratização 120, 129, 138, 139, 149, 150, 153, 179, 241, 262, 264, 265, 266, 268, 271, 286, 287

regime militar 92, 163, 244, 266

relação franco-brasileira 110, 129, 135, 136, 153, 155, 156, 159, 164, 165, 171, 173, 174

Relações Internacionais 16, 19, 21, 176, 177, 183, 269, 270

relações internacionais contemporâneas 4, 10, 11, 13, 28, 29

rhetorical presidency 16, 17, 226, 235, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 246, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 260, 263, 287, 289, 293

Rio Branco 9, 16, 17, 90, 175, 179, 261, 266, 268

Rio de Janeiro 13, 17, 33, 53, 54, 86, 89, 91, 93, 95, 96, 97, 98, 99, 101, 104, 106, 107, 112, 120, 129, 131, 138, 139, 141, 148, 153, 161, 162, 165, 171, 175, 176, 183, 221, 234, 245, 246, 261, 263, 264, 273, 275, 276, 281, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 294

Rubens Ricupero 13, 27, 29, 68, 120, 121, 124, 175, 176, 177, 178, 179, 187, 241, 254

Rússia 11, 37, 41, 42, 43, 44, 46, 51, 67, 68, 83, 87, 158, 172, 207, 233, 253, 257

S

São Bernardo do Campo 226, 274

Secretário Geral 195, 196, 215, 267

segurança 34, 42, 60, 80, 97, 98, 171, 194, 195, 196, 197, 200, 201

Síria 11, 49, 51, 68, 74, 171, 192, 256, 292

sistema internacional 20, 33, 51

sistema mundial 11

T

Tancredo de Almeida Neves 27, 136, 262, 264, 266, 268, 271

Tancredo-Mitterrand 27, 121, 129, 130, 136, 137, 145, 159

terrorismo 11, 37, 159, 172, 182, 192, 257

Transição 65, 66

U

União Europeia 29, 56, 64, 152, 154, 158, 161, 163, 164, 165, 169, 171, 174, 198, 255

V

Versalhes 15

visita 18, 36, 89, 90, 92, 104, 105, 107, 112, 113, 114, 117, 121, 122, 124, 126, 129, 130,
132, 135, 136, 139, 140, 143, 149, 150, 155, 156, 158, 159, 161, 163, 164, 165, 173,
184, 225, 234, 257, 259, 273, 275, 277

visita de Estado 126, 130, 132, 135, 136, 139, 140, 150, 155, 156, 164

W

Washington 32, 34, 35, 36, 55, 67, 68, 71, 75, 79, 82, 83, 86, 99, 127, 146, 165, 182, 183,
184, 185, 213, 220, 221, 234, 253, 257, 265, 276, 277, 278, 281, 282, 283, 284, 285,
291, 292, 294

Woodrow Wilson 15, 183, 240



SOBRE O AUTOR



Daniel Afonso da Silva é doutor em História Social pela Universidade de São Paulo, professor visitante do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba, pesquisador do Núcleo de Pesquisas em Relações Internacionais da Universidade de São Paulo e pós-doutor em Relações Internacionais pelo Centre de recherches internationales da Sciences Po de Paris, onde também foi professor-pesquisador convidado.

Formato: 16x23
Tipologia: Adobe Caslon Pro
Papel: Pólen 80g /m2 (miolo)
Cartão Supremo 250g / m2

2019
Curitiba/Paraná

Não encontrando nossos títulos na rede
de livrarias conveniadas e informadas em nosso site
contactar a Editora Brazil Publishing:

Tel: (41) 3022-6005
www.aeditora.com.br
aeditora@aeditora.com.br